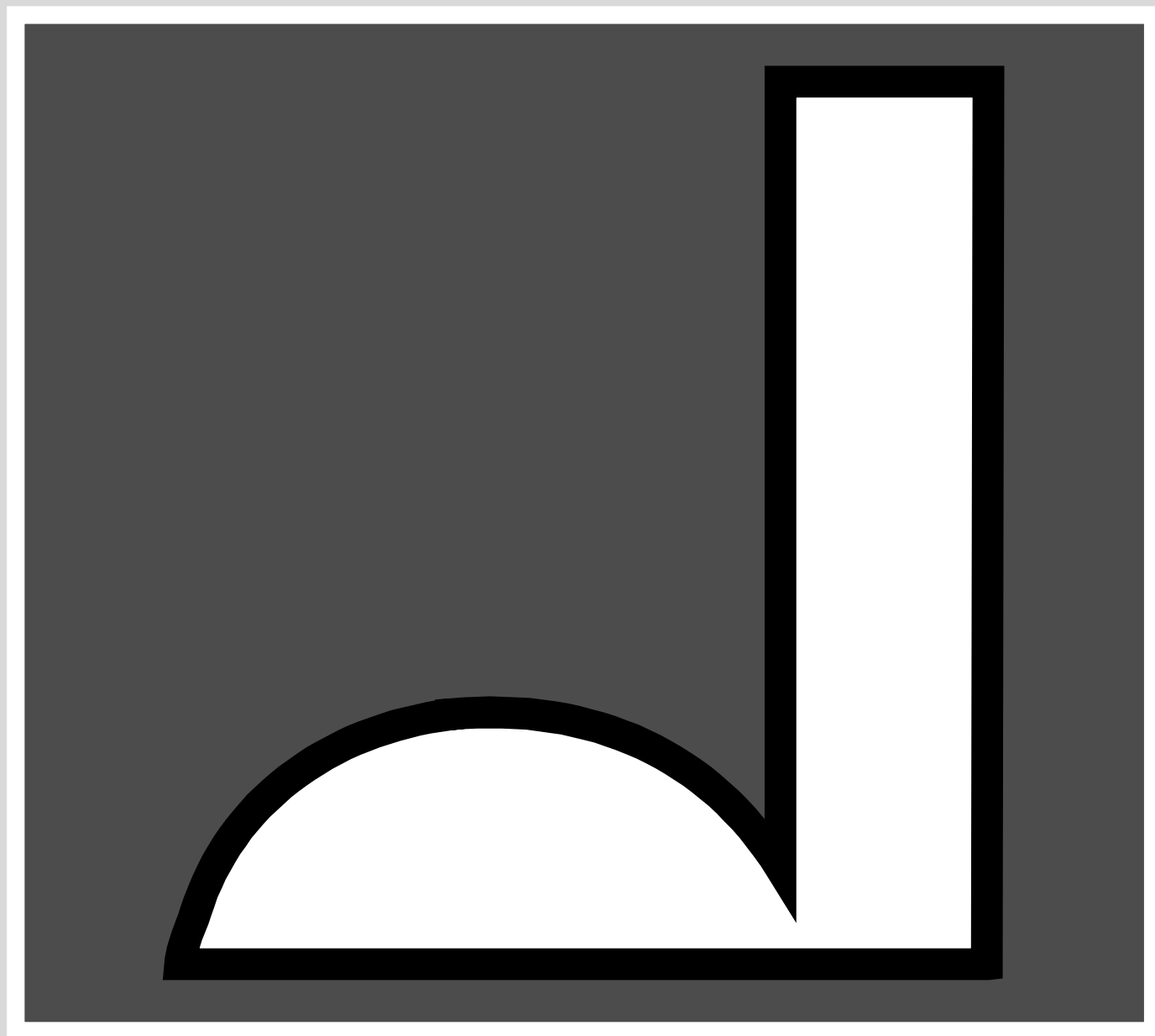




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 102 – TERÇA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>		<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)</p> <p>LÍDER – PT Ideli Salvatti – PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER – PSB – 3 João Capiberibe – PSB</p> <p>Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LÍDER – PTB – 3 Duciomar Costa – PTB</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB – 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB</p> <p>Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12</p> <p>LÍDER Efraim Morais – PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER – PFL – 17 José Agripino – PFL</p> <p>Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p>LÍDER – PSDB – 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM</p> <p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p>LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL</p> <p>Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 86ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 21 DE JUNHO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 77, de 2004 (nº 317/2004, na origem), de 16 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2004 (nº 3.626/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que reestrutura a remuneração e define as competências dos ocupantes dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004. 18882

Nº 78, de 2004 (nº 313/2004, na origem), de 15 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Oscar de Moraes Cordeiro Netto para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga da Senhora Dilma Seli Pena Pereira. 18882

Nº 79, de 2004 (nº 337/2004, na origem), de 18 do corrente, informando que o presidente se ausentará do País no período de 22 a 24 de junho de 2004, a fim de participar, em Nova York, Estados Unidos, de encontro do alto nível com investidores da América do Norte e de reunião de cúpula dos líderes do “Global Compact”. 18909

1.2.2 – Aviso do Ministro da Justiça

Nº 1.795/2004, de 9 do corrente, encaminhando, para conhecimento do Senado Federal, a Ata Final da XIV Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos, realizada nos dias 31 de maio a 2 de junho do corrente. 18909

1.2.3 – Aviso do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Nº 406-A/2004, de 4 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 101, de 2004, do Senador Arthur Virgílio. 18920

1.2.4 – Ofício do Ministro de Estado da Defesa

Nº 3.798/2004, de 31 de maio último, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 90, de 2004, do Senador Arthur Virgílio. 18920

1.2.5 – Pareceres

Nº 549, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição, nº 1, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios. 18920

Nº 550, de 2004, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre os Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2000 (PL nº 3.478/97, na Casa de origem), que institui o Programa de Diagnóstico e Prevenção de Anomalias Fetais, e dá outras providências. 18921

Nº 551, de 2004, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2004 (nº 4338, de 2001, na Casa de origem), que denomina Presidente Juscelino Kubitschek a rodovia BR-020, Brasília-Fortaleza. 18924

Nº 552, de 2004, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2004 (nº 4265, de 2001, na Casa de origem), que institui o dia 13 de dezembro como o “Dia Nacional do Forró”. 18926

Nºs 553, 554 e 555 de 2004, das Comissões de Assuntos Sociais, Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002 (nº 4.089/98, na Casa de origem), que dispõe sobre a prevenção dos cânceres de mama e ginecológico. 18927

Nº 556, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento de informações nº 666, de 2004, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações se tem conhecimento de que o Banco do Brasil adota norma interna de procedimento que permite aos clientes especiais o pagamento de compromissos efetuados com cheques de terceiros, que consiste em sonegação da CPMF. 18938

Nº 557, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento de informações nº 667, de 2004, de autoria do Senador

Antero Paes de Barros, que requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre quais os bancos autuados por suspeita de sonegação da CPMF e se o Banco do Brasil S/A se inclui entre estas instituições financeiras..... 18940

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002 (nº 4.089/98, na Casa de origem), que dispõe sobre a prevenção dos cânceres de mama e ginecológico, cujos pareceres foram lidos anteriormente..... 18942

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2000 (PL nº 3.478/97, na Casa de origem), que institui o Programa de Diagnóstico e Prevenção de Anomalias Fetais, e dá outras providências, cujos parecer foi lido anteriormente..... 18942

Inclusão dos Requerimentos 556 e 557, de 2004, cujos pareceres foram lidos anteriormente, em Ordem do Dia oportunamente..... 18942

Adoção pelo Senhor. Presidente da República, da Medida Provisória nº 192, de 2004, em 17 de junho de 2004, e publicada no dia 18 do mesmo mês e ano que “Dá nova redação ao §4º do art. 5 da lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a forma de pagamento das indenizações decorrentes de acordos judiciais, acrescente os §§7º, 8º e 9º ao mesmo artigo, disponho sobre a forma de pagamento dos imóveis rurais pela modalidade de aquisição por compra e venda, e dá outras providências”. 18942

1.2.7 Leitura de Projetos de Lei do Congresso Nacional

Nº 28, de 2004-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito especial no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), para os fins que especifica”. (Mensagem nº 97, de 2004-CN, nº 316/2004, na origem). Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 18943

Nº 29, de 2004-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministro da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), para fins que especifica”. (Mensagem nº 98, de 2004-CN, nº 318/2004, na origem). Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 18947

1.2.8 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, na última sexta-feira sem apresentação de emendas às Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2002 (nº 4.715/94, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos e dá outras providências..... 18949

Término do prazo, na última sexta-feira sem apresentação de emendas Projeto de Lei da Câmara

nº 4, de 2003 (nº 2.283/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a doar imóvel que especifica à União Brasileira de Escritores. ... 18949

Término do prazo, na última sexta-feira sem apresentação de emendas Projeto de Resolução nº 26, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que cria a Comissão Geral no âmbito do Senado Federal..... 18949

1.2.9 – Leitura de requerimentos

Nº 790, de 2004, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando ao Ministro de Estado da Educação as informações que menciona..... 18949

Nº 791, de 2004, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando ao Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União as informações que menciona..... 18949

1.2.10 – Discursos do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Importância da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2003, que dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das organizações não-governamentais e dá outras providências, legislação que moralizará a atuação e a fiscalização da aplicação de recursos públicos destinados a essas entidades..... 18950

SENADOR AELTON FREITAS – Providências adotadas pelo DNIT para a levar a cabo a operação “tapa-buracos” no trecho da Br-452, interditado judicialmente, que liga os municípios de Itapuirama a Nova Ponte-MG..... 18966

SENADOR JOSÉ JORGE – Crítica ao teor da Resolução nº 11, de 22/3/2004, do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino – FNDE, que regulamenta a Lei nº 10.845, de 5-3-2004..... 18966

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Discordância das alegações do Ministro José Dirceu, que agradeceu à direita do Congresso Nacional o apoio ao governo Lula..... 18970

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Justificativas para a votação contrária ao salário mínimo de R\$ 260,00. Irregularidade nos pagamentos de supostos débitos do Estado de Mato Grosso do Sul pela Petrobrás..... 18971

SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Comentários à matéria publicada na revista *IstoÉ*, desta semana, intitulada “Os Segredos dos Donos de Campos”..... 18974

SENADOR NEY SUASSUNA – Destruição das cidades de Alagoa Nova e Mururu/PB provocada pelo rompimento da Barragem de Camará... 18977

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Registro da prisão de três pessoas, no Estado de Mato Grosso, feita pela Operação Tamar da polícia federal, no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Participação de S.Exa. na parada do Orgulho Gay, realizado em Cuiabá/MT.

Transcurso dos 20 anos criação do Movimento dos Sem Terra – MST, comemorados ontem, na cidade de Itapeva/SP.....	18977	da OAB, Dr. Roberto Busado, proferido por ocasião do evento.	19006
SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Defesa do salário mínimo de R\$ 275,00, aprovado pelo Senado Federal.	18980	SENADOR VALMIR AMARAL – Homenagem ao Dia da Marinha Brasileira, comemorado no último dia 11 do corrente mês.....	19010
SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR, como Líder – Atentado contra a Rede de Rádio e TV União, em Fortaleza – CE. Registro da realização, ontem, da convenção municipal do PSDB em São Paulo, evento que homologou a candidatura da Deputada Luiza Erundina para concorrer à prefeitura da capital.	18983	SENADORA LÚCIA VÂNIA – Críticas à mudança na metodologia das pesquisas para apuração dos dados da produção industrial e do PIB no primeiro trimestre do ano.....	19011
SENADOR PAULO PAIM – Reitera posicionamento em favor de um salário mínimo maior.....	18984	1.2.12 – Comunicação da Presidência Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária a realizar-se, amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.	19012
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Defesa do presidente da Petrobrás no caso das licitações para a construção de plataformas petrolíferas no Brasil. Considerações sobre a votação do salário mínimo no Congresso Nacional. Preocupação com a destinação de recursos públicos às ONGs.	18987	1.3 – ENCERRAMENTO 2 – DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR Do Senador Jefferson Péres proferido na sessão do dia 1º-6-2004, revisado pelo autor.....	19018
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Viagem oficial do Ministro da Defesa, José Viegas, ao Haiti, no período de 7 a 9 de julho, em visita as tropas brasileiras naquele País.....	18989	3 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 80, de 2004.....	19018
SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Homenagem pelo aniversário de 60 anos do cantor e compositor Chico Buarque de Holanda.....	18990	4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL Nºs 1.051 a 1.059, de 2004.....	19018
SENADOR RAMEZ TEBET – Associa-se às homenagens ao compositor Chico Buarque de Holanda. Considerações sobre as eleições municipais....	18994	SENADO FEDERAL 5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA 6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES 7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR 8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR 9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR 10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ CONGRESSO NACIONAL 11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL 12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira) 14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
SENADOR MARCO MACIEL – Lançamento do livro do jurista e escritor Valter Costa Porto intitulado “A Mentirosa Urna”, que constitui uma contribuição histórica sobre a evolução do voto no País.....	18996		
1.2.11 – Discursos encaminhados à publicação SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO – Sessão sobre os parlamentares da bancada governista para a aprovação do salário mínimo de R\$ 260,00.....	18998		
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Aplausos à posse do Ministro Nelson Jobim na presidência do STF, destacando o teor do discurso do presidente			

Ata da 86ª Sessão Não Deliberativa, em 21 de junho de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior
e da Sra. Serys Slhessarenko*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas, procederá à leitura do Expediente.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 77, de 2004 (nº 317/2004, na origem), de 16 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2004 (nº 3.626/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *reestrutura a remuneração e define as competências dos ocupantes dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 78, de 2004 (nº 313/2004, na origem), de 15 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Oscar de Moraes Cordeiro Netto* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional

de Águas – ANA, na vaga da Senhora Dilma Seli Pena Pereira.

MENSAGEM Nº 78, DE 2004

(Mensagem nº 313/2004, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I ao Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro 2000, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor Oscar de Moraes Cordeiro Netto para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga da Senhora Dilma Seli Pena Pereira.

Brasília, 15 de junho de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 663 – C. Civil

Brasília, 15 de junho de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Oscar de Moraes Cordeiro Netto para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga da Senhora Dilma Seu Pena Pereira.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Oscar de Moraes Cordeiro Netto**CURRICULUM VITAE**

Junho, 2004

1 DOS PESSOAIS**Nome:** Oscar de Moraes Cordeiro Netto**Filiação:** Aprigio Velloso da Silveira Netto e Ada Rebêlo Velloso da Silveira**Nascimento:** 11/04/1956, Rio de Janeiro/RJ – Brasil**Estado civil:** casado (3 filhos)**Nome do cônjuge:** Valeska Rodrigues Velloso Cordeiro**Carteira de identidade:** 337.353 (SSP / DF em 29/04/1986)**CPF:** 112.533.391-04**Endereço profissional:** Universidade de Brasília, Faculdade de Tecnologia, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental.

UnB/FT/ENC - Campus Universitário Darcy Ribeiro

Asa Norte

70.910-900 BRASILIA, DF - Brasil

Telefone: (61) 307-1447 Fax: 347-4743

e-mail: cordeiro@unb.br

Endereço residencial: SHISul QL-22 conjunto-02 casa-16 Lago Sul
Lago Sul

71.650-225 BRASILIA, DF - Brasil

Telefone: (61) 366-2182 Fax: 366-4104

Celular: (61) 9989-8380

e-mail: omcn@uol.com.br

2 FORMAÇÃO ACADÊMICA/TITULAÇÃO

1989 - 1995

Doutorado em Ciências e Técnicas Ambientais.

École Nationale des Ponts et Chaussées, ENPC, França.

Título: *Contribution à la Réflexion sur l'Évaluation de Projets d'Aménagements Fluviaux. Le Cas du Choix du Site d'un Grand Barrage-Réservoir dans le Bassin de la Garonne.*

Ano de obtenção: 1995.

Orientador: Claude Henry.

Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq

1988 - 1989

DEA em Técnicas e Gestão do Meio Ambiente.

École Nationale des Ponts et Chaussées, ENPC, França.

Título: *Analyse Micro-Économique de Projets d'Environnement - Application au Cas Réel de la Programmation de Barrages-Réservoirs à Vocation Multiple dans le Bassin de la Seine.*

Ano de obtenção: 1989.

Orientador: Pierre-Alain Roche.

Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq

1974 - 1978

Graduação em Engenharia Civil.

Universidade de Brasília, UnB, Distrito Federal, Brasil.

3 FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

1989 - 1989

Méthodes Mathématiques en Avenir Incertain

École Nationale du Génie Rural, des Eaux et des Forêts, ENGREF, França.

1989 - 1989

Séries Chronologiques

École Nationale du Génie Rural, des Eaux et des Forêts, ENGREF, França.

4 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

4 DOCÊNCIA E PESQUISA

Universidade de Brasília - UnB

Vínculo institucional

1996 - Atual Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Professor Adjunto, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Atividades

2004

Coordenador do PTARH - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos.

1996 -

Ensino.

Disciplinas ministradas na Pós-Graduação

1. Introdução à Gestão Ambiental.
2. Técnicas de Análise Ambiental.
3. Análise de Sistemas Ambientais.
4. Métodos de Avaliação de Impacto Ambiental.

Disciplinas ministradas na Pós-Graduação em outros Programas

1. Regulação Econômica dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário.

Disciplinas ministradas na Graduação

1. Saneamento Ambiental.
2. Gestão Ambiental.
3. Tópicos Especiais em Recursos Hídricos.

1998 -

Atividades de extensão realizadas
Projeto - Agenda 21 da UnB.

1996 -

Serviços técnicos

Comitê Assessor do PPG7 do MCT.
Consultorias ad hoc para CNPq, CAPES, FINEP e FAP/DF
Perito Técnico do Judiciário.

1996 -

Pesquisa e desenvolvimento.

Linhas de pesquisa

1. Recursos Hídricos.
2. Planejamento de Uso da Água.
3. Economia de Recursos Naturais.
4. Saneamento Ambiental.
5. Meio Ambiente.
6. Métodos de Auxílio à Decisão.

1996 -

Coordenação de Projetos

Coordenador de projetos - FINATEC.
- Coordenador do Projeto "Análise Multiobjetivo de Tecnologias" - FINEP/PROSAB - 2002
- Coordenador do Projeto "Gestão Integrada dos Recursos Hídricos" - Convênio MMA/SRH - 1999-2002
- Coordenador do Projeto "Resíduos Sólidos: Propostas de Instrumentos Econômicos Ambientais", desenvolvido para o PMSS - Projeto de Modernização do Setor Saneamento - 1999.

4.2 OUTRAS ATIVIDADES

- 2003 - **Membro do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal - CONAM**
2003 - **Membro da Comissão Brasileira Para Programas Hidrológicos Internacionais - COBRAPHI**
2002- **Presidente da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos do CNRH - CTPNRH**
2002- 2003 **Membro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH**
2002- 2003 **Presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH**

1995 – 1996 **Engenheiro do Instituto Interamericano de Cooperação Para Agricultura - IICA**

Coordenador técnico e consultor responsável pela área de planejamento de recursos hídricos do Projeto de Fortalecimento Institucional no âmbito do Convênio IICA/SRH (Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal).

Atividades desenvolvidas: coordenação técnica dos diferentes produtos do Projeto e formulação das intervenções associadas a planejamento de uso dos recursos hídricos.

1 3 – 1994 Pesquisador no Centre d'Enseignement et Recherche pour la Gestion des Ressources en Eau et l'Environnement – CERGRENE (ENPC-França)

Responsável pelo projeto "Avaliação dos Resultados Finais do Estudo Econômico da Barragem de Charlas", desenvolvido para a CACG - Compagnie d'Aménagement des Coteaux de Gascogne

Atividades desenvolvidas: Parecer técnico sobre os resultados finais da avaliação econômica do "Projeto Global de Avaliação da Barragem de Charlas", 1995

Co-responsável pelo projeto "Implementação de Método de Avaliação de Projetos" desenvolvido para a CACG - Compagnie d'Aménagement des Coteaux de Gascogne, no âmbito de "Projeto Global de Avaliação da Barragem de Charlas", 1992/1994

Atividades desenvolvidas: Concepção, desenvolvimento e aplicação de uma metodologia de avaliação de projetos, compreendendo análise custo/benefício e determinação de funções de demanda de água (custo do projeto de barragem – US\$ 450 milhões). Assessoria técnico-científica à comissão de acompanhamento do projeto.

Responsável pelo projeto desenvolvido para o Ministério de Meio Ambiente na França intitulado "Análise da Sensibilidade de um Modelo de Operação Multiobjetivo de Barragens de Regularização", 1991/1992

Atividades desenvolvidas: Desenvolvimento de um modelo de simulação de gestão de barragens (passo de tempo mensal), com estimativa de custos e benefícios associados a um cenário particular (análise custo/benefício) e identificação da solução de menor custo suscetível de atender a objetivos expressos por "perímetros a irrigar" e "vazões mínimas remanescentes" (análise custo/efetividade).

Co-responsável pelo projeto desenvolvido para o Groupe de Prospective (Ministérios do Meio Ambiente e da Infra-estrutura da França) intitulado "Avaliação das Políticas Públicas de Meio Ambiente: Aspectos Metodológicos", 1990/1991

Atividades desenvolvidas: Pesquisa bibliográfica e elaboração de síntese sobre metodologias de avaliação de políticas públicas, assim como análise crítica das avaliações efetuadas na França sobre políticas setoriais do meio ambiente. Participação no ciclo de seminários sobre avaliação de políticas públicas na área de meio ambiente.

Responsável pelo projeto desenvolvido para o Ministério de Meio Ambiente na França intitulado "Análise Comparativa de Três Projetos de Barragem de Regularização".

Atividades desenvolvidas: Análise crítica de três estudos de viabilidade de barragens e análise comparativa multicritério entre os três projetos detalhados nos respectivos estudos, 1989/1990.

Responsável por dois projetos desenvolvidos para a Agência de Bacia Sena-Normandia: "Análise Microeconômica de Planejamento de Barragens de Regularização" e "Análise Comparativa de Simulações do Modelo BARBARA", 1988/1989

Atividades desenvolvidas: Proposição de metodologia de análise microeconômica de projetos para ser adaptada ao modelo BARBARA (simulação de operação de reservatórios da bacia do rio Sena), com estimativa de benefícios de barragens multi-usos. Análise de simulações do modelo BARBARA

1986 – 1988 Engenheiro da Engevix S/A Estudos e Projetos de Engenharia - ENGEVIX

Coordenador do projeto "Plano de utilização do reservatório de Tucuruí" - projeto desenvolvido para a ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A, 1986/1988

Atividades desenvolvidas: Concepção e desenvolvimento de um plano, estruturado em programas e projetos, com vistas a compensar/evitar efeitos ambientais da barragem e do reservatório de Tucuruí (custo do plano em 1988: US\$ 6 milhões).

Coordenador do projeto "Avaliação dos recursos hídricos do Distrito Federal" - projeto desenvolvido para a CAESB - Companhia de Água e Esgotos de Brasília, 1987

Atividades desenvolvidas: Avaliação dos recursos hídricos disponíveis (superficiais e subterrâneos) e da demanda de água no Distrito Federal para o horizonte 2010. Superfície: 5 400 km², população de projeto: 1,7 milhão (1987) a

5,2 milhões (projeção 2010).

982-1985 Engenheiro a serviço do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE

Participação na elaboração do diagnóstico do uso da água - bacias dos rios Doce e Ribeira.

Coordenador regional em São Paulo: supervisão da gestão de obras hidráulicas da região, supervisão da operação da rede hidrometeorológica, coordenação de projetos regionais e representação do DNAEE em quatro comitês de bacia (Alto Tietê, Jaguari/Piracicaba, Ribeira do Iguape e Moji/Pardo), 1984-1985

Participação nos seguintes programas e projetos, 1982 e 1983

Diagnóstico do uso da água das bacias dos rios Moji/Pardo, Jaguari/Piracicaba e Uruguai.
Programa para participação brasileira no PHI-3 (Programa Hidrológico Internacional) – UNESCO,
Análise das cheias de 1983 no Brasil.
Elaboração do Atlas Hidrometeorológico do Brasil (Cartas 1 e 2).
Projeto de um sistema de alerta contra cheias nas bacias dos rios Ribeira e Itajaí.

1978- 1982 Engenheiro da Companhia de Águas e Esgotos de Brasília - CAESB

Como chefe do Departamento de Saneamento e Proteção Hídrica, responsável pelas atividades de:

- 1) controle de poluição hídrica no Distrito Federal,
- 2) formulação das características gerais dos sistemas físicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e
- 3) formulação das características gerais dos sistemas físicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e c) estudos necessários à elaboração de diretrizes de uso da terra em bacias hidrográficas do Distrito Federal, tendo, no período, participado da coordenação de RTPs (relatórios técnicos preliminares) e de projetos básicos e executivos de diferentes sistemas de água e esgoto do Distrito Federal, 1982.

Como chefe da Divisão de Limnologia e Hidrologia, responsável geral:

- 1) pelas atividades de monitoramento limnológico e hidrológico de bacias de interesse da CAESB no Distrito Federal, e
- 2) pela realização de estudos limnológicos e hidrológicos de interesse, entre os quais se destacam a estimativa de aporte de nutrientes e balanço hídrico dos lagos Paranoá, Descoberto e Santa Maria no Distrito Federal, a avaliação da estratificação térmica do lago Paranoá, a implementação do projeto de determinação de teores de metais pesados e de resíduos de pesticidas em água, biota e sedimento, a realização do programa de controle de floração de algas cianofíceas no lago Paranoá e o projeto de zoneamento limnológico dos lagos do Distrito Federal, 1980 a 1982.

Como engenheiro e depois como chefe do Setor de Hidrologia, responsável direto pelas atividades de:

monitoramento hidrológico de bacias de interesse da CAESB no Distrito Federal e pela realização de estudos hidrológicos de interesse no Distrito Federal, entre os quais se destacam a determinação do balanço hídrico de bacias e o cálculo de vazões características de mananciais do Distrito Federal, 1978 a 1980

4.3 CONSULTORIA

Para o CGEE- Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2001 a 2003

Consultor para desenvolvimento das ações de prospecção em recursos hídricos, em projeto contratado pelo Fundo Setorial de Recursos Hídricos (CTHidro) - 2003.

Consultor para estruturação das atividades de Secretaria Técnica do Fundo Setorial de Recursos Hídricos (CTHidro), no período 2001-2003.

Para a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Escritório no Brasil - 2003

Consultor para elaboração de estudo sobre interação água-agricultura em bacia-piloto prioritária da Reserva da Biosfera do Cerrado e Área de Proteção Ambiental do Planalto Central, o efeito da atividade agrícola intensiva sobre a quantidade (vazão instantânea) e a qualidade das águas superficiais.

Para o Ministério das Cidades - 2003

Consultor do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para elaboração do documento A Questão da Drenagem Urbana no Brasil: Elementos para Formulação de uma Política Nacional de Drenagem Urbana, relatório desenvolvido para a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (maio-junho 2003).

Para a ANA – Agência Nacional de Águas – 2001-2002

Consultor da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) para a elaboração de estudos, planos e projetos voltado para o fortalecimento institucional do setor, no âmbito da

Política Nacional de Recursos Hídricos.

Para o Banco Mundial – 2001-2002

Consultor para auxiliar na formulação de uma Estratégia para o Gerenciamento de Recursos Hídricos no Brasil do Banco Mundial (Brazilian Water Resources Management Strategy – BWRMS).

Para o WCD – The World Commission on Dams – 2001-2002

Pesquisador colaborador no estudo de avaliação a posteriori dos efeitos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, para compor relatório elaborado para o WCD.

Para o Banco Mundial – 1999

Consultor para elaboração do relatório Rapid Assessment Report on Brazil Irrigation.

Para o Ministério do Meio Ambiente - 1999

Consultor para elaboração do relatório "Situação Atual da Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil", desenvolvido para a Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos.

Para a FINATEC - Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos - UnB – Brasília, 1998

Coordenador e responsável técnico dos seguintes projetos: Metodologia de Avaliação e Hierarquização de Eixos do PROGERIRH (para a TC-BR Engenharia); Modelo Piloto de Cobrança pelo Uso da Água (para a FUNARBE/Viçosa) e Instrumentos Econômicos para a Gestão dos Resíduos Sólidos no Brasil (para o MPO - Ministério do Planejamento e Orçamento).

Para o IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – Brasília, 1997/1998

Consultor para a área de formulação de Modelo de Gestão de recursos hídricos e de cobrança pelo uso da água.

Para a NCA - Engenharia, Arquitetura e Meio Ambiente Ltda. – Brasília, 1996/1998

Consultor para a área de saneamento, recursos hídricos, meio ambiente e modelagem matemática de diversos projetos.

Para a TC/BR - empresa de consultoria – Brasília 1994/1998

Consultor para a área de recursos hídricos, de meio ambiente e de modelagem matemática dos seguintes projetos: a) EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto de Meio Ambiente) da cidade satélite de São Sebastião no Distrito Federal, b) EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto de Meio Ambiente) do núcleo urbano de Sobradinho II no Distrito Federal e c) Programa de Conservação Ambiental dos Municípios da Bacia do Rio Paraguai,

Para o PMSS - Programa de Modernização do Setor de Saneamento – Brasília, 1997

Consultor responsável pelo estudo "Proposição de Metodologia para Licenciamento Ambiental dos Projetos de Saneamento".

Para o ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza – Brasília, 1994/1996

- Responsável pelo projeto "Estudo Demográfico e Necessidades de Serviços na Área de Saneamento nos Estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Bahia e Espírito Santo", desenvolvido no âmbito do Projeto de Modernização do Setor de Saneamento - PMSS (IPEA/SNS/PNUD).
- Consultor para o estudo de "Diagnóstico do Setor de Saneamento: Demanda, Oferta e Necessidades dos Serviços de Saneamento", desenvolvido no âmbito do Projeto de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS (IPEA/SNS/PNUD).
- Consultor para estudos de pré-investimento sobre impactos ambientais de atividades econômicas e sobre sistemas de monitoramento e vigilância para unidades geográficas demonstrativas na Amazônia, no âmbito do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil.

Para o Ministério do Planejamento e do Orçamento, 1995

Consultor do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) no âmbito do Projeto de Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica da Secretaria de Política Urbana do MPO.

Para o Ministério da Saúde / Assessoria Internacional, 1995

Consultor do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para participação na comissão de redação do componente nacional do Plano Panamericano "Saúde e Ambiente no Contexto do Desenvolvimento Sustentável".

Para a CNEC S.A. - empresa de consultoria - São Paulo, 1995

Consultor para o projeto "Elaboração de Estudo para Implementação da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo".

Para o DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - Brasília, 1994/1995

Consultor para a área de planejamento e gestão de recursos hídricos, destacando-se o desenvolvimento de estudos sobre: a) gestão de recursos hídricos em diferentes países do mundo, b) mecanismos de cobrança pelo uso da água na França e c) interpretação dos resultados do Censo 1991 no Brasil a nível de grandes bacias hidrográficas.

Para a ENGEVIX S.A. - empresa de consultoria - Brasília, 1994

Consultor para o estudo de modelagem matemática de qualidade da água de reservatórios para o zoneamento da APA (Área de Proteção Ambiental) de São Bartolomeu no Distrito Federal.

Para a CNEC S.A. - empresa de consultoria - Brasília, 1983

Consultor para o projeto de avaliação da produtividade hídrica de pequenos mananciais no Distrito Federal.

Para a STRUCTURA S/A - empresa de consultoria - Brasília, 1981/1982

Consultor para o estudo de impacto ambiental do projeto da barragem de Tucuruí.

Para a ONA S/A - empresa de consultoria - Goiânia, 1981

Consultor para o estudo de impacto ambiental do projeto da barragem de Corumbá

5 LINHAS DE PESQUISA

- 1 Ambiente.
- 2 Economia de Recursos Naturais.
- 3 Meio Ambiente.
- 4 Métodos de Auxílio à Decisão.
- 5 Planejamento de Uso da Água.
- 6 Recursos Hídricos.
- 7 Saneamento Ambiental.
- 8 Saneamento e Padrões Demográficos no Brasil.

6 ÁREAS DE ATUAÇÃO

- 1 Recursos Hídricos, Planejamento Integrado dos Recursos Hídricos.
- 2 Saneamento Ambiental, Controle da Poluição.
- 3 Métodos Quantitativos em Economia, Métodos e Modelos Matemáticos, Econométricos e Estatísticos.
- 4 Economias Agrária e dos Recursos Naturais, Economia dos Recursos Naturais.
- 5 Engenharia Hidráulica, Hidrologia.

7 IDIOMAS

Fala: Espanhol (Razoavelmente), Francês (Bem), Inglês (Bem).
Lê: Espanhol (Bem), Francês (Bem), Inglês (Bem).
Escreve: Espanhol (Razoavelmente), Francês (Bem), Inglês (Razoavelmente).

8 PRÊMIOS E TÍTULOS

- 2003 Primeiro lugar do I Concurso sobre Atividades Aplicadas aos Recursos Hídricos das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, como co-autor do trabalho Gestão dos Recursos Hídricos no Âmbito do CBH-PCJ: Aplicação de Análise Multicritério, Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.
- 1978 Prêmio Belgo-Mineira (formando de Engenharia Civil de melhor desempenho acadêmico),

- 15 Universidade de Brasília.
Prêmio Laser Vestibular (primeiro lugar geral do vestibular de acesso à UnB - Universidade de Brasília em janeiro de 1974), Centro Educacional Laser.

9 INTRODUÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E ARTÍSTICA/CULTURAL

1 PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

9.1.1 Trabalhos completos em eventos

- 1 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; FIGUEROA, Fernán Enrique Vergara; SOUZA, Marco Antonio Almeida de; MOL, Juliana Maria Duarte. Aplicabilidade do Método de Análise Multiobjetivo TOPSIS à Gestão dos Recursos Hídricos. In: III SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CENTRO-OESTE, 2004, Goiânia. Anais do III Simpósio de Recursos Hídricos do Centro-Oeste. Porto Alegre: ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2004. p. 01-10.
- 2 PIRES, Viviane Azzolin de Carvalho; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Aspectos de Qualidade da Água do Lago Paranoá, no Distrito Federal - Subsídios para um Sistema de Apoio à Decisão. In: III SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CENTRO-OESTE, 2004, Goiânia. Anais do III Simpósio de Recursos Hídricos do Centro-Oeste. Goiânia: ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2004. p. 01-10.
- 3 PIRES, Viviane Azzolin de Carvalho; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Balanço Hídrico do Lago Paranoá, no Distrito Federal. In: III SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CENTRO-OESTE, 2004, Goiânia. Anais do III Simpósio de Recursos Hídricos do Centro-Oeste. Porto Alegre: ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2004. p. 1-10.
- 4 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; TUCCI, Carlos Eduardo Morelli; SANTOS, Dalci Maria dos; SANTOS, Marcio de Miranda. Ciência, Tecnologia e Inovação: Questões Emergentes na Área de Recursos Hídricos. In: III SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CENTRO-OESTE, 2004, Goiânia. Anais do III Simpósio de Recursos Hídricos do Centro-Oeste. Porto Alegre: ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2004. p. 01-10.
- 5 FIGUEROA, Fernán Enrique Vergara; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Análise Multiobjetivo para Outorga e Cobrança - Aplicabilidade na Bacia do Alto Tocantins. In: I SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DA AMAZÔNIA, 2003, Manaus. ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003.
- 6 PIRES, Viviane Azzolin de Carvalho; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; BRANDÃO, Cristina Célia Silveira. Aplicação de Método Multicritério aos Estudos de Concepção de Estações de Tratamento de Água. In: 22º CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 2003, Joinville. Anais do 22º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Rio de Janeiro: ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2003.
- 7 SOARES JÚNIOR, Paulo Roberto; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; NOGUEIRA, Jorge Madeira. As Licenças Comercializáveis e os Mercados de Água: Fundamentação Teórica e Estudos de Caso. In: XV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 2003, Curitiba. ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003.
- 8 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; MONTEIRO, Mauricio Pontes. Caracterização Geral sobre a Pesquisa Científica em Recursos Hídricos na Região Norte. In: I SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DA AMAZÔNIA, 2003, Manaus. ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003.
- 9 CÂMARA, Eunice Porto; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Conjuntos Difusos - Aplicações na Operação de Reservatórios. In: XV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 2003, Curitiba. ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003.
- 10 BARCELLOS, Luciana de Oliveira; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; CAMPANA, Nestor Aldo. Definição de Regras Operativas de Reservatórios com Usos Múltiplos: o Caso da Barragem do Bico da Pedra. In: XV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 2003, Curitiba. ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003.

- 11 SOARES JÚNIOR, Paulo Roberto; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; NOGUEIRA, Jorge Madeira. Mercado de Água para Irrigação na Bacia do Rio Preto no Distrito Federal. In: 6º SILUSBA, 2003, Praia, Cabo Verde., 6º Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Lisboa,: APRH - Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, 2003. v. 3, p. 855-870.
- 12 BRANCO, Mônica de Andrade Gonçalves; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. O FEHIDRO e a Participação Social na Gestão das Águas no Estado de São Paulo. In: XV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 2003, Curitiba. ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003.
- 13 SOARES, Sergio Rodrigues Ayrimoraes; BERNARDES, Ricardo Silveira; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Planejamento de Sistemas de Drenagem na Saúde Pública e no Meio Ambiente. In: I SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DA AMAZÔNIA, 2003, Manaus. ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003.
- 14 GONÇALVES, Marco Vinicius Castro; KOIDE, Sergio; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Revisão e Aplicação de Alguns Métodos para Determinação de Vazão Mínima Garantida em Cursos d'Água. In: XV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 2003, Curitiba. ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003.
- 15 MONTEIRO, Mauricio Pontes; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Uma Abordagem sobre a Pesquisa Científica em Recursos Hídricos no Nordeste Brasileiro. In: 6º SILUSBA, 2003, Praia, Cabo Verde., 6º Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Lisboa,: APRH - Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, 2003. v. 3, p. 671-682.
- 16 SILVA, Marcus Vinicius Ferreira da; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Utilização de um Modelo Chuva-Evapotranspiração-Deflúvio na Bacia do Rio Pipiripau no DF. In: I SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DA AMAZÔNIA, 2003, Manaus. ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003.
- 17 SOARES, Sergio Rodrigues Ayrimoraes; BERNARDES, Ricardo Silveira; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Tipologias de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotos Sanitários Definidas com Base no Estudo de Caso de 5 metrópoles brasileiras. In: XXVIII CONGRESO INTERAMERICANO DE INGENIERIA SANITARIA Y AMBIENTAL- GESTION INTELIGENTE DE LOS RECURSOS NATURALES, 2002, Cancún, México. Anais do XXVIII Congreso Interamericano de Ingenieria Sanitaria y Ambiental. 2002.
- 18 TUCCI, Carlos Eduardo Morelli; HESPAHOL, Ivanildo; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Cenários de Gestão da Água no Brasil: uma Contribuição para a Visão Mundial da Água. In: XIV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 2001, Aracaju. Anais do XIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2001.
- 19 BALTAR, Alexandre Moreira; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Sistemas de Apoio à Decisão para Avaliação Econômica da Alocação de Recursos Hídricos. In: XIV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 2001, Aracaju. Anais do XIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2001.
- 20 LOPES, Alan Vaz; ABREU, André Do Valle; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Análise Multicritério de Alternativas para Abastecimento de Água da Região do Distrito Federal. In: I SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CENTRO-OESTE, 2000, Brasília. Anais do I Simpósio de Recursos Hídricos do Centro-Oeste. 2000. v. 1.
- 21 CARDOSO, Edith Rodrigues; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Irrigação na Bacia do Lago Descoberto no Distrito Federal: como Avaliar o Valor Econômico da Água ?. In: I SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CENTRO-OESTE, 2000, Brasília. Anais do I Simpósio de Recursos Hídricos do Centro-Oeste. 2000. v. 1.
- 22 SOARES JÚNIOR, Paulo Roberto; CARVALHO, Giordano Bruno Bomtempo; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Levantamento do Custo da Água para Abastecimento: o Caso do Sistema Descoberto no Distrito Federal. In: I SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CENTRO-OESTE, 2000, Brasília. Anais do I Simpósio de Recursos Hídricos do Centro-Oeste. 2000. v. 1.
- 23 CARRAMASCHI, Eduardo Celso; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; NOGUEIRA, Jorge Madeira.

Pricing Water for Irrigation: a Comparative Study of Contingence Valuation and Dose-Response Methods. In: X WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 2000, Rio de Janeiro. 2000.

PEREIRA, Patrícia Rejane Gomes; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Suporte Metodológico para Outorga do Uso de Água: uma Proposta para a Bacia do Lago Descoberto (Goiás / Distrito Federal). In: I SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CENTRO-OESTE, 2000, Brasília. Anais do I Simpósio de Recursos Hídricos do Centro-Oeste. 2000. v. 1.

LEEUWESTEIN, Jörgen Michel; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Uma Avaliação da Aplicação do Instrumento de Enquadramento de Corpos de Água em Países Seleccionados. In: I SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CENTRO-OESTE, 2000, Brasília. Anais do I Simpósio de Recursos Hídricos do Centro-Oeste. 2000. v. 1.

- 26 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Uma Avaliação da Irrigação na Região Centro-Oeste a partir do Censo Agropecuário 1995-1996. In: I SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CENTRO-OESTE, 2000, Brasília. Anais do I Simpósio de Recursos Hídricos do Centro-Oeste. 2000. v. 1.
- 27 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; SOUZA, Marco Antonio Almeida de. Uma Metodologia para Análise Tecnológica de Sistemas com Reatores Biológicos Anaeróbios para Tratamento de Águas Residuárias Municipais. In: XXVII CONGRESSO INTERAMERICANO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 2000, Porto Alegre. 2000.
- 28 HARADA, Antonio Luis; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Análise Multicritério Aplicada a Sistemas de Esgotamento Sanitário no Distrito Federal. In: XX CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 1999, RIO DE JANEIRO. XX Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. 1999. v. 1.
- 29 GENERINO, Regina Coeli Montenegro; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Auditoria Ambiental em Estações de Tratamento de Esgotos: um Exemplo de Aplicação. In: XX CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 1999, RIO DE JANEIRO. XX Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. 1999. v. 1.
- 30 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; BALTAR, Alexandre Moreira; PIMENTEL, Cesar Eduardo Bertozzo. Critérios para Outorga de Uso da Água para Irrigação: o Caso da Bacia do Rio Preto no Distrito Federal. In: IV SILUSBA SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 1999, COIMBRA, PORTUGAL. IV SILUSBA Simpósio Luso-Brasileiro de Recursos Hídricos. 1999. v. 1.
- 31 BALTAR, Alexandre Moreira; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Análise de Sensibilidade em Hierarquização de Projetos: o Caso do ELECTRE III. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, 1998, GRAMADO. 1998.
- 32 GENERINO, Regina Coeli Montenegro; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Auditorias Ambientais em Estações de Tratamento de Esgotos. In: VII ENCONTRO ANUAL DA SEÇÃO BRASILEIRA DA IAIA, 1998, RIO DE JANEIRO. 1998.
- 33 GENERINO, Regina Coeli Montenegro; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Metodologia de Auditorias Ambientais de Plantas de Tratamento de Esgotos. In: XXVI CONGRESO INTERAMERICANO DE INGENIERIA SANITARIA Y AMBIENTAL, 1998, LIMA, PERU. 1998.
- 34 BALTAR, Alexandre Moreira; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Métodos Multicritério Aplicados à Hierarquização de Investimentos na Área de Recursos Hídricos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, 1998, GRAMADO. 1998.
- 35 GENERINO, Regina Coeli Montenegro; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Auditoria Ambiental: um Proposta Metodológica. In: XIX CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 1997, FOZ DO IGUAÇU. Anais do XIX Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. 1997. p. 2284-2294.
- 36 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Integrated Water Resources Management in Brazil. In: RESEARCH & DEVELOPMENT RELATED TO INTEGRATED WATER RESOURCES MANAGEMENT, 1997, MONTPELLIER, França. ORSTOM/GWP Report. 1997. v. 1, p. 66-69.

- 37 HARADA, Antonio Luis; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Metodologia para Seleção de Soluções de Coleta, Tratamento e Disposição de Esgotos em Condomínios do Distrito Federal. In: XII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 1997, VITÓRIA. Anais do XII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. 1997. v. 3, p. 69-76.
- 38 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. O Interesse Econômico de Uma Vazão Remanescente em Cursos d'Água: um Método de Estimativa. In: XII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 1997, VITÓRIA. Anais do XII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. 1997. v. 3, p. 33-38.
- 39 SOUZA, Marco Antonio Almeida de; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; BERNARDES, Ricardo Silveira. Proposta de Criação de um Curso de Engenharia Ambiental na Universidade de Brasília - UnB. In: I WORKSHOP SOBRE REENGENHARIA DOS CURSOS DE ENGENHARIA NA FT/UNB, 1997, BRASÍLIA. Anais do I Workshop sobre Reengenharia dos Cursos de Engenharia na FT/UnB. 1997. v. 1, p. 66-69.
- 40 NASCIMENTO, Nilo de Oliveira; BAPTISTA, Marcio; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Sustainable Development of Water Resources in the Context of a Developing Country - The Case of Brazil. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON WATER RESOURCES & ENVIRONMENT RESEARCH: TOWARDS THE 21ST CENTURY, 1996, KYOTO, Japão. Proceedings of the International Conference on Water Resources & Environment Research: Towards the 21st Century. 1996. v. 1, p. 627-634.
- 41 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. A Cobrança pelo Uso da Água. In: I SEMINÁRIO SOBRE ÁGUA NO DISTRITO FEDERAL, 1995, BRASÍLIA. Anais do I Seminário sobre Água no Distrito Federal - SEMATEC/DF. 1995. p. 209-306.
- 42 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; COIMBRA, Roberto Moreira. Elementos de Comparação da Gestão da Água em Países da Europa e no Brasil. In: XI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 1995, RECIFE. Anais do XI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. 1995. v. 1, p. 57-62.
- 43 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Estimativa de um Valor Econômico da Água: uma Discussão Teórica. In: XI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 1995, RECIFE, PE. Anais do XI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. 1995. v. 1, p. 45-49.
- 44 BENEVIDES, Vinícius Fuzeira de Sá E; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Indicadores Socioeconômicos e Sanitários por Grandes Bacias Hidrográficas. In: XI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 1995, RECIFE. Anais do XI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. 1995. v. 1, p. 237-241.
- 45 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; MICHALLAND, Béatrice. O Modelo SEPAGE: um Exemplo de Metodologia para Avaliação de Projetos de Grandes Barragens. In: IV ENCONTRO ANUAL DA SEÇÃO BRASILEIRA DA IAIA, 1995, BELO HORIZONTE. Anais do IV Encontro Anual da Seção Brasileira da IAIA. 1995. p. 209-306.
- 46 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; PARENT, Eric; DUCKSTEIN, Lucien. Métodos Multicritério Aplicados ao Planejamento de Recursos Hídricos: o Caso da Escolha de um Sítio de Barragem de Regularização no Sudoeste da França - Parte 1 - Discussão Teórica. In: X SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 1993, GRAMADO. Anais do X Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. 1993. v. 1, p. 327-336.
- 47 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Métodos Multicritério Aplicados ao Planejamento de Recursos Hídricos: o Caso da Escolha de um Sítio de Barragem de Regularização no Sudoeste da França - Parte 2 - Estudo de Caso. In: X SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 1993, Gramado. Anais do X Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. 1993. v. 1, p. 337-346.
- 48 ROCHE, Pierre Alain; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Escolha de um Projeto de Barragem de Usos Múltiplos na Bacia do Rio Garonne na França. In: IX SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 1991, RIO DE JANEIRO. Anais do IX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. 1991. v. 1, p. 411-421.
- 49 GUERBER, François; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Modelo Hidrológico-Econômico para Estimativa de Benefícios de Reservatórios de Fins Múltiplos - O Caso da Bacia do Rio Sena na França. In: IX SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 1991, RIO DE JANEIRO. Anais do IX

Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. 1991. v. 1, p. 471-481.

9.1.2 Trabalhos resumidos em eventos

- 1 POMPERMAYER, Raquel de Souza; PAULA JUNIOR, Durval Rodrigues de; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Gestão de Recursos Hídricos no Âmbito do CBH-PCJ: Aplicação de Análise Multicritério e Indicadores de Sustentabilidade Ambiental. In: COMEMORAÇÕES DOS 10 ANOS DO CBH-PCJ, 2003, Piracicaba - SP. 2003.
- 2 PIRES, Viviane Azzolin de Carvalho; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; BRANDÃO, Cristina Célia Silveira. Aplicação de Métodos Multicritério nos Estudos de Concepção de uma Estação de Tratamento de Água. In: IV CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA UNB, 1998, BRASILIA. Resumos do IV Congresso de Iniciação Científica na UnB. 1998. v. 1, p. 226-226.
- 3 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; TORTEROTOT, Jean Philippe. Staging the Multicriterion Design of Long-Term Water Supply - a Case Study in Southern France. In: EURO XII / TIMS XXI JOINT INTERNATIONAL CONFERENCE - OPERATIONAL RESEARCH / MANAGEMENT SCIENCE, 1992, HELSINKI, FINLANDIA. Abstracts - EURO XII & TIMS XXI. 1992. p. 80-80.

9.1.3 Artigos completos publicados em periódicos

- 1 SOARES, Sergio Rodrigues Ayrimoraes; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; BERNARDES, Ricardo Silveira. Avaliação dos Aspectos Político-Institucionais e Econômico-Financeiros do Setor de Saneamento no Brasil com Vistas à Definição de Elementos para um Modelo Conceitual. Engenharia Sanitária e Ambiental, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1 e 2, p. 84-94, 2003.
- 2 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; TUCCI, Carlos Eduardo Morelli. Os Desafios em Ciência, Tecnologia e Inovação. Ciência e Cultura, Campinas, v. Ano 55, n. 4, p. 44-46, 2003.
- 3 MAGALHÃES JÚNIOR, Antônio Pereira; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; NASCIMENTO, Nilo de Oliveira. Os Indicadores como Instrumentos de Gestão da Água no Atual Contexto Legal-Institucional do Brasil: Resultados de um Painel de Especialistas. Revista Brasileira de Recursos Hídricos, Porto Alegre, v. 8, n. 4, p. 00-10, 2003.
- 4 SOARES, Sergio Rodrigues Ayrimoraes; BERNARDES, Ricardo Silveira; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Relação entre Saneamento, Saúde Pública e Meio Ambiente: Elementos para a Formulação de um Modelo de Planejamento em Saneamento. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 1713-1724, 2002.
- 5 TUCCI, Carlos Eduardo Morelli; HESPAHOL, Ivanildo; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Cenários da Gestão da Água no Brasil: uma Contribuição para a Visão Mundial da Água. Revista Brasileira de Recursos Hídricos, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 31-43, 2000.
- 6 LOPES, Renato Luis Leme; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Questões, Querelas e Quimeras da Nova Lei das Águas no Brasil. Espaço e Geografia, UnB, Brasília, Brasil, v. 2, n. 1, p. 47-52, 1998.
- 7 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; PARENT, Eric; DUCKSTEIN, Lucien. Multicriterion Design of Long-Term Water Supply in Southern France. Journal of Water Resources Planning and Management, v. 122, n. 6, p. 403-413, 1996.
- 8 TORTEROTOT, Jean Philippe; GREEN, Collin; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Défaillances et Insuffisances de Réseaux d'Assainissement: Peut-on évaluer les Coûts des Dommages?. La Houille Blanche, Paris, França, v. 45, n. 7/8, p. 495-498, 1990.
- 9 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; COLLARES, Sérgio Augusto Peixoto. Utilização de Modelos Matemáticos Simplificados para Avaliação do Nível de Eutrofização dos Lagos Paranoá e Descoberto no Distrito Federal. Revista Brasileira de Engenharia Caderno de Recursos Hídricos, v. 3, n. 2, p. 21-46, 1985.

9.1.4 Livros publicados

TUCCI, Carlos Eduardo Morelli; HESPAÑHOL, Ivanildo; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. *Gestão da Água no Brasil*. Brasília: UNESCO, 2001. v. 1. 132 p.

9.1.5 Capítulos de livros publicados

CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; EID, Nabil Joseph. Indicadores para Avaliação Espacial da Disponibilidade e do Uso e Aproveitamento dos Recursos Hídricos. In: FREITAS, Marcos Aurélio Vasconcelos de. (Org.). *Estado das Águas no Brasil 2001-2002*. Brasília, 2003, v. 1, p. 233-246.

- 2 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; SOUZA, Marco Antonio Almeida de; LOPES JÚNIOR, Reynaldo Pena. Retrospectiva e Prospectiva da Análise Tecnológica das Alternativas para Pós-Tratamento de Efluentes de Reatores Anaeróbios. In: CHERNICHARO, Carlos Augusto de Lemos. (Org.). *Pós-Tratamento de Efluentes de Reatores Anaeróbios: Coletânea de Trabalhos Técnicos*. Belo Horizonte, 2001, v. 1, p. 253-272.
- 3 SOUZA, Marco Antonio Almeida de; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; LOPES JÚNIOR, Reynaldo Pena. Sistema de Apoio à Decisão (SAD) para Seleção de Alternativas de Pós-Tratamento de Efluentes de Reatores Anaeróbios. In: CHERNICHARO, Carlos Augusto de Lemos. (Org.). *Pós-Tratamento de Efluentes de Reatores Anaeróbios*. Belo Horizonte, 2001, v. 1, p. 515-544.
- 4 SOUZA, Marco Antonio Almeida de; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Análise Tecnológica Multiobjetivo de Alternativas para Pós-Tratamento de Efluentes de Reatores Anaeróbios. In: CHERNICHARO, Carlos Augusto de Lemos. (Org.). *Pós-Tratamento de Efluentes de Reatores Anaeróbios: Coletânea de Trabalhos Técnicos*. Belo Horizonte, 2000, v. 1, p. 205-220.
- 5 KETTELHUT, Júlio Thadeu Silva; RODRIGUEZ, Fernando Antonio; GARRIDO, Raymundo José; PAIVA, Maria de Fátima; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; RIZZO, Hidely Grassi. Aspectos Legais, Institucionais e Gerenciais. In: FREITAS, Marcos Aurélio Vasconcelos de. (Org.). *O Estado das Águas no Brasil - 1999*. Brasília, 1999, v. 1, p. 21-26.
- 6 KETTELHUT, Júlio Thadeu Silva; RODRIGUEZ, Fernando Antonio; GARRIDO, Raymundo José; PAIVA, Maria de Fátima; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; RIZZO, Hidely Grassi. Cobrança e Outorga pelo Uso da Água. In: FREITAS, Marcos Aurélio Vasconcelos de. (Org.). *O Estado das Águas no Brasil - 1999*. Brasília, 1999, v. 1, p. 37-44.
- 7 KETTELHUT, Júlio Thadeu Silva; RODRIGUEZ, Fernando Antonio; GARRIDO, Raymundo José; PAIVA, Maria de Fátima; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; RIZZO, Hidely Grassi. Experiências de Gestão Descentralizada de Recursos Hídricos. In: FREITAS, Marcos Aurélio Vasconcelos de. (Org.). *O Estado das Águas no Brasil - 1999*. Brasília, 1999, v. 1, p. 225-231.
- 8 EZERZER, Béatrice; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Arbitrage entre Deux Usages Compétitifs: Irrigation et Salubrité. In: C., Le Coz, (Org.). *Gestion Intégrée des Milieux Aquatiques*. Paris, 1994, p. 31-52.

9.1.6 Textos em jornais de notícias

- 1 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Anunciada e Trágica Reprise. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. D2-D2, 13 fev. 2004.
- 2 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Enchentes: Reprises Anunciadas. *Tribuna do Brasil*, Rio de Janeiro, p. A2.19 fev. 2004.
- 3 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. A Água e seu Valor Econômico. *Jornal da Comunidade*, Brasília, v. 1, p. 11-11, 24 out. 1999.
- 4 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Falta d'Água e Cidadania. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 17-17, 10 set. 1999.

9.1.7 Demais tipos de produção bibliográfica

- 1 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Posfácio do Livro Gestão das Águas: Princípios e Práticas. Porto Alegre: ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003. (Prefácio, Posfácio/Posfácio).

9.2 PRODUÇÃO TÉCNICA

9.2.1 Trabalhos técnicos

- 1 TUCCI, Carlos Eduardo Morelli; DOMINGOS, Sadalla; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. A Questão da Drenagem Urbana no Brasil: Elementos para Formulação de uma Política Nacional de Drenagem Urbana, relatório desenvolvido para a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades. 2003.
- 2 ROVERE, Emílio Lèbre La; MENDES, Francisco Eduardo; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; OUTROS. Usina Hidrelétrica de Tucuruí - Brasil, relatório elaborado para o WCD -The World Commission on Dams. 2002.
- 3 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; ROCHA, Virgílio Marques Moreira. Rapid Assessment Report on Brazil Irrigation, relatório desenvolvido para The World Bank. 1999.
- 4 MOTTA, Ronaldo Seroa da; SAYAGO, Daiane Ely; OLIVEIRA, José Marcos Domingos de; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; AMAZONAS, Márcio de Carvalho; BERNARDES, Ricardo Silveira; CHERMONT, Larissa Steiner. Resíduos Sólidos: Propostas de Instrumentos Econômicos Ambientais, relatório desenvolvido para o PMSS - Projeto de Modernização do Setor Saneamento. 1999.
- 5 FORTES, José Alexandre Monteiro; CASSEB, Márcia Maria da Silva; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Situação Atual da Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil, relatório desenvolvido para Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente. 1999.
- 6 PIMENTEL, Cesar Eduardo Bertozzo; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Proposta Metodológica de Classificação e Avaliação Ambiental de Projetos de Saneamento, relatório desenvolvido para o PMSS - Projeto de Modernização do Setor Saneamento. 1998.

9.2.2 Demais tipos de produção técnica

- 1 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Mesa Redonda - Atlas do Saneamento, no programa Espaço Aberto da Globo News. 2004. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).
- 2 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'A Questão da Água e os Desafios Científicos e Tecnológicos', palestra proferida à ocasião da IV Jornada de Iniciação Científica do CEULP/ULBRA, realizada em Palmas/TO, de 25 a 26 de maio. 2004. (Palestrante em Evento).
- 3 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'Ciência, Tecnologia e Inovação: Questões Emergentes na Área de Recursos Hídricos', palestra proferida à ocasião do III Simpósio de Recursos Hídricos do Centro-Oeste, realizado em Goiânia/GO, de 20 a 22 de maio. 2004. (Palestrante em Evento).
- 4 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'Environment and Poverty Goals: Impacts of Floods and Climate Change in Brazil', palestra proferida à ocasião do Seminar on the Millennium Development Goals in Relation to Water, realizado na sede da UN - United Nations em Nova Iorque-EUA, em 28. 2004. (Palestrante em Evento).
- 5 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'Técnicas de Minimização para Drenagem de Águas Pluviais', palestra proferida à ocasião do Seminário sobre Gerenciamento do Saneamento em Comunidades Planejadas, realizado em Alphaville-Barueri/SP, em 4 e 5 de maio. 2004. (Palestrante em Evento).

- CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'Water Legislation and Regulations, the Process of Legal Reform in Brazil', palestra proferida à ocasião do Workshop on Basic Principles for IWRM, realizado na sede da UN - United Nations em Nova Iorque-EUA, em 29 de abril. 2004. (Palestrante em Evento).
- CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Comissão de Honra (membro) do II Congresso sobre Planejamento e Gestão da Zona Costeira dos Países de Expressão Portuguesa, realizado em Recife, de 12 a 19 de outubro. 2003. (Organização de evento/Congresso).
- 8 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Comissão Organizadora Internacional (membro) do 6o Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Oficial Portuguesa, realizado em Praia, Cabo Verde, de 10 a 13 de novembro. 2003. (Organização de evento/Congresso).
- 9 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Comissão Organizadora Internacional (membro) do I Encontro Franco-Brasileiro sobre Gestão da Água, realizado em Curitiba, em 28 de novembro. 2003. (Organização de evento/Congresso).
- 10 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Comissão Organizadora Nacional (presidente) do I Simpósio de Recursos Hídricos da Amazônia, realizado em Manaus, de 27 a 29 de agosto. 2003. (Organização de evento/Congresso).
- 11 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Comissão Organizadora Nacional (presidente) do XV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, realizado em Curitiba, de 23 a 27 de novembro. 2003. (Organização de evento/Congresso).
- 12 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Docente do Curso de Extensão/Nivelamento para a Agência Nacional de Águas - ANA, realizado em Brasília, com aulas nos dias 14 e 15 de outubro. 2003. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
- 13 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Docente e Organizador do Curso 'Análise Técnica e Econômica de Projetos de Engenharia Sanitária e Ambiental', realizado em Recife, de 9 a 12 de dezembro. 2003. (Curso de curta duração ministrado/Aperfeiçoamento).
- 14 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Docente e Organizador do Curso 'Gestão de Recursos Hídricos', realizado em Brasília, de 20 a 24 de outubro. 2003. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
- 15 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Docente e Organizador do Curso 'Gestão de Recursos Hídricos', realizado em Goiânia, de 2 a 6 de dezembro. 2003. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
- 16 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'A Cooperação Franco-Brasileira na Área de Gestão de Recursos Hídricos: Balanço e Perspectivas', proferida à ocasião do I Encontro Franco-Brasileiro em Gestão da Água, realizado em Curitiba, em 28 de novembro. 2003. (Palestrante em Evento).
- 17 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'A Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos como Fortalecimento da Descentralização: o caso do Plano de Bacia', proferida no 5o Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas, realizado em Aracaju, de 18 a 21 de agosto. 2003. (Palestrante em Evento).
- 18 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'A Regulação na Área de Recursos Hídricos: Questões para Discussão', proferida à ocasião da Mesa Redonda sobre Regulação na Área de Recursos Hídricos do XV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, realizado em Curitiba, de 23 a 27 de novembro. 2003. (Palestrante em Evento).
- 19 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'A Visão da Área de Recursos Hídricos', proferida à ocasião da Mesa Redonda 3 do 22º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, realizado em Joinville, de 14 a 18 de setembro. 2003. (Palestrante em Evento).
- 20 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'Água – Fonte da Vida', proferida à ocasião do evento de Lançamento do Prêmio Jovem Cientista 2003, na UnB, em maio. 2003. (Palestrante em Evento).

- 1 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'Cenários, Diretrizes e Limitações ao Desenvolvimento Econômico e Social da Bacia do Rio Preto no DF', proferida à ocasião do Seminário Interinstitucional Rio Preto, realizado em Brasília, em setembro. 2003. (Palestrante em Evento).
- 2 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'Desenvolvimentos Metodológicos nos Instrumentos de Gestão das Águas: Atividades em Curso na UnB - Universidade de Brasília', proferida à ocasião do Ciclo de Palestras da ANA - Agência Nacional de Águas, realizado em Brasília, em junho. 2003. (Palestrante em Evento).
- 3 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'Gestão Descentralizada de Recursos Hídricos: da Descentralização que Temos para a Descentralização que Queremos'- proferida à ocasião de Mesa Redonda do I Simpósio de Recursos Hídricos da Amazônia, realizado em Manaus, de 27 a 29 de agosto. 2003. (Palestrante em Evento).
- 24 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'Manejo Sustentável das Águas na Drenagem Urbana', palestra proferida à ocasião do Seminário Manejo de Recursos Hídricos no Setor Habitacional Tororó, realizado em Brasília, em 11 e 12 de abril. 2003. (Palestrante em Evento).
- 25 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'O Amanhã da Gestão Sustentável da Água: Contribuição ao Debate a Partir da Experiência Brasileira'- proferida à ocasião da Mesa Redonda 2 do 6o SILUSBA, realizado em Praia, Cabo Verde, de 10 a 13 de novembro. 2003. (Palestrante em Evento).
- 26 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'O Papel dos Comitês de Bacia na Gestão dos Recursos Hídricos', proferida à ocasião da sessão de formação dos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce, realizada em Governador Valadares, em 22 de outubro. 2003. (Palestrante em Evento).
- 27 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'Os Recursos Hídricos e o IPH-Instituto de Pesquisas Hidráulicas', palestra proferida à ocasião do Seminário 50 Anos do IPH, em Porto Alegre, em 7 de agosto. 2003. (Palestrante em Evento).
- 28 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'Os Recursos Hídricos no Distrito Federal', proferida à ocasião do I Seminário sobre a Gestão da Água e do Solo no Distrito Federal, realizado em Brasília, em 16 e 17 de junho. 2003. (Palestrante em Evento).
- 29 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'Plano Nacional de Recursos Hídricos', proferida à ocasião do PAINEL 4 - Gestão das Águas no Brasil do 22º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, realizado em Joinville, de 14 a 18 de setembro. 2003. (Palestrante em Evento).
- 30 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'Políticas e Programas de Desenvolvimento Tecnológico para os Recursos Hídricos da Amazônia: uma Visão do CThidro', proferida à ocasião do II Seminário do Núcleo das Águas, realizado em Manaus, em 24 de março. 2003. (Palestrante em Evento).
- 31 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'Projetos de Saneamento e Recursos Hídricos', proferida à ocasião da Sessão 5 – Saneamento/Água - Rodovias do Seminário Qualidade do Gasto Público no Brasil, realizado em Brasília, em 26 e 27 de junho. 2003. (Palestrante em Evento).
- 32 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'Questões sobre a Transposição das Águas para o Semi-Árido Brasileiro', proferida à ocasião da Mesa Redonda sobre o Projeto Fome Zero – Água para o Semi-Árido Nordeste do 45o Congresso Brasileiro do Concreto, realizado em Vitória, de 16 a 20 de. 2003. (Palestrante em Evento).
- 33 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'Questões sobre Governança na Gestão do Uso e Aproveitamento da Água no Brasil', proferida à ocasião da Mesa Redonda Água e Governança do Seminário Água, Desenvolvimento e Justiça Ambiental, realizado em Brasília, em 27 e 28 de março. 2003. (Palestrante em Evento).

- CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'A Importância dos Comitês de Bacias Hidrográficas', proferida à ocasião do 4o Encontro Movimento em Defesa das Águas, realizado em Brasília, em 17 de setembro. 2002. (Palestrante em Evento).
- 36 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'O Financiamento da Pesquisa e do Desenvolvimento Tecnológico de Recursos Hídricos: o Caso do CTHidro', proferida à ocasião do V Seminário Goiano de Recursos Hídricos, realizado em Goiânia, em 30 de agosto. 2002. (Palestrante em Evento).
- 37 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'Questões da Água no Brasil no Limiar do Século 21', proferida à ocasião do Encontro Técnico-Científico Internacional em Comemoração aos 25 Anos da ABRH, realizado em Brasília, em 12 e 13 de dezembro. 2002. (Palestrante em Evento).
- 38 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Análise de Impactos Ambientais e EIA/RIMA - Disciplina do Curso de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos. 2001. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 39 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Curso de Gestão Ambiental e Monitoramento da Qualidade da Água. 2001. (Curso de curta duração ministrado/Aperfeiçoamento).
- 40 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Curso de Gestão Ambiental e Monitoramento da Qualidade da Água. 2001. (Curso de curta duração ministrado/Aperfeiçoamento).
- 41 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Fragilidade e Colapso do Fornecimento de Água no DF e Entorno. 2001. (Palestrante em Evento).
- 42 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Palestra 'A Experiência Internacional na Gestão de Recursos Hídricos', proferida à ocasião da Mesa Redonda 10 do XIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, realizado em Aracaju, de 25 a 29 de novembro. 2001. (Palestrante em Evento).
- 43 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Gestão Ambiental e dos Recursos Hídricos na Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável. 2000. (Curso de curta duração ministrado/Aperfeiçoamento).
- 44 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável: a Questão da Água. 2000. (Curso de curta duração ministrado/Aperfeiçoamento).
- 45 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Gestão da Água. 2000. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
- 46 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. I Simpósio de Recursos Hídricos do Centro-Oeste. 2000. (Organização de evento/Congresso).
- 47 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Mesa Redonda - Água, Infra-estrutura e Produção - Agricultura, Indústria, Energia e Transporte no Seminário Águas 2000 - Qualidade de Vida e Desenvolvimento. 2000. (Relatoria de Mesa Redonda).
- 48 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. BRANDÃO, Cristina Célia Silveira; KOIDE, Sergio. Agenda 21 da UnB. 1999. (Organização de evento/Congresso).
- 49 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Introdução à Gestão dos Recursos Hídricos. 1999. (Curso de curta duração ministrado/Aperfeiçoamento).
- 50 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Introdução à Gestão dos Recursos Hídricos. 1999. (Curso de curta duração ministrado/Aperfeiçoamento).
- 51 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Mesa Redonda: O Ensino e a Pesquisa em Recursos Hídricos no XIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. 1999. (Debatedor em Mesa Redonda).

- 6 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Análise Técnica e Econômica de Projetos de Engenharia Sanitária e Ambiental. 1998. (Curso de curta duração ministrado/Aperfeiçoamento).
- 7 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Análise Econômica e Financeira de Projetos de Saneamento. 1997. (Curso de curta duração ministrado/Aperfeiçoamento).
- 8 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Introdução à Gestão dos Recursos Hídricos. 1997. (Curso de curta duração ministrado/Aperfeiçoamento).
- 54 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Introdução à Gestão dos Recursos Hídricos. 1997. (Curso de curta duração ministrado/Aperfeiçoamento).
- 55 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Introdução à Gestão dos Recursos Hídricos. 1997. (Curso de curta duração ministrado/Aperfeiçoamento).
- 56 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Análise Técnica e Econômica de Projetos de Engenharia Sanitária e Ambiental. 1996. (Curso de curta duração ministrado/Aperfeiçoamento).
- 57 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Análise Técnica e Econômica de Projetos de Engenharia Sanitária e Ambiental. 1996. (Curso de curta duração ministrado/Aperfeiçoamento).
- 58 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; PARENT, Eric. Irreversibilité, Information et Décision dans les Avant-Projets d'Ingénierie: Application à L'Étude de Faisabilité du Barrage de Charlas. 1995. (Apresentação de trabalho/Congresso).
- 59 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Métodos Multicritério Aplicados a Problemas de Engenharia Sanitária e Ambiental: uma Análise Crítica. 1995. (Apresentação de trabalho/Congresso).
- 60 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; PIRES, Neiva Maria Azzolin de Carvalho. Representatividade de Pontos na Seção Transversal de um Rio para Amostragem de Concentração de Nutrientes. 1983. (Apresentação de trabalho/Congresso).
- 61 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; DUTRA FILHO, Deusdedith. O Aporte de Fósforo ao Lago Paranoá. 1981. (Apresentação de trabalho/Congresso).

9.3 ORIENTAÇÕES CONCLUÍDAS

9.3.1 Mestrado

- 1 MATOS, Jackson Conceição de. Suporte Metodológico para Avaliação de Pleitos de Outorga dos Recursos Hídricos - Aplicação para o caso da bacia Hidrográfica do Rio Jacuípe no Estado da Bahia. 2004. 159 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 2 RIBEIRO, Heloisa Kehrigh de Souza E Silva. Avaliação de Desempenho Ambiental em Estações de Tratamento de Água. 2003. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 3 BARCELLOS, Luciana de Oliveira. Definição de Regras Operativas de Reservatórios com Usos Múltiplos: o Caso da Barragem do Bico da Pedra. 2003. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 4 LACERDA, Jose Antonio Almeida de. Instrumentos para um Gerenciamento Sustentável da Água: a Questão do Enquadramento de Corpos d'Água Intermitentes. 2003. 98 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.

- 5 CARDOSO, Edith Rodrigues. Fatores Influenciando o Uso da Água para Irrigação na Bacia do Lago Descoberto no DF. 2002. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 6 SOARES JÚNIOR, Paulo Roberto. Mercado de Água para Irrigação na Bacia do Rio Preto no Distrito Federal. 2002. 132 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília. Co-orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 7 BRANCO, Mônica de Andrade Gonçalves. O Financiamento da Gestão Participativa da Água: o Caso do FEHIDRO. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 8 FIGUEIREDO, Rita Teresinha de Queiroz. Efeitos da Privatização na Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Brasil: uma Primeira Avaliação. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 9 BEZERRA, Nolan Ribeiro. Metodologias para Definição de Vazões Mínimas Garantidas em Cursos d'Água. 2001. 132 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 10 BALTAR, Alexandre Moreira. Sistema de Apoio à Decisão para Avaliação Econômica da Alocação de Recursos Hídricos: Aplicação à Bacia da Barragem do Rio Descoberto. 2001. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 11 CARRAMASCHI, Eduardo Celso. Análise do Comportamento da Demanda por Água para Irrigação na Região do Córrego da Rocinha no Distrito Federal. 2000. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 12 LEEUWESTEIN, Jörgen Michel. Proposição de Suporte Metodológico para Enquadramento de Cursos de Água. 2000. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 13 PEREIRA, Patrícia Rejane Gomes. Suporte Metodológico de Apoio à Tomada de Decisão no Processo de Outorga dos Direitos de Uso de Recursos Hídricos: Aplicação para o Caso da Bacia do Lago Descoberto (Distrito Federal/Goiás). 2000. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 14 GENERINO, Regina Coeli Montenegro. Desenvolvimentos em Metodologias Multicritério para Procedimentos de Avaliação em Auditorias Ambientais - Aplicação para Estações de Tratamento de Esgotos em Brasília - DF. 1999. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 15 HARADA, Antonio Luis. Metodologias para a Seleção de Soluções de Coleta, Tratamento e Disposição de Esgotos em Condomínios do Distrito Federal. 1999. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 16 NASCIMENTO JÚNIOR, Jamaci Avelino Do. Relação entre a Disposição dos Resíduos Sólidos e a Ocorrência do *Aedes aegypti*: um Estudo Epidemiológico. 1999. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Co-orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 17 MARCANDELLA, Elise. Évaluation des Besoins En Eau - Une Étude de Cas dans le Bassin du Tarn. 1992. Dissertação (Mestrado em Sciences Et Techniques de L'environnement) - École Nationale Des Ponts Et Chaussées. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.

ABREU, Lucijane Monteiro de. La Prise en Compte de L'Environnement dans la Décision Concernant la Mise en Place des Barrages-Réservoirs - Le Cas du Barrage Marne. 1990. Dissertação (Mestrado em Sciences Et Techniques de L'environnement) - École Nationale Des Ponts Et Chaussées. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.

9.3.2 Doutorado

- 1 MAGALHÃES JÚNIOR, Antônio Pereira. Os Indicadores como Instrumentos de Apoio à Consolidação da Gestão Participativa da Água no Brasil: Realidade Atual e Perspectivas no Contexto dos Comitês de Bacia Hidrográfica. 2003. 317 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 2 SILVA, Luciano Meneses Cardosos da. Açudes e Reservatórios: Mecanismos Técnicos, Legais e Institucionais para uma Gestão Sustentável. 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.

9.3.3 Aperfeiçoamento/Especialização

- 1 LOMBARDO, Massimiliano. Um Projeto Comunitário para Promover o Uso Racional da Água nas Quadras Residenciais do Plano Piloto de Brasília. 2000. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em CIORD-Centro Integrado de Ordenamento Territorial) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.

9.3.4 Graduação

- 1 BRITO, Rafael Siqueira de. Ações Prioritárias em Recursos Hídricos no Âmbito da Bacia do Rio Descoberto: uma Abordagem Participativa. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 2 VERDADE JÚNIOR, Jader Paulo Gonçalves. Ações Prioritárias em Recursos Hídricos no Âmbito da Bacia do Rio Descoberto: uma Abordagem Participativa. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 3 OLIVEIRA, Ana Cláudia Bittar de. Ações Prioritárias em Recursos Hídricos no Âmbito da Bacia do Rio Descoberto: uma Abordagem Participativa. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 4 MACHADO, Rafael Pereira. Avaliação de Desempenho de Fossa Séptica Modificada. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 5 CASTRO JÚNIOR, José Maurílio Lobato de. Balanço Hídrico do Reservatório do Descoberto no Distrito Federal. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 6 ECCARD, Gustavo Henrique de Araújo. Balanço Hídrico do Reservatório do Descoberto no Distrito Federal. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 7 MAURER, Vivian Pereira. Modelagem Matemática de Qualidade da Água do Lago Descoberto. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 8 BORGES, Thais Schmaltz Tatiko. Modelagem Matemática de Qualidade da Água do Lago Descoberto. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.

- 9 SILVA, Lúcio Soares da. Simulação da Gestão do Reservatório do Rio Descoberto. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 1' MARQUES, Leonardo de Sales. Simulação da Gestão do Reservatório do Rio Descoberto. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 11 LOPES, Alan Vaz. Avaliação Multicritério de Alternativas de Sistemas Produtores de Água para o Distrito Federal e seu Entorno. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 12 ABREU, André Do Valle. Avaliação Multicritério de Alternativas de Sistemas Produtores de Água para o Distrito Federal e seu Entorno. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 13 SOARES JÚNIOR, Paulo Roberto. Levantamento do Custo da Água para Abastecimento: o Caso do Sistema Descoberto no Distrito Federal. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 14 CARVALHO, Giordano Bruno Bomtempo. Levantamento do Custo da Água para Abastecimento: o Caso do Sistema Descoberto no Distrito Federal. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 15 AMORIM, Flávia. Modelo Chuva-Deflúvio Bacia do Rio Descoberto, a Montante no Distrito Federal. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 16 COSTA, Alexandre Laje. Modelo Chuva/Evaporação-Deflúvio do Rio Piripau no Distrito Federal. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 17 SILVA, Marcus Vinicius Ferreira da. Modelo Chuva/Evaporação-Deflúvio do Rio Piripau no Distrito Federal. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 18 PIRES, Viviane Azzolin de Carvalho. Aplicação de Métodos Multicritério aos Estudos de Concepção de uma Estação de Tratamento de Água. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 19 CALDAS, Kelen Tiberi. Avaliação dos Recursos Hídricos do Ribeirão Rodeador no Distrito Federal. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 20 ROCHA, Moacir Pereira da. Avaliação dos Recursos Hídricos do Ribeirão Rodeador no Distrito Federal. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 21 GÓES, Nícia Vianna. Controle da Poluição na Bacia do Rio São Bartolomeu no Distrito Federal: o Caso dos Esgotos Sanitários do Vale do Amanhecer. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.
- 22 GUIMARÃES, Gustavo Costa. Modelagem de Qualidade da Água no Córrego Chapadinha. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.

- 2 BRIGAGÃO, Edson Neri. Modelo Chuva-Deflúvio - Bacia do Córrego Chapadinha no Distrito Federal. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília. Orientador: Oscar de Moraes Cordeiro Netto.

4.4 DEMAIS TRABALHOS

- 1 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Comissão Científica (membro) do I Simpósio de Recursos Hídricos da Amazônia, realizado em Manaus, de 27 a 29 de agosto. 2003. (Comissão Científica).
- 2 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Comissão Científica (membro) do III Simpósio de Recursos Hídricos do Centro-Oeste, a ser realizado em Goiânia, de 20 a 22 de maio de 2004. 2003. (Comissão Científica).
- 3 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Comissão Científica (membro) do XV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, realizado em Curitiba, de 23 a 27 de novembro. 2003. (Comissão Científica).
- 4 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Comissão Científica (membro) do XIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, realizado em Aracaju, de 25 a 29 de novembro. 2001. (Comissão Científica).
- 5 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Corpo Editorial (membro) da ABRH Notícias. 2000. (Corpo Editorial).

10 DADOS COMPLEMENTARES

10.1 PARTICIPAÇÃO EM BANCAS EXAMINADORAS

10.1.1 Dissertações

- 1 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Carlos Antônio de Novais Lima. Avaliação da Influência da Ocupação do Entorno do Parque Nacional de Brasília na Qualidade e na Disponibilidade da Água Bruta do Sistema de Abastecimento Público Torto/Santa Maria. 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental) - Universidade Católica de Brasília.
- 2 PAULA JR, Durval Rodrigues de; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; TEIXEIRA FILHO, José. Participação em banca de Raquel de Souza Pompermayer. Aplicação da Análise Multicritério em Gestão de Recursos Hídricos: Simulação para as Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas.
- 3 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; MEDEIROS, Yvonilde Dantas Pinto; MEDEIROS, Carlos Henrique de Almeida Couto. Participação em banca de Jorge Luís Rocha de Amorim. Aplicação de Modelo de Rede de Fluxo na Operação de Sistema de Reservatório. 2003. Dissertação (Mestrado em Gerenciamento e Tecnologia Ambiental No Processo Produtivo) - Universidade Federal da Bahia.
- 4 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Heloísa Kehrig de Souza e Silva Ribeiro. Avaliação de Desempenho ambiental em Estações de Tratamento de Água. 2003. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília.
- 5 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Luciana de Oliveira Barcellos. Definição de Regras Operativas de Reservatórios com Usos Múltiplos: o Caso da Barragem do Bico da Pedra. 2003. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília.
- 6 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Mônica de Andrade Gonçalves Branco. O Financiamento da Gestão Participativa da Água: o caso do FEHIDRO. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília.

- 7 BERNARDES, Ricardo Silveira; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Sérgio Rodrigues Ayrimoraes Soares. Planejamento de Sistemas de Saneamento em Centros Urbanos: Fundamentos para a Formulação de um Modelo Conceitual. 2002. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília.
- 8 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Leonardo Mitre Alvim de Castro. Proposição de Indicadores para a Avaliação de Sistemas de Drenagem Urbana. 2002. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) - Universidade Federal de Minas Gerais.
- 9 BRASIL JUNIOR, Antonio Cesar Pinho; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Tânia Cristina Marchesi de Freitas. Análise de Risco Ambiental Inspirada no Método Mosar - Metodologia Organizacional e Sistêmica de Análise de Risco. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília.
- 10 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Mauro da Costa Val. Aplicação do Modelo de Simulação da Qualidade das Águas de Rios - QUAL2E: Análise do Balanço de Oxigênio Dissolvido em um Trecho de Bacia do Rio Paraopeba em Minas Gerais. 2001. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) - Universidade Federal de Minas Gerais.
- 11 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Maria Francisca do Nascimento. Aproximação das Equações da Classe Boussinesq no Processo de Geração da Onda na Interface Sólido-Líquido: uma Abordagem Numérico-Experimental com Compromisso de Engenharia. 2001. Dissertação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- 12 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Synara Aparecida Olendzki Broch. Desenvolvimento Sustentável de Mato Grosso do Sul: o Desafio da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília.
- 13 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Rita Teresinha de Queiroz Figueiredo. Efeitos da Privatização na Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Brasil: uma Primeira Avaliação. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília.
- 14 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; EID, Nabil Joseph. Participação em banca de Nolan Ribeiro Bezerra. Metodologias para Definição de Vazões Mínimas Garantidas em Cursos d'Água. 2001. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília.
- 15 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Walter Collischonn. Simulação Hidrológica de Grandes Bacias. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiente) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- 16 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Alexandre Moreira Baltar. Sistema de Apoio à Decisão para Avaliação Econômica da Alocação de Recursos Hídricos: Aplicação à Bacia da Barragem do Rio Descoberto. 2001. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília.
- 17 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Francisca Neta Andrade Assunção. A Cobrança pelo Uso da Água no Contexto da Política Nacional de Recursos Hídricos. 2000. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília.
- 18 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Eduardo Celso Carramaschi. Análise do Comportamento da Demanda por Água para Irrigação na Região do Córrego da Rocinha no Distrito Federal. 2000. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília.

- 1 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Derlei Lopes Rosado. Licenciamento Ambiental Federal: Procedimentos, Problemas e Avanços. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília.
- 2 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Jörgen Michel Leeuwestein. Proposição de Suporte Metodológico para Enquadramento de Cursos de Água. 2000. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília.
- 21 SOUZA, Marco Antonio Almeida de; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Mauro Roberto Felizatto. Reúso de Água em Piscicultura no Distrito Federal: Potencial para Pós-Tratamento de Águas Residuárias Associado à Produção de Pescado. 2000. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília.
- 22 SOUZA, Marco Antonio Almeida de; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Ilma Jesus dos Santos. Reúso de Água no Distrito Federal: Estudo da Potencialidade do Aproveitamento de Esgotos Sanitários. 2000. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília.
- 23 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Patrícia Rejane Gomes Pereira. Suporte Metodológico de Apoio à Tomada de Decisão no Processo de Outorga dos Direitos de Uso de Recursos Hídricos: Aplicação Para o Caso da Bacia do Lago Descoberto (Distrito Federal/Goiás). 2000. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília.
- 24 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Regina Coeli Montenegro Generino. Desenvolvimentos em Metodologias Multicritério para Procedimentos de Avaliação em Auditorias Ambientais: Aplicação para Estações de Tratamento de Esgotos em Brasília/DF. 1999. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília.
- 25 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Antônio Luís Harada. Metodologias para Seleção de Soluções para Coleta, Tratamento e Disposição de Esgotos em Condomínios do Distrito Federal. 1999. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília.
- 26 BERNARDES, Ricardo Silveira; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Jamaci Avelino do Nascimento Júnior. Relação entre a Disposição dos Resíduos Sólidos e a Proliferação do *Aedes Aegypti*: um Estudo Epidemiológico. 1999. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília.
- 27 BERNARDES, Ricardo; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de André Sarmanho Lima. Análise de Desempenho de Reator Anaeróbio (UASB) Associado a Leito Cultivado de Fluxo Subsuperficial para Tratamento de Esgoto Doméstico. 1998. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília.
- 28 LANNA, Antonio Eduardo Leão; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Jaildo Santos Pereira. Análise de Critérios de Outorga e de Cobrança pelo Uso da Água na Bacia do Rio dos Sinos, RS. 1997. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiente) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- 29 LANNA, Antonio Eduardo Leão; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Luciano Meneses Cardoso da Silva. Análise de Critérios para Outorga dos Direitos de Uso da Água na Bacia do Rio Branco - BA. 1997. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiente) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- 30 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Luciana Falcão Correia Lima. Gerenciamento de Empreendimentos de Obras Públicas: sua Otimização e Busca da Qualidade. 1996. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Federal Fluminense.

- 3 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de .Ano indefinido. Dissertação.

10.1.2 Teses

- 1 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; LANNA, Antonio Eduardo Leão. Participação em banca de Jorge Victor Pilar. Desenvolvimento de um Sistema de Apoio à Decisão para a Otimização de Traçados de Obras de Engenharia Civil: o caso do Sistema de Defesa Civil contra Inundações da Cidade de Resistência, Argentina. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiente) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- 2 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Ricardo Coelho de Faria. Ensaios em Economia do meio Ambiente: Valoração e Precificação de Recursos Hídricos. 2003. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de Brasília.
- 3 BRASIL JR, Antonio César Pinho; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; EGLER, Paulo César Gonçalves; GUERRA, Hêlvio Neves; LUDUVICE, Maurício Leite. Participação em banca de Marcos Eduardo de Freitas Brandão. Modelo Dinâmico de Qualidade e Escoamento de Água como Subsídio a Políticas de Gestão de Recursos Hídricos. 2003. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília.
- 4 ROMEIRO, Ademar Ribeiro; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Wilson Cabral de Souza Júnior. Participação Social e Aspectos Econômicos da Gestão de Recursos Hídricos no Brasil. 2003. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas.
- 5 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; LANNA, Antonio Eduardo Leão. Participação em banca de Helena Barreto Matzenauer. Uma Metodologia Multicritério Construtivista de Avaliação de Alternativas para o Planejamento de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiente) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- 6 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Jaildo Santos Pereira. A Cobrança pelo Uso da Água como Instrumento de Gestão dos Recursos Hídricos: da Experiência Francesa à Prática Brasileira. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiente) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- 7 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Luciano Meneses Cardosos da Silva. Açudes e Reservatórios: Mecanismos Técnicos, Legais e Institucionais para uma Gestão Sustentável. 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília.
- 8 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Alberto Luiz Francato. Operação Multiobjetivo de Sistemas Urbanos de Abastecimento de Água. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas.
- 9 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Demetrios Christofidis. Olhares da Política de Recursos Hídricos no Brasil: o caso da Bacia do Rio São Francisco. 2001. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília.
- 10 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Francisco Martinez Júnior. Aplicação de Instrumentos Econômicos à Gestão Ambiental - Introdução da Cobrança pela Utilização dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo. 1997. Tese (Doutorado em Engenharia Civil [Sp-Capital]) - Universidade de São Paulo.

10.1.3 Qualificações de doutorado

- 1 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Luciano Meneses Cardoso da Silva. Açudes e Reservatórios: Mecanismos Técnicos, Legais e Institucionais para uma Gestão Sustentável. 2001. Exame de qualificação (Doutorando em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília.

CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; LANNA, Antonio Eduardo Leão. Participação em banca de Jorge Victor Pillar. Proposta Metodológica Multiobjetivo/Multicritério para o Traçado de Diques para a Defesa contra Inundações na Cidade de Resistencia-Chaco-Argentina. 2001. Exame de qualificação (Doutorando em Engenharia de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiente) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Bruno Pagnoccheschi. A Política de Recursos Hídricos no Brasil na Década de 90: Fragmentação do Estado e Oportunidades de Integração Multisetorial. 1999. Exame de qualificação (Doutorando em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília.

- 4 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Demetrios Christofidis. Os Instrumentos Econômicos na Gestão de Recursos Hídricos - O Caso do Distrito Federal. 1999. Exame de qualificação (Doutorando em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília.
- 5 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes; LANNA, Antonio Eduardo Leão. Participação em banca de Valmir de Albuquerque Pedrosa. Perspectivas das Políticas Tarifárias para os Serviços de Saneamento. 1999. Exame de qualificação (Doutorando em Engenharia de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiente) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

10.1.4 Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação

- 1 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Nícia Vianna Góes. Controle da Poluição na Bacia do Rio São Bartolomeu no Distrito Federal. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade de Brasília.

10.1.5 Outros tipos

- 1 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Carlos Antônio de Novais Lima. Análise da Influência da Ocupação do Entorno do Parque Nacional de Brasília na Qualidade e na Disponibilidade da Água dos Sistema de Abastecimento Público Torto/Santa Maria. 2003. Outra participação (Planejamento e Gestão Ambiental) - Universidade Católica de Brasília.
- 2 CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. Participação em banca de Luiz Rancan. Proposta de Gestão para a Agricultura Irrigada por Canais na Bacia do Rio Preto. 2002. Outra participação (Planejamento e Gestão Ambiental) - Universidade Católica de Brasília.

10.2 PARTICIPAÇÃO EM BANCAS DE COMISSÕES JULGADORAS

10.2.1 Livre-docência

- 1 Livre-docência do Professor Doutor Geraldo de Freitas Maciel, do Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira da UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para o conjunto de disciplinas Hidráulica I e. 2001. , Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

10.2.2 Outras participações

- 1 Julgamento dos Trabalhos de Iniciação Científica da Área de Ciências Agrárias na IV Jornada de Iniciação Científica do CEULP/ULBRA, nos dias 25 e 26 de maio. 2004. , Centro Universitário Luterano de Palmas.

10.3 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

- 1 Oficina de Trabalho para Apresentação de Textos de Referência sobre a Atuação do Governo Federal em Drenagem Urbana. 2003. (Participações em eventos/Oficina).

Symposium on Qualitative Reasoning and Model Based Reasoning and Water Management. 2003. (Participações em eventos/Oficina).

Workshop em Drenagem Urbana Sustentável no Brasil. 2003. (Participações em eventos/Oficina).

10.4 ORIENTAÇÕES EM ANDAMENTO

10.4.1 Mestrado

- 1 NEVES, Marco. Efetividade dos Planos de Recursos Hídricos: uma Análise dos Casos no Brasil após 1990. Início:2003. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília. (Orientador).
- 2 PEREIRA, Marcelo Henrique Guedes. Metodologia para Avaliação de Pleitos de Outorga para Irrigação de Culturas Temporárias, na Bacia do Rio Descoberto, no Distrito Federal. Início:2003. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Orientador).
- 3 PIRES, Viviane Azzolin de Carvalho. Metodologia para Definição de Gestão Estratégica de Reservatório de Usos Múltiplos: o Caso do Lago Paranoá, no Distrito Federal. Início:2003. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília. (Orientador).
- 4 CARVALHO, Giordano Bruno Bomtempo. Modelo de Avaliação Econômica para a Gestão da Água: Aplicação à Bacia da Barragem do Rio Descoberto no Distrito Federal. Início:2002. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília. (Orientador).

10.4.2 Doutorado

- 1 FIGUEROA, Fermán Enrique Vergara. A Abordagem Multicritério no Gerenciamento dos Recursos Hídricos: o Caso dos Instrumentos de Outorga e Cobrança. Início:2003. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília. (Orientador).
- 2 SANTOS, Alexandre Augusto Moreira. Interação do Licenciamento Ambiental com Outorga de Uso de Recursos Hídricos. Início:2003. Tese (Doutorado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília. (Orientador).
- 3 CÂMARA, Eunice Porto. Aplicação de Análise Multiobjetivo para Obtenção de Regras de Operação Conjunta: Dois Reservatórios, uma Bacia Federal. Início:2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (Orientador).

Feito em Brasília em 15 de junho de 2004,



Oscar de Moraes Cordeiro Netto

(À Comissão de Serviços de Infra-estrutura)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A matéria vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 79, de 2004 (nº 337/2004, na origem), de 18 do corrente, informando que o Presidente se ausentará do País no período de 22 a 24 de junho de 2004, a fim de participar, em Nova Iorque, Estados Unidos, de encontro de alto nível com investidores da América do Norte e de reunião de cúpula dos líderes do **Global Compact**.

MENSAGEM Nº 79, DE 2004

(Mensagem nº 337/2004, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 22 a 24 de junho de 2004, a fim de participar, em Nova York, Estados Unidos, de encontro de alto nível com investidores da América do Norte e de reunião de cúpula dos líderes do “Global Compact”.

No âmbito dos referidos eventos, presidirei no dia 23, encontro com investidores da América do Norte, no qual serão apresentadas informações atualizadas sobre a economia brasileira e as oportunidades que oferece para o investidor estrangeiro.

No dia 24, na reunião de cúpula do “Global Compact”, discursarei sobre o tema “Desafios globais: Relação entre Negócios, Sociedade e Erradicação da Pobreza” para representantes de alguns dos principais países desenvolvidos e em desenvolvimento, presidentes de grandes corporações e instituições financeiras, e diretores de agências especializadas da ONU. O evento insere-se no contexto da preparação da Reunião de Chefes de Estado e do Governo Brasileiro para discutir temas relacionados ao combate à fome e à pobreza.

Brasília, 18 de junho de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 685 – C. Civil.

Brasília, 18 de junho de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Viagem Presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 22 a 24 de junho de 2004, a fim de participar, em Nova York, Estados Unidos, de encontro de alto nível com investidores da América do Norte e de reunião de cúpula dos líderes do “Global Compact”.

Atenciosamente, **José Dirceu de Oliveira e Silva**,
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O expediente lido será juntado ao processado da Mensagem nº 1, de 2004 e vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, aviso do Ministro da Justiça que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

É lido o seguinte:

Aviso nº 1.795

Brasília, 9 de junho de 2004

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Brasília DF

Assunto: LX Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos

Senhor Presidente,

Ao tempo em que cumprimento Vossa Excelência, informo que foi celebrada em Fortaleza, durante os dias 31 de maio, 1 e 2 de junho de 2004, a XIV Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos, com o propósito de promover a cooperação jurídica e judicial internacional entre os países participantes.

Nesse sentido encaminho, em anexo, a Ata final para conhecimento, na certeza de que os objetivos e propostas deliberados somente serão alcançados com a cooperação entre os poderes da república.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração. – **Marcio Thomaz Rastos**,
Ministro da Justiça.

ATA FINAL

A convite do Ministro da Justiça do Brasil, em nome de seu Governo, foi celebrada em Fortaleza, durante os dias 31 de maio, 01 e 02 de junho de 2004, a XIV Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos.

Estiveram presentes: Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, El Salvador, Espanha, Honduras, México, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, com a participação que consta da lista incluída no Anexo I desta Ata.

O Sr. Dr. Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça do Brasil foi eleito por aclamação, Presidente da Conferência.

Foram eleitos Vice-Presidentes o Sr. Dr. Luis Bates Hidalgo, Ministro da Justiça do Chile, o Sr. Dr. Juan Fernando López Aguilar, Ministro da Justiça da Espanha e o Sr. Dr. João Luís Motta de Campos, Secretário da Justiça de Portugal.

A Conferência foi auxiliada pelo Secretário Geral, Sr. Dr. Félix G. Fernández-Shaw Toda.

Foi adotada a Ordem do Dia que, com caráter provisório, havia sido proposta (doc. XIV C.M.J. – 1).

O Secretário Geral apresentou um Relatório (doc. XIV C.M.J. – 3) sobre as atividades da Conferência desde a sua XIII Reunião, em Lima (2002).

A CONFERÊNCIA, tendo analisado o Relatório do Secretário Geral; em vista dos documentos apresentados, em particular as recomendações (doc. XIV C.M.J. – 2) emanadas do Comitê de Especialistas da Conferência; e levando em consideração os debates produzidos durante as sessões celebradas,

REAFIRMA sua fé nos princípios que inspiraram a sua criação e, comprovando com satisfação que os Governos dos países que a integram mostram um crescente interesse pelas suas atividades, proclama o seu propósito de continuar promovendo a colaboração, em matéria jurídica, entre os membros da Comunidade Ibero-americana de Nações, e:

I. Pelo que se refere aos **Processos de Reforma da Justiça**,

Levando em consideração que a independência das autoridades judiciais em suas funções jurisdicionais é uma garantia para o Estado de Direito e para a defesa dos direitos dos cidadãos,

Levando em consideração que a independência das autoridades judiciais em suas funções jurisdicionais é uma garantia para o Estado de Direito e para a defesa dos direitos dos cidadãos,

Levando em consideração, ainda, os processos nacionais de reforma da Justiça em andamento no espaço ibero-americano para torná-la mais ágil, eficaz, acessível e transparente,

Levando em consideração as exigências das sociedades modernas de ter uma Administração de Justiça que funcione, com critérios modernos de serviço público de eficiência e transparência na gestão, de proximidade dos cidadãos, em especial daqueles mais desfavorecidos, e de aproveitamento integral das novas tecnologias,

1. RECOMENDA que a reforma da justiça seja produto de um processo nacional dialogado, estabelecido a partir de uma perspectiva integral e com visão global, com participação na determinação das metas estratégicas de todos os setores afetados, como autoridades judiciais e promotores, Ministérios da Justiça, advogados, representantes do Legislativo, da sociedade civil e outros atores envolvidos na reforma da Justiça segundo as características nacionais, que pode ser abordada de forma setorial e gradual ao longo do tempo.

Para tal, CONSIDERA CONVENIENTE:

- Uma atividade coordenada de elaboração de um diagnóstico sobre o funcionamento da Administração de Justiça, através da criação de sistemas e mecanismos de controle estatístico, e

sistematizar e avaliar os dados obtidos para realizar o planejamento dialogado de políticas públicas estratégicas no setor.

- A implantação de medidas organizacionais de modernização, transparência e eficácia da Administração de Justiça, mediante a utilização de modelos de gestão e controle para aperfeiçoar os serviços, de maneira que a dedicação principal ou exclusiva dos juízes à tarefa jurisdicional seja apoiada por uma adequada gestão administrativa, plenamente profissionalizada e especializada, dos recursos econômicos, tecnológicos, materiais e humanos à sua disposição.
- O desenho e proposta das reformas legislativas que sejam consideradas necessárias para abordar as questões processuais ou materiais correspondentes a este processo de agilização, transparência e eficácia da Administração de Justiça, particularmente em relação ao controle da demanda de justiça, através das formas alternativas de resolução de conflitos.
- A alocação efetiva dos recursos econômicos necessários para tornar efetiva a reforma da Administração de Justiça e sustentar ao longo do tempo o esforço orçamentário decorrente de um planejamento estratégico e programático da reforma, que deve seguir acompanhado de uma maior exigência de eficiência e qualidade, através dos adequados mecanismos de controle da prestação do serviço público.
- O papel essencial exercido pelo Ministério da Justiça como ator executivo das demandas da sociedade e coordenador de um processo no qual o protagonismo compete indubitavelmente às instituições e operadores jurídicos e judiciais.

Por isto, agradece a ponência da Delegação do Brasil, considera a Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos como foro adequado para por em comum e realizar intercâmbio de experiências sobre os distintos problemas propostos, as soluções aplicadas e os resultados obtidos nos processos nacionais de reforma da Justiça nos países ibero-americanos e,

Tomando nota do Seminário ibero-americano organizado pela Espanha, em 1999, pelo da Secretaria Geral, em Cartagena de Indias, em 1999, sobre os processos de reforma da Justiça, e considerando que continue o fluxo de informação sobre a questão, incluindo a realização de

encontros com a participação dos principais atores nacionais envolvidos nas reformas.

2. CONTEMPLA como uma de suas prioridades, a aproximação da Justiça de todos os cidadãos, sem prejuízo de sua nacionalidade, através de mecanismos que facilitem o acesso efetivo da Justiça.

Para tal, CONSIDERA CONVENIENTE:

- A criação e aperfeiçoamento de sistemas de assistência jurídica gratuita que outorguem cobertura efetiva em todo o sistema jurisdicional, para permitir aos cidadãos, em especial aos menos favorecidos, o adequado exercício e proteção dos seus direitos.
- O estabelecimento de centros ou escritórios gratuitos e multidisciplinares de informação, assessoria e atendimento ao cidadão, que permitam ao mesmo conhecer e avaliar as suas necessidades jurídicas ou judiciais, incluindo a possibilidade de resolver extra-judicialmente os seus conflitos.
- A criação de sistemas gratuitos que favoreçam a mais ampla e correta difusão da informação jurídica e legislativa na sociedade, em especial, fazendo uso das possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias e prestando também particular atenção aos meios de comunicação.

Para tanto, convém continuar os esforços já desdobrados pela XIII Conferência de Ministros da Justiça e agradecendo as ponências apresentadas pelas delegações da Argentina e Costa Rica, considera conveniente que se reúna o “Fórum sobre acesso à justiça”, com a finalidade de realizar intercâmbio de experiências, unir critérios e promover a cooperação mútua entre os serviços estatais que prestam serviços de acesso à justiça e assistência jurídica gratuita. Solicita que elabore uma recomendação geral sobre o acesso à Justiça nos países ibero-americanos, nos termos propostos acima e toma nota do oferecimento do Chile para acolher a reunião do Fórum.

3. CONSIDERA da mais alta conveniência a introdução das novas tecnologias na Administração de Justiça, no marco de uma estratégia

os setores afetados, através de um planejamento integral e a implantação progressiva, de forma que permita não apenas a otimização

dos recursos econômicos disponíveis, mas também a seleção das melhores opções tecnológicas, adequadas aos fins, necessidades e particulares sensibilidades próprias da Administração de Justiça, para o qual entende que haveria que considerar:

- Estabelecer um sistema de informação ágil, integrado e plenamente interoperável na Administração de Justiça, capaz de compartilhar informação entre os diversos órgãos jurisdicionais e promotorias, agilizando as comunicações entre os mesmos, o acesso aos registros e aos bancos de dados e a itinação de expedientes, bem como facilitando a obtenção de informação estatística, imprescindível para um controle do funcionamento e uma gestão eficiente dos recursos.
- Incorporar a Administração de Justiça à Sociedade da Informação, permitindo a interconexão eletrônica dos operadores jurídicos, os organismos públicos e os próprios cidadãos, abrindo a possibilidade de comunicar-se telematicamente com os escritórios judiciais para obter diretamente informação sobre os assuntos que lhes afetam, apresentar todo tipo de escritos processuais e realizar boa parte de suas gestões sem deslocamentos físicos até as sedes judiciais.
- O aproveitamento máximo das novas tecnologias tem também uma clara finalidade de economizar despesas, trâmites e deslocamentos, cumprindo sempre com os requisitos que permitam garantir a segurança, confiabilidade e autenticidade das transmissões de dados e informações, próprias da Administração de Justiça. A vídeo-conferência é um bom expoente das formidáveis possibilidades que oferecem as novas tecnologias, dentro do marco das garantias constitucionais.
- A formação dos operadores jurídicos, judiciais e do pessoal a serviço da Administração de Justiça deve constituir uma parte imprescindível do esforço planejador, em consideração com a formidável mudança que supõe a introdução das novas tecnologias em qualquer âmbito da sociedade.

Tendo em conta o caráter inovador deste esforço, presente em todos os processos nacionais de reforma, e devido ao seu caráter horizontal, considera-se a Conferência de Ministros da Justiça dos países Ibero-americanos como foro adequado para por em comum e intercambiar experiências sobre os distintos problemas estabelecidos, as soluções

aplicadas e os resultados obtidos na implantação das novas tecnologias nos países ibero-americanos e,

Toma nota do contato iniciado com o Seminário de Cartagena de Índias de julho de 2003, sobre a “Modernização da Justiça e a segurança jurídica preventiva através das novas tecnologias” e solicita da Secretaria Geral que continue com o fluxo de informação sobre a questão, incluindo a realização de encontros com a participação dos principais atores nacionais envolvidos, desenhando ali, onde for possível, projetos de cooperação que ajudem a implantação coerente e adequada das novas tecnologias.

Ainda, recomenda-se à Secretaria Geral que estude junto com os Estados Participantes da Conferência, os âmbitos concretos nos quais as novas tecnologias podem auxiliar a melhorar e reforçar a cooperação jurídica e judicial internacional, em particular agilizando o intercâmbio de informação sobre antecedentes penais.

II. No que se refere à Reforma Penal,

Assumindo a necessidade de dar respostas às exigências de nossas sociedades em relação à Justiça Penal,

Constatando a existência de numerosos processos de reforma da Justiça Penal em andamento nos países ibero-americanos,

Assinalando a crescente interrelação das sociedades modernas e a importância de responder de forma harmoniosa aos distintos desafios transnacionais que estas enfrentam,

1. DESTACA a necessidade de que as reformas da justiça penal sejam efetuadas a partir de uma perspectiva integral do ajuizamento criminal, enfocadas para reforçar o bom funcionamento da justiça penal, que atue com rapidez e com respeito às garantias constitucionais e processuais, incrementando a segurança jurídica e cidadã e reduzindo a duração dos processos.

E para isto, agradecendo a ponência do México, considera conveniente aprofundar o conhecimento dos processos em andamento de reforma da justiça penal e para tal fim, solicita da Secretaria Geral que continue o fluxo de informação sobre a questão, incluindo a realização de encontros com a participação dos principais atores nacionais envolvidos nas reformas.

2. CONSIDERA de grande importância a coordenação dos esforços internacionais para a definição e tipificação de condutas delitivas com efeitos transnacionais, o que resulta no incremento da eficácia da luta contra o crime organizado, e para tal estima conveniente:

- Exortar os Estados que ainda não o tenham feito, a adotar os mecanismos necessários para incorporar aos seus respectivos ordenamentos jurídicos as Convenções Internacionais e a adequar seus respectivos ordenamentos jurídicos às obrigações internacionais assumidas que reprimam o narcotráfico, precursores químicos, o terrorismo, o tráfico de pessoas, a lavagem de dinheiro, a corrupção, o tráfico ilícito de armas, o delito informático, a exploração sexual de menores e qualquer outra forma de delinquência organizada transnacional.
- Propiciar que tal adequação seja realizada tendo como foco o objetivo de alcançar certas semelhanças básicas no que diz respeito à tipificação de condutas delitivas e às sanções correspondentes entre os países desta Conferência.

Agradece a ponência da Argentina, e considera que a Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos é um fórum muito adequado de discussão e debate para enfrentar as transformações necessárias para a harmonização e futura unificação das normas penais e,

Solicita à Secretaria Geral que continue com os trabalhos já iniciados neste sentido pela XIII Conferência para promover o estudo, análise e seleção das figuras delitivas acima assinaladas, que mereceriam um tratamento prioritário com o objetivo de alcançar uma harmonização que fortaleça a cooperação jurídica nos países ibero-americanos, estudando a possibilidade de tomar como marco de referência os avanços que ocorrem em áreas integradas de avançado desenvolvimento, como por exemplo, a União Européia. Ainda, toma nota do oferecimento da Argentina para acolher uma reunião de especialistas neste sentido.

III. No que se refere à Cooperação Judicial Internacional,

Levando em consideração a necessidade de que a cooperação judicial nos princípios do século XXI venha a dar resposta adequada aos desafios modernos, com uma maior flexibilidade e agilidade, tanto nos assuntos

civis como nos assuntos penais, cuja natureza inter-fronteiras está sendo notavelmente incrementada,

Levando em consideração a conveniência de facilitar e reforçar os contatos práticos e operacionais entre as autoridades competentes, sem prejuízo do adequado respeito ao marco jurídico aplicável,

Destacando as experiências em andamento de mecanismos que favorecem os contatos entre autoridades judiciais, como as redes judiciais criadas na União Européia,

Tendo presentes as considerações efetuadas pelos Chefes de Estado e de Governo por ocasião da XIII Cúpula Ibero-americana, em Santa Cruz de la Sierra, em novembro de 2003,

1. CONSIDERA conveniente impulsionar a criação de uma Rede Ibero-americana de Cooperação Judicial em matéria civil e penal, através da designação no seio das autoridades centrais, autoridades judiciais e promotores, de pontos de contato com sólidos conhecimentos e experiência prática em cooperação judicial internacional, de forma que, com pleno respeito à normativa interna e convencional vigente:

- Reforce a necessidade de encontrar soluções práticas em matéria de agilização de tal cooperação, como informação sobre sistemas jurídicos e judiciais, assistência para a apresentação e execução de solicitações de cooperação, a identificação de autoridades judiciais competentes e assistência na busca de soluções concretas,
- Realize reuniões periódicas para avaliar seu funcionamento, intercambiar experiências, identificar melhores práticas e debater sobre problemas jurídicos e práticos que afetam a cooperação no âmbito da Justiça.

Agradecendo a ponência de Portugal e para dar cumprimento a esta decisão, solicita-se à Secretaria Geral a tarefa de criar um Grupo de Trabalho da Conferência, composto pelos Estados Participantes, com a participação de representantes das autoridades judiciais e das promotorias e concretamente, representantes dos Presidentes dos Supremos Tribunais e dos Procuradores Gerais para que, sobre a base das experiências existentes, ponham em funcionamento uma Rede Ibero-americana de Cooperação Judicial. Para tal finalidade, a Secretaria Geral coordenará adequadamente

ações com as Secretarias das reuniões ibero-americanas de autoridades judiciais e de promotorias.

Outrossim, a Conferência toma nota dos excelentes resultados obtidos na I Reunião de Autoridades Centrais Ibero-americanas celebrada em La Antigua, Guatemala, em abril de 2003, sobre o traslado de pessoas condenadas, cujo enfoque e conclusões eminentemente práticos constituem um adequado modelo a ser seguido para dar valor agregado à cooperação judicial ibero-americana.

A CONFERÊNCIA procedeu a designar os cinco países que devem integrar a Comissão Delegada, resultando eleitos

Foi eleito por aclamação Secretário Geral, el Sr. Dr. ...

Por oferecimento do Sr. Dr. Juan Fernando López Aguilar, Ministro da Justiça da Espanha, a XV Conferência será celebrada em Las Palmas de Gran Canária (Espanha) durante o ano de 2006. A Conferência aceita agradecida o oferecimento.

FINALMENTE, a Conferência mostra seu agradecimento ao povo e autoridades do Brasil, à cidade de Fortaleza e, em especial, ao Ministro da Justiça, Sr. Dr. Márcio Thomaz Bastos, pela organização desta XIV Conferência e pela ajuda que tem prestado para os fins de colaboração solidária que a Conferência se propõe.

Esclarece-se que a assinatura desta Ata pelos senhores presentes, deve ser entendida com as limitações estabelecidas nos respectivos ordenamentos jurídicos de cada um dos países.

Assinam “ad referendum” a presente Ata, na cidade de Fortaleza, no encerramento da Conferência, no dia dois de junho de 2004.

Pela República Argentina

Pela República Federativa do Brasil

Pela República da Colômbia

Pela República da Costa Rica

Pela República de Cuba

Pela República do Chile

Pela República de El Salvador

Pelo Reino da España

Pela República de Honduras

Pelos Estados Unidos Mexicanos

Pela República do Panamá

Pela República do Paraguai

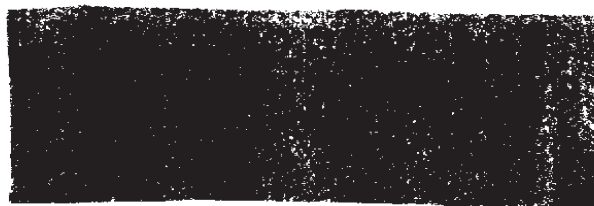
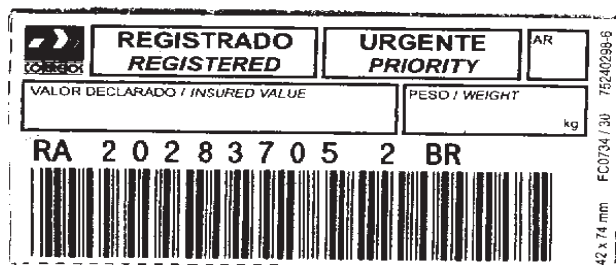
Pela República do Peru

Pela República de Portugal

Pela República Dominicana

Pela República Oriental do Uruguai

O Secretário Geral.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O expediente lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, aviso do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

É lido o seguinte:

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Nº 406-A/2004, de 4 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 101, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– As informações foram encaminhadas em cópia ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício do Ministro de Estado da Defesa, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

É lido o seguinte:

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA

Nº 3.798/2004, de 31 de maio último, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 90, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– As informações foram encaminhadas em cópia ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 549, DE 2004

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios.

Relator: Senador **Aloízio Mercadante**

I – Relatório

Trata-se, conforme a informação da ementa, de proposição legislativa que visa alterar a Constituição, na parte referente a precatórios, para estabelecer tratamento diferenciado a pessoas idosas, para que tais cidadãos e cidadãs, na hipótese de que tenham a receber pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em razão de sentença judicial, não se submetam, como as demais pessoas físicas e as pessoas jurídicas, à ordem cronológica da apresentação dos precatórios.

Os autores da proposta assinalam, na justificção, que o seu escopo é materializar princípios que já constam da legislação brasileira, especialmente da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que institui a Política Nacional do Idoso, relativamente aos direitos dos idosos. Um desses direitos é o de “garantir prioridade de atendimento nos órgãos prestadores de serviço”.

Conforme o Senador Maguito Vilela, primeiro subscritor, e os demais autores da proposta sob exame, no que diz respeito ao pagamento de precatórios, “os idosos esperam a quitação do débito até o fim de suas vidas, mas ela demora tanto a sair que aproveita apenas os herdeiros”. Tal injustiça demanda uma ação incontestante do Estado.

II – Análise

A Constituição já estabelece, no próprio dispositivo que se pretende agora modificar, que tal ordem não se aplica “às obrigações definidas em lei como de pequeno valor”.

Com relação à desigualdade com que se pretende tratar os idosos, cabe assinalar que a própria Constituição confere gratuidade no uso de transportes coletivos urbanos aos maiores de sessenta e cinco anos (§ 2º do art. 230), e a legislação ordinária vem consagrando outros direitos especiais, tais como a prioridade na distribuição de feitos em que sejam parte pessoas idosas.

Registramos, portanto, que a proposição não pode ser inquinada de inconstitucional, por ofensa ao princípio isonômico, pois, conforme largamente discutido em nosso mundo jurídico, trata desigualmente os desiguais, o que, desde que praticado com razoabilidade, realiza, e não contradiz, os mandamentos constitucionais pertinentes à igualdade.

Cabe, então, o exame percuente do mérito da proposição, e isso deve levar em conta aspectos essenciais da realidade brasileira, tanto aqueles que dizem respeito à situação das finanças públicas da União, dos Estados e dos Municípios, como os que se referem ao indubitável processo de envelhecimento da população brasileira.

Os limitados recursos dos entes públicos, de um lado, associados ao aumento progressivo da popula-

ção de idosos, podem levar a que a quantidade de processos nos quais o ente estatal estará obrigado a pagar em espécie venha, progressivamente, a tomar-se cada vez maior.

De outra parte, o precatório no qual o idoso é parte interessada, conforme o texto da proposta de emenda à Constituição que ora examinamos, pode ser de qualquer valor, sem limitação, circunstância que pode onerar a execução do orçamento do ente público em dado exercício, em prejuízo de serviços públicos essenciais a todos, inclusive à população de maior idade.

Assim, de uma parte, reconhecemos o mérito inquestionável das intenções que moveram a apresentação dessa proposição legislativa. De outra, preocupamo-nos em viabilizar a sua aprovação, na forma que não implique dificuldades à sua realização prática.

III – Voto

Em face do exposto, o nosso voto é favorável à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição sob exame, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1 (SUBSTITUTIVO), DE 2003

Altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, para determinar que, no pagamento das obrigações definidas em lei como de pequeno valor, não sujeitas a precatório, terão prioridade àquelas devidas aos idosos

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º O § 3º do art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 100.

§ 3º O disposto no **caput** deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica ao pagamento das obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado, as quais serão pagas, em primeiro lugar, aos credores idosos. (NR)

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de junho de 2004. – **Edison Lobão**, Presidente – **Aloísio Mercadante**, Relator – **Serys Slhessarenko** – **Tião Viana** – **Antonio Carlos**

Valadares – Magno Malta – Eduardo Suplicy – Romero Jucá – Luiz Otávio – Maguito Vilela – Antonio Carlos Magalhães – César Borges – Demóstenes Torres – José Jorge – Rodolpho Tourinho – Álvaro Dias – Tasso Jereissati – Arthur Virgílio – Leonel Pavan – Jefferson Peres – Paulo Octávio – Roberto Saturnino – Garibaldi Alves Filho – Sibá Machado – Lúcia Vânia – Papaléo Paes – Ana Júlia Carepa – Ideli Salvatti

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

PARECER Nº 550, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2000 (PL nº 3.478/97, na Casa de origem), que institui o Programa de Diagnóstico e Prevenção de Anomalias Fetais, e dá outras providências.

Relatora: Senadora **Patrícia Sabóia Gomes**

Relator **Ad Hoc**: Senador **Augusto Botelho**

I – Relatório

O art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2000, institui o “Programa de Diagnóstico e Prevenção à saúde do feto”, mediante a criação do que o proponente chama de “mecanismo de educação e prevenção pré-natal”. Ressalte-se que, na ementa do projeto, a denominação escolhida é Programa de Diagnóstico e Prevenção de Anomalias Fetais.

Pelo art. 2º, todas as unidades sanitárias e hospitais ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS) ficam obrigados a desenvolver o referido programa, e isso deverá ocorrer a partir da data de publicação da lei em que o projeto se converter, conforme determina a cláusula de vigência definida no art. 3º.

A proposta tem por objetivo possibilitar a toda a população feminina do País o acesso ao diagnóstico

preventivo das anomalias fetais, o que pode ser feito por meio de exames que possibilitam a detecção de anomalias nos cromossomos, defeitos anatômicos graves e anomalias cardiovasculares do feto. Os métodos mais conhecidos são o ultra-som morfológico e o exame das células do feto, da placenta, do líquido amniótico, e do sangue do cordão umbilical.

Ressalte-se que, na legislatura anterior, a matéria recebeu parecer favorável do Senador Sebastião Rocha, mas não chegou a ser apreciada pela CAS. Retoma, então, a esta Comissão para continuar tramitando em razão do disposto no inciso I, do art. 332, do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002, do Senado Federal.

Por fim, assinale-se que não tramitam nesta Casa outras proposições sobre a matéria.

II – Análise

A pesquisa e o tratamento das anomalias fetais são, de fato, a nova fronteira a ser conquistada para a redução da mortalidade infantil. O oferecimento desse cuidado a todas as mulheres brasileiras poderia contribuir para a detecção precoce dessas anomalias, e, em muitos casos, a correção ou a minimização das consequências adversas para a saúde e a sobrevivência das crianças afetadas, além de possibilitar o correto aconselhamento dos pais.

Dessa forma, louvemos a intenção do PLC nº 104, de 2000, inegavelmente dotada de elevada sensibilidade social.

Porém, deve-se salientar a duvidosa constitucionalidade da proposição em tela, uma vez que, segundo dispõe a Constituição Federal, art. 84, VI, alínea **a**, compete privativamente ao Presidente da *República* *dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos* (grifo nosso).

Parece-nos que qualquer projeto que objetive criar um programa de trabalho a ser implementado pelo Governo em órgãos ou serviços públicos visa dispor sobre o funcionamento da administração federal e, portanto, invade a competência privativa – constitucionalmente definida – do Presidente da República. Isso faz com que o projeto em análise fira a independência entre os poderes, pois a apontada reserva de competência é consectário direto do princípio da separação dos poderes, sabidamente o mais importante dos princípios constitucionais estruturantes do Estado brasileiro. O aludido princípio fundamenta-se, essencialmente, na especialização funcional, com base na qual cada poder é especializado no desempenho de uma específica função estatal (funções legislativa, executiva e jurisdic-

cional), e na independência orgânica, que significa a ausência de instrumentos de subordinação de cada poder em relação aos demais.

Outro aspecto importante sobre a matéria é que os procedimentos para o diagnóstico e prevenção de anomalias fetais exigem diferentes tipos de exames, muitos destes com equipamento tecnologicamente de ponta e profissionais especializados, impossibilitando, em função dos custos, a universalização deste atendimento, com os mesmos procedimentos e técnicas.

Mesmo entendendo, que a proposição, nos termos em que foi aprovada na Câmara, não pode ser aprovada, esta Casa não pode perder de vista que no mérito a proposta tem elevado alcance social, inclusive tendo sido objeto de recomendação do relatório final da CPI destinada a investigar a incidência da mortalidade materna no Brasil.

Assim sendo, sugerimos mudanças no sentido de retirar o caráter de criação de programa e condicionando os tipos de técnicas e procedimentos médicos às condições de cada uma das unidades de saúde, no tocante aos recursos humanos e equipamentos disponíveis.

III – Voto

Em vista do exposto, nosso voto é pela aprovação do PLC nº 104, de 2000, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CAS

Dê-se à ementa do PLC nº 104, de 2000, a seguinte redação:

Inclui na assistência pré-natal a prevenção, o diagnóstico e o tratamento das anomalias fetais, e dá outras providências.

EMENDA Nº 2 – CAS

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 104, de 2000, a seguinte redação:

Art. 1º Fazem parte da assistência pré-natal a prevenção e o diagnóstico das anomalias fetais, e, sempre que tecnicamente possível, também o seu tratamento, além do esclarecimento dos pais sobre o assunto e o aconselhamento nos casos indicados, respeitados os limites a serem dispostos em regulamento.

§ 1º O regulamento desta lei deverá dispor sobre as indicações, as técnicas e os procedimentos para a implementação do disposto no **caput**, respeitada a realidade de cada uma das unidades de saúde em relação aos recursos humanos e equipamentos disponíveis para a execução de cada um dos procedimentos.

§ 2º Cabe ao profissional encarregado da assistência a responsabilidade de tomar as iniciativas ne-

cessárias para implementar o disposto nesta lei e em seu regulamento.

§ 3º É facultado à gestante submeter-se ou não aos procedimentos indicados.

Sala da Comissão, 3 de junho de 2004. – **Lúcia Vânia**, Presidente – **Patrícia Saboya Gomes**, Relatora – **Augusto Botelho**, Relator *ad hoc* – **Ideli Salvatti** – **Fátima Cleide** – **Flávio Arns** – **Sibá Machado** – **Aelton Freitas** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Delcídio Amaral** – **Ramez Tebet** – **Papaléo Paes** – **Maria do Carmo Alves** – **Lúcia Vânia** – **Reginaldo Duarte** – **Augusto Botelho** – **Juvêncio da Fonseca** – **Antônio Carlos Valadares** – **Sérgio Guerra**.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250 PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Sebastião Rocha**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2000, institui, por meio de seu art. 1º, um “Programa de Diagnóstico e Prevenção à saúde do feto” – que, na emenda, tem a denominação de Programa de Diagnóstico e Prevenção de Anomalias Fetais – a ser implementado mediante a criação do que o proponente chama de “mecanismo de educação e prevenção pré-natal”.

Ressalte-se que, pelo art. 2º, todas as unidades sanitárias e hospitais ligados ao Sistema Único de Saúde ficam obrigados a desenvolver o referido programa e que, pela cláusula de vigência definida no art. 3º, isso deverá ocorrer a partir da data de publicação da lei em que o projeto se converter.

Segundo menciona o autor em sua justificação, a proposta tem por objetivo possibilitar a toda a população feminina brasileira o acesso ao diagnóstico preventivo das anomalias fetais, o que pode ser feito por meio de exame das células do feto, da placenta, do líquido amniótico, do sangue do cordão umbilical ou do exame denominado “ultra-som morfológico”, que possibilitam a detecção de anomalias nos cromossomos, defeitos anatômicos graves e anomalias cardiovasculares do feto.

O projeto deverá ser apreciado por esta Comissão de Assuntos Sociais em caráter terminativo, registrando-se que, encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

Por fim, assinale-se que não tramitam nesta Casa outras proposições sobre a matéria.

II – Análise

A pesquisa e o tratamento das anomalias fetais são a nova fronteira a ser conquistada para a redução da mortalidade infantil.

O oferecimento desse cuidado a todas as mulheres brasileiras poderá contribuir substancialmente para a detecção precoce dessas anomalias, o que possibilitará, em muitos casos, a correção ou a minimização das consequências adversas para a saúde e a sobrevivência das crianças afetadas, e também o correto aconselhamento dos pais.

Dessa forma, deve-se louvar o PLC nº 104, de 2000, que institui proposta de elevado alcance social.

Porém, deve-se salientar algumas falhas na proposição. Em primeiro lugar, o nome do projeto a ser instituído aparece de uma forma na emenda e de outra forma no art. 1º além de, neste último caso, conter uma significativa imprecisão semântica – não fazemos “diagnóstico e prevenção à saúde”, mas sim diagnóstico e prevenção de doenças. Em segundo lugar, a expressão “mediante a criação de mecanismo de educação e prevenção pré-natal” é excessivamente vaga e novamente imprecisa. Por fim, a norma não estabelece sanções para o descumprimento de suas determinações.

Assim sendo, sugerimos algumas alterações que julgamos corrigir as falhas do projeto e aprimorar seu texto. Primeiramente, acreditamos que, em vez de instituir um novo programa para atingir o propósito almejado, os procedimentos inerentes à pesquisa, prevenção e tratamento das anomalias fetais deveriam integrar a própria assistência pré-natal que já é realizada nos serviços de saúde.

Em segundo lugar, é preciso garantir que também as gestantes atendidas nos serviços privados de saúde venham a receber a assistência mais completa possível em suas gestações, razão porque incluímos os fetais no pré-natal assim definido de forma genérica – sem indicar especificamente o Seis –, ademais de explicitar que eles deverão integrar a assistência prestada com a cobertura dos planos privados de saúde.

Além disso, atribuímos ao profissional encarregado da assistência pré-natal – que em nosso País pode ser feita por médico, enfermeiro ou obstetra – a responsabilidade de tomar a iniciativa para implementar o disposto na lei, mas resguardamos o livre-arbítrio da gestante para submeter-se ou não aos procedimentos indicados.

Por fim, prevemos sanções para o descumprimento das determinações legais, dirigidas tanto aos profissionais encarregados da assistência quanto aos gestores do SUS e às operadoras de planos de saúde, além de prever o prazo de um ano para a lei entrar em vigor,

de forma a possibilitar que todos os serviços de saúde se preparem para implementar suas disposições.

III – Voto

Em vista do exposto e sendo o PLC nº 104, de 2000, dotado de mérito, o nosso voto é por sua aprovação com as seguintes emendas:

EMENDA Nº

Dê-se à ementa do PLC nº 104, de 2000, a seguinte redação:

Inclui na assistência pré-natal a prevenção o diagnóstico e o tratamento das anomalias fetais, e dá outras providências.

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 104, de 2000, a seguinte redação:

Art. 1º Fazem parte da assistência pré-natal a prevenção e o diagnóstico das anomalias fetais, e, sempre que tecnicamente possível, também o seu tratamento, além do esclarecimento dos pais sobre o assunto e o aconselhamento nos casos indicados, respeitados os limites a serem dispostos em regulamento.

§ 1º O regulamento, desta lei deverá dispor sobre as indicações, as técnicas e os procedimentos para a implementação do disposto no caput.

§ 2º Cabe ao profissional encarregado da assistência a responsabilidade de tomar as iniciativas necessárias para implementar o disposto nesta Lei e em seu regulamento.

§ 3º É facultado à gestante submeter-se ou não aos procedimentos indicados.

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 2º do PLC nº 104, de 2000, a seguinte redação:

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei e em seu regulamento, no âmbito de serviço de saúde integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), constitui crime de responsabilidade e sujeita o gestor municipal, estadual, distrital e federal do SUS às penalidades previstas em lei.

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 3º do PLC nº 104, de 2000, a seguinte redação:

Art. 3º O disposto nesta lei estende-se à assistência pré-natal prestada com a cobertura dos contratos firmados sob o regime da lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, ficando as operadoras que descumprirem

esta determinação sujeitas às penalidades previstas naquela lei.

EMENDA Nº

Inclua-se um art. 4º no PLC nº 104, de 2000, com a seguinte redação:

Art. 4º Incorre em crime de Infração no exercício profissional o encarregado da assistência pré-natal que descumprir o disposto nesta lei e em seu regulamento, caso em que são aplicáveis as seguintes sanções:

I – advertência e multa;

II – suspensão temporária do exercício profissional, no caso de reincidência, e multa.

EMENDA Nº

Inclua-se um art. 5º no PLC nº 104, de 2000, com a seguinte redação:

Art. 5º Esta Lei entra em vigor um ano após a data de sua publicação.

Sala da Comissão, – **Sebastião Rocha**, Relator.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VI – dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização o funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

PARECER Nº 551, DE 2004

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2004 (nº 4.338/2001, na Casa de origem), que denomina Presidente Juscelino Kubitschek a rodovia BR. – 20, Brasília-Fortaleza.

Relator: Senador **Aelton Freitas**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 7, de 2004, de autoria dos Deputados Paes Landim e Saulo Pedrosa, tem por objetivo denominar Presidente Juscelino Kubitschek a rodovia BR. – 020, cujo traçado liga a cidade de Fortaleza à capital federal. Justifica

a proposição o argumento de que essa rodovia, considerada pelo próprio Juscelino Kubitschek a “Estrada da Integração Nacional”, foi concebida como parte do “grande cruzeiro rodoviário, demandando os quatro pontos cardeais, tendo por base Brasília”.

Segundo os autores do projeto, desses grandes eixos rodoviários imaginados pelo dignitário que pretende homenagear, a “rodovia da integração nacional é a única até hoje não concluída”. Encontram-se construídos apenas os trechos Brasília – Barreiras, no Estado da Bahia, e o que interliga Picos, no Estado do Piauí, à capital cearense, sendo descontínuas as iniciativas no sentido da construção dos trechos intermediários, que, concluídos, reduziriam a distância rodoviária entre Brasília e a capital cearense em cerca de 500km, consolidando o eixo viário mais importante entre as regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada por unanimidade pelas Comissões de Educação, Cultura e Desporto, de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Redação, tendo sido, nessa última, objeto de emenda destinada a remover a cláusula revogatória de caráter genérico, adaptando-a aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Recebido no Senado Federal no último dia 14 de abril, o projeto foi distribuído, com exclusividade, a esta Comissão de Educação (CE).

II – Análise

A denominação de rodovias, a par de atender aos requisitos do Plano Nacional de Viação (PNV), aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, deve subsidiariamente observar os ditames da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que “dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação e dá outras providências”. Nos termos do art. 2º dessa última norma legal, “uma estação terminal, obra-de-arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade”.

Não há dúvida de que a proeminente figura histórica do homenageado preenche a saciedade os requisitos legais para a denominação que se pretende promover. Ao longo de uma vida pública pródiga em realizações e exemplos, Juscelino Kubitschek ocupou a incontestável posição de um dos maiores personagens de nossa história. Culminando uma trajetória política iniciada com brilho na Prefeitura de Belo Horizonte, JK legou ao Brasil o maior símbolo de sua fé na integração nacional: a construção de Brasília.

A par de consentânea com as normas legais, a denominação que se pretende aditar à BR. – 020 demonstra-

se especialmente adequada e pertinente por tratar-se de uma rodovia que promove a ligação entre o Centro-Oeste e o Nordeste, duas regiões que, prejudicadas pelo histórico desequilíbrio das condições em que se promoveu o desenvolvimento econômico do País, foram diretamente beneficiadas pela interiorização da capital federal.

No tocante aos requisitos constitucionais, o PLC nº 7, de 2004, encontra abrigo nos arts. 22, XI, e 48, **caput**, da Lei Maior, que estabelecem, respectivamente, a competência da União para legislar sobre a matéria e a do Congresso Nacional para sobre ela dispor. Igualmente inexistente, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, ofensa à reserva de iniciativa nesse campo.

III – Voto

Não encontro inconstitucionalidade ou injuridicidade na proposição. No mérito, concordo com os argumentos do autor. Assim, ante as razões já mencionadas, voto pela aprovação do PLC nº 7, de 2004.

Sala da Comissão, 9 de junho de 2004. – **Hélio Costa**, Vice-Presidente no exercício da Presidência – **Aelton Freitas**, Relator – **Fátima Cleide** – **Ideli Salvatti** – **Jão Capiberibe** – **Duciomar Costa** – **Cristovam Buarque** – **Valdir Raupp** – **Papaléo Paes** – **Maria do Carmo Alves** – **Marco Maciel** – **Paulo Octávio** – **Sérgio Guerra** – **Reginaldo Duarte** – **Lúcia Vânia** – **Almeida Lima** – **Juvêncio da Fonseca**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
XI – trânsito e transporte;

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29-1-99

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do

art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29-1-99

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade.

PARECER Nº 552, DE 2004

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2004 (nº 4.265/2001, na Casa de origem), que institui o dia 13 de dezembro como o “Dia Nacional do Forró”.

Relator: Senador Reginaldo Duarte

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2004 (nº 4.265, de 2001, na origem), propõe seja instituído o dia 13 de dezembro como o “Dia Nacional do Forró”.

Na Câmara dos Deputados, foi apreciado pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto e também pela de Constituição e Justiça e de Redação. Ambas, no que respeita às respectivas competências, manifestaram-se pela aprovação da matéria.

No prazo estabelecido pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, não foi interposto recurso regimental para que o Plenário também opinasse. Uma vez definitivamente aceito por aquela Casa, foi enviado à revisão do Senado Federal, nos termos do art. 65 da Constituição.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto, razão pela qual será ele analisado como foi encaminhado ao Senado.

Também não se verificou a existência de matéria similar em tramitação que justificasse seu apensamento, nos termos do art. 258 do Regimento Interno.

II – Análise

A esta Comissão incumbe apreciar tanto o mérito da matéria quanto seus aspectos constitucionais, jurídicos e regimentais.

Uma vez que a data comemorativa proposta pelo PLC nº 29, de 2004, se reveste de caráter meritório, sua aprovação é altamente recomendada. Em primeiro lugar, pela significação que o forró como dança e como gênero musical assume no cenário da cultura nacional. Em segundo, pela escolha da data, que recai sobre o dia do natalício de Luiz Gonzaga, um dos maiores músicos que este País já conheceu.

Segundo o folclorista Câmara Cascudo o nome “forró” provém dos eventos festeiros conhecidos como “forrobodó”, isto é, de um tipo de festa que veio a se transformar em gênero musical. Desde o princípio, tem sido movido por vários tipos de música nordestina (baião, coco, rojão, quadrilha, xaxado, xote) e animado pela popular sanfona de oito baixos.

Sua expansão para além do Nordeste se deu simultaneamente com a imigração de grandes camadas da população daquela região para o Sudeste. Seu crescimento e reconhecimento nacional foi se afirmando pela atuação de casas de baile voltadas para o gênero, e também pela projeção que ganharam artistas de origem nordestina, como Jackson do Pandeiro, João do Vale e, principalmente, Luiz Gonzaga.

Pioneiro na difusão da música nordestina no Rio de Janeiro e em São Paulo, Luiz Gonzaga do Nascimento (1912—1989) talvez tenha sido o primeiro a registrar o termo em disco no Forró de Mané Vito, parceria com Zé Dantas, em 1949. Inúmeras outras composições suas desenvolvem o tema e a palavra. Portanto, a homenagem é mais do que merecida.

Quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade da proposição, acatamos em sua plenitude a análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, razão pela qual não julgamos necessário qualquer reparo.

III – Voto

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2004.

Sala da Comissão, 9 de junho de 2004. – **Hélio Costa**, Vice-Presidente no exercício da Presidência – **Reginaldo Duarte**, Relator – **Fátima Cleide** – **Ideli Salvatti** – **João Capiberibe** – **Aelton Freitas** – **Cristovam Buarque** – **Valdir Raupp** – **Papaléo Paes** – **Maria do Carmo Alves** – **Marco Maciel** – **Paulo Octávio** – **Sérgio Guerra** – **Lúcia Vânia** – **Almeida Lima** – **Juvêncio da Fonseca**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.
.....

PARECERES Nºs 553, 554 E 555, DE 2004

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002 (nº 4.089/98, na Casa de origem), que dispõe sobre a prevenção dos cânceres de mama e ginecológico.

**PARECER Nº 553, DE 2004,
DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

Relatora: Senadora **Fátima Cleide**

I – Relatório

Chega à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002 (Projeto de Lei nº 4.089, de 1998, na origem), de autoria do ilustre Deputado Enio Bacci.

O projeto determina, pelo seu art. 1º, que “a prevenção do câncer de mama e do colo uterino é assegurada, em todo o território nacional, nos termos desta Lei”.

O art. 2º atribui ao Sistema Único de Saúde (SUS) a responsabilidade de assegurar às mulheres assistência ginecológica periódica e contínua, um exame citopatológico do colo uterino às mulheres que tenham iniciado a vida sexual, uma mamografia às mulheres com idade a partir de quarenta anos e acesso a serviços de saúde de maior complexidade, quando necessário. A

incumbência de determinar a periodicidade dos exames é deixada a cargo do Ministério da Saúde.

O art. 3º prevê que a lei em que o projeto eventualmente se transformar entre em vigor na data da sua publicação.

Na Câmara dos Deputados, o projeto recebeu parecer favorável, na forma do substitutivo, na Comissão de Seguridade Social e Família, na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

O projeto foi distribuído a esta Comissão em 2002, mas não foi apreciado. Em conformidade com § 2º do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, o projeto foi devolvido pelo relator ao final da última legislatura. Em seguida, foi novamente distribuído à CAS, de acordo com o inciso I do art. 332 do mesmo regimento.

II – Análise

O Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002, vem ao exame do Senado Federal, como casa revisora, nos termos constitucionais. Trata-se de projeto de lei que institui, no âmbito do SUS, um programa de prevenção dos cânceres de mama e ginecológico.

O mérito do projeto é indiscutível. Adotar medidas que efetivamente reduzam a mortalidade pelos cânceres de mama e do colo uterino, que ceifam anualmente milhares de vidas de mulheres brasileiras, merece o aplauso de qualquer pessoa sensata. No entanto, a proposição apresenta alguns dispositivos que geram dúvidas relativas a sua constitucionalidade e técnica legislativa.

A proposição tem seu objeto definido de maneira clara: estabelecer um programa no âmbito do SUS para o combate a determinadas doenças de natureza crônico-degenerativa que afetam parcela significativa da população feminina adulta.

Os deveres e as obrigações do Parlamento, em um regime democrático, entretanto, nos impõem a consciência dos limites da ação legislativa, tendo em vista, sobretudo, o sistema de governo presidencial adotado em nosso País pela Assembléia Nacional Constituinte e, assim, os princípios e normas constitucionais pertinentes à separação dos poderes.

Dessa forma, consideramos imperiosa a necessidade de ser ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania antes da deliberação final sobre o projeto.

III – Voto

Em vista do exposto, e com base no que dispõe o inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, o voto é pela oitiva preliminar da Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania quanto à constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002, antes que esta Comissão se pronuncie definitivamente sobre a matéria.

Sala da Comissão, 12 de junho de 2003. – **Lúcia Vânia**, Presidente – **Fátima Cleide**, Relatora – **Ana Júlia Carepa** – **Eurípedes Camargo** – **Aelton Freitas** – **Mão Santa** – **Juvêncio da Fonseca** – **Íris de Araújo** – **Papaléo Paes** – **Edison Lobão** – **Roseana Sarney** – **Eduardo Azeredo** – **Antero Paes de Barros** – **Reginaldo Duarte** – **Sérgio Guerra** – **Patrícia Saboya Gomes**.

PARECER Nº 554, DE 2004

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relatora: Senadora **Serys Slhessarenko**

I – Relatório

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002, ementado. Conforme essa proposição (art. 19, a prevenção do câncer de mama e do colo uterino é assegurada, em todo o território nacional, nos termos desta lei.

Essa prevenção será assegurada pelo Sistema Único de Saúde, SUS, por meio de seus serviços, próprios, conveniados ou contratados, O SUS deve assegurar às mulheres a assistência ginecológica, inclusive informações; um exame citopatológico de colo uterino periódico; uma mamografia a todas as mulheres a partir de quarenta anos e o acesso a serviços de maior complexidade para diagnóstico e tratamento, quando necessário (art. 2º e seus quatro incisos).

II – Análise

A proposição foi aprovada pela Câmara dos Deputados, mediante o exame das comissões de Seguridade Social e Família, Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e Cidadania. No Senado, foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, que aprovou parecer da Senadora Fátima Cleide, o qual conclui, com base no que dispõe o inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, pela oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quando à Constitucionalidade e Juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002, antes que esta Comissão se pronuncie definitivamente sobre a matéria.

O Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados é pela constitucionalidade e juridicidade da proposição, cujo fundamento de validade constitucional repousaria no inciso XXIII do art. 22 da Carta Magna, que confere ao

Congresso Nacional a competência para legislar sobre seguridade social.

O projeto, por tratar de uma política de governo, na área de saúde, tem natureza autorizativa. A respeito desse tema, prevalece no Senado Federal o entendimento adotado por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mediante o Parecer nº 527, de 1998, pelo qual quanto à natureza jurídica do projeto de lei autorizativa, trata-se de projeto de lei como qualquer outro, com a peculiaridade de ser autorizativo e não imposto; positivamente, todo e qualquer projeto de lei autorizativa tem por escopo conceder autorização ao Poder Executivo para exercer competência que lhe é própria e privativa, sem contradição, em face dos motivos já expostos. E, finalmente, que o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de determinado ato de sua competência. Os Poderes são autônomos, porém harmônicos, o que permite procedimento conjugado.

III – Voto

Dada a magnitude social da proposição que ora se examina, levando em conta as conclusões do Parecer nº 527, de 1998, desta Comissão, e em face da manifestação inequívoca da Câmara dos Deputados, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002.

Sala da Comissão, 3 de março de 2004. – **Edison Lobão**, Presidente – **Serys Slhessarenko**, Relatora – **Tião Viana** – **Antonio Carlos Valadares** – **Marcelo Crivella** – **Eduardo Suplicy** – **Antonio Carlos Magalhães** – **Demóstenes Torres** – **Efraim Moraes** – **Alvaro Dias** – **Tasso Jereissati** – **Eduardo Azeredo** – **Mozarildo Cavalcanti**.

PARECER Nº 555, DE 2004

(Da Comissão de Assuntos Sociais)

Relatora: Senadora **Fátima Cleide**

I – Relatório

Retoma à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002 (Projeto de Lei nº 4.089, de 1998, na origem), de autoria do ilustre Deputado Enio Bacci.

Determina o projeto, no seu art. 1º, que a prevenção dos cânceres de mama e do colo uterino deve ser assegurada em todo o território nacional.

O art. 2º estabelece que o Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de serviços próprios, contratados ou conveniados, deverá assegurar assistência ginecológica periódica e contínua que inclua amplo trabalho informativo sobre os citados cânceres, realização de exame citopatológico do colo uterino, mamografia

e encaminhamento a serviços de maior complexidade para diagnóstico e tratamento, quando necessário.

O art. 3º determina que a lei resultante do projeto em apreço deverá entrar em vigor na data da sua publicação.

O projeto recebeu pareceres favoráveis nas três comissões da Câmara dos Deputados que o examinaram, a saber: Comissão de Seguridade Social e Família, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal recebeu o projeto em 2002. Por não ter sido apreciado na mesma Legislatura, foi devolvido pelo relator, conforme preceitua o § 2º do art. 89 do Regimento Interno desta Casa, tendo sido novamente distribuído à CAS, que o apreciou e votou pela oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na reunião do dia 3 de março de 2004, a CCJ opinou pela constitucionalidade e juridicidade do projeto.

II – Análise

Trata-se de projeto de lei que tem o claro e meritório objetivo de atribuir ao SUS o dever de efetivar ações que assegurem às cidadãs brasileiras o direito de receber cuidados preventivos em relação aos dois tipos de neoplasias malignas, ou cânceres, que mais acometem as mulheres: a do colo uterino e a de mama.

Apesar de o Ministério da Saúde desenvolver programas com a finalidade almejada, na prática não há uma cobertura satisfatória da população-alvo. A muitas brasileiras não é oferecido nem mesmo o mais simples dos exames previstos no projeto, que é o citopatológico do colo uterino, também chamado de colpocitologia, exame de Papanicolaou ou simplesmente prevenção. Em muitos lugares, a oferta desse exame não é regular, estando disponível apenas durante as chamadas campanhas de prevenção do câncer do colo uterino, que não têm periodicidade determinada.

O projeto de lei visa assegurar assistência ginecológica periódica e contínua, informações de caráter educativo e a realização de dois exames específicos: o citopatológico do colo uterino e a mamografia.

Determina o projeto que os exames deverão ser realizados a partir do início da vida sexual da mulher, no caso do citopatológico do colo, e a partir dos quarenta anos de idade, quando se trata da mamografia. Estabelece, ainda, que a mulher deverá ser encaminhada a serviços especializados, quando os exames detectarem alterações que necessitem diagnóstico e tratamento.

Os exames a serem realizados não são apenas preventivos. Em relação à citopatologia do colo uterino, ele é preventivo, quando detecta as chamadas lesões

precursoras do câncer, mas é, também, de detecção, pois pode descobrir a doença em seus vários estágios de evolução, desde o inicial até o mais avançado.

A mamografia, por sua vez, deve ser considerada, mais apropriadamente, um exame de detecção, pois, a rigor, a sua principal finalidade é descobrir o câncer de mama no seu início e, com isso, propiciar tratamento menos radical e mais efetivo.

A grande importância em se garantir a realização dos citados exames decorre do fato de as duas neoplasias malignas aqui tratadas serem as que mais acometem as mulheres. Os Indicadores de Morbidade e Fatores de Risco – Brasil – 2002, do DATASUS, mostram que a soma das taxas de incidência dos cânceres de colo e de mama é pouco inferior à soma de todas as taxas dos demais cânceres citados na tabela.

A grande importância do exame citopatológico do colo uterino deve-se ao fato de o mesmo detectar as chamadas lesões precursoras do câncer do colo e da vagina, lesões estas que podem demorar até mais de uma década para se transformarem em câncer invasor. Essa lenta evolução propicia oportunidade para que a mulher receba o acompanhamento ou o tratamento adequados, evitando a progressão para o câncer.

Se, por algum motivo, principalmente por desinformação ou por não lhe ter sido oferecida a oportunidade de fazer o exame preventivo, a mulher vier a ser surpreendida pela descoberta de um câncer do colo, mesmo assim ela será beneficiada, pois o tratamento é curativo em quase cem por cento dos casos iniciais. Mesmo os casos mais avançados têm uma alta percentagem de cura.

Além dos benefícios diretamente relacionados com o câncer, a citopatologia e o procedimento necessário para a colheita do material para esse exame poderão diagnosticar outras enfermidades, principalmente algumas doenças sexualmente transmissíveis, propiciando à mulher oportunidade de cuidar da sua saúde íntima.

Quanto ao câncer de mama e à mamografia, as considerações são diferentes. A rigor, esse exame não pode ser chamado de preventivo, pois a sua principal finalidade é detectar o câncer de mama nos seus estágios iniciais, quando então o tratamento poderá ser menos radical e será tanto mais eficaz quanto mais precocemente for instituído. Os benefícios do tratamento na fase inicial – se é que assim podemos chamar os resultados da terapia de uma doença grave – serão maiores tanto para a mulher, que sofrerá menos com os efeitos colaterais e terá seqüelas menos graves, quanto para o prestador dos serviços, o SUS, que desembolsará menores valores dos preciosos recursos

destinados à promoção, tratamento e recuperação da saúde de cidadãos e cidadãs brasileiros.

Apesar de as ações de prevenção e detecção do câncer do colo e de mama fazerem parte de programas do Ministério da Saúde, muitas cidadãs brasileiras não são amparadas por tais ações, pois muitos municípios não as oferecem, por vários motivos: carência de recursos financeiros, falta de pessoal habilitado, falta de suporte laboratorial, falta de condições para levar a oferta dos serviços a comunidades rurais, entre outros possíveis.

De inegável mérito, pelos motivos expostos, o projeto, no entanto, contém algumas impropriedades, que podem ser sanadas por meio de um substitutivo. As correções necessárias e as respectivas justificativas são:

I.a – a citopatologia do colo uterino rastreia não só as lesões precursoras do câncer do colo uterino, mas detecta, também, as alterações causadas pelo câncer já estabelecido, motivo pelo qual deve-se acrescentar, onde couber, o termo detecção;

I.b – a mamografia não é um exame que visa, propriamente, prevenir o câncer de mama, mas, sim, descobri-lo na fase inicial, motivo pelo qual deve-se falar em detecção da doença;

I.c – a expressão “assistência ginecológica periódica e contínua”, do inciso I, do art. 2º, é um tanto vaga, imprecisa, pois não especifica as ações de saúde que devem ser propiciadas às mulheres na citada assistência, além daquelas que são relacionadas no projeto em apreciação. Melhor seria determinar que, entre as ações de saúde que visam a assistência integral à saúde da mulher, os exames citados nos incisos II e III do art. 2º, do projeto em apreciação, deverão ser assegurados. A assistência integral à saúde deve ser prestada pelo SUS, nos termos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, que determina:

Art. 7º As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:

II – integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das

ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

I.d – a expressão “pelo menos” deve ser eliminada dos incisos II e III, do artigo 2º, por ser desnecessária e por possibilitar interpretação dúbia. A Lei complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, estabelece o seguinte:

Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

II – para obtenção de precisão:

c) evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto;

I.e – o inciso III, do art. 2º, do projeto em apreço determina que a mamografia deve ser realizada com a periodicidade recomendada pelo Ministério da Saúde. Atualmente, o Instituto Nacional de Câncer (INCA) não estabelece periodicidade para a realização do exame, apesar de reconhecer que há redução significativa da mortalidade no grupo de mulheres de 50 a 70 anos, que passam pelo rastreamento por meio de mamografia. O Inca só indica este exame em casos suspeitos e de alto risco. Nos demais casos, deve ser feito o exame clínico das mamas, ou seja, a inspeção, a palpação e a expressão mamilar. O projeto de lei em apreciação deve determinar que a periodicidade seja instituída;

I.f – a palavra “diagnóstico”, do inciso IV do art. 2º, deve ser substituída por “complementação diagnóstica”, pois quando a mulher é encaminhada a um serviço de maior complexidade, isto significa que um diagnóstico provisório já foi aventado;

I.g – ainda no inciso IV, do art. 2º, é necessário acrescentar que o acesso deve ser garantido, também, para o seguimento ou controle dos casos tratados;

I.h – como acontece em todas as atividades científicas, também na Medicina o progresso e o conseqüente surgimento de novos procedimentos diagnósticos podem tornar obsoletos os que hoje são utilizados, motivo pelo qual deve-se prever a possibilidade de que a citopatologia e a mamografia sejam complementadas ou substituídas por outros

exames, quando o órgão responsável pela efetivação das ações propostas assim decidir. É necessário criar-se um parágrafo, no art. 2º, deixando clara tal possibilidade;

I.i – o art. 3º determina que a lei em que o projeto eventualmente se transformar entre em vigor na data da sua publicação. Se for verdade que na maioria das grandes cidades brasileiras já existem programas que oferecem os exames propostos, ou podem oferecê-los prontamente, muitos municípios brasileiros não dispõem de estrutura operacional e, sequer, de um médico ou de outro profissional de saúde habilitado a realizar os procedimentos necessários para a colheita do material e, posteriormente, avaliar os resultados dos exames, motivo pelo qual deve ser concedido um prazo razoável para que as condições mínimas sejam criadas.

As alterações propostas seguramente farão com que a lei em que o projeto em apreciação se transformar, alcance o objetivo que esta relatora supõe ser o de todos aqueles que querem a melhoria da assistência à saúde das mulheres brasileiras.

III – Voto

Devido à grande importância das ações de saúde propostas no Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002, e à resultante proteção à saúde de milhares de cidadãs brasileiras e considerando que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa opinou pela constitucionalidade e pela juridicidade da proposição, voto pela aprovação do projeto, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1 – CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 2002

Dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do sistema único de saúde (SUS).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As ações de saúde previstas no art. 7º, II, da Lei nº 8.080, de 19 setembro de 1990, relativas à prevenção, detecção, tratamento e controle dos cânceres de mama e do colo uterino são asseguradas, em todo o Território Nacional, nos termos desta lei.

Art. 2º O Sistema Único de Saúde (SUS), por meio dos seus serviços próprios, conveniados ou contratados, deve assegurar:

I – assistência integral à saúde da mulher, incluindo amplo trabalho informativo e educativo sobre a prevenção, a detecção, o tratamento e o controle, ou seguimento pós-tratamento, das doenças a que se refere o art. 1º desta lei;

II – a realização de exame citopatológico do colo uterino a todas as mulheres que já tenham iniciado sua vida sexual, independentemente da idade;

III – a realização de exame mamográfico a todas as mulheres, a partir dos quarenta anos de idade;

IV – o encaminhamento, a serviços de maior complexidade, das mulheres cujos exames citopatológicos ou mamográficos ou cuja observação clínica indicarem a necessidade de complementação diagnóstica, tratamento e seguimento pós-tratamento que não puderem ser realizados na unidade que prestou o atendimento;

V – Os subseqüentes exames citopatológicos do colo uterino e mamográficos deverão ser assegurados segundo a periodicidade que o órgão federal responsável pela efetivação das ações citadas nesta lei deve instituir.

Parágrafo único. Os exames citopatológicos do colo uterino e mamográficos poderão ser complementados ou substituídos por outros, quando o órgão citado no inciso V deste artigo assim determinar.

Art. 3º Esta lei entra em vigor após decorridos um ano da sua publicação oficial.

Sala da Comissão, 3 de junho de 2004. – **Lúcia Vânia**, Presidente – **Fátima Cleide**, Relatora – **Ideli Salvatti** – **Flávio Arns** – **Aelton Freitas** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Dulcídio Amaral** – **Antonio Carlos Valadares** – **Ramez Tebet** – **Papaléo Paes** – **Maria do Carmo Alves** – **Reginaldo Duarte** – **Sérgio Guerra** – **Augusto Botelho** – **Juvêncio da Fonseca**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
XXIII – seguridade social;

.....
Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III – participação da comunidade.

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 96,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1993

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

.....
II – para a obtenção de precisão:

.....
c) evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto;

.....
LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

.....
Art. 7º As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:

.....
II – integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

RELATÓRIO

Relator: Senador **Sebastião Rocha**

I – Relatório

Encontra-se sob exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara nº

39, de 2002 (PL. nº 4.089, de 1998, na origem), de iniciativa do ilustre Deputado Enio Bacci, que dispõe sobre a prevenção dos cânceres de mama e ginecológico.

O art. 1º da proposição diz que “a prevenção do câncer de mama e do colo uterino é assegurada, em todo o território nacional, nos termos desta Lei”.

O art. 2º determina que o Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de seus serviços, próprios, conveniados ou contratados, deve assegurar às mulheres assistência ginecológica periódica e contínua, que inclua amplo trabalho de informação sobre o controle das doenças a que se refere o art. 1º pelo menos um exame citopatológico do colo uterino a todas as mulheres que tenham iniciado sua vida sexual, pelo menos uma mamografia a todas as mulheres a partir dos 40 anos, e acesso a serviços de maior complexidade para diagnóstico e tratamento, quando necessário.

O art 3º prevê que esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

II – Análise

O projeto de lei em tela tem seu objetivo meritório claramente definido: estabelecer um programa de ação que assegure às mulheres assistência ginecológica periódica e contínua, realização de exames a partir de uma determinada época da vida e acesso a serviços de maior complexidade para diagnóstico e tratamento, quando necessário.

Trata-se de iniciativa de alta relevância, que muito contribuirá para dar combate aos dois tipos de câncer que, por sua maior incidência, mais afetam a nossa população feminina.

No Brasil, o câncer de mama e o de colo uterino ocupam, respectivamente, o primeiro e o terceiro lugares como maiores causadores de mortes por neoplasias malignas.

A iniciativa em tela permitirá, mediante a ação dos órgãos competentes, oferecer às mulheres brasileiras tanto o tratamento desses dois tipos de câncer como as condições de sua prevenção.

Dados estatísticos atestam que apenas uma pequena parcela dos casos de câncer de mama ou ginecológico são diagnosticados em seus primórdios, o que leva muitas mulheres à mutilação ou à morte além de encarecer sobremaneira os custos da atenção à saúde no Brasil.

III – Voto

Em vista do exposto somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002.

Sala da Comissão, – **Sebastião Rocha**, Relator.

PARECER

PARECER Nº 527, DE 1998

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o requerimento nº 771, de 1996, em "Consulta do Plenário formulada por iniciativa do Senador Lúcio Alcântara, visando obter orientação referente aos projetos de lei autorizativa".

Relator: Senador Josaphat Marinho.

Relatório

1) O Senador Lúcio Alcântara, com fundamento no art. 101, V, do regimento Interno do Senado Federal, requer ao Presidente do Senado Federal que submeta a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania consulta, visando a obter orientação referente aos projetos de lei autorizativa.

2) Justifica a formulação da consulta em razão das "dúvidas freqüentes" quando da apreciação de projetos de lei que visam a conceder autorização ao Poder Executivo para exercer competência que, por previsão Constitucional, lhe é privativa.

3) Indaga, a propósito:

1 – qual a natureza jurídica do projeto de lei autorizativa?

2 – todo e qualquer projeto de lei autorizativa tem por escopo conceder autorização ao Poder Executivo para exercer a competência que lhe é própria e privativa?

3 – esse tipo de lei é passível de sanção?

4 – se o Poder Executivo não sancionar o projeto, porém não o vetar, é a lei passível de promulgação?

5 – esse tipo de lei é passível de arguição de inconstitucionalidade por vício de iniciativa?

6 – o vício de iniciativa é sanável com a sanção?

7 – qual é o efeito jurídico de uma lei autorizativa?

4) É o relatório.

Discussão

5) A Natureza da Norma Jurídica

Segundo Paulino Jacques, por "natureza da norma jurídica" entende-se o vínculo que une a "configuração, forma ou continente da norma, ao seu substrato, essência ou conteúdo. Esse vínculo é coercitivo ou paracoercitivo, conforme se manifesta pela coerção ou opção. O vínculo coercitivo gera as normas coercitivas, que se caracterizam pela imperatividade, e o vínculo paracoercitivo, as normas paracoercitivas, que se caracterizam pela optatividade. Se a norma proíbe, determina, restringe ou suprime, o seu vínculo é coercitivo; se, porém, declara, permite, esclarece ou supre, o é paracoercitivo". (In "Da Norma Jurídica (Forma e Matéria). 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1963, p. 43)

Dá a classificação genérica das normas jurídicas, quanto ao vínculo, isto é, quanto à natureza, em normas coercitivas e normas paracoercitivas, que, à sua vez, se subdividem, respectivamente, em normas proibitivas, preceptivas, taxativas e ab-rogativas, e normas simplesmente declarativas, permissivas, interpretativas e supletivas.

As normas coercitivas constituem o chamado **jus cogens**, que Paulo Dourado de Gusmão define como sendo aquele "direito que as partes não podem alterar", e as paracoercitivas constituem o chamado **jus dispositivum**, que reúne as normas optativas, ou seja, aqueles que declaram ou facultam direitos e atuam nos casos duvidosos ou omissos. (In *Introdução à Ciência do Direito*, Rio, 1956, p. 152).

6) Natureza das Normas Permissivas

As normas permissivas, que pertencem ao denominado **jus dispositivum**, são normas paracoercitivas que asseguram uma faculdade. Permitem ou facultam fazer alguma coisa; não enunciam nem programam, mas declaram a permissão ou a faculdade de fazer.

Tendo em vista o velho princípio de que **permittere quod non prohibetur**, Giorgio Del Vecchio entende que "as normas permissivas não têm razão de ser," mas, não obstante, cita as normas "precipualemente permissivas," abundantes no direito civil e comercial. (In *Lezioni di Filosofia del Diritto*, Milão, 1950, p. 222)

Entre vários exemplos, cita-se o Código Civil, arts. 42 e 70. O primeiro diz que "nos contratos escritos, poderão os contraentes especificar domicílio...;" na segunda, "é permitido aos chefes de família destinar um prédio para domicílio desta..." Ou o Código Comercial, art. 1º que reza que "podem comerciar no Brasil..."

Estabelece também a Lei Magna normas dessa mesma natureza: a que prescreve que "a Constituição poderá ser emendada (art. 60;" ou a que reza que "na hipótese do inciso I, o Deputado ou Senador poderá optar pela remuneração do mandato (art. 56, § 3º)".

Observe-se que, embora grande parte das normas do **jus cogens** seja de direito público, e as do **jus dispositivum**, de direito privado, conclui-se que há normas de direito público paracoercitivas, como também normas de direito privado coercitivas.

Assim, toma-se de grande importância a classificação das leis do ponto de vista da sua finalidade, ou dos seus efeitos.

7) Das Normas Constitucionais: validade e eficácia

Quando a Constituição se refere a leis ordinárias – que efetivamente abrangem várias modalidades, – há que admitir-se que entre elas podem ser editadas as leis autorizativas ou permissivas. A Constituição, entretanto, não especificou a natureza dessas leis ordinárias nem seu alcance ou sua eficácia.

A fixação das características da norma jurídica

é tema introdutório ao conhecimento da norma constitucional. A norma jurídica distingue-se por duas propriedades fundamentais: a validade e a vigência. Ensina Legaz Lacambra que a validade pertence à essência do Direito, e a vigência é qualidade extraída da experiência. Validade é a exigibilidade da norma. A vigência exprime a obediência dispensada à norma jurídica. (In *Filosofia del Derecho*, Barcelona: Bosch, 1953, p. 246)

Para Kelsen, a validade do Direito quer dizer que as normas jurídicas são vinculantes e todos devem comportar-se de acordo com as prescrições da norma, obedecendo e aplicando as normas jurídicas.

Eficácia do direito envolve outro plano da norma jurídica. É o do comportamento efetivo em face da norma jurídica aplicada e do correlato acatamento que ela impõe. A validade é uma qualidade do Direito e a eficácia decorre do comportamento efetivo em relação à norma jurídica. A coincidência entre a vigência e a obediência às normas caracteriza a efetividade do ordenamento jurídico. (In *Teoria generale del diritto e dello stato*. Edizioni di Comunità. Milano, 1952, p. 39)

Miguel Reale, na teoria tridimensional do Direito, demonstrou que não é possível separar vigência e eficácia. A vigência põe e exige a certeza do Direito, enquanto a eficácia projeta a norma no grupo humano a que ela se destina.

A norma constitucional é a norma fundamental que ocupa o vértice do ordenamento jurídico. A posição hierarquicamente superior da norma constitucional provoca a sanção da inconstitucionalidade, quando se verificar o conflito entre a norma fundamental e primária e as normas ordinárias e secundárias.

Rui Barbosa, na sábia interpretação da Constituição de 1891, fixou conceitos de oportuna aplicação para o esclarecimento conceitual da estrutura da norma constitucional. Partindo do pressuposto da brevidade constitucional, ensinava Rui que as Constituições "são largas sínteses, suma de princípios gerais, onde, por via de regra, só se encontra o **abstractum** de cada instituição nas suas normas dominantes, a estrutura de cada uma, reduzida, as mais das vezes, a uma característica, a uma indicação, a um traço". Proclamando que as cláusulas constitucionais são regras imperativas e não meros conselhos, avisos ou lições, e louvando-se na doutrina constitucional norte-americana, distinguia as disposições auto-executáveis ou auto-aplicáveis e as disposições constitucionais não auto-aplicáveis, que requerem a complementação do legislador, em cada caso. A lição de Rui vinculava-se à distinção da jurisprudência norte-americana sobre as duas categorias das normas constitucionais: as prescrições mandatórias (mandatory provisions) e as prescrições diretórias (directory provisions). In *Comentários à Constituição Federal Brasileira*. Coligidos e ordenados por Homero Pires. Livraria Acadêmica, 1933, v.2, p.477/478)

8) Da autorização legislativa e da lei autorizativa:

Exerce-se a função legislativa por meio da edição de leis que, no sentido material, significam a elaboração de normas gerais e abstratas.

Não se confunde, entretanto, autorização legislativa e lei autorizativa. Para Goffredo Telles Jr., a autorização é a essência específica da norma do direito, pois só "com o autorizamento da norma jurídica fica o lesado autorizado a coagir o violador da norma a cumpri-la ou a reparar o mal por ele produzido" (In *Compêndio de Introdução à Ciência do Direito*, ps. 341/342)

As características de generalidade e abstratividade de norma, entretanto, não obstam a que algumas tenham caráter especial. Assim, o inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal dispõe: "somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública".

A propósito, manifesta-se Maria Sylvia Zanella di Pietro (In *Direito Administrativo*, 1990, p. 284):

"Embora a Constituição, no inciso XIX do artigo 37, repetindo o mesmo erro do Decreto-Lei nº 200, fale em criação por lei, na realidade a lei apenas autoriza a criação (como consta no art. 236 da Lei das S.A.), pois essas pessoas jurídicas, como todas as demais do direito privado, só entram no mundo jurídico com a transcrição de seus atos constitutivos no órgão de registro público competente.

Além disso, nem sempre a entidade surge, originariamente, da lei, podendo resultar da transformação de órgãos públicos ou de autarquias em empresas, ou da desapropriação de ações de sociedade anônima já constituída por capital particular. O importante é que a lei resulte a clara intenção do Estado de fazer da entidade instrumento de sua ação."

E ressalta a autora:

"A exigência de autorização legislativa de tal forma se incorporou ao conceito de sociedade de economia mista, que a doutrina e a jurisprudência vêm entendendo que, se não houver autorização legislativa, não existe esse tipo de entidade, mas apenas uma empresa estatal, sob controle acionário do Estado (cf. acórdãos do STF in RED 143/118 e 145/170; e do TFR in RDA 157/222). Esse entendimento foi consagrado pelo legislador constituinte, como se verifica pela referência, em vários dispositivos, a esse tipo de empresa, como categoria à parte." (Id. p. 284)

Essa nos parece, em matéria administrativa, a melhor interpretação da norma inscrita no inciso XIX do artigo 37, que aponta a lei como autorizativa da criação de tais entidades.

Quanto ao inciso XX do mesmo art. 37, observa Celso Bastos:

"A forma como está redigido o preceito sob comento é de molde a extirpar qualquer dúvida. Tanto a criação de subsidiária como a participação das entidades da Administração descentralizada em outras sociedades depende de autorização legislativa específica." (*In Direito Administrativo Brasileiro*, p.142)

Fundado em observação de Mauro Rodrigues Penteado, ressalta o referido autor:

"Foi, desse modo, lançada a definitiva pá de cal em incipiente polémica que chegou a se esboçar em nossos meios jurídicos – que, contudo, já se achava pacificada nos âmbitos doutrinários, administrativos e judiciais – acerca das *soi-disant* sociedades de economia de 'segundo grau'. Doravante ao teor dos preceitos constitucionais citados, a criação de sociedade de economia mista e sua subsidiárias, bem como a participação de entidades da Administração Direta ou Indireta em empresas privadas passa a depender de empresa e específica autorização do Poder Legislativo." (*Id.*, p. 142)

Quanto à *forma* que deverá assumir a autorização legislativa, Celso Bastos afirma que se trata de lei.

"Vê-se, assim, que o Texto Constitucional (*sic*) procura extirpar, pelo menos impedindo a criação de novas, a existência de entidades da Administração descentralizada não antecedidas de autorização legislativa, a não ser nos casos em que a própria lei as crie. A inexistência da lei faz com que as entidades nunca ascendam à condição de sociedade de economia mista ou de empresa pública."

Conclui-se que há legitimidade constitucional e jurídica no uso de lei autorizativa em ambas as hipóteses – incisos XIX e XX do art. 37 C.F. – descabendo qualquer censura à adequação desse instrumento legislativo para a espécie.

Ademais, cabe o uso de lei autorizativa em outras áreas administrativas, como em matérias relativas a servidores públicos, autorizando a concessão por autoridade competente, de determinada vanta-

gem, ou mesmo para a venda de bens públicos, conforme a jurisprudência reiterada e a doutrina atual.

9) Da Lei autorizativa orçamentária:

A Constituição e as leis que tratam das leis orçamentárias, ou que a elas se referem, exibem com alguma constância as expressões aprovação e autorização, o que deu margem a acirradas e eruditas discussões acerca do caráter autorizativo da lei orçamentária, pelas quais se buscava a identificação de mecanismos jurídicos para tratar da não-execução, pelo Poder Executivo, de autorizações orçamentárias incluídas no orçamento anual.

A respeito, manifesta-se James Giacomoni (*In A Controvérsia sobre o caráter autorizativo da lei orçamentária*, Tributação em Revista, pp. 559/60):

"Duas expressões são comumente empregadas nas Constituições e nas leis que disciplinam essa competência (orçamentária): aprovação e autorização. Ao Poder Legislativo cabe aprovar a lei orçamentária, ou, dito de outra forma, cabe autorizar a cobrança das receitas e a realização das despesas públicas. Entender o exato sentido da expressão autorização, nesse contexto, é o ponto de partida da presente análise.

Possivelmente, encontrar-se-á alguma resposta para a questão olhando mais de perto a longa controvérsia, iniciada ainda na segunda metade do século passado, a respeito da natureza jurídica do orçamento público. Para a corrente liderada pelos alemães Rudolf Von Gneist e, principalmente, Paul Laband, a lei orçamentária limita-se a autorizar a arrecadação de receitas criadas por outras leis e a realização de despesas para a manutenção de serviços, igualmente estabelecidos por leis próprias. Nesse sentido, o orçamento não é uma lei no sentido material, pois "não fundamenta a obrigação jurídica de obter receitas ou realizar gastos". Seria um ato administrativo com forma de lei, ou apenas lei formal.

O significado da expressão autorização, papel atribuído ao Poder Legislativo nas definições orçamentárias, tem interpretação diversa por parte dos referidos autores. Eusebio Garcia cita algumas destas opiniões (*In introducción al derecho presupuestario*, Madrid: Editorial de Derecho Financiero, 1973, p. 160-61):

Para Constantino Mortati, "a lei relativa ao orçamento, mesmo denominando-se de aprovação, reveste-se substancialmente de autorização, tendo a função de exprimir, de forma concretamente operativa, faculdades já atribuídas ao governo pelas leis em vigor". O publicista italiano lembra que a lei orçamentária não cria legislação financeira sobre receitas e despesas; apenas autoriza o Poder Executivo

a cumpri-las sob certas condições e limites financeiros."

O mesmo autor cita ainda o entendimento de Louis Trotabas sobre a matéria:

"A essência da lei do Orçamento reside no termo 'autorização', conceito que vem caracterizado em função de seus efeitos jurídicos. Quanto aos gastos, a autorização orçamentária carece de virtude criadora, ela é simplesmente a condição de realização das despesas públicas, ou seja, juridicamente, um ato-condição. Quanto às receitas, a autorização tampouco estabelece regra geral alguma, é a condição necessária para que possam ser arrecadadas." (Id, p. 171)

Já José Afonso da Silva menciona, a respeito:

"É certo que os funcionários administrativos devem cumprir as metas previstas na programação orçamentária, e não o podem fazer livremente, mas nos termos e limites fixados na lei do Orçamento. Não podem deixar de cumprir as atividades e projetos constantes da lei de orçamento sem justificativa para tanto, ou com a simples justificativa de que não eram obrigadas a executá-las, porquanto a lei não lhes dá mais do que uma autorização para isso, ficando sua efetivação dependendo de sua vontade exclusivamente." (In "Orçamento-programa no Brasil" São Paulo: Rev. dos Tribunais. 1973, p. 272)

Reconhece-se, pois na lei autorizativa em matéria orçamentária não uma delegação de poder para decidir discricionariamente, mas, antes, uma vinculação ao Poder Executivo quanto ao que realizar, e em que montante, de acordo com sua programação de trabalho, que é constitucional e juridicamente legítima.

10) Das Leis Autorizativas em Área de Competência do Poder Executivo

Inúmeras iniciativas legislativas de deputados federais e senadores têm tido como objeto a concessão de uma autorização ao chefe do Poder Executivo para que essa autoridade pratique determinados atos situados sob sua competência constitucional. A Suprema Corte, nos autos do Recurso em Mandado de Segurança nº 21.769-DF, do Rel. Ministro Célso de Mello, 1ª Turma, assim está ementado.

"A Lei nº 8.025/90, ao conceder mera autorização ao Poder Executivo para o ato de venda dos imóveis funcionais situados no Distrito Federal, não impôs à Administração Pública o dever de praticar essa operação negocial. A alienação dos imóveis funcionais, meramente autorizada por esse ato legislativo, dependia da concreta formulação pela Administração Federal, de um juízo prévio de conveniência e oportunidade."

O voto vencedor assim conclui:

"Por fim, a questão já foi objeto de exame por esta Terceira Seção, no julgamento do MS nº 1.873-2, relatado pelo Ministro Costa Lima, que ressaltou ter o Poder Executivo a faculdade de alienar seus imóveis, não a obrigação de vendê-los, como querem os impetrantes. Do seu voto, por pertinente, destaco:

"É preciso que se entenda que a Lei nº 8.025/90, de 12-4-90, apenas autorizou o Poder Executivo a alienar imóveis residenciais de propriedade da União, situado no Distrito Federal. Não estabeleceu nenhum prazo para o início ou término das vendas. Cingiu-se a autorizá-las. Logo, não impôs o dever legal da administração de praticar o ato de venda.

Não há como considerar lesado o direito líquido e certo dos impetrantes ante a ausência de imperatividade da norma, que apenas permite a alienação dos imóveis, mas, nem de longe, obriga. Ademais, cumpre lembrar que a alienação de bens públicos está condicionada à verificação da conveniência e oportunidade de tal medida, pela Administração Pública" (In RTJ 135, pp. 529/530, grifamos).

Do mesmo teor é o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, Relator Ministro Edson Vidigal, no Mandado de Segurança nº 1796-0-DF, assim ementado:

"A lei apenas autoriza o Poder Executivo a vender os imóveis residenciais que a União possui no Distrito Federal; não impõe a obrigação de vendê-los. Por isso, o Poder Executivo só vende o que achar por bem vender."

Com remissão ao precedente – MS nº 1.873-2 assentou:

"Não há como considerar lesado direito líquido e certo dos impetrantes, ante a ausência de imperatividade da norma, que apenas permite a alienação dos imóveis, mas nem de longe obriga." (MS nº 1.796-0-DF, de 6-5-93).

Caracteriza-se, pois, a essência do comando legal: apenas autoriza, indica, sugere ou simplesmente menciona a faculdade da Administração de praticar ou não o ato segundo critérios de conveniência e oportunidade.

Este aspecto é enfrentado no Recurso Extraordinário nº 134.231-5-SP, Relator Ministro Moreira Alves, julgado em 11-5-95:

"Isso (a fixação de multas por decreto do Executivo a partir de lei autorizativa) implica dizer que, para o acórdão recorrido, a

multa foi instituída por lei, não havendo portanto, quanto a isso, que se falar em violação do princípio constitucional da reserva legal; já com referência à fixação em abstrato dessas multas, o mesmo dispositivo legal estadual autorizou – o que significa delegou – o Executivo a fazê-la por meio de Decreto. O problema, portanto, foi deslocado para essa autorização (delegação) ao Executivo da fixação por decreto das multas em abstrato, o que não é atacável com base no artigo 5º, II, da Constituição, mas poderia ser discutido – e não o é – sob o ângulo da constitucionalidade ou não, dessa delegação, se fosse isso prequestionado em embargos declaratórios.”

Ressalte-se que, por princípio constitucional, são os Poderes independentes e harmônicos entre si. O Poder Legislativo pode tomar iniciativa de autorizar o Executivo para a prática de determinado ato que é de sua competência. Não há qualquer impropriedade neste procedimento porque os Poderes, embora independentes, interligam-se. O Legislativo desperta a atenção do Executivo para a prática de um ato que lhe compete.

Doutrinariamente, muito já se discutiu sobre a convalidação da falta de iniciativa da lei, através da sanção. José Afonso da Silva, por exemplo, afirma que a regra da reserva tem como fundamento pôr na dependência do titular da iniciativa a regulamentação dos interesses vinculados a certas matérias (Princípios do Processo de Formação das Leis no Direito Constitucional, p. 191). Para o citado constitucionalista a sanção supre a falta de iniciativa governamental nos casos em que a Constituição conferiu ao Executivo a exclusividade da iniciativa da lei, encontrando-se ainda, nessa mesma linha de pensamento Pontes de Miranda (RDA nº 72) e Seabra Fagundes, (RDA nº 72:423).

11) Conclusões

Descabe a impugnação de toda e qualquer lei dita autorizativa, em geral, sob a análise de sua constitucionalidade e juridicidade. As leis autorizativas administrativas, orçamentárias e tributárias têm apoio doutrinário, jurídico e legal, encontrando confirmação jurisprudencial quanto à sua essência, à sua formação, motivo pelo qual se recomenda a sua admissibilidade.

Assim exposta a questão geral, podem ser firmadas as seguintes conclusões em respostas às questões formuladas:

1) Quanto à natureza jurídica do projeto de lei autorizativa, trata-se de projeto de lei como qualquer outro, com a peculiaridade de ser autorizativo e não imposto.

2) Positivamente, todo e qualquer projeto de lei autorizativa tem por escopo conceder autorização ao Poder Executivo para exercer a competência que lhe é própria e privativa, sem contradição, em face dos motivos já expostos.

3) Obviamente, esse tipo de lei é passível de sanção. Nada exclui de sanção nem de veto.

4) Quanto à promulgação, e conforme o previsto no art. 65 da Constituição Federal, o projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

5) Quanto à possibilidade de arguição de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, e pelos motivos expostos, esse tipo de lei não é passível de semelhante arguição.

6) Pelos fundamentos já enunciados, não há, em princípio, vício de iniciativa. Cumpre, entretanto, observar que o Supremo Tribunal Federal tem súmula, de nº 5, asseverando que "a sanção do projeto supre a falta de iniciativa do Poder Executivo".

7) O efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência. Os Poderes são autônomos, porém harmônicos, o que permite procedimento conjugado.

Sala das Comissões, em

Presidente
Relator

[illegible]

PARECER Nº 556, DE 2004

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento de Informações nº 666, de 2004), de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações se tem conhecimento de que o Banco do Brasil adota norma interna de procedimento que permite aos clientes especiais o pagamento de compromissos efetuados com cheques de terceiros, que consiste em sonegação da CPMF.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

O requerimento vem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tendo em vista o disposto no art. 4º, **caput** e § 2º, da Lei Complementar nº 105, de 2001, e no art. 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, pelo qual cabe a esta Comissão apresentar o seu parecer quanto à constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação.

Pretende o ilustre autor do requerimento, Senador Antero Paes de Barros, sejam prestadas pelo Senhor Ministro da Fazenda as seguintes informações:

– Se tem conhecimento de que o Banco do Brasil adota norma interna de procedimento que permite aos clientes especiais o pagamento de compromissos com cheques de terceiros, que consiste em sonegação da CPMF;

– Cópia da norma 16.01.03.01.02, de 19 de março de 2003, de responsabilidade da Diretoria Comercial do Banco do Brasil, e das Circulares de Encaminhamento 001806 de 2003 e 002018 de 2003, bem como das instruções complementares à sua execução.

Justifica o autor que chegaram ao seu conhecimento denúncias que dão conta de que o Banco do Brasil expediu normas a seus supervisores e gerentes no Livro de Instruções Codificadas, orientando-os sobre como proceder “no pagamento, via caixa, de compromissos (títulos, tributos e outros documentos) emitidos contra clientes autorizados e enquadrados no público-alvo, com cheque de terceiros, onde figurem como beneficiários”.

Argumenta que tal prática, utilizada como estratégia de fidelização de grandes clientes e incremento dos negócios, leva à sonegação da CPMF, gerando prejuízos de bilhões de reais aos cofres públicos e o desvio de recursos que deveriam ser destinados à saúde.

II – Análise

A Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, dispõe, em seu art. 1º, que as instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados. No art. 4º, prevê que as instituições financeiras fornecerão ao Poder Legislativo Federal as informações e os documentos sigilosos que, fundamentadamente, se fizerem necessários ao exercício de suas competências constitucionais e legais.

No Senado Federal, o requerimento de informação é regulado pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001. Verifica-se, de início, que o pedido está em conformidade com o § 3º do art. 8º dessa norma, pois quando as informações pretendidas devam ser prestadas por instituição financeira pública (no caso, o Banco do Brasil), o requerimento deverá ser dirigido ao Ministro de Estado a que estiver subordinado ou vinculado o órgão informante.

A parte final do **caput** do art. 8º do Ato determina ainda que o requerimento deverá ser fundamentado, esclarecendo o vínculo entre a informação solicitada e a matéria sob apreciação pelo Senado Federal ou atinente à competência fiscalizadora da Casa.

Na hipótese, vale observar que o requerimento tem por objeto matéria prevista no inciso X do art. 49 da Constituição Federal, pelo qual compete ao Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Cumprе ressaltar que o assunto é de alta relevância, tendo em vista tratar-se de possível sonegação de recursos da CPMF, que seriam carreados para a saúde, a Previdência Social e o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Por todo o exposto, conclui-se que a proposição se encontra de acordo com os dispositivos constitucionais que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado e observa, ademais, as normas estabelecidas no Ato da Mesa nº 1, de 2001, quanto aos procedimentos atinentes aos requerimentos de informações sigilosas referentes a operações de instituições financeiras de que trata a Lei Complementar nº 105, de 2001.

III – Voto

Em face da constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação, o voto é pelo deferimento do Requerimento de Informações nº 666, de 2004, nos termos propostos.

Sala da Comissão, 16 de junho de 2004. – **Edson Lobão**, Presidente – **Tião Viana**, Relator – **Serys Slhessarenko** – **Aloizio Mercadante** – **Antonio Carlos Valadares** – **Fernando Bezerra** – **Antonio Carlos Magalhães** – **César Borges** – **Demóstenes Torres** – **Alvaro Dias** – **Eduardo Azeredo** – **Leonel Pavan** – **Jefferson Péres**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:
.....

X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;
.....
.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10
DE JANEIRO DE 2001

**Dispõe sobre o sigilo das operações
de instituições financeiras e dá outras providências.**

Art. 1º As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados.

§ 1º São consideradas instituições financeiras, para os efeitos desta lei complementar:

- I – os bancos de qualquer espécie;
- II – distribuidoras de valores mobiliários;
- III – corretoras de câmbio e de valores mobiliários;
- IV – sociedades de crédito, financiamento e investimentos;
- V – sociedades de crédito imobiliário;
- VI – administradoras de cartões de crédito;
- VII – sociedades de arrendamento mercantil;
- VIII – administradoras de mercado de balcão organizado;
- IX – cooperativas de crédito;
- X – associações de poupança e empréstimo;
- XI – bolsas de valores e de mercadorias e futuros;
- XII – entidades de liquidação e compensação;
- XIII – outras sociedades que, em razão da natureza de suas operações, assim venham a ser consideradas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º As empresas de fomento comercial ou **factoring**, para os efeitos desta lei complementar, obedecerão às normas aplicáveis às instituições financeiras previstas no § 1º.

§ 3º Não constitui violação do dever de sigilo:

I – a troca de informações entre instituições financeiras, para fins cadastrais, inclusive por intermédio de centrais de risco, observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil;

II – o fornecimento de informações constantes de cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos e de devedores inadimplentes, a entidades de proteção ao crédito, observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil;

III – o fornecimento das informações de que trata o § 2º do art. 11 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996;

IV – a comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos, abrangendo o fornecimento de informações sobre operações que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa;

V – a revelação de informações sigilosas com o consentimento expresso dos interessados;

VI – a prestação de informações nos termos e condições estabelecidos nos artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º desta lei complementar.

§ 4º A quebra de sigilo poderá ser decretada, quando necessária para apuração de ocorrência de qualquer ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial, e especialmente nos seguintes crimes:

- I – de terrorismo;
- II – de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins;
- III – de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado a sua produção;
- IV – de extorsão mediante seqüestro;
- V – contra o sistema financeiro nacional;
- VI – contra a Administração Pública;
- VII – contra a ordem tributária e a previdência social;
- VIII – lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores;
- IX – praticado por organização criminosa.

.....
Art. 4º O Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, nas áreas de suas atribuições, e as instituições financeiras fornecerão ao Poder Legislativo Federal as informações e os documentos sigilosos que, fundamentadamente, se fizerem necessários ao exercício de suas respectivas competências constitucionais e legais.
.....

§ 2º As solicitações de que trata este artigo deverão ser previamente aprovadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, ou do plenário de suas respectivas comissões parlamentares de inquérito.
.....
.....

PARECER Nº 557, DE 2004

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento de Informações nº 667, de 2004, de autoria do Senador Antero Paes de Barros que requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre quais os bancos autuados por suspeita de sonegação da CPMF e se o Banco do Brasil S/A se inclui entre estas instituições financeiras.

Relator: Senador Tião Viana

I – Relatório

O requerimento vem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tendo em Vista o disposto no art 4º, **caput** e § 2º, da Lei Complementar nº 105, de 2001, e no art. 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, pelo qual cabe a esta Comissão apresentar o seu parecer quanta à constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação.

Pretende o ilustre autor do requerimento, Senador Antero Paes de Barros, sejam prestadas pelo Senhor Ministro da Fazenda as seguintes informações:

– Quais os bancos autuados por suspeita de sonegação da CPMF em operações com cheques administrativos endossáveis emitidos em nome dos clientes, que os utilizavam para a realização de pagamentos sem a cobrança da CPMF;

– Se o Banco do Brasil S/A está entre as instituições financeiras autuadas pela Receita Federal pela prática de sonegação da CPMF;

– Qual o valor dessas autuações e que percentual representa dentro do total das autuações fiscais contra os bancos; e

– Qual o valor da sonegação da CPMF apurada até o momento.

Na justificação, o autor noticia que grandes bancos estrangeiros e nacionais, entre eles o Banco do Brasil, utilizam-se de esquema de favorecimento de grandes clientes visando a sonegar os recursos da CPMF, que seriam destinados à saúde.

Esse esquema consistiria na permissão de pagamento de títulos e impostos com cheques de terceiros, o que não é facultado ao cidadão comum. A imprensa tem noticiado que a Receita Federal vem autuando esses bancos por suspeita de sonegação da CPMF, sendo que tais autuações teriam atingido em 2003 mais de um bilhão de reais, correspondendo

a vinte e seis por cento do total das autuações fiscais contra os bancos.

Argumenta, contudo, que as multas não bastam. Assim, deveriam ser responsabilizados civil e criminalmente os responsáveis pelas práticas apontadas. Esse o objetivo final que persegue, a partir da obtenção dos dados solicitados.

II – Análise

A Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, dispõe em seu art. 1º que as instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados. No art. 4º, prevê que as instituições financeiras fornecerão ao Poder Legislativo Federal as informações e os documentos sigilosos que, fundamentadamente, se fizerem necessários ao exercício de suas competências constitucionais e legais.

No Senado Federal, o requerimento de informação é regulado pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001. Verifica-se, de início, que o pedido está em conformidade com o § 3º do art. 8º dessa norma, pois quando as informações pretendidas devam ser prestadas por instituição financeira pública (no caso, o Banco do Brasil), o requerimento deverá ser dirigido ao Ministro de Estado a que estiver subordinado ou vinculado o Órgão informante.

A parte final do **caput** do art. 8º do ato determina ainda que o requerimento deverá ser fundamentado, esclarecendo o vínculo entre a informação solicitada e a matéria sob apreciação pelo Senado Federal ou atinente à competência fiscalizadora da Casa.

Na hipótese, observa-se que o requerimento tem por objeto matéria prevista no inciso X do art. 49 da Constituição Federal, pelo qual compete ao Congresso Nacional fiscalizar e controlar diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, como o Banco do Brasil.

Importa registrar também que recentemente o Congresso Nacional, no âmbito da reforma tributária (Emenda Constitucional nº 42, de 2003), prorrogou a cobrança da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF) até 31 de dezembro de 2007.

Evidente que tal cobrança deve atingir a todos os cidadãos, não se podendo admitir que, por meio da prática denunciada, os grandes clientes dos bancos estejam livres da contribuição. Além de ofender os princípios da igualdade e da moralidade, tal procedimento evidentemente conspira contra o próprio esforço de obtenção de recursos para a saúde, previdência social e Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Por todo o exposto, conclui-se que a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado e observa, ademais, as normas estabelecidas no Ato da Mesa nº 1, de 2001, quanto aos procedimentos atinentes aos requerimentos de informações sigilosas referentes a operações de instituições financeiras de que trata a Lei Complementar nº 105, de 2001.

III – Voto

Em face da constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação, o voto é pelo deferimento do Requerimento de Informações nº 667, de 2004, nos termos propostos.

Sala da Comissão, 16 de junho de 2004. – **Edison Lobão**, Presidente – **Tião Viana**, Relator – **Serys Slhessarenko** – **Aloizio Mercadante** – **Antonio Carlos Valadares** – **Fernando Bezerra** – **Antônio Carlos Magalhães** – **César Borges** – **Demóstenes Torres** – **Álvaro Dias** – **Eduardo Azeredo** – **Leonel Pavan** – **Jefferson Péres**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1998

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001

Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.

Art. 1º As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados.

§ 1º São consideradas instituições financeiras, para os efeitos desta lei complementar:

I – os bancos de qualquer espécie;

II – distribuidoras de valores mobiliários;

III – corretoras de câmbio e de valores mobiliários;

IV – sociedades de crédito, financiamento e investimentos;

V – sociedades de crédito imobiliário;

VI – administradoras de cartões de crédito;

VII – sociedades de arrendamento mercantil;

VIII – administradoras de mercado de balcão organizado;

IX – cooperativas de crédito;

X – associações de poupança e empréstimo;

XI – bolsas de valores e de mercadorias e futuros;

XII – entidades de liquidação e compensação;

XIII – outras sociedades que, em razão da natureza de suas operações, assim venham a ser consideradas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º As empresas de fomento comercial ou **factoring**, para os efeitos desta lei complementar, obedecerão às normas aplicáveis às instituições financeiras previstas no § 1º.

§ 3º Não constitui violação do dever de sigilo:

I – a troca de informações entre instituições financeiras, para fins cadastrais, inclusive por intermédio de centrais de risco, observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil;

II – o fornecimento de informações constantes de cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos e de devedores inadimplentes, a entidades de proteção ao crédito, observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil;

III – o fornecimento das informações de que trata o § 2º do art. 11 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996;

IV – a comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos, abrangendo o fornecimento de informações sobre operações que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa;

V – a revelação de informações sigilosas com o consentimento expresso dos interessados;

VI – a prestação de informações nos termos e condições estabelecidos nos artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º desta lei complementar.

§ 4º A quebra de sigilo poderá ser decretada, quando necessária para apuração de ocorrência de qualquer ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial, e especialmente nos seguintes crimes:

I – de terrorismo;

II – de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins;

III – de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado a sua produção;

IV – de extorsão mediante seqüestro;

V – contra o sistema financeiro nacional;

VI – contra a Administração Pública;

VII – contra a ordem tributária e a previdência social;

VIII – lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores;

IX – praticado por organização criminosa.

Art. 4º O Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, nas áreas de suas atribuições, e as instituições financeiras fornecerão ao Poder Legislativo Federal as informações e os documentos sigilosos que, fundamentadamente, se fizerem necessários ao exercício de suas respectivas competências constitucionais e legais.

§ 2º As solicitações de que trata este artigo deverão ser previamente aprovadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, ou do plenário de suas respectivas comissões parlamentares de inquérito.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 42, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Foram encaminhados à publicação os Pareceres nºs 553, 554 e 555, de 2004, que acabam de ser lidos, das Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002 (nº 4.089/98, na Casa de origem), que dispõe sobre a prevenção dos cânceres de mama e ginecológico.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Foram encaminhados à publicação os Pareceres nºs 550, 551 e 552, de 2004, lidos anteriormente, das Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, sobre as seguinte matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2000** (nº 3.478/97, na Casa de origem), que institui o Programa de Diagnóstico e Prevenção de Anomalias Fetais, e dá outras providências;

- **Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2004** (nº 4.338/2001, na Casa de origem), que denomina Pre-

sidente Juscelino Kubitschek a rodovia BR-020, Brasília-Fortaleza; e

- **Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2004** (nº 4.265/2001, na Casa de origem), que institui o dia 13 de dezembro como o “Dia Nacional do Forró”.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Foram encaminhados à publicação os Pareceres nºs 556 e 557, de 2004, lidos anteriormente, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as seguintes proposições:

- **Requerimento nº 666, de 2004**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que “requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações se tem conhecimento de que o Banco do Brasil adota norma interna de procedimento que permite aos clientes especiais o pagamento de compromissos efetuados com cheques de terceiros, que consiste em sonegação da CPMF”; e

- **Requerimento nº 667, de 2004**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que “requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre quais os bancos autuados por suspeita de sonegação da CPMF e se o Banco do Brasil S/A se inclui entre estas instituições financeiras”.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O Senhor Presidente da República adotou, em 17 de junho de 2004, e publicou no dia 18 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 192, de 2004**, que “Dá nova redação ao § 4º do art. 5º da lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a forma de pagamento das indenizações decorrentes de acordos judiciais, acrescenta os §§ 7º, 8º e 9º ao mesmo artigo, dispondo sobre a forma de pagamento dos imóveis rurais pela modalidade de aquisição por compra e venda, e dá outras providências.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Sérgio Guerra (PSDB)	1. Paulo Octávio (PFL)
José Agripino (PFL)	2. Demóstenes Torres (PFL)
Arthur Virgílio (PSDB)	3. Antero Paes de Barros (PSDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

4.Lúcia Vânia (PFL)

PDT***PMDB**

Dr. Hélio

1.Pompeo de Mattos

Renan Calheiros

1.Luiz Otávio

Hélio Costa

2.Ney Suassuna

Sérgio Cabral

3.Garibaldi Alves Filho

* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PTB)

Ideli Salvatti

1.Roberto Saturnino

João Capiberibe

2.Geraldo Mesquita Júnior

Duciomar Costa

3. Ana Júlia Carepa

PDT

Jefferson Péres

1.Almeida Lima

PL(1)

Magno Malta

1 Aelton Freitas

PPS(2)

Mozarildo Cavalcanti

1.vago

(1)O PL se desligou do Bloco de Apoio ao Governo em 13-4-2004

(2)Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Arlindo Chinaglia

1.Fernando Ferro

Ângela Guadagnin

2.Ivan Valente

PMDB

José Borba

1.André Luiz

Mendes Ribeiro Filho

2.Gustavo Fruet

PFL

José Carlos Aleluia

1.José Roberto Arruda

Rodrigo Maia

2.Onix Lorenzoni

PP

Pedro Henry

1.Celso Russomanno

PSDB

Custódio Mattos

1.Alberto Goldman

PTB

José Múcio Monteiro

1.Ricarte de Freitas

Bloco (PL/PSL)

Sandro Mabel

1.Miguel de Souza

PPS

Júlio Delgado

1.Lupércio Ramos

PSB

Renato Casagrande

1.Dr. Evilásio

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 18-6-2004
- Designação da Comissão: 21-6-2004
- Instalação da Comissão: 22-6-2004
- Emendas: até 24-6-2004 (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: 18-6-2004 a 1º-8-2004(14º dia)
- Remessa do processo à CD: 1º-8-2004
- Prazo na CD: de 2-8-2004 a 15-8-2004 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 15-8-2004
- Prazo no SF: de 16-8-2004 a 29-8-2004 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 29-8-2004
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 30-8-2004 a 1º-9-2004 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 2-9-2004 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 16-9-2004 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, projetos de lei do Congresso Nacional que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI Nº 28, DE 2004-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito especial no valor de R\$20.000.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto o Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004), em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Crédito especial no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0365 MINIMIZACAO DE RISCOS NO AGRONEGOCIO									20.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
20 845	0365 099F	CONCESSAO DE SUBVENCAO ECONOMICA AO PREMIO DO SEGURO RURAL (LEI N° 10.823, DE 2003)							20.000.000
20 845	0365 099F 0001	CONCESSAO DE SUBVENCAO ECONOMICA AO PREMIO DO SEGURO RURAL (LEI N° 10.823, DE 2003) - NACIONAL							20.000.000
			F	3	2	90	0	100	20.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0353 DESENVOLVIMENTO DA HEVEICULTURA									20.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
20 845	0353 0079	CONCESSAO DE SUBVENCAO ECONOMICA AOS PRODUTORES DE BORRACHA NATURAL (LEI N° 9.479, DE 1997)							20.000.000
20 845	0353 0079 0001	CONCESSAO DE SUBVENCAO ECONOMICA AOS PRODUTORES DE BORRACHA NATURAL (LEI N° 9.479, DE 1997) - NACIONAL							20.000.000
			F	3	1	90	0	100	20.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

MENSAGEM Nº 316

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito especial no valor de R\$20.000.000,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 16 de junho de 2004. _ **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 133/2004/MP

Brasília, 3 de junho de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004), no valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

2. O crédito refere-se ao aporte de recursos para pagamento da subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, consoante o estabelecido pela Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003.

3. Esse diploma legal, ao dispor sobre a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, procura viabilizar aos produtores rurais o acesso a esse instrumento de gerenciamento de risco da atividade agropecuária. A implementação do gasto efetiva-se mediante ressarcimento às sociedades seguradoras da diferença entre o preço de mercado do prêmio e o preço subvencionado pago pelos produtores rurais.

4. A lei em questão, no que concerne às despesas com essa subvenção, determina que serão pagas com recursos orçamentários do Mapa; que o ressarcimento às seguradoras deve ocorrer no mesmo exercício fiscal em que foi concedido o benefício ao agricultor; e que, na regulamentação, o montante máximo da subvenção econômica deverá ser compatível com a Lei Orçamentária Anual.

5. Neste contexto, a lei que institui a subvenção foi aprovada posteriormente à elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2004 encaminhado ao Congresso Nacional, e, portanto, inexistente na Lei Orçamentária vigente categoria de programação específica para essa finalidade.

6. Cabe salientar que os recursos necessários ao atendimento deste crédito são provenientes de anulação parcial de dotação orçamentária do próprio Órgão na ação “Concessão de Subvenção Econômica aos Produtores de Borracha Natural”, de acordo com o

qual a programação cancelada não sofrerá prejuízo na sua execução, uma vez que o preço internacional da borracha natural está maior que o preço de referência nacional, não ocasionando a necessidade de pagamento da subvenção aos produtores nacionais.

7. Esclareço, a propósito do que determina o art. 63, § 11, da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, que as alterações na programação orçamentária resultantes da abertura desse crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista tratar-se de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo, para priorização das programações suplementadas, e, ainda, o art. 14 do Decreto nº 4.992, de 18 de fevereiro de 2004, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

8. O crédito em pauta viabilizar-se-á mediante projeto de lei, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

9. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,

Aviso nº 667 – C. Civil.

Brasília, 16 de junho de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Projeto de lei.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito especial no valor de R\$20.000.000,00, para os fins que especifica”.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.837, DE 16 DE JANEIRO DE 2004

**Estima a receita e fixa a despesa da
União para o exercício financeiro de 2004.**

.....

LEI Nº 10.707, DE 30 DE JULHO DE 2003

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2004 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

§ 1º Observado o disposto no **caput**, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2004.

§ 2º Os créditos a que se refere o **caput** serão encaminhados, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2004, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, exceto quando se destinarem:

I – às despesas com pessoal e encargos sociais, os quais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade;

II – ao serviço da dívida; ou

III – ao atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º A exigência de projeto de lei específico, a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo, não se aplica quando do atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, de que trata o inciso III do mesmo parágrafo.

§ 4º O disposto no **caput** não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito

suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, inciso III, alínea **a**, desta lei.

§ 10. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

DECRETO Nº 4.992, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2004

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2004, e dá outras providências.

Art. 14. Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos especiais reabertos, relativos aos grupos de despesa “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos” e “Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 1º deste decreto, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior: (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação: (Veto rejeitado no **D.O.** 8-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

LEI Nº 10.823, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências.

(À Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI Nº 29, DE 2004-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$50.000.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004), em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORÇAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	EG	GR	M	I	VALOR
			FD	ND	PO	UT	
		1022 PROMOÇÃO E INSERÇÃO ECONÔMICA DE SUB-REGIÕES - PROMOVER					50.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS					
15 451	1022 09EF	APOIO A INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DE BELO HORIZONTE					50.000.000
15 451	1022 09EF 0931	APOIO A INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DE BELO HORIZONTE - NO ESTADO DE MINAS GERAIS					50.000.000
			F 4	2	40	0	100
		TOTAL - FISCAL					50.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE					0
		TOTAL - GERAL					50.000.000

ORÇAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
UNIDADE : 74009 - RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II		CREDITO ESPECIAL					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	EG	GR	M	I	VALOR
			FD	ND	PO	UT	
		0902 OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO					50.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS					
28 846	0902 004C	FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL					50.000.000
28 846	0902 004C 0001	FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - NACIONAL					50.000.000
			F 3	1	90	0	103
		TOTAL - FISCAL					50.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE					0
		TOTAL - GERAL					50.000.000

MENSAGEM Nº 318

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$50.000.000,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 16 de junho de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente.

EM Nº 139/2004-MP

Brasília, 11 de junho de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar projeto de lei que abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004), no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em favor do Ministério da Integração Nacional.

2. O crédito tem por objetivo a realização de intervenções de infra-estrutura urbana, por meio de parceria entre a União, o Estado de Minas Gerais e o Município de Belo Horizonte, voltadas à revitalização do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, no Município de Confins, com a finalidade de incrementar o movimento aeroportuário e estimular a criação de um pólo de atração de investimentos nacionais e estrangeiros e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento da região.

3. A proposição será atendida com recursos oriundos de anulação parcial de dotação orçamentária consignada a Operações Oficiais de Crédito – Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento Regional – Ministério da Fazenda, e está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Esclareço, por oportuno, que a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, uma vez que a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional não se concretizou.

5. Ressalto ainda que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que, além de tratar-se de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da execução da programação suplementada, o art. 14 do Decreto nº 4.992, de 18 de fevereiro de 2004, condiciona a execução de despesas da espécie, objeto de créditos abertos e reabertos, aos limites estabelecidos no referido Decreto.

6. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente, – **Guido Mantega**.

Aviso nº 669 – C. Civil

Brasília, 16 de junho de 2004

A Sua Excelência o Senhor

Senador Romeu Tuma

Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Projeto de lei.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$50.000.000,00, para os fins que especifica”.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.837, DE 16 DE JANEIRO DE 2004

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2004.

DECRETO Nº 4.992, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2004

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2004, e dá outras providências.

Art. 14. Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos especiais reabertos, relativos aos grupos de despesa “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos” e “Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 1º deste decreto, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-06-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **D.O.** 3-06-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **D.O.** 3-06-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **D.O.** 3-06-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no **D.O.** 3-06-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-06-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-06-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-06-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-06-1964)

(À Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os projetos lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001 – CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Até 26-6 Publicação e distribuição de avulsos;
Até 4-8 Prazo final para apresentação de emendas;
Até 9-8 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;
Até 19-8 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2002** (nº 4.715/94, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos e dá outras providências*;

– **Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2003** (nº 2.283/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a doar imóvel que especifica à União Brasileira de Escritores*; e

– **Projeto de Resolução nº 26, de 2004**, de autoria do Senador Paulo Paim, que *cria a Comissão Geral no âmbito do Senado Federal*.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

Os **Projetos de Lei da Câmara nº 1, de 2002, e nº 4, de 2003**, serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente, e o **Projeto de Resolução nº 26, de 2004**, vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 790, DE 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro sejam prestadas pelo Senhor Ministro da Educação, Dr. Tarso Genro, informações sobre a existência de livros estocados em armazéns e depósitos da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE e do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE, conforme denúncia do Jornal **O Estado de S. Paulo**, de 14 de maio do corrente ano.

Requeiro ainda sejam informados quais são os livros estocados, em que quantidade, qual a finalidade da aquisição e por quê estão ali armazenados?

Sala das Sessões, 14 de junho de 2004. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

REQUERIMENTO Nº 791, DE 2004 (Do Sr. Mozarildo Cavalcanti)

Solicita informação ao Sr. Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União sobre Auditoria realizada no Ministério da Saúde, em Convênios com ONG para assistência à saúde indígena.

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento

Interno do Senado Federal, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União pedido de informações sobre o andamento de auditoria daquela Controladoria no Ministério da Saúde, abrangendo os convênios firmados com Organizações Não-Governamentais (ONG) para Assistência à Saúde Indígena.

Sala das Sessões, 17 de junho 2004. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**, PPS–RR.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de inscrever-me para uma comunicação inadiável, se possível antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a terá assegurado o uso da palavra, no tempo dos oradores já inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está na pauta de votação da sessão de amanhã o Projeto de Lei nº 7, de 2003, originário da comissão parlamentar de inquérito que investigou a atuação das organizações não-governamentais no País, a CPI das ONGs, que, entre outras providências, ao constatar a quantidade de denúncias contra essas instituições e as irregularidades por elas praticadas, listou dez que atuavam de forma irregular. Segundo a Fundação Nacional de Saúde, duas delas, a Cunpir e a Paca, que se dedicam à assistência a comunidades indígenas e atuam no Estado de Rondônia, desviaram recursos federais que lhe foram repassados para assistência à saúde indígena: uma, R\$2 milhões; a outra, R\$1 milhão.

Várias outras estão envolvidas. Segundo notícias publicadas recentemente nos jornais, pelo menos sete ONGs são suspeitas de fraudes com o dinheiro federal. Sete ONGs já foram condenadas pelos auditores do Tribunal de Contas da União: a Paca e a Cunpir, em Rondônia; a Uniacre, em Rio Branco, Estado do Acre; a Kaneguatim, no Maranhão; a Cívaja, no Amazonas; Pró-Vida e SDC, no Distrito Federal.

Observem que a predileção delas é a saúde indígena. Uma ou duas foram constituídas por parentes de funcionários da Funasa, que recebiam recursos

e não os aplicavam adequadamente. Sr. Presidente, não se trata apenas de indícios levantados pela CPI da ONGs, mas de uma constatação da Fundação Nacional de Saúde.

O TCU também detectou inúmeras outras ONGs, algumas até constituídas por Parlamentares para receber recursos e aplicá-los indevidamente. Fomos informados de que a Ágora, que recebia dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador, também usou notas frias para justificar despesas.

O escândalo das ONGs é realmente de abismar. O pior, Sr. Presidente, é que os recursos são vultosos, e os repasses a essas instituições são feitos completamente ao arrepio da lei. Se uma instituição séria quer fazer um convênio com o Governo, tem de ser considerada de utilidade pública e estar registrada no Conselho Federal de Serviço Social, o que leva tempo para conseguir. Já as ONGs se organizam à margem da lei, porque não há uma legislação que as discipline. Meia dúzia de pessoas funda uma ONG e registra-a no cartório; a partir disso, ela já está habilitada a receber recursos, mediante convênio com qualquer Ministério.

Denúncia feita pelo jornal **O Globo**, no dia 3 de maio, mostra que o montante de repasses para essas ONGs em 2003, realizados somente pelos Ministérios, pela Administração Direta, foi de R\$1,3 bilhão. E não estão listados os recursos repassados por estatais, como a Petrobras, a Eletrobrás e a Eletronorte, que, como todos sabemos, têm parcerias com essas instituições.

Diz o jornal **O Globo**: “Assistência a índios dominada por ONGs. O terceiro setor domina, por exemplo, a prestação de serviços aos índios, população sob a tutela da União”.

Vejam bem, os índios são uma população sob a tutela da União, isto é, o Governo Federal repassa recursos para instituições formadas por particulares para assistência aos índios. Quer dizer, há uma terceirização escandalosa do dinheiro público sem licitação e sem comprovação de capacitação.

Em 34 distritos sanitários no País, as próprias organizações indígenas têm sido encarregadas da saúde e do saneamento nas tribos. Por enquanto, são as associações indígenas – assessoradas por brancos – que compram medicamentos, equipamentos, combustíveis e até carros para a execução dos programas de melhoria sanitária e saúde indígena.

Sr. Presidente, no meu entender, estão sendo cometidas várias irregularidades. Primeiro, contratam-se indiretamente servidores sem concurso público para

prestar assistência às comunidades indígenas. Essa terceirização sequer se compara àquela praticada por empresas que se submetem à licitação, pagam impostos e obedecem a uma série de procedimentos. No caso em tela, o que há é muito mais uma ação entre amigos.

A ONG compra medicamentos nas farmácias sem nenhum tipo de tomada de preço e, o que é pior, como já se constatou, sequer comprovam efetiva e adequadamente a compra do medicamento e do material necessário para prestar a assistência médico-hospitalar. Por um levantamento preliminar que foi feito, o que se sabe é que mais de 60% dos recursos destinados à assistência à saúde ficam na atividade meio, exatamente na compra de combustível e de veículos, no pagamento de diárias e de salários; com a saúde do índio pouco é gasto. E não é só.

Mais grave ainda é a notícia publicada por **O Estado de S. Paulo** de hoje:

ONGs montam trincheira na Pasta do Meio Ambiente. Com uma Bancada de mais de 30 parlamentares e representantes em postos-chave do Executivo, as organizações não-governamentais (ONGs) aumentaram sua influência no atual Governo. Sua principal trincheira fica no Ministério do Meio Ambiente, onde ocupam dez cargos importantes. Só em 2004, o repasse de recursos federais para as ONGs deve alcançar R\$2 bilhões. Governo, Congresso e TCU já detectaram irregularidades na distribuição das verbas.

Em **O Estado de S. Paulo** de ontem, há uma manchete de primeira página dizendo: “ONGs vão receber R\$2 bilhões do Governo; boa parte será desviada”.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Logo em seguida, Senador José Jorge. Quero apenas mostrar como realmente é impossível que continuemos aceitando essa situação sem tomarmos uma providência adequada.

Ainda em **O Estado de S. Paulo** de ontem: “O Governo apura desvios de verbas para ONGs de fachada”. Dados de Tribunal de Contas da União e de Ministérios indicam o uso irregular de grande parte dos R\$2 bilhões deste ano. No ano passado, a própria Funasa constatou irregularidades, até demitiu um de seus diretores por participação nessa questão.

São jornais da maior respeitabilidade, como **O Estado de S. Paulo** e o Jornal **O Globo**, que dão notícia desses escândalos que já são públicos.

Portanto, penso que a votação do Projeto de Lei nº 07, de 2003, que está na pauta de amanhã, que é resultante da CPI das ONGs, por conseguinte de autoria dessa CPI, visa moralizar a atuação dessas organizações no Brasil. Moralizar sob todos os aspectos, não somente no que tange ao recebimento de recurso público e sua devida aplicação de maneira correta, como também saber exatamente o que é uma ONG, como atua, o que faz efetivamente, quantas são, quanto é que recebem de dinheiro do Governo, seja Federal, Estadual ou Municipal; quanto é que recebem, por exemplo, de doação de artistas famosos que fazem às vezes *shows* e lhes destinam recursos que, sob essa bandeira de praticar o bem, o voluntariado, estão enriquecendo. Várias ONGs pegam o dinheiro e botam no bolso, como é o caso comprovado aqui. É muito escancarado, sem nenhum controle. Então, se se exige de um cidadão que ganhe um salário um pouquinho maior a prestação de contas ao Imposto de Renda todo ano, se esse cidadão tem que mostrar de onde vem seu dinheiro, como está tendo alguma coisa a mais, se se exige de qualquer fundação, de qualquer órgão a prestação de contas, por que não exigir também das ONGs uma prestação de contas, transparente, do que elas recebem do Governo Federal ou dos Governos Estaduais e Municipais, e também de outros lugares. Sabemos, inclusive, que há ONGs que recebem vultosas quantias do exterior. É muito fácil sensibilizar as pessoas, como vi ontem: um importante artista da televisão dizia que fará dois *shows* e doará a renda total para duas ONGs que cuidam de crianças e da educação. Então, é lógico: quem não gostaria de colaborar com uma boa ação? Mas, por trás dessa boa ação está muita picaretagem que temos que dissipar. É nossa obrigação como legisladores aprovar uma legislação que moralize a atuação do terceiro setor. Aliás, as ONGs sérias deveriam fazer um movimento para haver realmente uma legislação que lhes desse a tranquilidade de, amanhã, também não serem rotuladas como picaretas.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Mozarildo Cavalcanti, eu gostaria de congratular-me com V. Ex^a pelo seu pronunciamento. V. Ex^a tem sido um pioneiro nesta Casa ao denunciar o papel de algumas ONGs que estão se aproveitando dos recursos públicos para retirarem benefícios pessoais. Não é de hoje que V. Ex^a, exatamente por ser de um Estado do Norte, sente isso mais na carne e, por essa razão, tem denunciado esses fatos na Casa. Outro dia, também fiz um pronunciamento considerando prioritário que se aprove esse projeto de regulamentação das ONGs.

Na verdade, muitas dessas ONGs foram criadas a fim de conseguirem recursos privados para atuação em missões que seriam normalmente do setor público. Na prática, algumas trabalham apenas com recursos públicos. Eu não gostaria de esquecer dessa ONG petista, chamada Ágora, que atuou ou atua em Brasília, que recebeu R\$850 mil, mas que prestou conta com 39 notas falsas. Depois, informou que houve um erro de contabilidade. Contabilidade não tem relação com nota fria. Posteriormente, essa ONG conseguiu também um convênio com o Ministério do Trabalho de mais R\$7,5 milhões, mas, até agora, não prestou conta nem realizou o que estava previsto. Imagine bem, Senador Mozarildo Cavalcanti, essa ONG conseguiu retirar R\$7,5 milhões em três dias. Esse valor deveria ser retirado em duas parcelas e saiu em uma só. É necessário, antes que ela prepare uma prestação de contas maquiada, que o Ministério do Trabalho mande fiscalizar agora, enquanto estão com o dinheiro lá, para ver o que aconteceu. Meus parabéns a V. Ex^a. Realmente, cada dia é mais necessário que se aprove esse projeto e que se controle a ação dessas ONGs.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Agradeço-lhe o aparte, Senador José Jorge. Espero que aproveamos amanhã esse projeto que está na Casa desde o início de 2003. Portanto, deveríamos estar com essa lei sancionada para evitarmos a desmoralização da atuação do terceiro setor, que recebe recursos vultosos sem nenhum tipo de exigência maior e nenhuma fiscalização adequada, tanto é que o Procurador do Tribunal de Conta da União disse claramente que, embora tendo comprovado um ou outro caso, é muito difícil alcançarem-se as ONGs, uma vez que, primeiro, os convênios são lacônicos, não têm clareza, e as prestações de contas não são devidamente apreciadas.

Vejam bem que, enquanto isso, para qualquer prefeitura pequena do interior conseguir recurso para construir uma escola ou um posto médico há uma série de exigências; pede-se que ela esteja adimplente, que esteja em dia com o pagamento do INSS e que tenha tudo em ordem. No entanto, de uma ONG dessa, formada, às vezes, por meia dúzia de picaretas, não se exige nada disso, sequer saber como contrata ou paga seus funcionários.

O que é pior – como médico sei dessa história: é muito fácil uma ONG, com o dinheiro na mão, chegar à farmácia e comprar medicamento sem fazer uma tomada de preço, sem fazer um cotejamento, sequer comprar dos laboratórios que vendem mais barato.

Não podemos aceitar que se jogue dinheiro fora com essas instituições que não têm capacitação profissional ou *know how* para trabalhar nisso e que estão

apenas a serviço de causas ideológicas, principalmente na área da saúde, que é muito séria, lidando com a vida e a qualidade de vida das pessoas. É lamentável que isso esteja acontecendo!

É muito importante levarmos a sério estas denúncias quanto à saúde e à educação dos índios e na questão ambiental, de que está montado um verdadeiro cartel, uma trincheira, dessas ONGs que estão “bamburrando” com muito dinheiro, sem executar o devido trabalho em benefício dos nossos índios e do meio ambiente.

Enquanto isso, a Nação, que tem dificuldades em oferecer emprego a milhões de brasileiros, dar um salário mais digno aos servidores públicos e um salário mínimo maior, fica gastando dinheiro dessa forma, ou melhor, deixando roubar dinheiro dessa forma.

Então, não posso compreender que não aproveamos, amanhã, esse projeto, moralizador, resultante de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que busca, única e exclusivamente, dar transparência e fazer com que as ONGs também se submetam à legislação e aos procedimentos administrativos corretos para quem quer receber dinheiro público e atuar no setor público.

O Governo brasileiro tem de retomar o comando de áreas importantes, sobretudo moralizando essa situação.

Espero que amanhã não haja qualquer tipo de subterfúgio a fim de adiar novamente a votação, pois o projeto já esteve em pauta e foi requerida a sua volta para a Comissão de Constituição Justiça e Cidadania. Espero que, amanhã, não haja outra manobra regimental. O projeto está em regime de urgência, e deve, portanto, ser aprovado. Se houver alguma emenda aperfeiçoando, ótimo. Mas que possamos aprová-lo e, pelo menos, nós do Senado Federal, possamos dar o exemplo, pois estamos fazendo nossa parte. Não estamos cegos, mudos, nem surdos à realidade que aí está.

Conto, portanto, com a unanimidade das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, pois se trata, repito, de melhorar e moralizar a aplicação do dinheiro público. Não podemos mais aceitar a brincadeira feita pelas ONGs, substituindo o Poder Público municipal e estadual, e até mesmo se arvorando em querer dar lição de moral a Parlamentares, ao Poder Judiciário e ao Poder Executivo, exercendo, muitas vezes, uma pressão internacional tão poderosa junto à mídia nacional a ponto de fazer com que o Poder Executivo ou alguns setores do Poder Público se curvem ao pensamento dominante.

É preciso entender que a maioria das ONGs se formou por meio de um grande esquema internacional comandado principalmente por Inglaterra e Estados Uni-

dos, com o apoio de muitos países europeus, a fim de exercer uma forma moderna de dominação e de colonialismo, o colonialismo das idéias, buscando o domínio sobre as riquezas minerais da Amazônia, de nosso meio ambiente e também da nossa produção. Já interferiram inclusive na nossa produção de soja, quando uma dessas ONGs veio ao Brasil pagar para produtores de soja não produzirem. Isso também foi comprovado na CPI das ONGs, e nós, portanto, temos a oportunidade, excepcional, de amanhã aprovar esse projeto que vai moralizar, disciplinar e fiscalizar a atuação das ONGs pelo Governo

brasileiro, não as deixando agir ao Deus dará, como se fossem, efetivamente, acima do bem e do mal.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que considere como lidos os documentos a que fiz referência.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sete ONGs são suspeitas de fraude com dinheiro da Saúde para atendimento aos índios - 01/06/2004

Local: Rio de Janeiro - RJ

Fonte: Jornal Nacional

Link: <http://redeglobo3.globo.com/jn/site.jsp>

Sete ONGs foram condenadas pelos auditores: Paca e Cunpir, em Rondônia; a Uniacre, de Rio Branco; Kaneguatim, no Maranhão; Civaja, no Amazonas; Pró-Vida e SDC, no Distrito Federal.

Saulo Feitosa, do Conselho Indígena Missionário, pioneiro no atendimento aos índios, critica o modelo adotado pelo governo: "A prática mostra que é um modelo fracassado. Nós temos poucas experiências que de fato tenham sido satisfatórias no Brasil todo. Algumas organizações foram fundadas apenas com o objetivo de garantir esses convênios".

Pelo menos duas organizações eram administradas por parentes de funcionários do Ministério da Saúde. O diretor do Departamento de Saúde Indígena, Ricardo Chagas, foi demitido no último dia 20. Na carta de despedida, surpreendeu ao dizer que "infelizmente a cabeça foi cortada, mas restam 37".

Hoje se defendeu, dizendo que não quis levantar suspeita sobre os colegas: "Esses são os 37 chefes de distritos sanitários do país, os representantes do Ministério da Saúde na condução dessa política lá no território indígena".

Os convênios com as sete organizações que apresentaram irregularidades não serão renovados. O governo está fazendo novas parcerias com universidades, prefeituras e ONGs que foram inocentadas pelas auditorias.

As denúncias de fraudes serão encaminhadas amanhã ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público Federal e à Corregedoria-Geral da União.

"Há uma necessidade de que venhamos a ter uma política bastante séria em relação à fiscalização de todo o dinheiro público, que é transferido para todos os órgãos. O dinheiro público não pode ser desviado", defende Waldir Pires, da Controladoria-Geral da União.



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

JORNAL

O ESTADO DE S. PAULO

DIA:

20

MÊS/ANO:

Junho/04

EDITORIA:

Notas e
Informações

CADERNO:

A

PÁGINA:

3 A

Mercosul à moda de Buenos Aires

Mais um setor industrial brasileiro, o de calçados, vai limitar “voluntariamente” as exportações à Argentina. As vendas deverão ficar, neste ano, entre 12 milhões e 13 milhões de pares. Foram vendidos no ano passado 11,8 milhões. Em 2001, no entanto, haviam sido embarcados 20,8 milhões. O acordo é informal, mas aprovado pelos dois governos. Há, no entanto, uma diferença. Os produtores argentinos têm sido sempre apoiados pelas autoridades de seu país, quanto tentam restringir a entrada de produtos originários do Brasil. Negociam respaldados pela ameaça permanente de imposição oficial de barreiras. Foi assim quando os industriais do setor têxtil acertaram a limitação de vendas brasileiras. Os empresários deste lado da fronteira, ao contrário, são estimulados a cuidar de seus interesses por conta própria, porque o seu governo tem preferido evitar atritos oficiais com os vizinhos.

É parte da política regional do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aceitar que as empresas nacionais sejam punidas, no Mercosul, por haver investido e conquistado poder de competição, confir-

mado em dezenas de mercados estrangeiros.

A passividade do governo brasileiro, diante das frequentes investidas protecionistas de setores argentinos, é algo muito diferente de uma política de cooperação. Boa vontade nunca deixou de existir, nos períodos mais difíceis da crise argentina. O Brasil, como grande importador de produtos da Argentina, contribuiu, durante anos, para que boa parte da produção desse país tivesse um mercado seguro. Mas não se justifica a tolerância permanente a restrições comerciais. Essa política não fortalece o bloco regional.

Não há dúvida que o Mercosul está longe de ser, na realidade, a união aduaneira oficialmente em vigor há vários anos. O acordo de tarifa externa comum nunca chegou a funcionar. O sistema tem tantos furos que só com muita imaginação se pode falar de normas tarifárias conjuntas. Mesmo como zona de livre comércio, que prece-

de o status de união aduaneira, o bloco tem funcionado mal. Todos os seus sócios podem ter tido recaídas protecionistas, mas setores econômicos da Argentina têm sido os focos mais frequentes de problemas.

A explicação é simples: houve pouquíssimo investimento em vários segmentos empresariais daquele país, desde os anos 80.

Por causa disso, os estágios de integração regional programados para a formação da união aduaneira foram prolongados. Prazos foram rompidos mais de uma vez, porque empresários argentinos se declaravam despreparados para uma efetiva integração comercial.

O problema ainda não foi resolvido e as tentativas de rediscussão dos acordos vão ampliar-se. Segundo o jornal *Clarín*, de Buenos Aires, o secretário de Indústria da Argentina, Alberto Dumont, disse que seu governo pretende “rever ponto por ponto o estado de integração da indústria dos dois países”.

Um dos objetivos é rediscutir o acordo do setor automobilístico. A Política Automotiva Comum deverá entrar em vigor em 1.º de janeiro de 2006, mas os fabricantes argentinos de autopeças continuam insatisfeitos. Mas esse acordo já foi revisto, há alguns anos, por pressão dos próprios argenti-

nos, e a nova fórmula acomodou-se às suas pretensões. Agora o sistema não serve mais.

Com a interminável acomodação dos acordos aos padrões argentinos de produtividade, o Mercosul nunca será o que deveria ser – uma base sólida para a inserção do bloco na economia global. Enganase o presidente Lula quando imagina que essa sua estraté-

gia consolidará alguma liderança brasileira na América do Sul.

Governos sul-americanos com idéias mais claras estão empenhados em criar oportu-

nidades e em ganhar poder de competição. Não estão interessados em criar um bloco subcontinental de ineficientes. Que Lula seja especialmente sujeito a ilusões políticas ficou evidente, mais uma vez, com o jogo duro – e sujo – que a China vem impondo ao Brasil, no comércio da soja. É urgente que o presidente brasileiro reveja suas concepções de estratégia internacional e ganhe um pouco de realismo. Se o fizer, poderá até impedir que o Mercosul se torne inteiramente irrelevante.

**Nem como
zona de livre
comércio o
bloco funciona
de modo
satisfatório**



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

JORNAL

O ESTADO DE S. PAULO

DIA:

20

MÊS/ANO:

Junho/04

EDITORIA:

Notas e
Informações

CADERNO:

A

PÁGINA:

4

GOVERNO

Governo apura desvio de verbas para ONGs de fachada

Dados do TCU e de ministérios indicam uso irregular de grande parte dos R\$ 2 bi deste ano

VANNILDO MENDES

BRASÍLIA – O governo, o Congresso, o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público já detectaram vários indícios de uso irregular, por uma grande quantidade de organizações não-governamentais (ONGs), dos recursos que lhes são repassados pelo próprio Executivo – uma montanha de dinheiro que, só em 2004, deve chegar a R\$ 2 bilhões.

Suspeita-se, nos levantamentos feitos até agora, que grande parte dessas verbas esteja sendo desviada para ONGs de fachada ou para outras entidades do terceiro setor, desobrigados por lei de se submeter à fiscalização dos setores públicos.

Tendo diante de si um vasto universo de 29 mil entidades de utilidade pública, esses técnicos buscam estabelecer algum tipo de controle sobre o modo como são recebidos e gastos esses recursos – que, em alguns casos, podem estar patrocinando atividades contrárias aos próprios interesses do governo. Além do Congresso e do TCU, um grupo de trabalho interministerial integrado por dez ministérios e coordenado pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Luiz Dulci, está concluindo estudos para o primeiro pacote de medidas destinadas à moralização das relações do Estado com as ONGs.

Os R\$ 2 bilhões destinados a essas entidades representam um valor maior que o autorizado, no orçamento deste ano, para pelo menos 18 ministérios do governo de Luiz Inácio Lula da Sil-

va – entre os quais os de Cidades (R\$ 1,36 bilhão), Justiça (R\$ 1,57 bilhão) e Previdência Social (R\$ 1,38 bilhão). Só ganham mais dinheiro que esse conjunto de ONGs os ministérios da Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Defesa, Transportes e Ciência e Tecnologia.

“Convênios vultosos são assinados sem licitação, sem transparência nem comprovação de capacitação técnica da ONG”, adverte o senador Mozarildo Cavalcante (PPS-RO), autor de um projeto de lei destinado a regulamentar as atividades do terceiro setor, que já entrou em pauta para votação no Senado.

Falcatruas – Presidente de uma CPI aberta em 2002 para investigar a questão das ONGs, Cavalcante sustenta que a bandeira do voluntariado vem sendo usada, em anos recentes, para encobrir falcatruas. Os alvos preferenciais dos golpistas, como já foi detectado, são os Ministérios do Desenvolvimento Social, da Saúde, do Meio Ambiente e da Educação.

Para se ter uma idéia de como essa atividade se expandiu, basta lembrar

que em 2002, último ano de governo Fernando Henrique Cardoso, as ONGs abocanharam R\$ 1,4 bilhão de recursos públicos, quase metade das transferências voluntárias que a União remeteu naquele ano para os 5.600 municípios brasileiros.

A exemplo do senador Cavalcante, o procurador-geral

do TCU, Lucas Furtado, também se diz impressionado com a quantidade de desvio de dinheiro público por meio de ONGs. A CPI e os órgãos envolvidos na investigação não conseguem, por causa da falta de controle, nem sequer quantificar o prejuízo aos cofres públicos.

O mecanismo dos convênios, diz Furtado, é lacônico e contém enormes furos. “Deveria ser criado por lei um processo público transparente de escolha das entidades conveniadas, que garantisse acesso aos vários interessados”, defendeu.

Para ele, a regulamentação do setor também deveria definir bem o dever das ONGs de prestar contas detalhadas ao

órgão repassador. Igualmente, os ministérios, estatais e demais órgãos repassadores de recursos deveriam, na sua opinião, dar maior publicidade aos programas destinados ao terceiro setor.

Furtado constatou, por meio de amostragem, que os problemas ocorrem em quase todos os ministérios, nas empresas estatais e fundações públicas. Muitos golpes, conforme observou, são praticados por meio de emendas parlamentares destinadas a ONGs de fachada ou de finalidade suspeita. “A democracia brasileira avançou muito e não pode conviver com um processo que, de tão discricionário, virou arbitrário”, criticou o procurador.

Um dos casos apanhados na sua amostragem é o da Fundação Cristiano Varella. Criada pelo deputado Lael Varella (PFL-MG), a entidade, que leva o nome do pai do parlamentar, conseguiu R\$ 20 milhões do Ministério da Saúde, entre 1999 e 2001. A



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

JORNAL

O ESTADO DE S. PAULO

DIA:

20

MÊS/ANO:

Junho/04

EDITORIA:

Nacional

CADERNO:

A

PÁGINA:

4A

verba foi destinada à construção de um hospital do câncer, em Muriaé (MG), administrado pelo Instituto Maria da Glória Ferreira Varella, outra ONG criada por Lael, com o nome da mãe.

O TCU constatou que o

hospital foi 100% construído e equipado com recursos do Ministério da Saúde e, por isso, recomendou a sua incorporação ao Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento gratuito à população. Mas até agora a situação não foi resolvida e o hospital continua recebendo verbas federais, por meio de emendas parlamentares, e realizando atendimentos particulares. O esquema é semelhante ao usado pelos anos do Orçamento, que levou à cassação de 11 parlamentares em 1992.

Preferências – O Congresso e o TCU quiseram aos ministérios e empresas estatais informações sobre os repasses de recursos para o terceiro setor. As primeiras informações indicam que, em 2003, o Ministério da Saúde transferiu R\$ 251,8 milhões para as ONGs e o Ministério da Educação, R\$ 138,4 milhões. O campeão, o Ministério do Desenvolvimento Social, ainda está levantando os dados.

No Ministério do Meio Ambiente, já se descobriu que as 80 ONGs que firmaram convênio com o Fundo Nacional do Meio Ambiente receberam R\$ 20 milhões em 2003. Mas o grande filão, financiado com recursos externos, falta ser aferido.

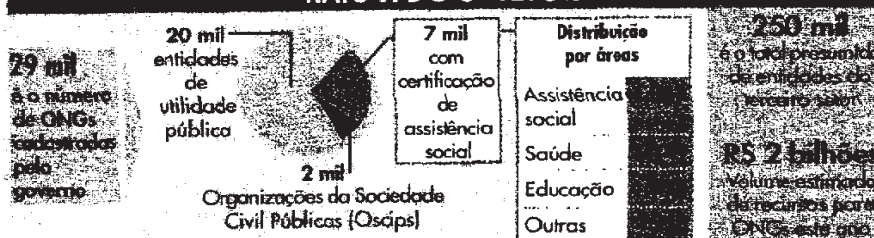
Para este ano estão previstos investimentos de R\$ 1,2 bilhão na agenda verde do Brasil, provenientes de países e organismos internacionais. Desse montante, R\$ 700 milhões já estão em carteira e R\$ 500 milhões em negociação.

Uma das diretrizes exigidas pelos financiadores é que o dinheiro seja aplicado mediante convênio com organizações não-governamentais, segundo informou o secretário executivo do Meio Ambiente, Claudio Langone.

O meio ambiente é considerado o paraíso das ONGs, porque a maior parte dos re-

ursos de origem externa é constituída de doações, que não exigem contrapartida. Mas Langone assegura que os recursos estão sendo bem aplicados. As entidades da área, garante, possuem elevado nível de participação social nos seus sistemas de controle. “Temos um nível baixo de irregularidades”, informou.

RAIO X DO 3º SETOR



Golpes no FAT deixaram rombo de R\$ 1 bi em 9 anos

Dois funcionários da Secretaria de Trabalho do DF já foram indiciados por desvios

BRASÍLIA – Os golpes no caixa do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) são comuns desde 1995 e podem ter passado de R\$ 1 bilhão nos últimos nove anos.

Campeã em irregularidades no uso de recursos do fundo, a Secretaria do Trabalho do Distrito Federal teve dois ex-secretários indiciados em inquéritos por desvios. As centrais sindicais, as secretarias do trabalho dos Estados e até a poderosa Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) também fizeram uso indevido de dinheiro do FAT, segundo informou o procurador-geral do Tribunal de Contas da União, Lucas Furtado.

A Agora, ONG do empre-

sário Mauro Dutra, amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de outros petistas ilustres, recebeu um montante de R\$ 4,6 milhões do governo do FAT em 1997 e 1998, quando era governador o atual senador Cristovam Buarque. O dinheiro seria para aplicar em programa de qualificação profissional, mas o Ministério Público constatou que a entidade prestou contas de R\$ 887,7 mil, com notas fiscais frias.

Credenciamento – As ONGs se credenciam a recursos públicos de três formas. A primeira delas mediante convênios com os ministérios e estatais, sem concorrência pública e muitas vezes sem transparência alguma. Outra forma, aplicada às Oscips (Organizações da Sociedade Civil Públicas), é o termo de parceria. A terceira são os contratos de gestão, usados com as Organizações



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

JORNAL	DIA	MÊS/ANO	EDITORIA	CADERNO	PÁGINA
O ESTADO DE S. PAULO	20	Junho/04	Nacional	A	48

Sociais (OSs). Em todas as frentes, há brechas para as fraudes.

A Fundação Nacional da Saúde (Funasa) tem sido um dos maiores ralos. No início deste mês, foram afastados dois funcionários do órgão suspeitos de envolvimento com a contratação irregular das ONGs Pró-Vida e Sociedade de Defesa da Cidadania, que prestam serviços de saúde na área indígena.

Os servidores da Funasa eram casados com dirigentes das duas entidades. Parte dos recursos destinados à Pró-Vida, que deveriam atender aos índios do Maranhão, foram usados na compra de passagens aéreas, na assinatura de revistas e até no aluguel de imóvel em Brasília.

Golpe - O TCU encontrou outras irregularidades em repasses para ONGs no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social, inclusive no programa destinado a portadores de deficiência. Até o Ministério da Cultura por pouco não tomou um golpe de R\$ 30 milhões por meio da construção superfaturada de oficinas culturais na Bahia. O esquema de desvio estava todo montado e até os recursos haviam sido negociados com a Petrobrás, mas uma denúncia anônima ao tribunal levou o Ministério da Cultura a abortar a operação.

Segundo Lucas Furtado, "dezenas de outras falcatruas" estão em curso.

"Quantias milionárias estão escorrendo pelo ralo. Precisa haver um processo objetivo que garanta impessoalidade e transparência na escolha", afirmou Furtado. (V.M.)

Maioria das entidades foi criada na década de 90

BRASÍLIA - Em todo o País existem 29 mil organizações não-governamentais catalogadas pelo governo e aptas a captar recursos federais. Mais de 90% delas foram criadas na década de 90, quando o terceiro setor se expandiu no Brasil. Foi a partir de então que os recursos destinados a essa atividade, pelo Tesouro Nacional, apresentaram grande expansão, superando em até dez vezes, em seu total, a verba da maior parte dos ministérios.

A explosão de ONGs foi estimulada nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, com a regulamentação das Organizações da Sociedade Civil Públicas, as OSCIPs, além da ênfase dada ao sistema de parceria para execução de programas governamentais. O governo Luiz Inácio Lula da Silva continuou a política do presidente anterior

com o mesmo ímpeto terceirizante e tem planos de ampliar ainda mais o leque de parcerias.

O surgimento de escândalos na aplicação de recursos, porém, produziu estragos nessa estratégia. O último deles envolveu a fundação Agora, do empresário Mauro Dutra, amigo pessoal do presidente Lula e de vários outros dirigentes petistas.

Truco - A definição de ONG é muito vaga e permite muitas interpretações. Na mais dilatada, que comporta desde fundação de amparo à velhice até associação de criadores de canário belga, ou clube de praticantes de truco, o total de ONGs em atividade no País chega hoje a 250 mil. A maior parte delas atuando em áreas de assistência social, saúde, educação, meio ambiente e índios -, e muitas bem próximas das autoridades públicas. (V.M.)

Brasília (DF) Quinta, 10 de Junho de 2004 - 15h29



BSB Brasil

SETE ONGS SUSPEITAS DE FRAUDE COM DINHEIRO FEDERAL

Sete ONGs foram condenadas pelos auditores do TCU: Paca e Cunpir, em Rondônia; a Uniacre, de Rio Branco; Kaneguatim, no Maranhão; Civaja, no Amazonas; Pró-Vida e SDC, no Distrito Federal.

Saulo Feitosa, do Conselho Indígena Missionário, pioneiro no atendimento aos índios, critica o modelo adotado pelo governo: 'A prática mostra que é um modelo fracassado. Nós temos poucas experiências que de fato tenham sido satisfatórias no Brasil todo. Algumas organizações foram fundadas apenas com o objetivo de garantir esses convênios'.

Pelo menos duas organizações eram administradas por parentes de funcionários do Ministério da Saúde. O diretor do Departamento de Saúde Indígena, Ricardo Chagas, foi demitido no último dia 20. Na carta de despedida, surpreendeu ao dizer que 'infelizmente a cabeça foi cortada, mas restam 37'.

Hoje se defendeu, dizendo que não quis levantar suspeita sobre os colegas: 'Esses são os 37 chefes de distritos sanitários do país, os representantes do Ministério da Saúde na condução dessa política lá no território indígena'.

Os convênios com as sete organizações que apresentaram irregularidades não serão renovados. O governo está fazendo novas parcerias com universidades, prefeituras e ONGs que foram inocentadas pelas auditorias.

As denúncias de fraudes serão encaminhadas amanhã ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público Federal e à Corregedoria-Geral da União.

'Há uma necessidade de que venhamos a ter uma política bastante séria em relação à fiscalização de todo o dinheiro público, que é transferido para todos os órgãos. O dinheiro público não pode ser desviado', defende Waldir Pires, da Controladoria-Geral da União.

- (09/06/04 - 09:00) DNIT CONFIRMA INÍCIO DE TERRAPLANAGEM NA BR 364 ATÉ FINAL DE JUNHO
- (08/06/04 - 12:58) Desenvolvimento regional mobiliza líderes políticos de RO
- (08/06/04 - 12:53) PPS LANÇA CANDIDATO A PREFEITO DE JI-PARANÁ
- (07/06/04 - 10:57) Paraíba recebe o 31º Congresso Nacional dos Jornalistas, em agosto
- (07/06/04 - 09:42) DONOS DE IMÓVEIS DE S. PAULO NÃO EXIGEM AVALISTA, SÓ UM MES ADIANTADO
- (06/06/04 - 19:50) PF REALIZOU ONTEM E HOJE OPERAÇÃO ROSA DOS VENTOS
- (06/06/04 - 16:20) Jovem morre por não parar em blitz da polícia militar do Rio
- (08/06/04 - 08:42) SERRA VENCE ENQUETE DO SITE BSENEWS.COM
- (06/06/04 - 11:14) Barato e sem controle, álcool já vicia adolescentes de 12 anos
- (06/06/04 - 02:23) Extração ilegal de madeira cresce em Rondônia
- (05/06/04 - 18:16) 39 presos fogem no Mato Grosso
- (05/06/04 - 13:24) Rebelião no Rio está controlada, diz polícia
- (05/06/04 - 11:23) Presos fazem nova rebelião no Rio
- (05/06/04 - 22:35) Governador de RO empossa novo superintendente em Brasília
- (04/06/04 - 18:06) Manaus Energia pede reconsideração na decisão que impede licitação de energia
- (04/06/04 - 17:56) CNBB alertou governo do Rio sobre riscos na Casa de Custódia de Benfica
- (04/06/04 - 17:25) Justiça Eleitoral de RO promove encontro para eleições/2004
- (04/06/04 - 17:16) Aprovado projeto de Valverde com novas punições para escravidão rural
- (04/06/04 - 17:15) FLORESTA AMAZÔNICA - RIQUEZA E CRISE

Brasília (DF) Quinta, 10 de Junho de 2004 - 15h20



BSB Brasil

Ong Cunpir e outras foram descredenciadas pela Funasa

A Cunpir (Coordenação da União dos Povos Indígenas de Rondônia, Sul do Amazonas e Noroeste do Mato Grosso) e a Paca, estão proibidas de celebra convênios com a Funasa. Elas são suspeitas de praticarem desvios de recursos públicos destinados a melhoria de condições de vida dos índios de Rondônia. As duas ongs foram objetos de investigação da CPI das Ongs há dois anos.

O relatório final da comissão parlamentar de inquérito (CPI) criada para apurar denúncias sobre a atuação irregular de organizações não-governamentais (ONGs), que aprovado por unanimidade, recomendou a vários órgãos governamentais, entre os quais a Polícia Federal, a Receita Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, que aprofundem as investigações sobre atos ilícitos praticados por nove entidades.

A CPI constatou que essas ONGs cometeram, entre outros crimes, evasão fiscal, atos lesivos à lei de registros públicos, crime ambiental e infrações tributárias.

Estão na lista de investigação as seguintes ONGs: Associação Amazônia; Focus on Sabbatical; Unificação das Famílias pela Paz Mundial; Cooperindio; **Paca; Cunpir**; Adesbrar; Fundação o Boticário; e Napacan. A CPI constatou, por exemplo, que a Associação Amazônia, com sede em Manaus, cometeu ao longo dos anos várias irregularidades, entre as quais de ter adquirido de forma questionável 172 mil hectares de terras no sul do estado de Roraima. A associação também foi acusada de cometer biopirataria.

A CPI foi criada em fevereiro de 2001 por sugestão do senador Mozarildo Cavalcanti que presidiu os trabalhos durante todo o período. Além de investigar denúncias sobre atuação irregular de ONGs, a CPI também apurou a interferência dessas organizações nas questões indígenas, ambientais, e de segurança nacional, sobretudo daquelas que atuam na região amazônica.

- (09/06/04 - 09:00) DNIT CONFIRMA INÍCIO DE TERRAPLANAGEM NA BR 364 ATÉ FINAL DE JUNHO
- (08/06/04 - 12:58) Desenvolvimento regional mobiliza líderes políticos de RO
- (08/06/04 - 12:53) PPS LANÇA CANDIDATO A PREFEITO DE JI-PARANÁ
- (07/06/04 - 10:57) Paraíba recebe o 31º Congresso Nacional dos Jornalistas, em agosto
- (07/06/04 - 09:42) DONOS DE IMÓVEIS DE S. PAULO NÃO EXIGEM AVALISTA, SO UM MES ADIANTADO
- (06/06/04 - 19:50) PF REALIZOU ONTEM E HOJE OPERAÇÃO ROSA DOS VENTOS
- (06/06/04 - 16:20) Jovem morre por não parar em blitz da polícia militar do Rio
- (08/06/04 - 08:42) SERRA VENCE ENQUETE DO SITE BSBNEWS.COM
- (06/06/04 - 11:14) Barato e sem controle, álcool já vicia adolescentes de 12 anos
- (06/06/04 - 02:23) Extração ilegal de madeira cresce em Rondônia
- (05/06/04 - 18:16) 39 presos fogem no Mato Grosso
- (05/06/04 - 13:24) Rebelião no Rio está controlada, diz polícia
- (05/06/04 - 11:23) Presos fazem nova rebelião no Rio
- (05/06/04 - 22:35) Governador de RO empossa novo superintendente em Brasília
- (04/06/04 - 18:06) Manaus Energia pede reconsideração na decisão que impede licitação de energia
- (04/06/04 - 17:56) CNBB alertou governo do Rio sobre riscos na Casa de Custódia de Benfica
- (04/06/04 - 17:25) Justiça Eleitoral de RO promove encontro para eleições/2004
- (04/06/04 - 17:16) Aprovado projeto de Valverde com novas punições para escravidão rural
- (04/06/04 - 17:15) FLORESTA AMAZÔNICA - RIQUEZA E CRISE
- (04/06/04 - 17:13) Confúcio cobra agilidade na liberação de verba para a agricultura
- (04/06/04 - 17:07) PSB fecha com PMDB em Porto Velho
- (04/06/04 - 16:29) Brancos têm mais escolaridade que pretos e pardos, revela IBGE
- (04/06/04 - 14:49) Governador de RO empossa novo Representante em BSB
- (04/06/04 - 11:41) Confúcio Moura ganha apoio do PP e PL em Ariquemes

ONGs montam trincheira na pasta do Meio Ambiente

VANNILDO MENDES

BRASÍLIA – Com uma bancada de mais de 30 parlamentares e representantes em postos-chave do Executivo, as organizações não-governamentais (ONGs) aumentaram sua influência no atual governo. Sua principal trincheira fica no Ministério do Meio Ambiente, onde ocupam dez cargos importantes. Só em 2004 o repasse de recursos federais para as ONGs deve alcançar R\$ 2 bilhões. Governo, Congresso e TCU já detectaram irregularidades na distribuição de verbas.

A forte presença de ONGs na pasta é associada por parlamentares e empresários ao emperramento de obras com impacto ambiental. É o caso dos projetos de hidrovias, como a Paraguai-Paraná, que afeta o ecossistema do Pantanal Mato-grossense, a produção de transgênicos, a transposição do Rio São Francisco, a Ferrovia Ferronorte e a Rodovia BR-163, que liga Cuiabá a Santarém. “Compromissos de honra que o presidente Lula assumiu com os nordestinos estão sendo adiados”, diz o deputado José Carlos Machado (PFL-SE).

Até a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, reclamou de contínuos embaraços para construção de hidrelétricas. “Sem ampliar a oferta de energia, o País entra em colapso”, diz o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR).

Além da ministra Marina Silva, cuja origem política está em ONGs do movimento seringueiro do Acre, os ONGueiros emplacaram João Paulo Capobianco, fundador e coordenador do Instituto Sócio Ambiental (ISA), como secretário de Biodiversidade e Florestas. Flávio Montiel Rocha, egresso do Greenpeace e da WWF, ocupa a Diretoria de Proteção Ambiental do Ibama. A Coordenação de Fiscalização Ambiental foi entregue a Marcelo Marquesini, que atuou seis anos no Greenpeace. Tasso Rezende de Azevedo teve um pé na ONG Imaflores, da Amazônia. Muriel

Saragoussei, da Fundação Vitória Amazônica (FVA), é diretor no Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Nível – Também estão em postos-chave

Atanagildo Fonseca, oriundo do Conselho Nacional de Seringueiros, e Brent Milikan, do Fórum das ONGs de Rondônia, além de Gilney Viana, secretário de Desenvolvimento Sustentável, apadrinhado por entidades do terceiro setor da Amazônia.

Para o secretário-executivo do ministério, Cláudio Langone, a presença de representantes de ONGs serviu para qualificar o nível dos debates. “Os empresários estavam cansados de soluções pontuais e construíram, pela primeira vez, uma agenda que está servindo de referência para outras áreas do governo.”

**ATÉ DILMA
ROUSSEFF JÁ
SE QUEIXOU
DE ENTRAVES**

GOVERNO

Lula recebe chefes de Estado e vai aos EUA

Na semana em que se decide o valor do mínimo, presidente tem agenda diplomática

BRASÍLIA – Depois de entrar no corpo-a-corpo da caça aos votos no Senado sem conseguir evitar que o salário mínimo de R\$ 260 fosse derrotado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai ficar inteiramente fora da articulação para restabelecer o valor de R\$ 260 na Câmara. Menos de um ano depois de cancelar a viagem que faria a cinco países africanos para ajudar na aprovação da reforma previdenciária, ele optou por uma semana marcadamente diplomática.

Hoje Lula passa o dia em São Paulo, em uma programação com os presidentes da Namíbia, Sam Nujoma, e da Colômbia, Álvaro Uribe. Amanhã, dia em que deve ser votada a MP do mínimo, ele viajará para um encontro em Nova York.

O primeiro compromisso de Lula hoje será às 11h30, quando terá reunião privada com Nujoma, seguida de um almoço no Hotel Sofitel. No meio da tarde o presidente colombiano desembarcará na cidade com uma delegação de empresários, para participar de um encontro destinado a esti-

mular os investimentos no País. Uribe tem encontro de trabalho às 19h30 com Lula, que logo em seguida lhe oferecerá um jantar.

Na manhã da terça-feira, quando os líderes governistas estarão empenhados na ofensiva final da caça aos votos pelo mínimo de R\$ 260, Lula e Uribe participarão da cerimônia de abertura do Fórum de Negócios Brasil-Colômbia, no auditório do Hotel Hilton Morumbi. Será a última atividade de Lula antes de viajar no início da tarde para

Nova York, onde passará três dias em encontros com investidores e lançará um programa de remessa de recursos de brasileiros residentes no exterior por meio da Caixa Econômica Federal.

Além de se ausentar de Brasília, Lula convidou o ministro da Casa Civil, José Dirceu, para acompanhá-lo na viagem aos EUA. Caso Dirceu decida embarcar com o chefe, a articulação em favor do mínimo de R\$ 260 ficará sob o comando ex-

clusivo do ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo.

Argumentos – Segundo o líder do governo na Câmara, Professor Luizinho (PT-SP), a ideia é mesmo votar a MP do mínimo amanhã. A despeito da dificuldade política de os deputados cassarem o aumento de R\$ 15 dado pelos senadores em ano de eleição, Luizinho aposta na solidariedade da Câmara, com o argumento de que o governo foi derrotado justamente por ter honrado o compromisso de não negociar um aumento mais generoso no Senado. Além disso, o líder diz que o Planalto aceita firmar um acordo para garantir uma política de recuperação do valor real do mínimo.

O problema é que o governo concorda com o conceito geral, mas o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, não quer definir agora o critério específico da política de aumento do mínimo. Setores do PT, em que se inclui o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), insistem na ideia de repassar ao mínimo um aumento equivalente ao do crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB), além da reposição da inflação. “Mas agora nós vamos tratar apenas do princípio geral”, afirma Luizinho. (Christiane Samarco)

O GLOBO

O PAÍS

A força das ONGs no governo

Transferências diretas e sem licitação da União ao terceiro setor foram de quase R\$ 1,3 bi em 2003

Editoria de Arte

Catia Seabra

Catia Seabra

BRASÍLIA

Enxuto, o Estado tem delegado, cada vez mais, funções para a sociedade civil. Da saúde indígena à construção de cisternas no semi-árido. Obrigado a cortar R\$ 1 bilhão de verbas de custeio em 2004, o governo federal descobriu que, só no ano passado, destinou quase R\$ 1,3 bilhão para entidades privadas sem fins lucrativos, em transferências diretas e sem licitação. Infiltrado na máquina pública, o terceiro setor transformou-se em braço do Estado, o que preocupa o governo e as próprias organizações não governamentais (ONGs).

A dimensão do setor e o tamanho da fatia que ele abocanha levaram o governo a montar um grupo de trabalho, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, para criar uma legislação que dê maior transparência às relações.

Do total de recursos repassados para as entidades privadas sem fins lucrativos, R\$ 1,077 bilhão foi destinado às atividades de responsabilidade do governo (custeio), como o programa de alfabetização. Só R\$ 104,8 milhões foram para obras (investimentos).

O número é significativo se comparado às transferências voluntárias (sem exigência constitucional) feitas pela União a estados e municípios: representa 44,8% do que foi destina-

do no ano passado aos estados ou 41,4% da verba enviada a municípios. Segundo a Secretaria Nacional do Tesouro, em 2003 foram transferidos R\$ 2,4 bilhões para os estados e R\$ 2,6 bilhões para os municípios.

Assistência a índios dominada por ONGs

- O terceiro setor domina, por exemplo, a prestação de serviços aos índios, população sob a tutela da União. Em 34 distritos sanitários no país, as próprias organizações indígenas têm sido encarregadas da saúde e do saneamento nas tribos. Por enquanto, são as associações indígenas — assessoradas por brancos — que compram medicamentos, equipamentos, combustíveis e até carros para a execução dos programas de melhoria sanitária e saúde indígena.

Só no ano passado, foram R\$ 192 milhões para atendimento a 405 mil índios, dinheiro transferido a 56 organizações. Para o Conselho Indígena de Roraima (CIR) foram R\$ 6,7 milhões. Para a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, R\$ 6,350 milhões. A Missão Evangélica Caiua recebeu R\$ 7, 2 milhões.

O Ministério da Saúde decidiu reassumir o controle do programa. A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) comandará a compra de remédios, combustíveis e equipamentos,

e a mão-de-obra é contratada para as ONGs. Mas é grande o impasse.

— Vivemos um período de transição e há resistência. Mas a gestão (da saúde indígena) é nossa — diz o diretor-executivo da Funasa, Lenildo Moraes, acrescentando que os convênios com as ONGs serão objeto de auditoria e que o programa estará sob o controle do governo até o fim do ano.

As ONGs só assumirão a gestão dos distritos sanitários quando for inviável a atuação da Funasa. Mas tanto as que estão no comando do programa como as que refutam a possibilidade de o terceiro setor substituir o Estado resistem. É o caso da Associação Brasileira de ONGs (Abong).

— As ONGs não podem ser usadas para a terceirização do papel do Estado — diz o diretor-geral da Abong, Jorge Eduardo Saavedra Durão, que defende a atuação na discussão de políticas, não em sua execução.

A área indígena não é a única em que a sociedade civil abraça tarefas de Estado. Segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), as cooperativas de assentados têm recebido verbas do Incra para elaborar projetos da reforma agrária.

A Animação Pastoral e Social no Meio Rural, por exemplo, recebeu R\$ 4,7 milhões para prestação de serviços de assistência técnica nos projetos de assentamentos. Para a Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná, foram R\$ 836,6 mil. ■

▶ Repasses para o terceiro setor



TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO PARA ONGs

MINISTÉRIO DA SAÚDE	R\$ 251.801.493,13
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	R\$ 138.464.066,20
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	R\$ 85.012.658,06
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	R\$ 64.885.868,39
MINISTÉRIO DO TURISMO	R\$ 34.542.401,06
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	R\$ 33.652.966,33
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	R\$ 25.113.415,99
MINISTÉRIO DA DEFESA	R\$ 15.021.357,08
MINISTÉRIO DO ESPORTE	R\$ 14.003.279,91
MINISTÉRIO DA CULTURA	R\$ 11.053.934,49
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	R\$ 7.537.210,87
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO	R\$ 5.762.183,00
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO	R\$ 1.404.975,13



**TOTAL
EM 2003
R\$ 1,226
bilhão**

Exemplos de repasses voluntários da União para instituições privadas

Para gastos com atividades de custeio e investimentos



GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Associação Programa Um Milhão de Cisternas: R\$ 7,6 milhões para construção de parte das 12 mil cisternas rurais do programa Fome Zero

Movimento de Meninos e Meninas de Rua: R\$ 265 mil para promoção de direitos de crianças e adolescentes em situação de exclusão

Tortura Nunca Mais: R\$ 299,9 mil para a Ciranda da Paz

Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis: R\$ 49,9 mil para balcão de cidadania

Estrada do Progresso para a Paz: R\$ 30 mil para pré-produção e divulgação do filme "Clô, dias e noites" (Secretaria da Mulher)



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Movimento Brasil Competitivo: R\$ 400 mil para restauração da BR-381 e da infraestrutura de comunicação dos ministérios



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Associação de Apoio ao Programa de Alfabetização: R\$ 33.966.900

Alfali Brasil: R\$ 12,8 milhões para o programa de alfabetização

Instituto Agostin Castejon: R\$ 1,2 milhão para educação de jovens e adultos (200 educadores)



MINISTÉRIO DA SAÚDE

Funasa: R\$ 194,9 milhões distribuídos para 56 entidades para saúde indígena e saneamento em 34 distritos. Exemplo de entidade beneficiada: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (R\$ 6,350 milhões)



MINISTÉRIO DO TRABALHO

Avante Qualidade Educação e Vida ONG: R\$ 2,538 milhões para elaboração de Projetos Especiais de Qualificação dentro do programa Primeiro Emprego

Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza: R\$ 2,4 milhões para o Primeiro Emprego

Ágora: R\$ 7,3 milhões para o programa Primeiro Emprego

Ação Comunitária do Brasil: R\$ 1,7 milhão para o Primeiro Emprego



MINISTÉRIO DA CULTURA

Grupo Teatral Marco Zero do Equador: R\$ 108 mil para projeto teatro-escola-comunidade

Instituto Terceiro Setor: R\$ 167,5 mil para o 36º Festival de Cinema de Brasília

Ossos do Ofício Contraria de Arte: R\$ 160 mil para fomento a projetos de difusão e realização de oficinas de arte



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Fundação Movimento Ondazul: R\$ 222 mil para projeto de gestão de recursos ambientais do Baixo Sul da Bahia

Instituto Oriades: R\$ 126 mil para o plano de manejo do ouriço preto

Associação Andiroba: Para identificação de flora e fauna (R\$ 18,5 mil)



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Animção Pastoral e Social no Meio Rural: R\$ 4,7 milhões para prestação de serviços de assistência técnica nos projetos de assentamentos

Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná: R\$ 836,6 mil para prestação de serviços de assistência e extensão rural

Instituto de Biodiversidade e Manejo: R\$ 376 mil para educação e capacitação de jovens e adultos assentados em área de reforma agrária



MINISTÉRIO DO ESPORTE

Instituto Rumo Certo: R\$ 647,6 mil para implantação de núcleo de esportes no Rio



MINISTÉRIO DO TURISMO

Instituto Hospitalidade: R\$ 1 milhão para desenvolvimento e divulgação de normas reconhecidas nacionalmente

Quinteto Violado: R\$ 1,2 milhão para projeto de interiorização de turismo com arte

Instituto Estrada Real: R\$ 1,2 milhão para divulgação da Estrada Real

Fundação 21 de Abril: R\$ 241 mil para realização de seminário sobre o plano nacional de turismo e exposição em Buenos Aires

Instituto Raoni: R\$ 146 mil para o projeto Turismo na Terra Encantada dos Caiapós



MINISTÉRIO DA DEFESA

RLA RICO: R\$ 4,034 milhões para apoio à atividade de aviação civil



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO

Junta de Usuários do Perímetro Irrigado de São Gonçalo: Recuperação e manutenção de infraestrutura de irrigação

Prática atravessou administração passada

No último ano do governo FH, ONGs receberam R\$ 1,4 bi e estados R\$ 2,4 bi em repasses

• BRASÍLIA. No semi-árido nordestino, uma associação — registrada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) — tem a missão de construir 12.040 cisternas dentro do programa Fome Zero. Para tanto, há um convênio de R\$ 11,6 milhões. Ainda segundo levantamento feito pela liderança do PFL, as organizações não governamentais são co-responsáveis pelo programa de alfabetização no país. Destinatária de um convênio de R\$ 34 milhões, a Associação de Apoio ao Programa de Alfabetização é só um caso numa lista de mais de três mil entidades.

É um cenário que ganha contornos mais graves com o emagrecimento do Estado e a imposição de regras rígidas para a celebração de contratos. Sem estrutura própria, o governo recorre às ONGs, numa prática que atravessou o governo passado. Em 2002, último ano da administração de Fernando Henrique Cardoso, os repasses às ONGs somaram R\$ 1,4 bilhão, num ano em que estados foram agraciados com R\$ 2,4 bilhões em repasses e municípios, com R\$ 2,1 bilhões.

A pedido de parte das ONGs, o governo criou um grupo de estudo para analisar uma nova regulamen-

tação para o setor. Num universo tão vasto, que inclui 22 mil entidades filantrópicas — só 6.822 delas com certificado de utilidade pública e 1.860 organizações de interesse público — não é só a capacidade de a sociedade civil assumir funções de Estado que preocupa. A falta de um marco legal também causa apreensão.

Só 6.822 entidades têm certificado que dá direito à subvenção

Hoje, entidades filantrópicas, fundações empresariais e institutos compõem o chamado terceiro setor. Essas organizações podem receber dois tipos de títulos do governo: as de saúde, educação e assistência (filantrópicas) podem se candidatar ao certificado de beneficiante de assistência social (Cebas). Das 22 mil filantrópicas, só 6.822 obtiveram o certificado, pelo qual têm direito à subvenção direta do Estado, além de isenção da contribuição patronal.

Figura jurídica criada na era de Fernando Henrique Cardoso, a Oscip (organização com título de interesse público concedido pelo Ministério da Justiça) pode ser beneficiária de termos de parceria com governo, instrumento mais rápido na-

ra convênio, com direito à remuneração de sua diretoria.

— As Oscips nasceram dentro da perspectiva de terceirização das políticas públicas — explica José Antonio Moroni, integrante do colegiado de gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), que atua no Congresso Nacional “na intermediação entre o Parlamento e a sociedade civil organizada”, de acordo com as informações de seu site na internet.

Para Moroni, é preciso um marco regulatório de acesso aos recursos públicos:

— Tem de ser transparente. O Estado tem que ter controle dessas organizações.

O grupo coordenado pela Secretaria Geral da Presidência foi constituído em setembro. O governo ainda está reunindo dados, como o perfil das Oscips que podem receber título até um mês depois de criadas e a relação dos convênios com a União.

— Estamos aprendendo com a realidade. É necessário interagir. Carecemos de um marco legal? Sim. Há lacunas? Há. Precisamos de mais controle e transparência? Sim. Então, estamos levantando — resume o subsecretário-geral da Presidência, Cezar Alvarez. ■

Órgão da ONU fez contrato para o Planejamento

Regina Alvarez

• BRASÍLIA. O Ministério do Planejamento concluiu que precisava da ajuda do terceiro setor para reduzir o desperdício e melhorar a gestão no serviço público. E contratou a consultoria do Movimento Brasil Competitivo (MBC), no valor de R\$ 1,5 milhão, sem licitação, para desenvolver e testar metodologias de gestão em um conjunto de programas do governo federal. O objeto do contrato é tão amplo que permite, na prática, estender o trabalho dessa organização para toda a máquina administrativa.

O MBC é uma Organização

da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) fundada pelo empresário Jorge Gerdau Johannpeter, que tem integrantes do governo, inclusive quatro ministros de estado, no seu conselho. Essa composição VIP e a atuação na área de qualidade e produtividade embasaram a contratação por notória especialização, uma das hipóteses previstas na lei 8.666 para a dispensa de licitação. O contrato é feito através do PNUD, órgão das Nações Unidas que tem parcerias com o governo federal, mas os recursos são, na prática, do Orçamento da União.

Os três projetos inicialmente acertados com o MBC envolvem recursos no valor de R\$ 400 mil. Por este valor, a Oscip se comprometeu a desenvolver metodologias de gestão na manutenção e restauração da BR-381, no programa nacional do livro didático e na infraestrutura de co-

municação dos ministérios. O detalhe é que essas atividades estão sob a responsabilidade de outros ministérios, que teriam, pelo menos em tese, capacitação técnica para aferir o desempenho e o resultado de seus programas.

A manutenção e reestruturação de rodovias federais é da competência do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (DNIT), ligado ao Ministério dos Transportes. O Programa Nacional do Livro Didático é de responsabilidade do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), ligado ao Ministério da Educação.

O secretário-executivo adjunto do Ministério do Planejamento, Elvio Gaspar, responsável pela contratação do MBC, defende a consultoria, argumentando que o contrato foi feito dentro da lei e vai trazer benefícios na melhoria da gestão pública.

— Esses empresários que-rem contribuir com o governo — afirma.

Segundo o secretário, em troca desse contrato, o MBC fez uma outra parceria com o governo em que se compromete a transferir métodos de gestão usados na iniciativa privada para a área de compras governamentais, entre outras.

O diretor-presidente do MBC, José Fernando de Mattos, disse acreditar que a organização foi contratada pelo governo por causa do trabalho que realiza na área de tecnologia de gestão. Ele reconhece que a transferência direta de recursos públicos para organizações não governamentais tem gerado questionamentos por parte do Tribunal de Contas da União (TCU) e acha que muitas organizações atuam de forma irregular. Esse, entretanto, não seria o caso do MBC, na sua opinião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas para uma comunicação inadiável pelo prazo de cinco minutos.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, há quase duas semanas, Sr. Presidente, a juíza Lana Lúcia Galati acatou um pedido do Ministério Público Federal e determinou a interdição da BR-452, na minha região, Triângulo Mineiro, em trecho de 38 quilômetros entre o distrito de Tapuira, no Município de Uberlândia, e a ponte da represa do Município de Nova Ponte.

A interdição dessa rodovia foi motivada pela péssima condição do asfalto naquele trecho, fato lamentável que se repete em muitas de nossas estradas.

A interdição dessa importante BR ganhou repercussão no País inteiro e causou transtornos a milhares de pessoas. Apesar de compreendermos a interdição como uma pressão positiva para que o trecho receba investimentos urgentes para sua recuperação, entendemos que ela não mais se justifica diante das providências que já estão sendo tomadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, DNIT.

Quero dizer aos meus conterrâneos do Triângulo Mineiro que a Unidade de Infra-estrutura de Transporte de Minas Gerais, em caráter emergencial, promete, por meio de uma carta convite, a partir de hoje, dar início rapidamente a uma operação de tapa-buracos no trecho ora interditado.

É evidente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que essa não é a solução ideal desejada pelos trabalhadores do transporte rodoviário, mas, indiscutivelmente, trata-se de uma providência importante e revela uma disposição do órgão em atender, dentro de suas limitações, as reivindicações dos que trafegam pela rodovia.

Paralelamente, o DNIT, conforme nos informou o Dr. Sebastião Abreu, hoje coordenador do órgão no nosso Estado de Minas Gerais, entrou com recurso junto ao Tribunal Regional Federal pedindo a suspensão da liminar que interditou a rodovia. O órgão entende que, ainda que os motoristas sejam obrigados a transitar em velocidade reduzida e com atenção redobrada pela BR-452, tal atitude traz menos transtornos do que aqueles provocados pela interdição.

De fato, a imprensa regional tem relatado as dificuldades da população da região com a interdição da BR-452, que provoca, por exemplo, o aumento de 50 quilômetros numa viagem de Uberlândia para Belo Horizonte. Mais de 200 pessoas na cidade de Nova

Ponte, que trafegam diariamente pela rodovia, estão sem aulas por causa dessa interdição.

Diante dos fatos e da impossibilidade de se fazerem melhorias sensíveis no trecho da noite para o dia, entendemos que realmente o melhor, para o momento, é o fim da interdição e o início urgente da operação tapa-buracos.

Por outro lado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, manifesto aos meus companheiros triangulinos, desde já, o nosso compromisso de procurar o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e o Diretor-Geral do DNIT, Dr. Alexandre Silveira, no sentido de discutir possíveis ações para que sejam liberadas verbas que possibilitem, em médio prazo, uma profunda restauração daquela BR e de outras de todo o nosso País que se encontram em situações semelhantes, estando em estado precário, como, por exemplo, a BR-365, que liga o centro-oeste mineiro ao norte do Estado, onde a situação não é diferente.

O Triângulo Mineiro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um importante corredor para o escoamento da produção agrícola nacional, e suas rodovias precisam de reparos urgentes. É um desafio encontrar meios de driblar a escassez de recursos. Não é possível que as principais rodovias do Estado, que ligam o centro-sul ao centro-norte do País, estejam na situação em que se encontram as de Minas Gerais. Nosso Estado tem 20% da malha rodoviária federal. É um desafio encontrar esses meios, mas acredito que, unindo forças com os meus nobres colegas Senadores Hélio Costa e Eduardo Azeredo, conseguiremos obtê-los.

Com esse propósito já se manifestou desta tribuna o Senador Hélio Costa. Temos que chamar a atenção do governo para a relevância dessas obras; as rodovias não podem continuar no estado em que se encontram, pois elas não são importantes apenas para o Triângulo Mineiro: elas são o caminho mais curto entre o sul e o norte do País. Por que não começar por lá o projeto de tapa-buracos e de recuperação das BRs que tanto temos discutido aqui? Ele está no papel e precisa, agora, passar para a prática de uma vez por todas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, de imediato, ao nobre Senador José Jorge.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do Orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que me traz hoje à tribuna é grave, muito grave, estarecedor até. Refiro-me à regulamentação do Paed – Plano de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência.

Quando o assunto é assistência às crianças deficientes, o governo do Presidente Lula consegue, a cada nova decisão, superar a sua falta de sensibilidade, a sua falta de conhecimento e a sua disposição visivelmente discriminatória para com as crianças deficientes.

Devo rememorar os fatos para que V. Ex^{as} tenham a noção exata do absurdo cometido por esse Governo.

O Senado Federal aprovou, em outubro de 2003, o PL nº 4.853/2001 de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, tendo como relator nesta Casa o Senador Flávio Arns, defensor histórico das causas dos deficientes.

O projeto previa a inclusão para o cálculo da distribuição dos recursos do Fundef dos alunos portadores de deficiência regularmente matriculados nas Apaes e casas Pestalozzi em todo o Brasil, bem como em outras instituições que se dedicassem ao aluno excepcional.

Tenho aqui esse projeto, Sr. Presidente. V. Ex^a o acompanhou também: é o Projeto nº 4.853/2001 na Casa de origem. É um projeto bastante simples – só tinha dois artigos. Um deles modificava a lei que criou o Fundef, dizendo: “As matrículas na educação especial oferecidas por instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva nessa modalidade de ensino, nos termos do art. 70, **caput**, da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1966, a LDB. Portanto, Sr. Presidente, apenas incluía esses alunos na contagem do Fundef. Era muito interessante, porque são menos de 300 mil alunos que se incluem nessa situação no Brasil, enquanto que o Fundef atende 30 milhões de alunos hoje. O acréscimo para atender as crianças que mais necessitam, que são aquelas que precisam de atendimento especial, seria algo equivalente ao atendimento de 1% a mais no número de alunos.

O que aconteceu com esse projeto? Para surpresa geral, o Presidente Lula, em vez de sancionar, vetou totalmente o projeto. A justificativa – como V. Ex^{as} todos se lembram – seria a de que estariam gastando recursos públicos que, na realidade, não estavam disponíveis. Eram apenas oito milhões de reais, durante um ano, que seriam gastos com esse projeto. Se considerarmos que apenas o avião que o Presidente Lula está comprando custa 176 milhões de reais, esses oito milhões não pagam sequer as cadeiras e a banheira que há no avião.

Assustado com a repercussão negativa do fato e visivelmente constrangido pelo absurdo de seu ato, pois a aprovação do referido projeto havia sido negociada nesta Casa diretamente com o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, o Governo editou a Medida Provisória nº 139, de 2003, que instituiu, no-

vamente, o Paed, sob nova concepção, desvinculando-o do Fundef, mas com a promessa de que, através desse programa, seriam repassados recursos para entidades assistenciais na mesma proporção prevista no projeto original.

Ora, Sr. Presidente, o novo projeto, que criou o Programa de Complementação do Atendimento Educacional Especializado, destinado a pessoas portadoras de deficiência e deu outras providências, virou a Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004. Ele foi editada inicialmente como medida provisória e, posteriormente, virou projeto de lei. Dizia-se que fora editado para substituir o projeto que havia sido vetado pelo Presidente da República.

Até agora esse projeto não havia funcionado, porque havia a necessidade de ser regulamentado e, para tanto, deveria ser editado um decreto assinado pelo Presidente da República e pelo Ministro da Educação.

Essa regulamentação saiu agora sob a forma de resolução: Resolução do FNDE nº 11, de 22 de março de 2004. A sua fundamentação legal é bastante ampla e apresenta todos os procedimentos necessários para a transferência desses recursos.

Acontece que, na realidade, está previsto aqui, no art.5º, §1º, o seguinte: “O valor devido anualmente a cada escola privada de educação especial será calculado tomando-se como parâmetro o número de alunos nela matriculados segundo o senso escolar realizado pelo MEC do ano anterior ao do atendimento”. E pasmem: o parágrafo primeiro estabelece que o valor por aluno equivalerá a R\$33,50 por ano, Senador Alvaro Dias.

Na realidade, o que o Governo vai transferir para essas Apaes, Senador Paulo Paim, é R\$33,50 por ano; portanto, é menos de R\$3,00 por mês, quando o Fundef, que é pouco, transfere R\$564 por ano e todos nós sabemos que isso não dá para colocar o aluno em uma escola de qualidade. Pois fizeram isso tudo, vetaram o projeto original, baixaram uma medida provisória, nós tivemos aqui que aprová-la e depois disso tudo eles agora a regulamentam, transferindo R\$33,50 por ano.

Eu gostaria de ler aqui o material que tenho a respeito desse assunto. Este aqui é o jornal da Pestalozzi, que é um dos tipos de associação. Eu lirei apenas o editorial que esse jornal fez. Ele colocou até uma manchete muito mal feita – “Educação especial recebe 94% a menos do que o Fundef paga”. Ora, noventa e quatro a menos representam 6%. Seria muito mais prático se dissessem que recebe 6%. Mas eu lirei o editorial para que V. Ex^{as} entendam qual a idéia dessas pessoas.

Somos diferentes.

A decisão de taxar em R\$ 33,50 o valor anual a ser pago por criança matriculada em escolas especializadas deixa claro que, para o Governo Lula, somos realmente diferentes.

Como podem explicar um valor tão absurdo e tão abaixo das expectativas? Qual a matemática dos tecnocratas de Brasília, que conseguem chegar à conclusão de que uma criança que estuda na Apae ou na Pestalozzi deva receber 94% menos do que o mesmo governo paga por uma criança que estuda no ensino regular público?

Depois das idas e vindas do projeto do Paed, depois de veto presidencial ao programa negociado diretamente com a liderança do governo no Senado, e que tinha o aval do então Ministro da Educação, Cristovam Buarque, esperávamos, com sinceridade, um pouco mais de sensibilidade por parte do Governo Lula.

É inadmissível que o governo nos veja como diferentes e nos discrimine, afrontando a Constituição Federal, que abomina qualquer tipo de discriminação. Vamos cobrar do governo revisão da portaria que regulamentou o repasse do Paed e fazer valer nossos direitos.

Queremos condições para continuar a trabalhar no sentido de dar educação de qualidade aos portadores de deficiência, e para isso precisamos de recursos. Ao contrário do que possa parecer para os técnicos de Brasília, não estamos atrás de esmolas.

O Sr. Álvaro Dias (PSDB – PR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador José Jorge, o pronunciamento de V. Ex^a resalta um fato que nos vem chocando: a insensibilidade humana do atual Governo e o seu engajamento em determinados setores em detrimento de outros. E V. Ex^a traz o valor do repasse a alunos das Apaes neste País. Esse valor, no entanto, contrasta com aquele que revelamos há poucos dias e que o Ministério da Educação repassa ao Iterra em Veranópolis, no Rio Grande do Sul, instituição ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para alfabetização. Há um valor de R\$7,5 mil. Veja o contraste gritante, a diferença enorme, distanciando um valor do outro. Isso revela o engajamento do Governo em determinados setores e o afastamento de áreas eminentemente sociais, que deveriam merecer maior respeito da autoridade governamental. E gostaria de citar um outro dado: as emendas parlamentares. Sou autor de diversas delas beneficiando as Apaes.

A maior parte do valor a mim atribuído para repasse por meio de emendas parlamentares foi destinado a essas entidades no meu Estado do Paraná. Pois bem! O Governo não liberou nenhuma delas. Contrastando com o que libera para Deputados e Senadores situacionistas, já que o percentual favorável, por exemplo, ao PC do B, foi de 96% das emendas liberadas; ao PT, 95% das emendas liberadas; ao seu PFL, apenas dois e alguma coisa por cento...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Menos de dois, Senador!

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Exato! ... e ao PSDB, 1,8% das emendas liberadas. Estou destacando este fato, não só porque realmente o Governo não é um Governo de todos, não é um Governo da Nação, mas um Governo que governa para alguns e não para outros, que discrimina, que estabelece o engajamento visível com determinados segmentos e faz questão de se afastar de outros. E, no plano político, age com essa relação promíscua, em prejuízo de entidades assistenciais, de entidades do porte das Apaes, que prestam extraordinário serviço. Repassei o valor, por exemplo, para a Escola Vivian Marçal, em Curitiba, que é uma escola especial, para a qual o Governo não libera. Portanto, Senador José Jorge, V. Ex^a tem razão. Associe-me ao discurso de V. Ex^a, protestando contra esse tipo de comportamento insensível do Governo Federal.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Na realidade, trata-se de uma resolução do FNDE, assinada pelo próprio Ministro Tarso Genro. Inclusive, na sexta-feira passada, fiz um discurso bastante crítico em relação à atuação do Ministério da Educação no Governo Lula.

A jornalista Miriam Leitão, há uns 15 dias, fazendo uma avaliação do Governo, escreveu que o Ministro Tarso Genro tinha uma idéia ruim por dia. Infelizmente, tenho que concordar: realmente, todo dia, o Ministério da Educação lança uma idéia ruim para que possamos analisar e acompanhar. É necessário, portanto, que o Governo tome uma providência efetiva sobre a sua política educacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou ler também um manifesto sobre este assunto, que foi lançado à Nação pela Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, que une as Apaes de todo o Brasil.

MANIFESTO

A Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, associação civil, filantrópica, de caráter cultural e assistencial, atua também nos setores saúde, trabalho e educação, congregando cerca de

2.000 Apaes e co-irmãs, estabelecidas nos mais diversos municípios do Brasil.

É estruturada em 21 federações estaduais e 230 delegacias regionais, que têm a missão de promover e articular ações em defesa dos direitos, na prevenção, orientação e prestação de serviços de apoio à família.

Com objetivos relacionados à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e à construção de uma sociedade justa, solidária e igualitária, principalmente por meio da inclusão educacional e da inserção social, vem, por meio de sua Diretoria Executiva, reunida na cidade de Florianópolis/SC, apresentar MANIFESTO DE INDIGNAÇÃO diante do desrespeito à Constituição da República e à legislação vigente, e, ao mesmo tempo, repudiar a discriminação que se constata para com as Escolas Especiais do País, considerando:

1 – que não obstante as atribuições no âmbito da defesa dos direitos e dos interesses desse segmento da sociedade, hoje estimado em 14,48% da população, que se traduz em 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência;

2 – que 230 mil pessoas com deficiência mental são atendidas nas Escolas Especiais das Apaes;

3 – que os alunos atendidos nas Escolas Especiais não são contemplados com os recursos do Fundo da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, diferentemente dos alunos matriculados nas escolas de ensino regular;

4 – que a edição da Resolução nº 11, de 22.03.2004, que regulamenta a Lei nº 10.845, de 05.03.2004, que institui o Programa de Contemplação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência – Paed, na verdade, vislumbra e confirma a prática de discriminação e desrespeito com relação aos alunos atendidos nas Escolas Especiais, que passarão a receber R\$33,50 anuais, per capita, sendo que os alunos da rede regular de ensino recebem o valor mínimo anual de R\$537,71 (Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série) e R\$564,60 (Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série), através do Fundef, conforme Decreto 4.966, de 31 de janeiro de 2004.

É até perigoso falarmos nisso, porque dá impressão de que esses valores do Fundef são altos, o que não é verdade, pois são bastante inferiores à necessi-

dade. Para se colocar uma criança em uma escola de qualidade e melhorar o seu atendimento, precisaríamos de pelo menos R\$1 mil por ano, que, aliás, era o valor que o PT, quando da Oposição, defendia, alegando que o Fundef tinha um valor baixo. Portanto, esses valores de aproximadamente R\$500,00 são baixíssimos, mas, quando vêm para as Apaes apenas R\$33,00, temos a impressão de que são altos.

Resolve, por meio do Movimento das Apaes do Brasil, manifestar-se sob protesto, até que os direitos da pessoa com deficiência passem a ser cumpridos, obedecendo ao princípio da igualdade.

Florianópolis, 25 de março de 2004. – Diretoria Executiva da Federação Nacional das Apaes.

Trago esse assunto ao Senado Federal com um certo atraso, mas o fato é que somente agora, por meio do jornal, vim saber desse valor. Na realidade, não sabia que tinha sido um valor tão baixo. Assim, peço a todos que nos movimentemos a fim de que possamos voltar à situação anterior, qual seja, que esses alunos sejam considerados como alunos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef. Isso não muda nada para os alunos do ensino regular, porque, como eu disse, são 300 mil alunos em 30 milhões, portanto 1% deles.

Creio que o melhor caminho para rediscutirmos o assunto é reapresentar o projeto vetado pelo Presidente Lula – e podemos reapresentá-lo, já que foi vetado no ano anterior – e, assim, resolver de todo essa questão. Inclusive, quando esse projeto foi vetado e essa medida provisória editada, eu disse que isso seria um paliativo que não resolveria nada. Qual não foi a minha surpresa quando vi que o paliativo era muito pior do que eu pensava. Eu jamais imaginaria que o Governo tivesse a cara-de-pau – é esta a expressão certa – para retirar esses alunos do Fundef, como retirou com o veto, e colocá-los nesse programa, em que são dados apenas R\$33,00 por ano para cada aluno. É um absurdo! Nós aqui, no Senado Federal, da mesma maneira como nos revoltamos com o salário mínimo, vamos nos revoltar com isso também. Portanto, vamos reapresentar o projeto, vamos aprová-lo e, então, mandá-lo para a Câmara dos Deputados, esperando que aquela Casa o aprove, para depois vermos se o Governo terá coragem de vetá-lo novamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A palavra está concedida a V. Ex^a, de imediato, por cinco minutos, pela Liderança da Minoria.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro José Dirceu agradece à Direita no Congresso Nacional pelo apoio ao Governo, que considerou muito importante para a manutenção de um salário mínimo de R\$260,00.

Eu gostaria de discordar do Ministro, porque o que se constata é que não há nada mais à direita do que o PT no Governo. Talvez por isso o Presidente do Partido dos Trabalhadores, José Genoíno, no ano passado, em entrevista à revista **ISTOÉ**, afirmou que, para governar uma cidade, um Estado ou o País, o Partido deve ultrapassar o esquerdismo. Portanto, o Presidente do PT já sepultava o esquerdismo no Partido, a pretexto de que, sem isso, seria impossível governar.

Por que o PT, no Governo, está mais à direita do que se poderia imaginar? As ações administrativas do PT consagram a extrema Direita. A ausência da sensibilidade social, denunciada há pouco pelo Senador José Jorge, é uma característica. O receituário ultrortodoxo do Fundo Monetário Internacional, obedecido de forma disciplinada pelo Governo do Presidente Lula, é marca daquilo que o PT sempre denominou como extrema Direita.

O PT está produzindo um capitalismo singular, que premia o capital e pune o trabalho. Basta que se analise o lucro exorbitante dos bancos e a informação de que houve um crescimento de 6% dos milionários no Brasil, cerca de cinco mil novas pessoas que possuem mais de um milhão de dólares para investimento, segundo levantamento do Banco Merrill Lynch.

Na contrapartida, os trabalhadores tiveram a maior queda de renda da década no ano passado: 7,5% de perdas. Os argumentos do Governo para convencer de que é impossível oferecer um salário mínimo superior a R\$260,00 eram identificados pelo PT como ultradireitistas, por exemplo, dizer que é impossível fiscalmente pagar um salário de R\$275,00. Como, se o Senado Federal já comprovou ser possível pagá-lo? As fontes foram apontadas no relatório do Senador César Borges.

A afirmativa de que um salário mínimo maior sacode o mercado, atormenta-o e o leva ao nervosismo é típico de quem defende o mercado, os interesses da bolsa de valores, do sistema financeiro, mas não quer, nem de longe, saber dos interesses e dos direitos dos trabalhadores, daqueles até então denominados de excluídos pelo PT nas suas campanhas eleitorais.

Portanto, nada e ninguém mais à direita do que o PT no Governo. E podemos identificar isso até no

alerta que vem de fora, pois, na avaliação de Robert Rubin, Secretário do Tesouro no Governo Bill Clinton, o Brasil precisa, com urgência, investir maciçamente no que ele denominou de redes de segurança, ou seja, investimentos em saúde e educação. Robert Rubin destacou também a ausência de políticas para os pobres no Brasil. Isso é comportamento de quem se coloca muito mais à direita do que os que eram considerados da Direita no País.

O Presidente Lula embarca amanhã para Nova York, onde terá um encontro com investidores e participará do seminário “O Brasil encontra Mercados”. É preciso que o Presidente, antes de viajar, tome conhecimento do que dizem lá fora a respeito do seu Governo. Por exemplo, Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia em 2001, afirma que o Governo Lula está perto do ponto onde terá de admitir que a estratégia adotada até agora se está esgotando, que o Brasil deverá crescer pouco mais de 2% em 2004, e que o Presidente corre o risco de terminar seu mandato sem ter o que mostrar.

Outro economista, Jeffrey Sachs, Professor da Universidade de Columbia e Assessor Especial do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, recomenda que, em face das perspectivas decedentes de sucesso, o Governo Lula adote políticas de desenvolvimento similares com as perseguidas pelos países asiáticos. O economista ressaltou a falta de estratégia da gestão Lula e criticou o fato de o debate atualmente estar aprisionado às questões macroeconômicas. Ele citou a Embraer como prova da eficiência de estratégias de investimento em tecnologia, e salientou que a maior parte das exportações brasileiras ainda são baseadas em produtos de baixa tecnologia.

A “lentidão do processo decisório”, característica indelével da gestão Lula, é apontada pelo Vice-Presidente do Conselho de Negócios Brasil-Estados Unidos da Câmara Americana de Comércio, Mark Smith, como uma trava ao crescimento do Brasil e ao aumento significativo dos investimentos internacionais. Segundo Mark Smith, o Governo do PT tem “muitos cozinheiros na mesma cozinha”.

Nesse contexto de uma gestão administrativa comprometida pela falta de ação, inércia generalizada, ausência de planejamento estratégico e, ainda, um ambiente movido à intriga, fogo cruzado do duelo de egos, o Brasil perde espaço na atração dos investimentos estrangeiros.

Desejamos ao Presidente Lula sucesso na viagem. Mas é necessário alertá-lo para o pensamento de alguns economistas que, tanto nos Estados Unidos como na Europa, ultimamente manifestam enorme preocupação com os destinos da política econômica ado-

tada pelo Governo. Somos considerados um mercado da maior importância para o mundo, e não há quem não deseje que o nosso País seja bem-sucedido em sua política econômica.

Lamentavelmente, os indicadores econômicos e sociais, como os índices de desemprego no Brasil, contrastam com o otimismo do discurso de alguns governistas. Está na hora de o Presidente Lula mudar o rumo do seu Governo e adotar políticas públicas que levem em conta a necessidade urgente de retomada do crescimento econômico, sob pena de continuarmos a sacrificar, de forma perversa, os milhões de brasileiros excluídos do processo de desenvolvimento econômico do País.

Não são apenas números gritantes e chocantes – como os 25 milhões de desdentados ou 50 milhões de trabalhadores que recebem menos do que R\$80,00 por mês – que revelam as injustiças cruéis existentes no País, mas também os indicadores econômicos e sociais mais recentes, tais como o crescimento assustador do desemprego, da violência. É grande a necessidade de investimentos em habitação, educação, saúde.

Tudo isso nos leva a apelar mais uma vez ao Presidente da República para que mude o rumo do seu Governo, porque a sua postura é realmente a de um governo de extrema direita. O Ministro José Dirceu não precisa agradecer à direita no Congresso Nacional, porque, certamente, se há alguém satisfeito com a conduta do atual Governo, é exatamente quem defende as posturas da extrema direita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

S. Ex^a dispõe da palavra por até vinte minutos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, dispus-me inicialmente a vir a esta tribuna hoje para fazer um desabafo sobre o meu voto contrário ao salário mínimo de R\$ 260,00. Farei uma rápida justificativa e, em seguida, abordarei um tema que considero importantíssimo e atual em Mato Grosso do Sul, que foi trazido ao Senado Federal pelo Senador Antero Paes de Barros: a operação de pagamento de débitos do Estado pela Petrobras.

Sr. Presidente, preciso dizer à população do Brasil e de Mato Grosso do Sul por que votei contra o salário mínimo de R\$260,00. Foram dois os motivos. O primeiro porque considero irrisório esse valor. Seriam suficientes R\$ 275,00? Sabemos que não. Esse é um processo democrático de contraditório, de luta social e luta política em relação ao qual, a cada ano, nós vamos

avanchando. Sei perfeitamente que o meu voto pelos R\$ 275,00 não significa muito no sentido de recursos para o trabalhador, mas representa o meu protesto contra a continuidade dessa opressão salarial.

O segundo motivo, que considero pior, Sr. Presidente, é que o Governo Federal noticiava todos os dias, quando ia-se avizinando a votação no Senado Federal, que estava liberando emendas para comprar a consciência e o voto de cada Senador. Isso foi muito ruim para o relacionamento entre o Senado e o Executivo. Aqui estão Senadores, ex-Governadores, ex-Prefeitos, Senadores reeleitos, homens experientes, de comprovada probidade em todo território nacional, que não poderiam, de forma nenhuma, se curvar diante da ameaça de corte de verbas em troca do seu voto. Isso é um absurdo! As minhas emendas estabelecem recursos para a Maternidade de Campo Grande, para a Apae de Campo Grande, para os Municípios do meu Estado. Essas emendas não pertencem ao Executivo, ao Legislativo, não são minhas, nem do Lula, mas infelizmente essa mesquinha no relacionamento passou dos limites. E graças a Deus votamos contra o salário de R\$260,00 e pudemos dar uma lição moral de volta.

O outro assunto que me traz à tribuna, Senador Antero Paes de Barros, é o seu requerimento de pedido de informações sobre a questão dos pagamentos de supostos débitos do Estado para empreiteiras e outros fornecedores por intermédio da Petrobras, que eu acompanhei atentamente. Tenho em mãos a petição inicial da Procuradoria da República que propõe uma ação civil pública cumulada com ação de improbidade administrativa, ante o relato dos fatos.

Para esclarecermos de imediato quais fatos são estes para o pleno conhecimento da população, existiam várias empresas credoras do Estado de Mato Grosso do Sul, empreiteiras, fornecedores de milhões e milhões de reais. Trata-se de uma dívida que foi contraída em grande parte pela administração anterior e que vinha se acumulando. Estava muito certo o Governador, Senador Antero Paes de Barros, em querer pagar essas dívidas. Concorro plenamente, porque o Estado tem que honrar seus débitos, seus compromissos. O que fez o Estado? A Petrobras tinha crédito de ICM com o Estado, que, por sua vez, tinha dívidas com empreiteiros e fornecedores. Aproximou-se a Petrobras no sentido de comprar esses créditos, de negociá-los. A Petrobras seria credora, então, do Estado no que diz respeito aos créditos adquiridos e o Estado compensaria no crédito de ICM que teria a receber da empresa. É uma operação triangular que parece até certo ponto justa para o Estado, mas que não foi legalmente procedida. Essa operação tem vícios de ilegalidade e

imoralidade, porque tudo que não é legal é imoral, já que a lei se funda na moral e na ética.

O Ministério Público Federal, por intermédio dos Procuradores da República em Mato Grosso do Sul, na sua ação contra diversas pessoas do Governo do Estado e até contra a Petrobras, diz o seguinte – e isso, Senador Antero Paes de Barros, é importante porque talvez V. Ex^a ainda não tenha em mãos esta documentação que lhe passarei em seguida:

Conforme já ressaltado, a competência da Justiça Federal para o julgamento da ação em apreço resulta do interesse específico da União, haja vista o prejuízo resultante do fato de o Estado do Mato Grosso do Sul vir omitindo receitas correntes líquidas na sua contabilidade.

Essa entrada de dinheiro nos cofres do Estado, para pagamento dos empreiteiros, que era feito diretamente pela Petrobras, não entrava na contabilidade do Estado como receita corrente, mas sim apenas composição do seu patrimônio, lesava o Estado, a União – porque não pagava sua dívida, seu duodécimo que todo mês desconta para a União –, e os Municípios em 25% do recebido; e lesava ainda a cota-parte constitucional da Educação e da Saúde.

Trata-se de irregularidade absoluta e de uma imoralidade, porque o que se fala aqui nesta petição e à boca pequena no Estado é que há a constituição de um caixa 2, porque a Petrobras e o Estado tinham condições de fazer essa negociação, desde que com um possível deságio.

Qual seria a vantagem da Petrobras em fazer uma negociação como esta se não houvesse um deságio no crédito? Mas o deságio não se deu, o pagamento foi feito integralmente.

Ademais, a título de mero registro, vale lembrar que o fato de as compensações autorizadas pelo Estado não estarem sendo contabilizadas como receita corrente líquida (o que, aliás, foi confessado explicitamente pelos réus), acabou por gerar prejuízos não apenas para a União, mas também para os Municípios (que deixaram de receber o percentual de 25% sobre o ICMS) {...}; para o Ministério Público Estadual e para o Tribunal de Contas Estadual, {...}, gerando efeitos, inclusive, sobre a própria aplicação dos percentuais relativos à Saúde e à Educação.

Ainda que, por absurdo, se viesse a considerar que os pagamentos realizados diretamente pela Petrobras às empresas credoras do Estado (na conformidade das autorizações

documentadas), não se tratavam de “ressarcimento” direto efetivado através daquela sociedade de economia mista {...} {estaria contrariando toda a legislação vigente.}

E prossegue a Procuradoria na sua petição:

É certo afirmar, pois, que, sem os registros dos cofres do Estado e sem as devidas contabilizações que a Lei 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101/2000, determinam, explicitamente, que os agentes do Estado criaram um verdadeiro **CAIXA DOIS**, no qual somente algumas pessoas tinham acesso aos “supostos pagamentos” e que não possuíam (nem possibilitavam) o regular controle determinado na legislação. Tal assertiva é corroborada pelo depoimento de alguns dos réus junto à Procuradoria-Geral da República.

E cita os depoimentos. Prossegue:

Note-se que os servidores do Estado acabavam por atuar como verdadeiros gestores das empresas beneficiadas, uma vez que se predispunham até mesmo a procurar a PETROBRAS para que a mesma viesse a ressarcir diretamente as empresas indicadas pelos mesmos (e aqui fica o questionamento: qual o verdadeiro interesse do Estado em deslocar seus servidores até a sede da PETROBRAS para convencê-la da necessidade de ressarcimento direto, de créditos financeiros e tributários, das empresas que o Estado mesmo indicaria?)

Prossegue a Procuradoria-Geral da República.

Imperativo gizar, ademais, que a atitude dos demandados ensejou, inclusive, ambiente propício para a ocorrência de um prejuízo tributário adicional aos cofres da União, uma vez que, com o pagamento “por fora” e sem a devida retenção do imposto de renda na fonte e sem a respectiva comunicação à Receita Federal dos pagamentos efetuados pelo Estado às empresas credoras, o controle e a fiscalização tributários dessas operações restaram enfraquecidos. A esse respeito, mister destacar o trabalho desenvolvido pela Secretaria da Receita Federal em Mato Grosso do Sul, a qual, auditando sete das empresas beneficiadas com essa forma de pagamento dos seus créditos em face do Estado, apurou que, efetivamente, não houve registro da operação no caixa das mesmas [nenhum registro, Sr. Presidente!] fato que levou ao lançamen-

to dos impostos inerentes. O quadro abaixo demonstra a vultosa quantia envolvida nas sete empresas já auditadas e devedoras de impostos da União.

Faz, então, todo o relatório das empresas, mostrando todas as empresas que se beneficiaram, sendo que a soma total de todos os créditos pagos por meio da Petrobras chega a R\$80 milhões.

Cabe mencionar que, dentre as empresas beneficiadas, encontrava-se inclusive uma “que já não estava em atividade desde 1998 e que não possuía seus livros fiscais, como constatado pela Auditoria da Receita Federal, quando do levantamento dos impostos devidos pela mesma (oportunidade em que foi realizado o lançamento)”.

Ouçam o que diz um funcionário do Estado:

Em atendimento à intimação, o contribuinte alegou estar com suas atividades paralisadas desde dezembro de 1998 [quem o diz é a gerência da empresa], e, devido a esse fato, ocorreu o extravio de todos os seus livros e documentos contábeis. O ocorrido enquadra-se na hipótese de arbitramento do lucro previsto no inciso III do art. 47 da Lei nº 8.981/95.

Isso comprova essencialmente que o Estado pagou até para empresas que nem sequer em atividade se encontravam, cujos livros sumiram, desapareceram e que facilitaram a fraude.

Ouçam o depoimento do servidor público estadual Paulo Roberto Duarte, Secretário de Receita e Controle do Estado do Mato Grosso do Sul, candidato a Governador, apoiado pelo atual Governador:

O benefício do Estado era quitar suas dívidas e, caso o valor do ICMS devido pela Petrobras entrasse no caixa do Estado, haveria uma vinculação com o pagamento das dívidas com a União e repasses legais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, verifiquem como está operando o Estado de Mato Grosso do Sul. Disponho de alguns dados do Tribunal de Contas do Estado, com referência às contas de 2002, que constam do relatório de 2003.

Diz o Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul o seguinte, analisando as contas do Governo estadual:

As demonstrações contábeis da prestação de contas do Governo não foram apresentadas, conforme dispõe o art. 50 da Lei de Responsabilidade Civil.

Há desorganização, há falta do atendimento das regras legais. Onde está a Lei de Responsabilidade Fiscal?

Ainda o Tribunal de Contas do Estado:

Não destaca na demonstração das variações patrimoniais a origem e o destino dos recursos provenientes da alienação de ativos – art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Foi justamente aí, nas variações patrimoniais, que o Estado contabilizou a negociação entre Petrobras e os seus credores.

Diz mais o Tribunal de Contas do Estado: “Empenho de despesas, sem saldo de dotação suficiente para a mesma.” No Estado de Mato Grosso do Sul já se empenha sem dotação orçamentária suficiente. Insuficiência dos controles sobre os créditos tributários manifestados do elevado cancelamento de valores inscritos em dívida ativa”. Cancela-se dívida por ineficiência dos controles do próprio Estado.

“Na despesa com educação, procedendo-se às exclusões necessárias, constata-se que o Governo do Estado aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino a importância de R\$314 milhões; a menor, ficando, portando, abaixo do valor mínimo constitucionalmente constituído”.

Já estava faltando com a educação do seu povo em 2002. E faltava também investir em educação, tendo em vista essa operação da Petrobras, porque a cota constitucional não era repassada e as despesas não eram feitas pelo Estado. Com isso, o gestor estadual não cumpriu o mandamento constitucional expresso no art. 212 da Carta magna e no art. 198 da Constituição Federal, apesar de alguns artifícios, restando, para posterior aplicação, sem prejuízo das penalidades legais, R\$44,250 milhões.

E finaliza, entre tantas outras recomendações do Tribunal de Contas do Estado. Pediu que se adotassem providências para o correto cálculo da receita corrente líquida.

Como o Estado atenderá essa recomendação do Tribunal de Contas do Estado, se ele não quer, de forma nenhuma, que a contabilidade da receita corrente líquida seja correta, para que possa fazer as artimanhas contábeis denunciadas pelo Senador Antero Paes de Barros e que estamos abordando hoje?

Houve uma diferença, a menor registrada, na receita corrente líquida de R\$187 milhões. Essa operação da Petrobras é de R\$80 milhões, mas a irregularidade chega a R\$187 milhões.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falei rapidamente, mas precisava me posicionar, da tribuna do Senado, em relação ao problema denunciado pelo Senador Antero Paes de Barros. O nosso Estado não pode continuar nessa direção. A questão da Petrobras,

a questão do mosaico, hoje conhecida como a trama na área fiscal do Estado para a sonegação muito grande do ICMS que está ocorrendo; é o rombo do FAT, que comprometeu secretários, demitidos e, depois, readmitidos, mas com nenhuma defesa que pudesse ser convincente, e o que é pior e que vem à tona agora: o nepotismo não no emprego, mas na atividade econômica, com o Sr. Governador favorecendo seus irmãos e parentes mais próximos em Porto Murtinho. Aliás, essa questão foi mencionada ontem em um programa da TV Bandeirantes, em que foi entrevistado o Governador, o qual estava irritado, nervoso, mas que não soube explicar: “Não, mas para meu irmão, para o meu outro irmão, para meu cunhado, para minha cunhada é legal. Se é legal, é moral”.

O povo de Mato Grosso do Sul não agüenta mais. Essas irregularidades estão aflorando, estão acontecendo a cada dia. É preciso que haja um basta. A nossa esperança é que a Procuradoria Geral da República e a Polícia Federal ajam com a lisura de sempre, em favor da defesa do Erário público sul-mato-grossense.

Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela Liderança do PMDB, Senador Ney Suassuna, V. Ex^a terá a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também queria que V. Ex^a me inscrevesse para falar pela Liderança do meu Partido.

Solicito ao Senador Ney Suassuna para falar em primeiro lugar, uma vez que quero tratar de um assunto que urge em função das assinaturas que preciso recolher.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Ex^a tem a vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Senador Magno Malta, pela Liderança do PL, V. Ex^a dispõe da palavra por cinco minutos e, em seguida, o Senador Ney Suassuna, pela Liderança do PMDB.

Após isso, voltaremos à lista de oradores, com a Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna, após o final de semana, quando muito me angustiei com uma matéria exclusiva que li na revista **ISTOÉ**, uma incrível história de corrupção.

Sr. Presidente, sou daqueles que entendem que qualquer tipo de vilipêndio desferido contra a honra do patrimônio público ou aquilo que fere a ética e princípios deva ser investigado. Não entendo, não consigo compreender vida pública sem que a sociedade tenha direito de saber o que acontece quando um homem público é alvejado em denúncias que ferem princípios, principalmente quando em postos importantes conferidos pelo voto popular, que não é nada mais nada menos que uma procuração, Senadora Serys Slhessarenko, que a sociedade lhe dá. Quando isso é feito e alguém usa a assinatura para escrever um texto diferente em seu lugar, passando para a sociedade a impressão e a imagem de que, no fundo, deseja burlar a lei, é preciso que se investigue e esclareça o assunto, Senador Antero Paes de Barros.

Li a matéria: “Os Segredos do Dono de Campos.”

A quadrilha da Chebabe está presa no Rio de Janeiro em virtude de um trabalho bem-feito e significativo da Polícia Federal brasileira, da Polícia Civil do Estado e do Ministério Público. Volto a afirmar que se já tivéssemos modificado a Constituição, essas pessoas não estariam em uma simples carceragem, mas presas e condenadas à prisão perpétua. Ninguém estaria trabalhando e esforçando-se para comprovar que não adquiriu bens, ao longo de suas vidas, sonegando, mentindo e corrompendo até nos Poderes, pois teria 30 dias para provar que ganhou tudo com o suor do rosto. Se não o fizesse, haveria arrestamento imediato de bens e decretação de prisão perpétua para pagamento à sociedade. Infelizmente, ainda não há essa pena, mas esses casos servem para que, a cada dia, agucemos, no coração e na mente da sociedade, esse anseio.

A matéria da revista **IstoÉ** do último fim de semana mostra o braço político do esquema e diz o seguinte:

Clésio Andrade, vice-governador de Minas Gerais e presidente da Confederação Nacional dos Transportes (CNT).

Djanir Soares de Azevedo, genro e braço direito de Chebabe, consegue a absolvição do irmão, Abelnir, sócio da Ubigás, em um processo instaurado pela Secretaria de Segurança Pública de Minas. Abelnir seria expulso do cargo de investigador da Polícia Civil (esse é

um “laranja” rico) por ser, ao mesmo tempo, policial em Minas e em Roraima entre 2000 e 2001. A absolvição se deu por influência direta de Clésio Andrade, vice-governador de Minas. [É o que diz a matéria, pois todo cidadão é honesto até que se prove o contrário.]

Em 15 de janeiro, a secretária de Clésio Andrade, chamada Jane, telefona para Djanir e deixa recado na secretária eletrônica:

Jane – Senhor Dejanir Azevedo, é Jane, que trabalha com doutor Clésio Andrade, aqui na CNT. Estou precisando falar com o senhor a respeito daquele pedido que o senhor faz para o doutor Clésio. O processo do Albenir foi arquivado, tá? Eu estava só precisando do número do fax do senhor para estar passando que o pedido do senhor tá tudo ok.

No mesmo dia, o chefe de gabinete de Clésio Andrade na CNT, Bernardino Pim, telefona para Djanir:

Bernardino – Djanir, recebeu o recado?

Djanir – Acabei de falar com a Jane...

Bernardino – É, foi arquivado, tá? O documento, a Jane vai mandar para você via fax...Graças a Deus resolveu tudo, é melhor. (Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão.)

Em seguida, Abelnir conversa com o irmão Djanir:

Abelnir – Eu preciso desse fax para guardar...

Djanir – Só segunda-feira...eu estou em Búzios, eu pedi para segunda-feira. Não quero que ninguém tome conhecimento...

Abelnir – Agora vou agradecer o secretário e o presidente do Tribunal. O presidente do Tribunal pediu e o secretário de Segurança pediu também. Agora tem de fingir de bobo e agradecer, né? Que eu vou falar: não, foi o vice.

Djanir – Não tem que falar isso. Tem que agradecer todo mundo.

Abelnir – O chefe de gabinete ligou de novo?

Djanir – Ligou a secretária dele e agora acabou de ligar o chefe de gabinete dele, doutor Bernardino.

Abelnir – Até que enfim o Clésio ouviu você, né?

Djanir – Ouviu, é (...) Era exclusão. Ia ter que devolver dinheiro e tal. Mas ele (Bernardino) disse: “O Clésio gosta muito de você, pode

ter certeza que ele vai se empenhar. Quem tem padrinho não morre pagão, né?”

JOSÉ ALENCAR, vice-Presidente da República. Nas investigações da Polícia Federal há várias gravações de conversas telefônicas de Djacira Soares de Azevedo, irmã de Djanir. Nos diálogos, ela deixa clara a relação com o vice-Presidente e não esconde o fato de lhe pedir favores.

Em 5 de dezembro de 2003, Djacira conversa com a cunhada Elisabete:

Djacira – Sabe com quem eu estive hoje de tarde? Com o Presidente da República.

Elisabete – Com o Lula?

Djacira – Não, com o Zé Alencar. Tá no lugar dele, mas ele tá em exercício, né?

Elisabete – Viu o negócio do seu João com ele?

Djacira – Vi. Ta tudo encaminhadinho o de Abelzinho também. Eu pedi o do Abelnir também, né? (...) Amanhã nós estamos marcando com dona Marisa, com o José Alencar, com o chefe de gabinete dele, que é uma gracinha, menina (...) Eu nem olhei mais nada aquele negócio da investigação PF.

Elisabete – É só precaução, de não ficar falando besteira.

Djacira – Eu até peguei aqui, tem celular e tudo do vice, da mulher dele, de tudo, porque aí qualquer coisa minha filha, é ligação direta. O Lula vive viajando, quem tá mais assumindo é ele mesmo...

José Alencar é o Vice-Presidente da República. Um homem por quem nutro, Senador Antero Paes de Barros, muita confiança. Um empresário digno, que construiu sua história e sua vida com muita honradez. É do Partido do qual sou Líder nesta Casa. Não existe motivo para que o nosso Partido não queira uma investigação, mesmo em se tratando de uma citação tão-somente, pois não existe uma afronta direta ou um documento que confirme a participação do Vice-Presidente, José Alencar. A pessoa grampeada pode citar o nome de qualquer autoridade, a fim de demonstrar poder para quem está do outro lado da linha. Qualquer vagabundo ou bandido que estiver grampeado pode citar qualquer autoridade. E aí, amigo? É necessário, pois, que uma autoridade do porte de José Alencar, que passou por esta Casa e conviveu com V. Ex^{as}, Senadores Antero Paes de Barros, Ney Suassuna e Mozarildo Cavalcanti, que conhecem muito bem o comportamento de S. Ex^a, venha dar explicações. Pessoalmente, duvido que José Alencar tenha colocado a mão em uma cumbuca dessa natureza e que tenha

participado de uma falcatrua tão grande do ponto de vista moral. Até porque S. Ex^a não precisa que ninguém lhe dê R\$100 mil ou R\$300 mil. Pelo amor de Deus, Senador Paulo Paim!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – No entanto, essa cidadã citou o Vice-Presidente, José Alencar. No diálogo colocado pelo braço político da operação “Dono de Campos” – eu que achava que o dono de Campos era Garotinho –, eles foram pegos exatamente tratando de crime. Não é o caso de José Alencar. Qualquer pessoa pode marcar uma audiência, por exemplo, no gabinete do Senador Ney Suassuna, no do Senador Aelton Freitas, ou no meu e, amanhã, sair dizendo que é amigo nosso, que nos fez um pleito, e que o estamos resolvendo.

Espero que a Vice-Presidência da República, Senadora Serys Slhessarenko, tenha registrado, no diário de audiência, no tal dia, o nome de quem a pediu e de quem compareceu. Vamos ver se, nesse diário, há o registro do nome dessa senhora. E, se houver, esperamos que o Vice-Presidente da República venha, a público, dizer, até nesta Casa – porque o meu pedido é de uma CPI para esse caso Chebabe –, explicar, em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, se existe envolvimento de S. Ex^a ou não. Senador Ney Suassuna, tenho plena certeza de que o ex-Senador, hoje Vice-Presidente da República, virá. Mas uma coisa causa-me estranheza, Senador Paulo Paim. Todas as vezes que Lula viaja e o José Alencar assume a Presidência, aparece um fato contra S. Ex^a. Lembram da viagem anterior a essa? Houve o caso da influência dos órgãos, da fila e tal, certamente com o intuito de S. Ex^a passar todo o tempo se explicando, desnecessariamente.

Um homem que chega aonde S. Ex^a chegou, com pouco mais de 70 anos, um empresário vencedor...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Já encerro, Sr. Presidente. Peço benevolência a V. Ex^a pela magnitude do assunto.

Portanto, um homem que chega aonde chegou, que tem 17 mil empregados neste País, não precisaria passar por isso. Mas, sempre às vésperas de assumir a Presidência, algo acontece. Não sei se é para S. Ex^a ficar se explicando e não ter tempo de falar das altas taxas de juros, ou se é para ficar com o ônus, caso o salário mínimo seja derrotado na Câmara dos Deputados. Mas o fato é que isso me causa estranheza duplamente. O Presidente viaja, o Vice assume, e um fato estoura na sua cara. Não o conheço, até porque

não convivo com S. Ex^a. Não fui criado em sua casa. Não tenho relações políticas com S. Ex^a, por não ser de Minas Gerais, mas lembro-me de um treinador de futebol, chamado Paulinho de Almeida que dizia: “Jogador de futebol, conheço no arriar da mala”. É assim que conheço José Alencar: do alto de sua honra, de seu trabalho, como empresário e homem digno que é. Por isso, penso que S. Ex^a não se furtará em vir dar-nos esclarecimentos. Falo em nome do meu Partido, até porque, na qualidade de Líder – e ali também está o Senador Aelton Freitas –, desejo essa investigação. Não queremos nada debaixo do tapete, para que José Alencar não fique com a pecha e com marcas em sua vida por ter sido citado em um telefonema em que se falava de corrupção. S. Ex^a não deixará de vir a público dizer que nada deve, ou, se deve, não deixará de pedir desculpas à Nação brasileira.

Quero dizer ao Vice-Presidente da República, José Alencar, desta tribuna, que o seu Partido está solidário com S. Ex^a. Conte conosco! Queremos mais do que isso; queremos uma explicação. Vou recolher assinaturas para que possamos investigar esse fato até a exaustão, Senador Antero Paes de Barros.

Sr. Presidente, V. Ex^a me permite ser apartado uma segunda vez pelo Senador Aelton Freitas? *(Assentimento da Presidência.)*

O Sr. Aelton Freitas (PL – MG) – Senador Magno Malta, quero, juntamente com V. Ex^a, engrossar essa fileira. De antemão, pretendo assinar esse documento pleiteando a instalação de uma CPI, juntamente com V. Ex^a, a pedido do Vice-Presidente. Tenho certeza de que S. Ex^a deseja que isso seja apurado, objetivando preservar o seu caráter digno como homem público. Por outro lado, não poderia deixar de manifestar aqui a nossa discordância com a forma pela qual o Vice-Presidente é envolvido nessa reportagem. Citado em conversas telefônicas de terceiros, como V. Ex^a já bem disse, e que não elucidam nenhum fato concreto, o Vice é apresentado de forma maldosa, mais uma vez. E, diante de sua trajetória política e empresarial, José Alencar certamente não merece receber essas suspeitas. A disposição do mesmo de que seja aberta, imediatamente, uma investigação pelo Congresso comprova sua dignidade e seriedade. Peço, meu Líder, que me deixe ser o primeiro, juntamente com V. Ex^a, a encabeçar a lista requerendo essa CPI. Muito obrigado. Desculpe-me o excesso, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Agradeço, Sr. Presidente, e também peço desculpas pelo excesso. O assunto é relevante. Peço desculpas a Senadora Serys Slhessarenko, até porque esta Casa tem como comportamento ser benevolente, em assuntos dessa natureza, com os companheiros. Não quis tomar

o tempo de ninguém; até cederia todo o meu tempo, caso um companheiro precisasse tratar de um assunto dessa magnitude.

Ressalvo que a imprensa cumpriu o seu papel, e o papel da imprensa é extremamente importante. Apenas não sei se a imprensa ouviu o Vice-Presidente nesse episódio. Se não o ouviu, deve, ouvi-lo para que, nas próximas edições, a sociedade saiba a posição desse homem, que é Vice-Presidente da República.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. Bloco/PSB – AC) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, pela Liderança do PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os paraibanos, nesse último fim de semana, ficaram bastante tristes. Para nós, o que há pouco era uma alegria: ver uma barragem nova, cheia de água, já com 60%, tornou-se uma tragédia

Essa barragem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi feita em concreto rolado – uma técnica que não usa ferro –, fecha um boqueirão onde, de um lado, é pedra pura. Essa pedra vai de morro adentro e fica colada à barragem propriamente dita. A barragem estava com 60% de sua capacidade quando a pedra explodiu, tendo em vista a alta pressão, fazendo um rombo de quase 15 metros, levando, nesse caudal, fazendas, engenhos. Alagoa Grande e Mulungu, duas cidades paraibanas, pagaram um preço altíssimo, além de já terem sofrido muito quando as chuvas caíram na Paraíba. Principalmente Mulungu, que teve mais de mil casas desmanchadas e derrubadas. Agora, tivemos essa hecatombe. A barragem que, como disse, estava sendo um motivo de alegria transformou-se em uma grande tristeza para os paraibanos. Todo o vale do Mamanguape sofreu, mas essas duas cidades foram as mais atingidas. São muitos os mortos. Já encontraram cerca de seis corpos. Mas há muitas pessoas desaparecidas. A destruição foi enorme.

Sr. Presidente, a tristeza, para mim, não está relacionada apenas à perda de água, de vidas, de bens, de casas, de equipamentos, de cidades. A tristeza maior que vi foi o fato, tão duro para todos nós, paraibanos, de sermos explorados politicamente. Passou a ocorrer no Estado uma guerra da mídia, que fez uma pressão enorme para que, antes de qualquer investi-

gação, já se apresentassem os culpados. Fiquei muito triste com tudo isso.

A hora é de solidariedade, de ajudar quem perdeu seus entes queridos, de reconstruir as cidades e de fazer a vida voltar ao normal. Posteriormente ou mesmo simultaneamente, tem-se que fazer as investigações para comprovar o que ocorreu. Como disse, são duas as versões por causa da briga política, e uma delas é a de que a barragem foi malfeita. Houve três fiscalizações: a do Ministério da Integração, a do Estado e a da Universidade, por intermédio do seu centro de pesquisas e técnicas de engenharia, que acompanhou toda a evolução dos trabalhos.

O atual coordenador de obras da Secretaria de Recursos Hídricos foi fiscal do Estado durante a construção da barragem. Creio que não se deve acusar ninguém neste momento, mas verificar o que se pode fazer pela família dos que morreram, consertar os equipamentos e as casas e, ao mesmo tempo, conduzir as investigações, para, apurada a responsabilidade técnica, punir os culpados. Transformar esse episódio em pendenga política antes de tomar tais atitudes não é algo que constrói ou que nós, pessoas responsáveis, devemos fazer. Lamento esse tipo de coisa.

Queria vir à tribuna para dizer da nossa tristeza pelas vidas perdidas, pelas propriedades danificadas e, principalmente, por se estar transformando esse fato em uma briga política, o que não é bom, justo ou correto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. Bloco/PSB – AC) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, por 20 minutos, por permuta com o Senador Rodolpho Tourinho.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Geraldo Mesquita, que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, são tantos os temas que tenho a falar, que tentarei não os aprofundar.

Um deles é o quinto constitucional, que vem sendo discutido pela Ordem dos Advogados do Brasil.

O Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, instituiu nesta quinta-feira (17/6) a Comissão para Análise do Quinto Constitucional. A nova comissão foi criada para rediscutir e reexaminar internamente os critérios de indicação dos advogados.

A sugestão da comissão foi apresentada e aprovada pelo conselho federal da entidade, em sua última reunião, e vai examinar questões como a formação das listas enviadas pela OAB aos tribunais para preenchimento

de vagas e o perfil que magistrados advindos da advocacia apresentam.

Busato lembrou que o quinto constitucional – referência aos 20% das vagas destinadas nos tribunais a representantes da advocacia e do Ministério Público, conforme a Constituição Federal – é assunto cuja repercussão não se limita à categoria dos advogados e que interessa à sociedade. “Por isso, a OAB entendeu que era importante montar essa comissão e decidiu constituí-la com excelentes conselheiros”, disse.

O presidente da entidade lembrou que a polêmica em torno do assunto reacendeu, recentemente, com a decisão da entidade de proibir a candidatura aos tribunais de advogados que exerçam mandatos na OAB nacional ou em suas seccionais estaduais. Ao lado disso, destacou que entidades como a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) passaram a questionar publicamente a existência dos juízes do quinto constitucional.

Na opinião de Busato, tais fatos implicam na necessidade de estudos e de um posicionamento da entidade de advogados diante da sociedade – providências que serão agora apontadas pela comissão, que terá como presidente o conselheiro federal pela Bahia, Arx Tourinho.

“A OAB tem que ter uma posição firme, moderna e arejada a respeito do quinto constitucional, para que se entenda que esse instituto não é uma questão meramente corporativa, mas que precisa ser vista, sim, como uma inserção institucional da advocacia no Poder Judiciário, dentro daqueles princípios da oxigenação desse poder”, afirmou Busato.

Para o presidente da OAB, a importância do quinto constitucional está também na participação de pessoas com experiência, no caso operadores do Direito, dentro do Judiciário. Segundo a entidade, o juiz que vem do quinto constitucional geralmente é um profissional mais experiente e melhor preparado para enfrentar as dificuldades que a magistratura enfrenta no Brasil [sic].

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria apenas de registrar esse questionamento. Pretendo levantar o debate do tema no Senado da República, porque o avalio da maior importância.

Igualmente, não poderia deixar de tratar de outra questão, a Operação Tamar, realizada em todo o País,

com base em informações da CPMI da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Presidida pela Senadora Patrícia Saboya Gomes com a maior firmeza e seriedade, a CPMI tem como Relatora a Deputada Maria do Rosário, conta com a participação de Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas Federais e vem trabalhando diuturnamente, com bastante aprofundamento e afinco, contra esse crime bárbaro que se comete em nosso País contra as nossas crianças e jovens.

Diz o **Diário de Cuiabá** sobre a Operação Tamar, realizada pela Polícia Federal:

Três pessoas foram presas em Cuiabá e uma em Cáceres ontem de madrugada, acusadas de exploração sexual, durante a Operação Tamar, desencadeada em todo o País pela Polícia Federal para combater a prostituição e exploração de menores, além do tráfico internacional de mulheres. Na capital, a prisão ocorreu numa boate [...], onde os agentes federais flagraram uma adolescente trabalhando. Em Cáceres, um recepcionista de hotel foi preso no momento em que aliciava duas adolescentes.

Há poucos dias, a CPMI esteve no Estado; eu também estive lá. Não me recordo com precisão da data. Foi no mês de maio e o trabalho foi bastante intenso. Ou seja, pessoas foram ouvidas; muitas informações foram buscadas e levantadas. E, mesmo assim, parece que as pessoas continuam, de imediato, com esse nível de atrevimento, como o que acabamos de constatar pela Operação Tamar, da Polícia Federal, por informações da CPMI.

Segundo o Delegado Tony Gean de Castro, que chefiou as investigações, foram presos o casal proprietário da boate e a gerente. Os três alegaram desconhecer a idade da garota.

A adolescente foi entregue para representantes do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente. As duas mulheres foram encaminhadas no início da madrugada para o Presídio Feminino Ana Maria do Couto. Já o homem está detido na Cadeia Pública do Carumbé.

Os agentes federais checaram ainda vários locais cuja aparência não lembrava boates, mas que poderiam ser um ponto de prostituição infantil. Foram mais de 10 estabelecimentos visitados pelos federais.

A exploração sexual é mais velada. Por isso, visitamos [disse o delegado] todos os

locais suspeitos. Dividimos os trabalhos em várias equipes” – acrescentou.

A Operação Tamar foi decidida na semana passada pela direção geral da PF em Brasília num encontro entre o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o Diretor-Geral da Polícia Federal, Paulo Fernando Lacerda. E é resultado dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Eu poderia apresentar outros dados a esse respeito, mas sou um pouco neurótica com relação ao tempo de que disponho, de acordo com o Regimento, e tenho outros assuntos para abordar.

Portanto, ressalto o compromisso do nosso Governo no combate a este crime bárbaro e horrendo da exploração sexual de crianças e adolescentes e o esforço do Congresso Nacional. A Operação Tamar teve a participação da Polícia Federal e do Ministro da Justiça, ou seja, do nosso Governo. E tudo isso se deve ao apoio do Congresso Nacional em buscar mais informações sobre a questão por meio da CPMI presidida pela Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Esperamos não só que o trabalho da CPMI, que já está em processo bastante avançado, continue da forma como vem sendo feito, com a mesma seriedade e com a mesma profundidade – o que nem é necessário solicitar –, mas também que a Polícia Federal, que vem atuando também com a seriedade e a determinação devidas, tenha condições de continuar no combate a esse crime hediondo. Basta que olhemos para uma criança, uma menina ou um menino, ou para um adolescente – vejo chegando uma linda garota nas galerias –, para ficarmos extremamente indignados e revoltados, com forças para combater, cada vez mais, esse tipo de crime. Todos os crimes são condenáveis, mas esse realmente é hediondo, sem sombra de dúvida.

Registro ainda que, na sexta-feira, estive na capital do meu Estado de Mato Grosso, Cuiabá – por onde fui eleita –, onde participamos da Parada do Orgulho Homossexual. Participei como madrinha convidada desse movimento que colocou 1,8 milhão de pessoas nas ruas em São Paulo e que em Cuiabá, Mato Grosso, em termos de população, nossa pequena capital colocou em torno de 20 mil pessoas, com muita alegria, com muito respeito e pelo fim do preconceito. Nós, que combatemos todo e qualquer preconceito, que acreditamos que, para que a democracia exista, a liberdade precisa ser consagrada, temos que respeitar, sim, os direitos humanos. Daí eu ter passado hoje um fax ao Governador do Estado de Alagoas, Sr. Ronaldo Lessa, onde foi cometido um dos crimes mais hediondos,

onde solicito ao Governador o aprofundamento das investigações nos seguintes termos:

Chocada com a notícia do assassinato do vice-Presidente do Grupo Gay do Tabuleiro – GGT, Marcos André dos Santos, com requintes de crueldade, gostaria de receber urgentes informações sobre as providências adotadas pelo Governo de Alagoas no sentido de punir os responsáveis por esse bárbaro crime e no sentido de resguardar a vida de tantos quantos militam nas entidades de defesa dos direitos humanos em vosso Estado.

Alagoas não pode se omitir quando um dos seus cidadãos mais comprometidos com a causa do orgulho homossexual é submetido a violência tão extrema. Esteja certo do repúdio de toda a cidadania brasileira!

No aguardo de sua manifestação, Sr. Governador, despeço-me: a democracia exige que os direitos humanos sejam respeitados.

Governador de Alagoas, Sr. Ronaldo Lessa, acreditamos realmente na sua determinação política e na apuração desse crime até as últimas consequências.

Sr. Presidente, quase finalizando, registro também, desta tribuna, que ontem participei da comemoração internacional dos 20 anos do MST. Lá estavam milhares de pessoas e também representantes de 76 países. Construiu-se um mapa linear do mundo e as representações plantaram uma muda de rosas em cada continente. Foi realmente um momento de extrema grandeza.

Lerei rapidamente um breve texto redigido para a comemoração do Dia Internacional dos 20 anos do MST.

São 20 anos lutando para romper as cercas do latifúndio, da ignorância e do capital, para democratizar a terra, a educação e a riqueza produzida. Dessa luta nasce a alegria de uma família que conquista a terra, de uma criança que frequenta a escola, de um jovem que vislumbra uma perspectiva de futuro, da garantia de que o progresso e o bem-estar não são incompatíveis com a preservação ambiental. Estes são desafios e também nossas conquistas que nos impulsionam rumo a um futuro melhor.

Passaram-se 20 anos, somos jovens ainda, temos muito a brindar, a fazer e edificar. A luta pela reforma agrária e por uma nova sociedade continua. Ainda são 4,5 milhões de famílias sem terra aguardando uma terra para poder trabalhar, e muita exploração social, de-

sigualdade, concentração de riqueza, injustiça, analfabetismo. Enquanto todos não tiverem a terra para poder viver e uma vida mais digna, o MST continuará seu papel histórico, que é organizar os pobres do campo e lutar por um Brasil sem latifúndio.

Essa festa aconteceu, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em Itapeva, Município de São Paulo, onde é bastante difícil de se chegar, pela distância.

A idéia de realizar esta festa em Itapeva no dia 20 de junho de 2004 [ontem] foi se materializando em razão de dois motivos principais: primeiro, porque Itapeva é uma região histórica do Movimento, pois também completa 20 anos em 2004. E também porque esta data culmina com o encerramento da IV Conferência Internacional da Via Campesina.

Completamos 20 anos porque muitos movimentos sociais, organizações, igrejas, sindicatos, partidos de esquerda, caminharam ao nosso lado, permitiram e nos ajudaram em todos os momentos, mostraram que a reforma agrária é uma luta de todos. Também não nos faltou incentivo, ajuda e apoio dos amigos e amigas do exterior, das organizações e instituições que promovem a solidariedade internacional e acreditam na construção de um mundo solidário, justo e igualitário. Nossas conquistas pertencem também à solidariedade recebida.

Por isso, reuniram ontem em Itapeva todos os companheiros e companheiras que participaram da construção desses 20 anos de história.

Estive lá presente. Eram milhares de pessoas no assentamento Pirituba, entre os Municípios de Itapeva e Itaberá – São Paulo, além de milhares de pessoas do nosso País, entidades, organizações, igrejas, sindicatos, enfim, todas as instituições que sempre participaram da busca pela reforma agrária e pela terra para quem dela quer tirar a sua vida com dignidade e para a sua família.

Lá estavam 76 representações internacionais, de palestinos, do Timor Leste, continente europeu, Américas, continente africano, Oceania; enfim, 76 países lá estavam representados.

Realmente é uma luta séria, profunda e que continua. A reforma agrária, em nosso País, vai ser conquistada e construída da forma que se faz necessária.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. Bloco/PSB – AC) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho. V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, votamos o projeto que aumenta o salário mínimo de R\$260,00 para R\$275,00, tendo como Relator o Senador César Borges. Gostaria, neste momento, véspera, pelo que se comenta, da votação do projeto na Câmara dos Deputados, de analisar as possibilidades de aumento ou não do salário mínimo definido pelo Governo. Isso passa, a meu ver, por uma avaliação conjuntural da economia.

Li um artigo muito importante, do Professor Yoshiaki Nakano, ex-Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo do Governo Mário Covas, atual Diretor de Economia da Fundação Getúlio Vargas. O Professor proferiu uma palestra que não se refere necessariamente a salário mínimo, mas trata, em resumo, da história da nossa economia. Por estarmos tratando da questão salarial, fiz questão de trazer à discussão do Senado Federal o que Yoshiaki Nakano afirmou, pela sua importância e realidade.

O Professor analisa, inicialmente, o desempenho surpreendente da economia brasileira a partir de 1860. Desde aquela época até 1980, nunca deixamos de crescer pelo menos 4% ao ano. Nas primeiras sete décadas do século passado, fomos a Nação que mais cresceu no mundo. Por que, então, saímos da rota, e como voltar a ela? — pergunta o professor Nakano.

Essa pergunta vem porque temos um setor industrial poderoso, mas que, nos últimos 30 anos, cresceu menos do que a população.

Milagrosamente, também construímos uma agricultura extremamente competitiva, mas o País não cresce.

Até 1980 tínhamos um projeto nacional: o País precisava industrializar-se. Todos concordavam que era preciso crescer e gerar empregos. Criaram-se subsídios, estímulos e a tradicional transferência de renda do setor agrícola para o industrial, com a sobrevalorização do câmbio.

Criamos também um viés antiexportador, por conta de flutuações históricas dos produtos primários, mantendo esse câmbio sobrevalorizado.

Recorremos também, no pós-guerra, a uma fortíssima intervenção do Estado, de caráter desenvolvimentista. A prioridade era o crescimento, e não a estabilidade.

Alguma coisa aconteceu na década de 1980 — continua o Professor Nakano na sua análise — e saímos da rota. O Estado não se modernizou. A prioridade total passou a ser a estabilidade. Tínhamos uma economia fechada, começamos a abri-la do lado comercial e também do lado do mercado financeiro.

O Estado, além de deixar aquele seu papel desenvolvimentista, passou a ser acusado de uma série

de males à economia, alguns de forma correta, na minha opinião; outros, não.

Tiramos a função desenvolvimentista do Estado e apostamos que o mercado resolveria tudo. Depois, abrimos a economia e caímos numa armadilha: a idéia de que o País que não tem poupança precisa atrair recursos do exterior. O mercado substituiria o Estado, fazendo privatizações, e viria, de forma natural, o crescimento.

Nos anos 80, as taxas de juros nos Estados Unidos atingiram o seu ponto mais baixo durante muito tempo. Passou-se a ter a migração de recursos, o que atingiu todos os países emergentes, inclusive o Brasil. Mas esses recursos não foram para as atividades produtivas. A taxa de investimento vem caindo desde 1990 de uma forma muito clara e consistente, que já aponte aqui, em relação ao setor elétrico brasileiro, ao setor de infra-estrutura, quando, de uma década para outra, foi reduzido à metade em termos médios anuais. A poupança se reduziu porque houve também uma ampliação do consumo, mas a capacidade produtiva não cresceu nesse período. Elevando a taxa de juros para atrair mais capital, com câmbio errado, a atividade produtiva teve retorno baixo. Os juros altos inviabilizaram e inviabilizam projetos produtivos. Criou-se tributação em cima de tributação. Acabamos afugentando o capital de que precisamos e atraímos o de que não precisamos: o capital volátil.

Não encontro – afirma Nakano – nenhum exemplo de país importante que tenha crescido, de forma sustentada, apoiado em recursos externos. Precisamos, sim, fazer crescerem as nossas exportações, melhorando a relação dívida/PIB. Precisamos estimular fortemente as exportações – insisto –, e a taxa de câmbio acabaria, como acaba, se estabilizando num processo normal de compra e venda no mercado.

Continua Nakano no seu raciocínio dizendo que precisamos aprender com os países que entraram na trajetória do crescimento equilibrado – eles desvalorizaram o câmbio e colocaram os juros lá embaixo. Não deve haver preocupação – como, aliás, é a preocupação que nós estamos tendo – em demasia com o risco-país. Os países asiáticos, aliás, não levam em conta, da forma como se leva aqui no Brasil, a questão do risco-país para a fixação das taxas de juros.

Então, como o Estado está endividado, é preciso fazer ajuste fiscal, é preciso zerar o déficit do Governo e não aumentar a dívida. Zerar déficit com corte nos gastos correntes, abrindo espaço para investimentos. O que não se pode fazer – como tem sido feito nos últimos vários anos – é aumentar a carga tributária.

Ao analisar essa carga tributária, Nakano tomou um setor específico, o setor petroquímico. Ele verificou

que a soma dos impostos (45%) e juros (38%) chega praticamente a 80% do valor agregado, sobrando somente 20% para que sejam remunerados o capital e os salários.

Aí ele chega a uma conclusão – a partir daqui é que eu queria comentar mais –, que é a seguinte: chegamos a um sistema de tributação e de juros que sufoca a atividade produtiva, porque o que dá dinamismo a uma economia capitalista é o fluxo de salários, que vira consumo, e o fluxo de lucros, que vira investimentos.

Parece-me ser essa uma conclusão extremamente importante. É a partir daqui que vejo claramente a necessidade de se fazer crescer a massa de salários neste País. Vejo claramente que uma das formas de fazer isso é aumentar o salário-mínimo de R\$260 para R\$275.

Diz ainda o professor Nakano que é preciso aumentar esse fluxo de salários na economia para que seja criada a demanda. A colocação anterior do professor era a de que não conhecia nenhum país que tivesse se desenvolvido, de uma forma sustentada, somente com recursos externos. É preciso que criemos a poupança. Para criarmos a poupança, o aumento do fluxo de salários é algo extremamente importante.

Se hoje a indústria brasileira não cresce é porque não há demanda e não porque a taxa de juros está alta. Parece-me ser essa outra conclusão a que devemos chegar. A taxa de juros alta vai impedir o crescimento da indústria no futuro, mas não neste momento. A taxa de juros tem reflexos a longo prazo. Então, é mais do que urgente aumentar o fluxo de salários.

Senador Paulo Paim, na semana passada, quando vinha chegando à tribuna, V. Ex^a comentava uma palestra que o professor Nakano havia feito e se referia apenas ao final dela, dizendo que era preciso aumentar o fluxo de salários, que era importante aumentar o fluxo de salários na economia, porque esse aumento viraria consumo e o fluxo de lucros viraria investimento.

Baseado nisso e como eu conhecia essa posição do Professor Nakano, Senador Paim, é que me aprofundei mais em conversa com o próprio professor e resolvi trazer esse tema, ampliando um pouco o que V. Ex^a havia dito em relação ao salário-mínimo.

Vejo que neste momento chega o Senador Antonio Carlos Magalhães, que também tem defendido um valor maior para o salário-mínimo junto com o Senador Paim – junto com o Senador Paim, é quem tem mais defendido esse ponto. Estou aqui defendendo o aumento do salário-mínimo de R\$ 260 para R\$ 275 e trazendo à consideração, basicamente, um artigo – é mais do que um artigo, é todo um desencadear lógico de idéias sobre a economia brasileira do Professor

Nakano, que foi Secretário de Fazenda de São Paulo. Ao mesmo tempo em que Nakano era Secretário em São Paulo, eu era Secretário da Fazenda na Bahia e desde aquela época o Senador Antonio Carlos já defendia esse ponto de vista. Mais do que isso: a tese dele era a de que, ao concedermos um aumento maior do que aquele que os secretários de fazenda normalmente estão dispostos a dar, há um fluxo positivo na economia que acaba gerando, outra vez, no caso dos Estados, mais ICMS, e assim crescemos muito.

Entendo claramente o ponto de vista de um secretário de fazenda – entendo essa síndrome dos secretários de fazenda, cargo que exerci durante oito anos –, mas há um ponto em que é preciso reconhecer que existe uma coisa maior do que isso, que é, exatamente, o fluxo que é aumentado e esse fluxo, aumentado, é que permite que a demanda cresça, que se tenha não só investimentos neste momento, mas que, além disso, no caso dos estados, claramente, mais ICMS. Não tenho a menor dúvida sobre isso.

Concedo aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador Rodolpho Tourinho, eu fico muito satisfeito que V. Ex^a tenha trazido esse artigo do Professor Nakano e esse tema – tema que vou dividir em duas partes. A propósito, peço à Sr^a Presidente que, se eu me estender um pouco, não sacrifique o orador. Primeiro eu gostaria de chamar a atenção para algo e, para tanto, peço o apoio do Senador Paulo Paim e do Senador Antonio Carlos Magalhães. Gostaria de saber por que o Brasil, que era o primeiro país entre aqueles do Terceiro Mundo, hoje deve ser o vigésimo ou trigésimo dentro desse grupo? Por quê? Eu penso que buscar essa resposta justificaria uma CPI diferente, Senador Rodolpho Tourinho. Só fazemos CPIs para investigar corrupção. Está no momento de fazermos uma CPI mais ampla para investigar por que o Brasil perdeu o rumo. Por que o Brasil se desencontrou? Hoje temos ao menos cinquenta países que estão na frente do Brasil, como China, Índia, Coréia e Malásia, países que, nos anos 70, estavam muito atrás de nós em todos os aspectos. Países como Irlanda, Portugal e Grécia, que estavam iguais a nós, de repente – aderindo à Comunidade Econômica Européia ou procurando o seu próprio rumo – se desenvolveram. Hoje chegamos ao ponto de poder dizer que México, Chile, Uruguai e, em breve, quando sair da crise financeira, a Argentina estão na nossa frente do ponto de vista da renda **per capita**, do potencial científico e tecnológico e do potencial humano, pela formação na educação. Por quê? Eu não vou dar resposta, absolutamente. Não a tenho. Acho que valeria a pena o Senado se debruçar sobre

isso, na forma de uma CPI ou do que for. Em segundo lugar, gostaria de me referir às propostas. Eu estou de acordo que o salário-mínimo não gera o custo que se imagina por aí, porque gera também um retorno ao ser gasto. Mas não se pode esquecer que mais importante ainda é fazermos os investimentos sociais de que o povo precisa. Mais importante ainda do que aumentar o poder aquisitivo é aumentar o poder de acesso do trabalhador aos serviços públicos aos quais hoje ele não tem direito na área de educação, saúde e transporte público por exemplo. Isso exige investimentos públicos, o que não estamos fazendo. Então, nós não somente perdemos nos últimos trinta anos, como a velocidade com que estamos avançando é muito menor do aquela com que avançam os países que nos passaram: eles nos passaram e estão se distanciando cada vez mais. Da China e da Índia dificilmente nós nos reaproximaremos. Fico satisfeito pelo fato de V. Ex^a ter trazido esse assunto, que nem sempre vemos ser discutido aqui no Senado. Gostaria que um dia pudéssemos sentar para discuti-lo. Vamos colocar o Senado para se debruçar sobre uma espécie de CPI do futuro do Brasil. Onde roubaram o futuro do Brasil? Não é somente por roubar dinheiro que um país sofre corrupção. Às vezes, sem roubar dinheiro, roubam o futuro de uma nação. Eu acho que isso vem acontecendo no Brasil e não é de hoje, mas não parou. No atual Governo, do qual faço parte, não parou essa lentidão na maneira como avançamos. Mas isso não acontece só de hoje, já vem de algum tempo.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Agradeço-lhe o aparte, Senador Cristovam Buarque.

Concedo, com muita satisfação, um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador Rodolpho Tourinho, desejo dar um testemunho: sempre tivemos essa preocupação com o salário mínimo e encontrei em V. Ex^a uma pessoa que chamava a atenção para algumas dificuldades. No entanto, nunca se negou a atender aos apelos do Governador no sentido de melhorar o salário do trabalhador brasileiro. V. Ex^a sempre encontrou soluções, criativo que é, conhecedor do assunto, e, portanto, pode dar lições, inclusive ao Governo, sobre os meios de dar um salário mínimo digno ao trabalhador brasileiro. Por outro lado, ressalto que conservadores são os que não querem melhor salário, os quais, sim, se pudessem, até o baixariam. Nós, no Senado Federal, não fomos conservadores, tampouco fomos longe naquilo que poderíamos dar. Concedemos o mínimo do mínimo. Confesso que não me agradou dar tão pouco. Queria que fosse mais. E creio que a tese do salário mínimo maior não se incompatibiliza com a tese do Senador

Cristovam Buarque. Por quê? Porque, com esse salário, ninguém obtém os bens aos quais se referiu o citado Senador. Deve-se aumentar o salário e encontrar meios para proporcionar saúde, educação e tirar a fome, inclusive de muitos trabalhadores que ganham salário mínimo e que têm família grande. Portanto, V. Ex^a, mais uma vez, vem à tribuna demonstrar seus conhecimentos e, mais do que isso, abordar um tema importante para a compreensão da Nação, a fim de que o Senado, amanhã, não venha a ser considerado conservador. O Senado foi até muito restritivo, porque poderia ter defendido os US\$100,00.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senado Antonio Carlos Magalhães. Entendo que, na Bahia, nem no Governo de V. Ex^a, nem nos que se seguiram: o de Paulo Souto e o de César Borges, nunca praticamos irresponsabilidade fiscal.

A prova disto está aí: o Estado continua com credibilidade, organizado financeiramente e praticando esse tipo de política. É por isso que vim aqui defender, no mínimo, os R\$15,00 de aumento do salário mínimo.

Um outro aspecto importante que gostaria de citar é que o efeito desse aumento será mais visível, mais efetivo e mais permanente quanto mais pobres forem as áreas onde será aplicado. Refiro-me claramente ao Nordeste brasileiro, onde o efeito desse fluxo e seus efeitos serão muito mais benéficos e visíveis. Quanto maior o grau de pobreza, maior o efeito multiplicador do que tratamos aqui. Tenho certeza de que os referidos R\$15,00 representam muito mais do que imaginamos no bolso do trabalhador.

Quem afirma que R\$15,00 é pouco confunde a sua escala de valores com a dos trabalhadores. Quem afirma que R\$15,00 é pouco ignora os efeitos redistributivos sobre a renda. Quem afirma que R\$15,00 é pouco deve ser porque ganha muito.

Em conclusão, Sr^a Presidente, lembro que os juros altos aumentam a dívida pública e têm aumentado a carga tributária, levando à redução de lucros e salários, em que comecei esta minha colocação de hoje, aqui trazida das reflexões do Prof. Yoshiaki Nakano.

Creio que está na hora de ousarmos e caminhar em direção a um novo rumo, que, mantendo a preocupação com a responsabilidade fiscal, poderá gerar o aumento da demanda nacional e, inclusive, da arrecadação federal, com algumas soluções básicas, com as quais concluo: aumento das exportações, como já nos referimos; criação de mecanismos para aumentar investimentos por meio da redução de carga tributária, que penso ser fundamental que seja feita; corte de gastos correntes para ampliar investimentos; e, depois, pensar – é possível – na desvinculação do

salário mínimo em relação à Previdência, desde que se tomem outras providências e outras ações em relação a essa questão e à do seguro-desemprego.

É preciso aumentar o fluxo de salários, não tenho dúvida disso, começando já com os R\$275,00.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Rodolpho Tourinho, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Pela ordem.) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela Liderança do PSB, o Senador Geraldo Mesquita Júnior, por cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Um momento, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr^a Presidente, peço a palavra para falar pela Liderança da Oposição.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Antonio Carlos Magalhães, após o pronunciamento do Senador Geraldo Mesquita Júnior, falará o Senador Paulo Paim. Se V. Ex^a mantiver a inscrição, poderá ser o próximo. V. Ex^a mantém a inscrição?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mantenho.

A SRA. PRESIDENTE (Senadora Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Muito obrigada.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Pela Liderança do PSB. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna fazer o registro de um fato auspicioso para o PSB ocorrido ontem: a realização da Convenção do nosso Partido que homologou o nome da Deputada Luiza Erundina para concorrer à Prefeitura da capital de São Paulo.

Antes de falar deste assunto, no entanto, trago ao conhecimento desta Casa – peço a atenção do

Ministro da Justiça para o assunto – um fato que considero de máxima gravidade, ocorrido há poucos dias em Fortaleza, capital do Estado do Ceará. A Rede de Rádio e Televisão União sofreu um atentado à bala, a meu ver, intimidatório. Isso me causou espécie, porque essa Rede também tem uma emissora de TV no Estado do Acre. Coincidentemente, há um registro no Estado, da época em que lutávamos contra o crime organizado – tenho essa lembrança – de um atentado intimidatório contra essa emissora, que tomou a frente na denúncia dos crimes perpetrados pelo esquadrão que atuava em nosso Estado.

Faço este registro e peço a atenção do Ministério da Justiça no sentido de que acompanhe as investigações que, certamente, estão sendo levadas a efeito pela Polícia do Ceará, para que esse crime seja apurado e para que não se permita mais, no País, atentados como esse à imprensa, que deve ser livre e soberana.

Volto ao assunto inicial, sobre a realização da Convenção do Diretório Municipal de São Paulo, que homologou as candidaturas, pelo meu Partido, PSB, de um número grande de futuros Vereadores daquela capital e do nome da Deputada Luiza Erundina, uma figura de expressão nacional, respeitada e que já foi Prefeita de São Paulo.

A Deputada geriu aquela Prefeitura com os olhos voltados para a periferia da cidade, para as pessoas que realmente precisam muito mais da atenção de um dirigente municipal.

A Convenção foi um ato prestigiado pelo ex-Ministro Roberto Amaral, Vice-Presidente do nosso Partido, que representava o companheiro Presidente do Partido, Deputado Miguel Arraes, que, em razão de compromissos em Pernambuco, não pôde comparecer. Estiveram também presentes o Senador João Capiberibe, o candidato de nosso Partido à Prefeitura de Belo Horizonte, João Leite, o companheiro Deputado Beto Albuquerque, que certamente será candidato a Prefeito em Porto Alegre. Foi uma festa bonita, com participação popular.

E o mais importante é que a candidatura da Deputada Luiza Erundina é apoiada pelo Partido como um todo, de forma coesa. Ter a Deputada na prefeitura de São Paulo é bom para aquela cidade e para o Brasil, pois é a garantia do compromisso com o povo daquela cidade, com a ética, com a aplicação correta dos recursos públicos.

Todos os membros do PSB têm o compromisso de lutar por seus companheiros em seus respectivos Estados e, complementarmente, fazer aquilo que estiver a seu alcance para dar repercussão e sustentação à candidatura da Deputada Luiza Erundina – que, repito, é fundamental para o PSB e para o País.

A partir de agora, vamos definir as coligações que estão sendo tratadas e costuradas. Tivemos a presença do Deputado Robson Tuma, do PFL, que trabalha intensamente para que caminhemos juntos nessa empreitada, pois são grandes as possibilidades.

Sr^a Presidente, com satisfação, faço o registro dessa convenção, que não é uma convenção qualquer, haja vista que escolheu um nome nacional e prestigiado por todo o Partido para dirigir a maior capital do País. É uma candidatura que conseguiu a coesão, a unidade do Partido. Temos a segurança e a certeza de que ela tem uma chance enorme de prosperar e resultar vitoriosa, em parceria com o povo da capital de São Paulo.

Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço a atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por cessão do Senador Cristovam Buarque. S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko; Sr^{as} e Srs. Senadores, li os jornais publicados no fim de semana e, apesar de mais uma vez me dizerem para eu não falar mais sobre o salário mínimo, não há como evitar o assunto. Por isso, hoje pela manhã, escrevi o pronunciamento que passo a ler rapidamente.

O Senado da República reviveu, na semana passada, ao aumentar para R\$275,00 o valor do salário mínimo, pela simbologia, os dias de glória que marcaram este plenário na segunda metade da década de setenta, transformado no maior e mais importante palco do cenário nacional. Nesta tribuna, àquela época, revezavam-se – e eu assisti – nomes como os de Paulo Brossard, Marcos Freire, Itamar Franco, que, na defesa de seus princípios, colocaram seus mandatos a prêmio.

Ainda hoje, retornando de Porto Alegre, tive a alegria de encontrar o ex-Senador Paulo Brossard, que fez sua estréia neste plenário anunciando que não abdicaria de suas convicções, ainda que isso pudesse custar-lhe o mandato.

“Não sei se o meu mandato será de oito anos, de oito meses ou de oito dias”, desafiava Brossard em sua luta intransigente pela redemocratização do País.

Naquela época, pesava sobre a cabeça dos Parlamentares a ameaça da perda do mandato; hoje, a ameaça é da perda da legenda.

Hoje, na defesa de um salário mínimo maior para a população, como ontem, na defesa do Estado de Direito, esta Casa confirma a sua posição de

vanguarda quando se trata de defender os interesses maiores da Nação.

Assim, não podemos aceitar as insinuações de que o Senado é uma instituição conservadora e, por isso, deveria – vejam bem – ter aprovado um salário mínimo maior.

Desde quando, ao longo da História, da Revolução Francesa à Revolução Industrial, defender liberdades e melhores condições de trabalho é sinônimo de conservadorismo? Essa é a pergunta que fica.

Estão invertendo o significado das palavras e o sentido das coisas, quando querem tachar de conservadores os que votaram por um salário mínimo maior, que resultará, sem sombra de dúvidas, em melhores condições de vida para os trabalhadores. É uma inversão total de valores.

Tive que ouvir, em uma rádio de Porto Alegre, um cidadão do Congresso dizer o seguinte: “O Paim é incoerente, porque, quando em campanha, no palanque, defendia um salário mínimo maior e, agora, votou por um salário mínimo maior!” Tive que ouvir isso! Quer dizer que quem defende um salário maior e vota por ele é incoerente? Parece que o certo é defender um salário mínimo maior e votar em um menor! Veja a que ponto chegamos! Isso é deseducativo! É uma contradição enorme! Quem me está ouvindo neste momento ou me assistindo não está entendendo nada: quem prega um salário maior deve votar em um salário maior! Bom, o argumento era este: “Quem prega um salário mínimo maior tem que defender um salário mínimo menor”.

Ser progressista é tomar atitudes como esta Casa fez na semana passada, votando, por ampla maioria, democraticamente, pelo valor maior, e respeitando, como faço sempre, quem votou por um valor menor.

Da mesma forma, não vou aceitar a infeliz comparação, que tive que ler em alguns jornais, entre a vitória dos trabalhadores nesta Casa e a batalha final dos aliados para vencer os nazistas. A vitória dos trabalhadores não pode ser interpretada como se fosse derrota do Governo. Da mesma forma que não podem ser tachados de nazistas os que defendem um salário mínimo maior. Isso eu não aceito.

Mas, já que tocaram nos aliados, que seria da França subjugada pelas patas nazistas, à época da Segunda Guerra Mundial, e vendo boa parte de suas elites acovardadas ante o invasor, se não fosse a ensandecida e obstinada luta da Resistência? A comunicação histórica da Resistência com o povo se dava pelo dobrar dos sinos. Imaginem quanto aborrecimento não causaram esses heróis, considerados imprudentes e irresponsáveis principalmente pelos defensores da

“governabilidade da República de Vichy”. Estou me referindo a eles. Nada a ver com o momento da história.

Defender um maior poder de compra para o salário mínimo, a meu ver, é impulsionar a economia. É isso que dá dinamismo ao próprio capitalismo, pois salário maior aumenta o consumo, as vendas, a produção, o trabalho, a arrecadação dos governos.

Quando foi criado, em 1940, por Getúlio Vargas, o salário mínimo valia em torno de R\$600,00. Chegou a valer R\$700,00 na época de Juscelino Kubitschek.

O reajuste do salário mínimo sempre foi e continua sendo a principal referência de todos os assalariados brasileiros.

Estudo do economista Marcelo Néri, da Fundação Getúlio Vargas, mostra que, para cada 10% de reajuste no salário mínimo, diminui em 5% a pobreza no País.

É bom lembrar quem, no Brasil, dois terços da população vivem com uma renda de até um salário mínimo. O salário mínimo no Brasil é um dos piores do mundo. Só como exemplo, o da Venezuela é de US\$170. No Uruguai, no Paraguai, na Argentina e no Chile, vai de US\$180 a US\$250. No Brasil, é de pouco mais de US\$80.

Nos países em desenvolvimento, o salário mínimo cumpre o papel fundamental para distribuir renda e gerar emprego. Tanto que o mínimo está entre US\$900, US\$1000 a US\$2000. Enquanto, aqui, nós ficamos sonhando em atingir um dia um salário mínimo de US\$100.

É preciso entender que o salário mínimo ajuda a economia dos Municípios brasileiros, não apenas no Nordeste. Em 70% dos Municípios, inclusive no Estado de São Paulo, o dinheiro dos aposentados que recebem um salário mínimo ultrapassa a transferência do famoso Fundo de Participação dos Municípios. Citamos o Nordeste porque a maioria da população depende exatamente da aposentadoria para poder tocar a economia local.

O salário mínimo repercute positivamente sobre os pisos regionais, pisos das categorias, cargos e salários das empresas, e na economia informal. Sobre os vencimentos de 22 milhões de aposentados e pensionistas – o que não é pouco –, sobre o seguro-desemprego, bolsa família, bolsa escola etc. Até a Justiça de Pequenas Causas utiliza o salário mínimo para cálculo das indenizações.

Cada real acrescido ao salário mínimo injeta R\$198 milhões na economia. Se o salário mínimo fosse para R\$300,00, como propus, nós teríamos R\$11 bilhões a mais circulando na economia. Com isso, o salário mínimo estaria fortalecendo o mercado interno e gerando emprego e renda.

É inacreditável que o Governo aceite reajustes dos mais variados percentuais para todos os setores da economia, menos para o salário mínimo. Se observarmos categorias organizadas, em relação às quais não tenho nada contra, houve reajuste salarial de até 35%. Enquanto para o salário mínimo alegam que não é possível, que só podem conceder para o aposentado um reajuste de, no máximo, 4,53%, e para o salário mínimo 8,8%.

Isso chega a ser desumano, já que estamos falando de fome e de miséria.

Assusta-me, Senadora Serys Slhessarenko, que parte das esquerdas, que historicamente defende o salário mínimo, agora taxe de conservadores os que querem distribuir renda e falam em reajuste do salário mínimo. Aí não entendo mais nada. Então é demagoguismo quem fala em R\$175,00, quem fala em R\$180,00, quem fala em R\$300,00? Se eu defendesse aqui o salário mínimo do Dieese, aí seria uma outra discussão. Mas ninguém está falando nisso, estamos falando em R\$15,00, R\$20,00, e aí nos chamam de conservadores.

A contradição é tanta que dá a impressão de que vale tudo na disputa eleitoral. E depois fica o dito pelo não dito.

Mais uma vez, quero reafirmar que é possível, sim, conceder um salário mínimo maior, de até R\$300,00. Apresentamos mais de dez fontes de recursos. Não vou repeti-las todas aqui outra vez, no meu pronunciamento descrevi as dez fontes de recursos: Cofins, CPMF, desvios nos últimos cinco anos do dinheiro da seguridade para outros fins, que foram quase R\$ 40 bilhões. Reafirmo que acredito muito na recuperação do valor do salário mínimo e continuarei apresentando e defendendo essa proposta.

Na última sexta-feira, apresentei um projeto de lei estabelecendo que o salário mínimo seja corrigido uma vez por ano, de acordo com a inflação e pelo dobro do percentual de variação do PIB. Se o País ficou mais rico, por que não pensarmos nos mais pobres? Se o País crescer 2%, concede-se um reajuste, para os mais pobres, de 4% de aumento real. Se crescer 5%, os mais pobres ganharão 10% de aumento real acima da inflação.

Senador Cristovam Buarque, ainda no dia de hoje ouvi um aparte de V. Ex^a. Concordo com o conjunto da obra. Tenho claro que é preciso um investimento no social, mas também no salário mínimo. Temos que caminhar nessa direção. Caso contrário, daqui a alguns dias, chamaremos de progressistas quem quiser reduzir o valor do salário mínimo, quem sabe para R\$240,00, R\$200,00, R\$180,00, R\$150,00, e quem quiser aumentar o valor da bolsa escola. Sei que não

é a posição do Senador Cristovam Buarque, a quem, inclusive, agradeço o tempo a mim cedido. A posição do Senador Cristovam Buarque é a de, efetivamente, distribuir mais. Citei apenas como exemplo a bolsa escola, que, ao lado do salário-família e do seguro desemprego, está ligado ao salário mínimo. Se o salário mínimo ficar arrochado, naturalmente, não haverá essa distribuição de renda.

Quero deixar bem claro – porque sei que vamos nos reunir amanhã, Senadora Serys Slhessarenko – que, em nenhum momento, estou chamando de nazista quem votou em R\$260,00. Quem votou assim o fez de acordo com sua consciência e na expectativa de que possa melhorar. Não vou aceitar, também, que chamem de nazista e conservador quem votou em um valor de R\$275,00. É deseducativo. Quem está assistindo à **TV Senado** poderá dizer, por exemplo, quem é coerente com o que pregou ontem – e o Senador Cristovam Buarque foi coerente porque demonstrou muito bem as suas posições – e como vota na Casa. O que é, então, coerência e incoerência?

Com essa fala rápida, Sr^a Presidente, deixo registrada mais uma vez a minha posição. Tenho enorme respeito a todos os Senadores, os que votaram contra e os que votaram a favor, porque isso é democracia. Respeitem quem pensa diferente. Eu respeito e a Bancada sabe disso por todos os debates de que participei.

E o Senado, inclusive, foi generoso com a minha posição. Na última quarta-feira falei desta tribuna durante 50 minutos. Sabia, pelos números, que venceria o valor de R\$275,00. Isso não significa que foi derrotado o Governo. Avisamos o Governo na quarta-feira. Pelos meus cálculos, Senadores Antonio Carlos Magalhães, Cristovam Buarque, Ramez Tebet, todos os presentes, seriam 47 votos. Como dois Senadores faltaram, porque estavam viajando, e um se absteve, o total foi de 44 votos. Senão, seriam 47 votos a favor dos R\$275,00.

Até o último momento eu tive boa vontade – e a Senadora Serys Slhessarenko e o Senador Flávio Arns foram testemunhas. Quando o Presidente do Partido, José Genoíno, nos ligou, eu avisei que o Governo poderia perder por uma diferença muito grande e sugeri que conversassem com a Situação e com a Oposição – o Senador Antonio Carlos Magalhães estava perto e me ouviu dizer isso – para que encontrássemos uma saída e o entendimento prevalecesse. Mas não foi possível!

Por isso espero que o desgaste não seja ainda maior. Calculem V. Ex^{as} se a Câmara dos Deputados retirar os R\$15,00 que a população está já contabilizando? Mal ou bem, como alguém já disse, R\$10,00

R\$15,00 R\$20,00 ou R\$30,00 a mais, para quem não tem nada no bolso, são valores que, no mínimo, têm de ser respeitados.

A população já está contabilizando pelo menos mais R\$15,00. E, agora, a Câmara vai retirar R\$15,00 de quem recebe um salário de fome – porque todos sabemos que o salário mínimo, no Brasil, ainda é um salário de fome? É o pior do mundo! Eu não consegui ninguém que me provasse o contrário. Será que só nós estamos certos em manter o nosso povo com um salário mínimo em torno de US\$80? Com certeza, não.

Na Câmara dos Deputados, já havíamos alertado para esse quadro. Telefonamos para aquela Casa e avisamos: “Não votem!” Avisamos a todos os Líderes. “Se os senhores votarem, a Câmara vai acabar, mais uma vez, em uma situação difícil, porque o Senado vai aprovar um valor maior – o Senador Cristovam Buarque estava presente quando dissemos isso”. Infelizmente, não houve essa possibilidade de diálogo, e a Câmara votou.

Portanto, neste momento, a Câmara deve referendar, segundo o meu entendimento, o que foi aprovado pelo Senado, e o Presidente deveria sancionar a matéria. Assim, encerraríamos a discussão. E vamos trabalhar, então, para que, no ano que vem, o salário mínimo seja bem superior ao que foi aprovado neste ano. Do contrário, para mim, o desgaste continua. É um desgaste da Câmara; queiramos ou não, é um desgaste do Partido e é um desgaste do Governo. Democracia é isto: “Prevaleceu a vontade da maioria”.

O Senado, e não só eu, apresentou as fontes de recursos. O Governo usa essas fontes, garante os R\$275,00 pelo menos e vamos trabalhar para um projeto definitivo a partir do ano que vem. Assim, estaremos evitando este debate, que é dolorido para todos nós. Noto que ninguém está aqui feliz, alegre. Se tivéssemos aprovado R\$300,00 e o mesmo percentual para os aposentados e pensionistas, seria outra a discussão. Avançamos um pouquinho só, mas isso simbolicamente demonstra que o Senado tem compromisso com o povo deste País.

Obrigado, Sr^a. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães por vinte minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sei se algum membro do PT defendeu o Presidente da Petrobras, o nosso ex-Colega Senador José Eduardo Dutra, das agressões, sem qualquer propósito, da Governadora do Rio de Janeiro.

Embora eu não seja seu correligionário e embora ele esteja, segundo me dizem, na Bahia, ajudando, com financiamentos e até com outras benesses, os seus correligionários, isso não me impede de dizer a esta Casa que ele está absolutamente correto no que tange à distribuição por licitação das plataformas da Petrobras. Duas foram destinadas ao Rio de Janeiro; uma, ao Espírito Santo e outra, à Bahia.

A Governadora achou por bem reclamar a que foi para a Bahia. Mas se o fizesse de maneira elegante, de maneira compatível com o cargo, tudo estaria talvez absorvido. Entretanto, ela reclamou de maneira incompatível com o cargo que ocupa. Ela não poderia acusar como acusou o Presidente da Petrobras, que estava certíssimo, porque ele mesmo me disse que o preço do consórcio que ganhou na Bahia era bem menor do que o que a Governadora queria para o Rio de Janeiro.

Ora, em uma solenidade em que estavam presentes o Presidente da República e outros Governadores, a Dr^a Rosinha não poderia proceder como procedeu. Cabe-me, neste instante, lançar um protesto não em nome da Bahia, mas em nome do povo brasileiro. A Governadora quer desacreditar a maior empresa do País, que é a Petrobras, uma das maiores do mundo! Ela jamais poderia fazer isso.

Convivi quase oito anos com o Senador José Eduardo Dutra e, sobre o seu caráter, ninguém colocou qualquer dúvida naquela época. Eu até, pessoalmente, tinha motivos para me queixar do Senador. Entretanto, como não sou homem de ficar remoendo mágoas, prefiro ficar com a verdade e defender aqueles que merecem defesa.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Antonio Carlos Magalhães, quero juntar a minha voz ao protesto muito justo de V. Ex^a. Na sexta-feira, eu já havia dado declarações aos jornais exatamente nesse sentido e usei expressões equivalentes às suas. É importante que isso seja dito desta tribuna, e eu me valho do seu discurso para também juntar ao seu o meu protesto. O ex-Senador José Eduardo Dutra, nosso Colega, amanhã, às 11h, estará na Comissão de Infra-Estrutura, quando trará cabais explicações sobre o ocorrido. De qualquer forma, o procedimento da Governadora foi inadmissível, Senador Antonio Carlos Magalhães! Naquela solenidade, a Governadora foi muito considerada, até mesmo pelo Presidente José Eduardo Dutra, que se referiu ao desafio positivo que a Governadora havia lançado, em resposta ao

qual ele estava trazendo aqueles contratos. Depois, o próprio Presidente Lula fez uma referência, dizendo que estava cumprindo um compromisso de campanha, ao fazer com que a Petrobras aumentasse as suas encomendas no País, mas que não havia sido o único candidato a fazer tal promessa. O Presidente Lula lembrava que o candidato Garotinho também havia se comprometido nesse sentido. Sua Excelência não precisava fazer essa referência. Foram homenagens prestadas e recebidas, cuja resposta foram as declarações descabidas, completamente infundadas, deselegantes e deseducadas da Governadora junto à imprensa, que nem falou de público, falou depois reservadamente à imprensa, para a notícia ser veiculada no dia seguinte, sob forma de escândalo. Trata-se de um comportamento condenável, sob todos os pontos de vista. Quero juntar as minhas palavras ao protesto de V. Ex^a e cumprimentá-lo pela iniciativa de assomar à tribuna e restabelecer a verdade, com as referências que está fazendo ao Presidente da Petrobras, ao nosso ex-Colega Senador Eduardo Dutra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço ao nobre Senador Roberto Saturnino as suas palavras.

No caso, as palavras de S. Ex^a têm até mais autoridade do que as minhas, em virtude de ser um Senador do Rio de Janeiro e de perceber que realmente a Petrobras tem ajudado aquela cidade. Por isso mesmo, certamente, S. Ex^a fez questão de se pronunciar.

Estamos observando com o problema da indústria naval, dos estaleiros, como o Rio foi beneficiado. Como a Bahia, por exemplo, tem o direito de ter um estaleiro, mas ainda não tem porque o Presidente da Petrobras e outras autoridades do Governo houveram por bem beneficiar primeiro o Rio de Janeiro, depois o Rio Grande do Sul. Por tudo isso, o Governo do Rio de Janeiro deveria ser extremamente grato ao Governo Federal. É só ver as liberações que o Governo Federal tem dado ao Rio de Janeiro e comparar com a pobreza em relação às liberações da Bahia ou do Nordeste. Não falo sequer do PFL, porque aí é uma questão política e compreendo as razões políticas, embora elas nem sempre sejam justas. Mas, Sr. Presidente, este protesto eu queria deixar consignado e amanhã estarei, certamente, ao lado de V. Ex^{as} na Comissão de Infra-estrutura, para dar o meu apoio ao nosso ex-Colega José Eduardo Dutra, não só pelo seu trabalho, mas pela justiça que praticou recentemente com os Estados, em virtude de licitações corretas e que merecem nosso aplauso. Nem sempre, aliás, no passado, a Petrobras procedeu assim, mas agora, nesse caso, procedeu muito bem e merece qualquer elogio.

Sr. Presidente, tenho ainda dois assuntos a abordar. O primeiro refere-se ao seu discurso. V. Ex^a, mais uma vez, foi coerente e colocou a situação do salário mínimo de um modo perfeito. Ninguém talvez colocasse melhor, até porque V. Ex^a conhece, mais que todos, esse assunto, pelo tempo que vem lutando por ele. V. Ex^a lutava na Câmara dos Deputados e eu lutava no Senado Federal. Consegui, inclusive, após um debate amplo, no Palácio da Alvorada, com José Serra, que era Ministro do Planejamento, que o Presidente Fernando Henrique aumentasse o salário mínimo. Naquela ocasião, José Serra, como Ministro do Planejamento, era violentamente contrário ao aumento do salário mínimo.

V. Ex^a, então, fala numa possibilidade longínqua. Acredito que, hoje, não exista a menor possibilidade de punição a V. Ex^a por ter cumprido com o seu dever. Não creio. Sabe por que não creio, principalmente? Porque o meu amigo, Presidente do seu Partido, José Genoíno, numa das declarações à imprensa no fim de semana, disse: “Ninguém será punido. O que me admira é o Antonio Carlos Magalhães ter votado no salário de R\$275,00”. Ora, ele era meu companheiro nos pleitos por R\$275,00. Eu o chamava à luta para os R\$275,00. Paim, não. Ele se adiantava, mas o meu amigo José Genoíno era chamado e todos os homens do Partido, inclusive o competente Líder Mercadante, sabem disso. Eu lutava, naquele tempo, por um salário de US\$100, que equivaleriam, hoje, a cerca de R\$300,00. E era o que deveria ter sido votado, mas o PFL saiu com uma posição que não parecesse a de quem queria destruir o País.

Aí, nós – o Senador Paim, se não me engano, a Senadora Heloísa também, a Senadora Roseana Sarney e eu – estávamos com emendas para R\$300,00. Uma das emendas era até para R\$320,00, mas abrimos mão disso para que o Senado Federal pudesse votar um salário que não prejudicasse em nada a autoridade do Governo, que se fixou, por teimosia, em R\$260,00 e, o que é pior, levou seus correligionários a sofrerem. Sei que todos que votaram sofreram e, quando chegam em seus Estados, nem sempre podem dizer: “Eu votei em R\$260,00, o menor salário”. Não. Mas eu pude, nesta semana toda, em 12 Municípios baianos, dizer: “Votei no maior salário e queria que fosse de R\$300,00”.

De modo que, quanto a essa consciência em relação aos trabalhadores, temos tranquilidade total. O Senador Paulo Paim merece de seu Partido uma grande homenagem e não qualquer ameaça. Sei que o Partido não vai, também, partir para a expulsão de quem quer que seja. E sabem por quê? Porque se for nesse passo, vai acabar com dois ou três Senadores. A Bancada

irá diminuir e diminuir, as pessoas não irão aceitar e o PT vai acabar com um grande prédio construído na Avenida Paulista, mas sem ter quem o habite.

Portanto, quero chamar a atenção do Governo para essa votação na Câmara dos Deputados. O ideal seria que houvesse humildade, principalmente do Presidente Lula, em cujos propósitos e em cuja sinceridade acredito. Evidentemente, Sua Excelência está acolitado por pessoas que não vêem uma realidade para o País e colocam o Presidente numa posição altamente desagradável: a de ter sido o homem que veio da pobreza, alcançou todos os patamares da política, chegou à Presidência da República e abandonou seus colegas trabalhadores. Não é esse o seu sentimento nem é essa a sua lógica, mas essa é a interpretação da maioria do povo brasileiro.

Quero, neste instante, chamar a atenção, mais uma vez, para isso. Sei que conselhos meus não são atendidos. Ora, quantas vezes já vim aqui para chamar a atenção, muitas delas, particularmente, para erros do Governo, mas não obtive qualquer êxito, o menor, no atendimento.

O que o Governo precisa ver é que essa não é uma Casa conservadora, mas se está mostrando uma Casa independente. A independência do Senado é salutar para a República. Por quê? Tudo o que estiver certo do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva terá o meu apoio e o desta Casa, mesmo que eu contrarie, como algumas vezes já contrariei, a posição do meu Partido. Continuo na mesma posição, mas tudo aquilo que não for do interesse do País vai ter sempre o meu protesto, o meu trabalho com os meus Colegas, querendo fazer crescer, no caso, a oposição ao erro.

Neste instante, quero chamar a atenção para um problema que a imprensa falou, de um modo geral, com absoluta razão: o dos recursos das ONG's. Existem ONG's e ONG's. ONG's sérias e ONG's que apenas arrecadam recursos da União para fins impróprios e políticos. Estas não podem ter o apoio nem da Casa, nem da Câmara dos Deputados, mas, para isso, infelizmente, o Orçamento tem recursos.

O próprio Ministro Palocci, que é um homem duro, que tenho o maior prazer em atendê-lo, porque sei da sua credibilidade e sei também do seu valor e, mais do que isso, do seu interesse em manter as contas públicas corretas. Mas ninguém mantém as contas públicas corretas soltando dinheiro para ONGs, ou então apenas empenhando verbas para pagar àqueles que votam com o Governo. Vi isso. Dirigi-me ao Chefe da Casa Civil e ao Ministro Palocci, por carta, mostrando, ponto por ponto: quem vota contra o Governo não recebe absolutamente nada; quem vota com o Governo tem o direito a receber tudo. Esse é um erro já cometido

muitas vezes. E tenho exemplos a dar. Quem retém a verba empenhada, no Governo, mas tem a dignidade acima desse empenho vota com a causa do povo, como muitos votaram na quinta-feira.

Por isso, Sr. Presidente, estou certo de que ainda haveremos de ter novos rumos. Ninguém deseja que o Brasil parta para o caos. Já, ontem, vários economistas internacionais reclamavam e diziam que o País não vai sair da crise econômica que atravessa. Foram sete ou oito economistas de maior valor do mundo; não são os nacionais que sempre se apresentam, atendendo aos anseios da administração pública, seja ela qual for: seja a de Fernando Henrique Cardoso, a de Luiz Inácio Lula da Silva, a de José Sarney, a de Itamar Franco. Qualquer um. Sempre encontram o caminho porque estão acostumados a isso. Uma posse de Ministro da Fazenda conta com mais jatos do que talvez um ano inteiro em Brasília. É assim. É o pessoal que não se incomoda com o salário mínimo. É o pessoal que considera esta Casa conservadora quando esta dá um grande passo em direção à sua independência, e mais do que à sua independência, para mitigar o salário de fome que ainda hoje recebem os trabalhadores brasileiros.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª tem a palavra, como Líder, por cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Como Líder.) – Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, gostaria de informar que, por decisão do Ministro Viegas, ouvidos os anseios da Comissão de Defesa Nacional e Relações Exteriores, o Ministério da Defesa está planejando, na primeira semana de julho, no período de 07 a 09, uma viagem oficial ao Haiti, em apoio à presença dos nossos contingentes que integram a Força de Paz naquele país, além de realizar visitas a autoridades haitianas.

Deverão acompanhar o Ministro Viegas os Ministros de países sul-americanos que possuem efetivos militares compondo a Força de Paz da ONU no Haiti (Chile, Argentina e talvez Uruguai e Peru), Ministros de Estado brasileiros, que serão oportunamente convidados; uma delegação de jornalistas; os Comandantes

Militares subordinados e Parlamentares do Congresso Nacional.

Para fins de planejamento e formação da comitiva, a Assessoria Parlamentar do Ministério da Defesa está consultando todas as Lideranças dos Partidos desta Casa para verificar quais os Srs. Senadores que desejam participar desse importante evento.

Quero portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveitar a oportunidade para cumprimentar o Ministro Viegas por tão brilhante iniciativa, demonstrando a competência como conduz o Ministério da Defesa e o respeito que tem a esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, por 20 minutos, à nobre Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT e do Bloco.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi um pouco mais de tempo para fazer este pronunciamento no dia de hoje, porque pretendo estabelecer um hiato na minha fala, fazendo uma homenagem a um brasileiro que, no sábado, completou 60 anos de idade. Ele é, indiscutivelmente, um dos principais artistas do nosso País: Francisco Buarque de Hollanda. Sessenta anos, mais de 40 anos de carreira artística.

Há pouco tempo, o Senador Antonio Carlos Magalhães fez uma belíssima homenagem ao Caymi, também outro maravilhoso artista brasileiro. Penso que, na qualidade de Senadores e Senadoras desta República, temos a obrigação de explicitar e homenagear aqueles que tão bem expressam o sentimento do povo brasileiro, que tão bem retratam a vida do nosso povo, a sua forma de ver, sentir e sonhar.

Francisco Buarque de Hollanda já foi definido por Millôr Fernandes como “a única unanimidade do Brasil”.

Rui Castro disse que “a obra do Chico é tão maior que seus 60 anos, que ele integra aquele seletor time dos imortais em vida” – o que não é muito simples de alguém atingir. Rui Castro diz ainda que “na ditadura militar, foi o Chico quem falou por nós”. Ele foi a voz dos que não tinham tanto talento e nem tinham tanta coragem naquela época. Ele expressou toda a nossa insatisfação, o nosso repúdio à ditadura militar.

Nosso querido Antônio Cândido, num texto maravilhoso, intitulado “Louvação”, explicita que o “Chico, como compositor, denota essa coisa rara, que é essa sua sobranceira em relação às modas, a absoluta indiferença ao êxito que pode ou não coroá-lo, mas não o fará jamais desviar-se do seu caminho para seguir essa ou aquela voga”.

Chico César então é mais escancarado. Ele disse que “nós amamos o Chico Buarque porque ele é uma denúncia permanente das nossas imperfeições”.

Francisco Buarque de Hollanda é isso, essa síntese que não tem nome, nem sobrenome. É tão-somente Chico. O Chico. É a síntese expressa de uma geração; síntese dos vários brasis que compõem o Brasil. Carioca militante. Torcedor fanático do Fluminense – que não sei se é o time do Senador Saturnino. Ele se auto-intitula cartola e jogador de um time que ele mesmo teve a capacidade de criar: o Politheama. É também mangueirense roxo, apesar de a Mangueira ser verde e rosa. E esse carioca militante – penso – definiu a síntese desses vários brasis, desses vários ritmos que ele tão bem representa quando, numa das suas músicas, diz:

O meu pai era paulista
Meu avô pernambucano
O meu bisavô mineiro
Meu tataravô baiano
Meu maestro soberano
É Antônio brasileiro.

Junto com a sua obra, acima de qualquer ideário ideológico, estético ou contracultural, sem dogmas, o que também prende é a postura do Chico, aquele jeitinho de ser meio tímido e intrigante, que arrebatava, cativa a todos.

Não poderia deixar de lembrar a primeira vez em que vi Chico Buarque. Eu devia ter 13 ou 14 anos; era meninota. Naquela época, a TV Record patrocinava vários programas e festivais. Havia um programa comandado por Elis e Jair Rodrigues, O Fino da Bossa. Ary Toledo cantou uma música a respeito de um retirante que teria ido para o Rio e que comia vidro, deixando a platéia muito agitada, rindo.

Elis e Jair Rodrigues, então, anunciaram o universitário Francisco Buarque de Hollanda. Ele entrou no palco, com seu violão e seu banquinho, e cantou uma de suas primeiras músicas:

Pedro pedreiro penseiro esperando o
trem
[...].

Mais adiante, há um trecho que diz:

E a mulher de Pedro
Está esperando um filho
Pra esperar também.

E a platéia riu. Talvez porque antes tivesse ouvido a história do nordestino que fora comer vidro nas praias do Rio de Janeiro, cantada por Ary Toledo, a platéia riu, e Chico imediatamente parou a música. Arregalou os olhos – na época, não dava para ver que eram aque-

les olhos verdes, maravilhosos, porque a TV era em preto-e-branco –, e ficou uma pergunta muda durante alguns segundos: “Estão rindo de quê?” Essa pergunta muda do Chico me prendeu, como imagino que seu jeito intrigante e tímido de ser e sua música e poesia maravilhosas prenderam mais de uma geração, ao longo desses 40 anos de vida artística. Foi exatamente aquele olhar que me cativou. E Chico seguiu cantando e encantando mulheres, porque é um encantador de mulheres e as canta de forma maravilhosa.

Há inúmeras letras que falam das mulheres. Selecionei apenas algumas:

Toda gente homenageia
Januária na janela
[...]
Carolina
Nos seus olhos fundos,
Guarda tanta dor
[...]
Bárbara, Bárbara
Nunca é tarde, nunca é demais
[...]
A Rita levou meu sorriso,
No sorriso dela
Meu assunto
[...].
Morena dos olhos d’água
Tira seus olhos do mar
[...].
Será que Cristina volta
Será que fica por lá?

Assim, são dezenas e dezenas de mulheres cantadas por Chico. Mas, muito mais do que cantor e encantador de mulheres, Chico é o poeta e o músico que encarna o feminino como nenhum outro o fez. Ele expressa a alma feminina, a maneira de a mulher perceber o mundo, as relações – às vezes, muito doídas para nós, quando retrata, de forma tão chocante, até a submissão da mulher, como ela foi criada para estar submetida.

Há uma música que quando ouço me deixa com raiva, mas que expressa a maneira de a mulher tratar o homem.

Com açúcar, com afeto
Fiz seu doce predileto
Pra você parar em casa
[...].

Que tolas nós somos: ainda fazemos o doce predileto para o malandro parar em casa. É assim o jeito

das mulheres, e Chico pega isso também ao interpretar uma música de Caetano Veloso:

Ele é quem quer
Ele é o homem
Eu sou apenas uma mulher
[...].

Triste: ele é o homem, eu sou apenas uma mulher. Mas é assim, infelizmente, a grande maioria das relações.

Também na maneira de a mulher ver o amor, de se relacionar, na questão da afetividade e da sexualidade, Chico nos captou de forma brilhante:

Quero brincar no teu corpo feito bailarina
Que logo te alucina
Salta e ilumina
Quando a noite vem,
E nos músculos exaustos do teu braço
Repousa frouxa, murcha, farta
Morta de cansaço.

Essa é a expressão da entrega total, absoluta, que as mulheres têm ao amar.

Quando somos rechaçadas, preteridas, abandonadas, o compositor Chico Buarque também nos capta maravilhosamente bem.

Dei pra maldizer o nosso lar
Pra sujar teu nome, te humilhar
E me vingar a qualquer preço
Te adorando pelo avesso
Pra mostrar que inda sou tua
Só pra provar que inda sou tua.

Pode doer adorar pelo avesso, “só pra provar que ainda sou tua”, mas Chico nos pegou assim.

Ele retrata magistralmente, além das mulheres e desse mundo feminino, toda a transgressão, a marginalidade expressa nas relações sociais do nosso Brasil, dos nossos inúmeros Brasis. E subverte tudo, quando, numa das músicas, de forma muito expressa, o seu grito de guerra é: “Chame, chame o ladrão, chame o ladrão”. A Polícia estava batendo, à época da repressão, e o socorro era este: “Chame o ladrão”. Era o grito da música de Chico Buarque.

Nas suas músicas de retrato da transgressão e da marginalidade, Chico expôs a dignidade dos retirantes, dos pivetes, das prostitutas, das beatas, dos pedreiros, dos faxineiros, dos malandros, dos pingentes, das balconistas, das babás, dos vigias e dos jardineiros, dos escravos e dos feitores, dos poetas e dos seresteiros, dos funcionários e das bailarinas, e também dos nossos gurus.

O refrão da música retrata a construção do feminino, da mãe que deposita toda a expectativa de sucesso na vida do filho, que, porém, é morto pela polícia, porque é pivete, trombadinha. Apesar de toda a miséria e injustiça que há nas relações da marginalidade e da transgressão no País, a mãe o elogia, feliz:

Olha aí
Olha aí, aí o meu guri, olha aí
Olha aí, é o meu guri
[...].

Chico também, ao longo de sua carreira, sempre cantou o sonho:

Sonhar
Mais um sonho impossível
[...].

Por mais impossível que seja, o sonho cantado por Chico sempre nos dá esperança.

Água nova brotando e a gente se amando sem parar.
[...]

Apesar de você, amanhã há de ser
Outro dia.
Inda pago para ver
O jardim florescer qual você não queria.
[...]

O que será que será
Que vive nas idéias desses amantes
Que cantam os poetas mais delirantes
[...].

Ou, então, no refrão mais simples, talvez mais apaixonado do cancionista de Chico, quando nos chama “pra ver a banda passar, cantando coisas de amor”. E o Chico se expôs, falou por nós, rebateu, alertou, contestou em inúmeras canções, desde quando ele colocou de forma contundente:

Pai, afasta de mim este cálice
Pai, afasta de mim este cálice
De vinho tinto de sangue
Ou, então, quando ele nos brindou com
A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega o destino pra lá

Então, este Chico que tanto representou, falou por nós, falou sobre nós, merece esta homenagem; eu não poderia deixar de fazê-lo, com todo o embate. Eu deveria ter vindo aqui para tribuna hoje para tecer comentários sobre o significado do que aconteceu quinta-

feira, do que estava em jogo, o que moveu bancadas e personalidades para aquele resultado de voto.

Mas, muito mais do que como Líder do PT, muito mais do que como Líder do Bloco, muito mais do que como Senadora, como cidadã brasileira, eu tinha a obrigação de homenagear Chico Buarque de Hollanda.

Antes de terminar, ouço os Senadores Roberto Saturnino e Antonio Carlos Magalhães que desejam me brindar com um aparte, para, em seguida, eu arrematar com o que mais me emociona no Chico.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senadora Ideli, é quase uma violência interromper o discurso magnífico de V. Ex^a, um discurso que captou em breves minutos toda uma obra que é representativa de uma época do nosso País, de todo um momento vivido pelo Brasil, momento que vivemos até hoje, nesta homenagem que V. Ex^a presta, e lembrou muito bem de fazê-lo da tribuna do Senado Federal. Seria uma falta inominável se no Senado não houvesse uma iniciativa de colocar nos Anais desta Casa essa efeméride brasileira, esses 60 anos do Chico Buarque, que, como dizem, não é de “Hollanda”, mas do Brasil; mas, eu digo que é também do Rio de Janeiro. Eu não poderia deixar de participar e até de cometer esta quase violência de interromper o discurso de V. Ex^a para dizer também, com o meu aparte, que esta homenagem é de todos os brasileiros, com unanimidade, efetivamente. Por tudo, pela grandeza e representatividade da sua obra, pelo talento, pela genialidade ali expressa e também pelo caráter do Chico, pela sua atitude verdadeira de nunca buscar o acontecimento do *show business*, de nunca se pautar pelas exigências do mercado, de ter a sua conduta firme e retamente traçada de acordo com o seu pensamento e com a sua alma – alma que é do Brasil –, enfim, com sua própria filosofia. Essa despreocupação, esse desprendimento característico do caráter de Chico Buarque é uma das razões que leva todo o Brasil, muito especialmente o Rio de Janeiro, a honrá-lo. Encontro-me muito bem com ele na Mangueira. Não posso encontrá-lo no Fluminense.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Joga no Politéama, Senador?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senadora, não quero fazer referência ao meu time, porque me deixaria em estado de profunda depressão, pois é o último colocado nesse campeonato brasileiro. Enfim, Chico é do Brasil, mas do Rio de Janeiro. É uma figura da qual o Rio de Janeiro se orgulha enormemente. Parabéns a V. Ex^a, minha Líder Ideli Salvatti, pela iniciativa e pela propriedade com que abordou o tema, prestando uma homenagem muito devida a Chico Buarque de Hollanda.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino. Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senadora Ideli Salvatti, felicito-a pelo discurso e também pela maneira com que o apresentou, com uma voz muito boa.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Com algumas notas desafinadas. É a gripe.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a honrou as músicas de Chico Buarque. Quero dizer também a V. Ex^a, pois não quero que haja dúvida sobre a minha posição passada, presente e futura, que não sou dos que abominam o regime militar; ao contrário, sempre que posso exalto-lhe as coisas boas. Mas, minha cara Senadora, para que V. Ex^a veja quanto Chico Buarque era e é tão forte, eu, sendo partícipe do regime militar – não me arrependo disso – cantarolava todas as músicas de Chico. Era impossível não viver a música de Chico naquela época também. De maneira que eu ficava cantando as músicas dele, sozinho. Isso é para demonstrar o valor e o talento dessa figura que V. Ex^a hoje, com tanta justiça, homenageia, e que deve transformar essa sua homenagem numa homenagem do Senado da República.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço o aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senadora Ideli Salvatti, quero apenas agradecer em nome da família, em nome de todos os descendentes daquele avô pernambucano. V. Ex^a hoje inaugurou um novo estilo retórico, que compõe a fala comum com a fala musicada. Parabéns pelo seu discurso.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

Concedo um aparte ao Senador João Alberto.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senadora Ideli Salvatti, com licença do Presidente, eu estava no meu gabinete, quando ouvi alguém cantando.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Espero que eu não o tenha assustado.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Fiquei impressionado. Congratulo-me com V. Ex^a, em primeiro lugar, pela memória musical. Sou músico, sou pianista, toco as músicas de Chico Buarque, que é realmente esse fenômeno. Segundo Ziraldo, ele é o único aprovado por unanimidade – se Nelson Rodrigues soubesse disso, não iria concordar. Eu queria parabenizá-la por tudo que trouxe a esta Casa. Realmente, agora acompanho meu companheiro Antonio Carlos Magalhães. Fomos Governadores juntos à época em que as canções do

Chico eram censuradas, mas eu – sei que S. Ex^a fazia o mesmo – aprovava todas, porque, além de ser uma espécie de grito de revolta, na verdade era algo tão bem-feito, com tanta sinceridade e honestidade, que não havia possibilidade de não se aprovar. Mas eu queria lembrar um pequeno detalhe: a primeira vez que o assisti – antigamente se faziam aqueles concursos de músicos jovens...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Festivais.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – É, e aparece lá um garoto, acho que ele tinha 17 anos, que ganhou com uma música que – em minha formação musical, aquela “Carolina”, com a qual ganhou aquele festival – é algo fantástico para um garoto de 17 anos. Mas esse pendor que V. Ex^a tem, que voz afinada! Acho que daria para fazermos até um conjunto.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quem sabe, Senador, não fazemos uma dupla?

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Em homenagem a ele. Seguramente. Congratulo-me com V. Ex^a. Não sei o que admiro mais: se o tema, ou sua memória musical e a oportunidade que trouxe a todos nós. Acredito que a palavra de V. Ex^a é a mesma deste Senado Federal em homenagem ao Chico.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador.

Senador César Borges.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Rodolpho Tourinho.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Desculpe, desculpe, desculpe. Perdão. Mil perdões. É que a Bahia se confunde, Senador.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Depois do Senador Rodolpho Tourinho, temos mais dois oradores.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Para mim é uma honra representar o Senador César Borges. Quero cumprimentá-la pelo seu discurso, proferido de forma tão diferente, e registrar, mais do que tudo, um abraço muito pessoal ao Chico. Na juventude, fomos colegas no Colégio Santa Cruz em São Paulo, antes até de ele aparecer como músico profissional. Naquela época, convivi com ele e ouvi canções como “Carolina” e outras do início de sua carreira musical. Deixo registrado esse abraço.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Rodolpho Tourinho, agradeço muito. Mais uma vez, perdão pela troca do nome.

Sr. Presidente, quando o Chico coloca todo o coração para sintetizar seu amor pela gente brasileira,

ele efetivamente se consagra. Para mim, a música do Chico que retrata esse amor pela gente brasileira é exatamente “Gente Humilde”, que diz assim:

Tem certos dias
Em que eu penso em minha gente
E sinto assim
Todo o meu peito se apertar
Porque parece
que acontece de repente
Feito um desejo de eu viver
sem me notar.

E o Chico não quer ser notado. Porém, exatamente por isso, ele é essa figura notável. E como não notarmos um Francisco Buarque de Hollanda, que é melhor ser chamado de Chico do Brasil? São 60 anos de vida, 40 dedicados a retratar o povo brasileiro por meio de suas músicas, poesias, peças teatrais e romances, retratando o povo brasileiro e esse Brasil grande, sem porteira.

Esse Chico, quando entrevistado sobre os sessenta anos, fez somente uma declaração e disse assim: “Ainda bem que a gente envelhece aos pouquinhos”.

Termino, desejando ao Chico que envelheça lenta, gradual e muito, muito, muito longamente, para continuar retratando o Brasil e o povo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ideli Salvatti, a sua homenagem é a do Senado da República, como complementou muito bem o Senador Antonio Carlos Magalhães, à grande figura de Chico Buarque.

Se me permitir, gostaria também de dizer que esse seu jeitinho estilo Chico Buarque, com certeza, vai ajudar a ampliar a base do Governo no Senado da República.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Tomara!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet e, em seguida, ao último orador inscrito, ex-Vice-Presidente da República, Senador Marco Maciel.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora Ideli Salvatti, Srs. Senadores, a responsabilidade aumentou muito, porque acabamos de ouvir o discurso musicado da Senadora Ideli Salvatti, como que a dizer ao Brasil que o Senado, esta Casa que discute os graves problemas nacionais, tem os seus momentos de enlevo, os seus momentos de poesia, os seus momentos musicais. O Senado reverencia a cultura, em todas as suas formas. O Senado aplaude os poetas e abraça os músicos.

Nessa homenagem justa que o Brasil está prestando a Chico Buarque de Hollanda, é evidente que o Senado não poderia ficar alheio. Vimos aqui hoje, ressaltado pelos Senadores que apartearam a Senadora Ideli Salvatti, uma homenagem que fez uma revelação, se já não fosse conhecida de alguns Senadores: de que temos uma Senadora que também faz os seus discursos em versos, faz das suas palavras música, interpretando o sentimento de Chico Buarque de Hollanda e, naturalmente, de outros artistas brasileiros.

Aproveito a oportunidade para associar-me a essa homenagem e abraçar a Senadora Ideli Salvatti.

Sr. Presidente, V. Ex^a disse aqui que, depois de mim, falará o Senador Marco Maciel. Isso complica ainda mais, pois percebo que tenho de ser rápido para ouvir a voz de S. Ex^a, que, naturalmente, vai transmitir questões muito melhores do que as que vou abordar, embora a minha fala, hoje, seja de eleição. E eleição é vibração!

Venho de Mato Grosso do Sul, onde percorri alguns Municípios. Estive na minha cidade natal, Três Lagoas, e já percebo que os motores eleitorais estão se aquecendo. Percebo que a cidadania está melhorando no Brasil. Percebo que os partidos políticos estão se movimentando para as convenções municipais, cujo prazo fatal é o dia 30 de junho. E há uma indagação: como ficará a representação política legislativa dos Municípios? Ficarà à decisão do Tribunal Superior Eleitoral ou será aprovada a emenda de proposta à Constituição de origem na Câmara dos Deputados e que se encontra no Senado Federal? Quem será o futuro prefeito de minha cidade? O povo começa a discutir quem será o prefeito e quais serão os vereadores, se diminui ou aumenta a representação política, se isso é bom ou ruim. É algo extraordinário.

Andando pelas ruas de minha Três Lagoas, penso: por que essa rua não está asfaltada? O que falta aqui? Esse bairro tem creche? Como está a escola? Como está o posto de saúde? E imagino o que acontece pelo Brasil.

Percebi, então, que espetáculo de democracia serão as próximas eleições municipais, Sr. Presidente. Haverá cerca de 350 mil a 450 mil candidatos disputando os cargos de vereador, prefeito e vice-prefeito, em pouco mais de 5.600 Municípios. Isso é uma profissão de fé, um exercício de cidadania que tem de ser louvado.

Quantas pessoas estarão envolvidas na campanha eleitoral? Quantos cabos eleitorais pretendem convencer os cidadãos da excelência de seus candidatos? O Brasil se mexendo. Fico, então, com a convicção, realmente, de que a democracia, além de ser o melhor regime para governar os povos, sem dúvida

nenhuma, ainda é um verdadeiro espetáculo de fé e de civismo.

Vejo uma evolução no povo brasileiro. Discute-se mais política, e o povo está mais atento às palavras dos candidatos. O povo realmente quer mudança, palavra que tem inspirado os discursos. Na prática, contudo, ela não tem tido bons resultados, porque mudar significa alterar, avançar e romper amarras e situações tradicionais. Essa palavra é muito falada. O eleitor, hoje, quer essa mudança, mas não quer mais – penso eu – aqueles candidatos que tudo prometem, não executam coisa alguma e apresentam apenas desculpas para aqueles que os elegeram. Então, não é isso.

Tenho impressão de que a próxima campanha não será exuberante. Quem for inteligente não vai fazer uma campanha exuberante, mas uma campanha mais comedida, que tenha o condão de colocar as coisas nos trilhos. Fico imaginando essa eleição, os perfis que vão aparecer, se devemos ter, realmente, o uso do rádio e da televisão ainda maquiado ou se devemos fazer com que apareça apenas o candidato, falando de viva voz, sem nenhum retoque, sem nenhuma maquiagem perante o eleitor. Será que vamos continuar permitindo, como permite a lei atual, esses truques eleitorais que fantasiam tanto, que modificam a realidade? Penso que seria muito melhor que o fundo fosse um fundo comum da televisão, que o candidato aparecesse como ele mesmo, de improviso ou seja lá como for, e expusesse as suas idéias, mas sem o excessivo uso da tecnologia, como hoje vemos nos horários gratuitos da televisão.

De qualquer forma, estou percebendo uma movimentação diferente no eleitorado hoje. Ele quer mais conteúdo dos candidatos, quer conhecer o perfil dos candidatos. As pesquisas demonstram que o eleitor está cada vez mais exigente, principalmente com a ética: ele quer candidatos honestos, não acredita mais na história do “rouba, mas faz”. Ele quer candidato competente, que saiba administrar. Essa eleição municipal é a eleição da cidadania sem dúvida alguma. É uma eleição importante, é a eleição do município. Nessa eleição não se discutirão as relações internacionais do Brasil, os empréstimos do Brasil ou as suas relações com o Fundo Monetário Internacional.

Senador Papaléo Paes, o eleitor deseja melhorias, que asfalem a rua em que ele mora; ele quer creches onde elas não existem, ele quer melhor qualidade de vida. Ele vai ver qual é o candidato que pode oferecer educação de melhor qualidade para seus filhos; qual é o candidato que vai melhorar a saúde nos seus municípios, quem é que pode produzir algo diferente para poder gerar emprego, que é uma das coisas que mais assolam e intrigam as nossas famílias. Quem é

que pode colaborar para que as famílias tenham mais segurança quando assistimos à criminalidade avançar cada vez mais?

Estamos diante desse quadro com as eleições municipais e temos que saudar isso, temos que ver a importância disso. Sabe por quê? Porque pouca gente vai comparecer aqui em agosto e setembro, e aí vão dizer: “Onde estão os Senadores?” Os Parlamentares estarão exercendo uma grande tarefa, que é ajudar nas eleições dos seus Estados e dos seus municípios. No meu, são 77 municípios. É claro que tenho que estar presente no município que me serviu de berço, mas vou percorrer todos os municípios do meu estado, procurando colaborar e apresentar sugestões, discutindo problemas e procurando dar a minha colaboração para o exercício da verdadeira democracia, para que se aprimore o civismo cada vez mais no nosso Brasil.

Essa eleição, esse quadro já começou a se delinear agora, principalmente porque se disputam as coligações. Tudo isso, meu caro Presidente, já começa a acontecer, e dia 30 vai se encerrar o prazo das convenções.

E vejam como são as questões no nosso Brasil: não sabemos ainda, infelizmente, quantos vereadores vamos ter no Brasil. Como é que no ano da eleição se faz isso? Por que não se deixou do jeito que estava? Por que não permaneceu a representação política do Legislativo nos municípios? Há uma resolução do Tribunal Superior Eleitoral e uma emenda constitucional aqui na Casa. Qual das duas vai prevalecer? Creio que irá prevalecer a emenda constitucional que vamos aprovar esta semana. Tudo isso está em discussão em nossos municípios.

Com muita honra, concedo um aparte ao Senador Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco PT – RS) – Senador Alberto Silva, peço-lhe que seu aparte seja de um minuto para que não haja prejuízo para o Senador Marco Maciel.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, meu nome é o décimo sétimo inscrito. Em todo o caso, eu gostaria de ouvir é o Vice-Presidente. Com certeza. Retiraria até minha inscrição para dizer apenas que o Senador Ramez Tebet aborda um tema de interesse nacional e, como sempre, com o conhecimento de causa que possui como ministro, como presidente desta Casa, como companheiro. Como o tempo é curto, Senador Ramez Tebet, gostaria de, além de dar-lhe parabéns, ressaltar que o que está acontecendo em seus municípios está acontecendo no Brasil todo. Não vão discutir a política internacional. Uma das coisas mais importantes que estão discutindo é a questão do emprego. Quero dizer isso como uma espécie de

advertência. Quando estava à frente do Governo do Estado – muita gente estava trabalhando –, perguntei a um operário o que ele preferia, se um trabalho permanente ou uma casa. Ele disse que era um trabalho permanente, porque com o dinheiro ele poderia sustentar a sua família e, aos poucos, comprar uma casa. Às vezes o Brasil inverte: dá a casa primeiro que o trabalho. V. Ex^a fala no desemprego. Também sustento: vamos trabalhar para que haja mais emprego no Brasil, porque com o emprego vem o resto, até a segurança aparece. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Agradeço muito, Senador Alberto Silva, o aparte de V. Ex^a, que já governou o seu estado e que nos honra aqui.

É isso mesmo! O povo quer emprego, mas quer casa para morar. Esse é o grande dilema que o país enfrenta. E o povo quer emprego digno, com melhores salários.

Por isso, Senador Paim, que o Senado fez bem, muito bem em alterar a proposta do salário mínimo que veio do Poder Executivo, elevando o valor proposto para R\$ 275. Mas não quero discutir valores, pois acredito ser mais importante a sinalização que o Senado faz no sentido de que a palavra mudança realmente precisa se transformar em realidade em nosso país.

As eleições municipais são o primeiro passo talvez, as eleições nos municípios são as mais importantes do país, porque ali se decidem as coisas que dizem respeito mais de perto à vida das pessoas, como aqui mencionei.

Senador Paim, comecei o meu discurso dizendo que estava em dificuldades porque substituiria uma Senadora cantora...

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador Ramez Tebet, peço um breve aparte. V. Ex^a tem razão quando chama a atenção para as eleições municipais, porque elas se voltam, basicamente, para eleger aquelas pessoas que vão governar a primeira célula da organização política, que é o município, é ali que nasce, naturalmente, todo o edifício da democracia do País. Por isso as eleições municipais têm para nós um papel muito importante. Elas são uma espécie de vestibular para a grande eleição, para as eleições subseqüentes, as chamadas eleições gerais, que se realizarão em 2006. Por isso quero cumprimentar V. Ex^a pelo registro da proximidade do pleito deste ano.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Marco Maciel, eu agradeço muito, mas a melhor maneira de agradecer o aparte de V. Ex^a é sair desta tribuna para que V. Ex^a venha ocupar o meu lugar e proferir o seu pronunciamento.

Muito obrigado a V. Ex^a e àqueles que me distinguiram com a sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convidamos o Senador Marco Maciel, por permuta com o Senador Almeida Lima, para usar da palavra por dez minutos.

Esta Presidência prorroga a presente sessão até as 18 horas e 40 minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo, em rápidas palavras, registrar o lançamento do livro do professor e jurista Walter Costa Porto, intitulado “A Mentirosa Urna”.

A referida publicação foi lançada em solenidade na Biblioteca do Senado Federal, em 16 de junho corrente. Seu autor, além de grande estudioso dos problemas brasileiros, é uma pessoa especializada em legislação eleitoral e partidária. E foi nessa condição que integrou, durante seis anos, o Tribunal Superior Eleitoral, a corte máxima da Justiça eleitoral brasileira.

Esse livro do professor Costa Porto é o terceiro de uma série sobre o voto. O primeiro se intitulou **O Voto no Brasil**, o segundo tem o título **Dicionário do Voto**, que, aliás, é um excelente subsídio para aqueles que se dedicam às questões institucionais do Brasil. E, finalmente, **A Mentirosa Urna**, a que estou neste momento me referindo.

Devo dizer que o professor Walter Costa Porto, seguindo as pegadas do seu pai, que era, além de jurista, um grande historiador, trouxe, com essa obra, mais uma contribuição valiosa para a exata compreensão do sufrágio eleitoral em nosso País.

É bom lembrar que, ao contrário do que se pensa, o Brasil que tem uma longa tradição no campo eleitoral. Começamos a votar, a partir de 1821, quando escolhemos nossos representantes às Cortes de Lisboa. E essa tradição não se interrompeu no País ao longo do tempo, salvo no período entre 1937 e 1945.

A questão merece cada vez mais uma melhor reflexão, porque isso nos leva à constatação de que ainda há muito que se fazer no campo institucional do País. Em primeiro lugar, precisamos aprimorar o nosso sistema eleitoral e em segundo lugar, precisamos criar condições para edificar verdadeiros partidos políticos no País.

Uma verdadeira e boa democracia é aquela que passa por um sistema eleitoral hígido e um Estado partidário que seja representativo da diversidade brasileira. E o Professor Costa Porto, no seu trabalho, de alguma forma, faz um histórico da evolução do voto

em nosso País e chama a atenção para fatos extremamente importantes da vida nacional.

Finalmente, Sr. Presidente, aproveito para pedir a V. Ex^a que considere como parte integrante do meu pronunciamento a manifestação do Deputado Federal Delfim Netto, que falou lançando o livro, e do Senador Heráclito Fortes, que discursou em nome da Mesa Diretora do Senado Federal.

Acredito que, com este registro, estamos não somente homenageando o jurista, professor e notável homem público que é o Professor Walter Costa Porto, mas também contribuindo para que continuemos a refletir sobre a necessidade de melhorar a governabilidade do País, que passa obviamente pela melhoria do sistema eleitoral e partidário.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I § 2º, do Regimento Interno.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE:

Senhores Senadores, Senhoras Senadoras,
Senhores Deputados, Senhoras Deputadas,
prezados amigos, alunos, colegas, companheiros
de Walter Costa Porto,

Coube a mim a difícil missão de fazer aqui a apresentação do autor do livro, que quase todos aqui conhecem muito bem, já que da obra cuidou, com o brilhantismo de sempre, o Deputado Delfim Netto.

Para aqueles poucos que porventura não conhecerem nosso Walter Costa Porto – o que não é nenhum demérito, dada uma de suas mais marcantes características, a da discrição – vou dizer algumas palavras.

Minha ligação com o ex-ministro, professor, escritor Walter da Costa Porto atravessa décadas e vem lá de Pernambuco. Aliás, foi ele quem me trouxe para Brasília, de onde não mais saí. Não pretendo, no entanto, ir muito longe; podem ficar tranquilos. Apenas vou avivar a memória, artigo muitas vezes em falta entre nós.

Só para situar no tempo: Costa Porto nasceu em Nazaré da Mata. Em 1960, já se formava bacharel na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, onde, dois anos depois concluiu sua pós-graduação. Na década de 70, veio para Brasília, como chefe de gabinete do presidente do Incra, Moura Cavalcanti, a quem sucedeu.

Ingressou como professor na Universidade de Brasília, primeiro no Departamento de Direito, depois, no de Ciência Política e Relações Internacionais, que ajudou a fundar. Nunca deixou de ensinar.

Filho do Professor José da Costa Filho, ex-Ministro da Agricultura do Governo Café Filho.

Foi presidente da Fundação Petrônio Portella, assessor da Presidência da Câmara dos Deputados e presidente da Comissão que propôs alterações no Código Eleitoral. Na década de 90, dedica-se sobretudo às questões eleitorais, tornando-se ministro – um dos mais brilhantes, por sinal – do Tribunal Superior Eleitoral de 1996 a 2001.

Queria, no entanto, deter-me um pouco em outro período: o final da década de 70, quando Costa Porto vive um dos momentos mais ricos não apenas de sua vida, mas da vida do País, na qual teve papel tão importante quanto discreto. Foi um dos principais assessores do saudoso Petrônio Portella – um dos meus conterrâneos mais ilustres –, ministro da Justiça e construtor da abertura política no Brasil. E estava ali, ao seu lado, ajudando a encontrar maneiras para que o Brasil saísse da ditadura.

Pode-se dizer que Walter da Costa Porto, foi um tecelão invisível da redemocratização do País. Além de executivo do mais importante ministério de então, que coordenava toda a articulação política, sempre foi um formulador.

Na morte de Petrônio Portella, Costa Porto chorava não apenas pelo líder, pelo político ou pelo amigo, mas também pelo temor de que todo aquele trabalho não tivesse continuidade.

Felizmente, ele estava enganado. Mas aquele momento foi decisivo para que ele enveredasse cada vez mais pelos estudos da história eleitoral e do voto no Brasil, temas que, segundo o próprio professor disse certa vez, escolheu para os seus companheiros na velhice. Que ainda não chegou, o que nos leva à certeza de que novos estudos e novos livros ainda virão para clarear nosso caminho e esclarecer nossas dúvidas.

O que posso ainda dizer é que tenho muito orgulho em ser amigo pessoal de Walter Costa Porto por muitos anos e de poder ter compartilhado do seu humor, de sua inteligência e de suas demonstrações de amizade. Mais do que amigo, ele é meu conselheiro e orientador e posso dizer que até dos seus carões, eu me lembro com muito carinho. Que assim continue sendo.

Obrigado a todos.

Sobre o Livro **A Mentirosa Urna**

(a ser lançado na quarta-feira, dia 16 do corrente, às 18h30min, na Biblioteca do Senado Federal)

Em discurso de 1875, no Senado do Império, o grande liberal Zacarias de Góes disse:

“Em um belo dia, sem motivos conhecidos do Parlamento, sem causas sabidas, sem vencidos, nem vencedores, o chefe do Estado demite os ministros, chama outros, que não tenham apoio nas câmaras, os quais vão consultar a mentirosa urna.”

A expressão foi utilizada pelo Autor para título desse livro em que aborda as deformações que enodoaram nossos pleitos, por meio do exercício, tão constante e desabusado, da fraude.

A começar pelas eleições a partir da segunda metade do século XVI em que eram designados os “juizes, vereadores, almotacés, e outros oficiais” das câmaras, em cada vila do país que se povoava. Muitas dessas eleições já se faziam com “subornos e induzimentos.”

Com a independência, dois grandes vícios negavam a livre manifestação da opinião: a pressão enorme dos governos, em cada província e o julgamento dos pleitos, no fundo e na forma – como se dizia “a verificação e o reconhecimento dos poderes” – pelas próprias assembléias.

Tudo resultava em câmaras de uma só roupagem partidária, as chamadas “câmaras unânimes”. As tentativas, no final do império e na 1ª República, para que se desse espaço, no Congresso, às vozes da oposição, com o voto limitado e com o voto cumulativo, mostraram-se vãs não só pela pouca valoração do modelo majoritário às parcelas menores da opinião como pelo controle final, da mesa do Congresso, com o que se denominou de “degola.”

Mostrando como também nas eleições estaduais se dava a verificação e o reconhecimento dos poderes por critérios fraudulentos, o Autor discorre sobre o pleito de 1911, em Pernambuco, em que Dantas Barreto é alçado ao Governo do estado, vencendo Rosa e Silva. A Pernambuco volta ele depois, analisando a eleição de 1947, que se constituiu em “um mundo de chicanas e sofismas.”

Traça o autor, em um dos capítulos, o que diz ser “o longo caminho da proporcionalidade em nossos países”, dando a Assis Brasil todo o mérito da originalidade de nosso modelo que possibilita, ao eleitor, a escolha uninominal de um candidato a partir da lista oferecida pelos partidos.

Mas, como explica, a indicação de um nome é somente para efeito da ordenação da lista; o voto é dado, efetivamente, ao partido. Daí que não se justifique a irresignação de tantos em ver que, com “poucos votos”, candidatos se elejam na esteira de bem votados, como Getúlio Vargas, em 1945 e, recentemente, Enéias Carneiro.

Mas a copiosidade dos textos normativos a reger nossas eleições e o seu tão constante ladeamento levam o autor a falar de uma “desobediência incivil” nessa fuga pontual a cada preceituação posta em vigor. E ele conclui com Machado de Assis: a interpretação da lei é mesmo, entre nós, a eterna malícia.

Discurso do Min. **Delfim Neto**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Srs. Senadores Teotônio Vilela Filho, Sérgio Guerra, Valmir Amaral e a Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do art. 203, combinado com o inciso I § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: O Governo do Presidente Lula não está medindo esforços para aprovar o salário mínimo de R\$260,00. A pressão sobre os Parlamentares da Bancada governista vem de todos os lados: dos Ministros de Estado, do Presidente do Partido dos Trabalhadores e até mesmo do Presidente da República. Os pré-candidatos do PT às prefeituras, por exemplo, já foram avisados de que não terão ajuda do Partido na campanha se não forem fiéis ao Governo. Já se fala, inclusive, em prováveis punições para aqueles que não seguirem a orientação do Governo de fechar a questão em R\$260,00.

Nesse contexto, é bom lembrar que durante a campanha presidencial de 2002, o então candidato à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva prometeu dobrar o poder de compra do salário mínimo.

Sr. Presidente, para que esse momento não se perca no tempo, solicito que as matérias que encaminho em anexo sejam dadas como lidas e consideradas como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

POLÍTICA

SALÁRIO

Resistência de parlamentares petistas ao mínimo de R\$ 260 leva o presidente do partido a defender um entendimento interno que atenua a agressividade do debate. A idéia é manter a discussão "sem sangrar"

Apelo por acordo

HELAYNE BOAVENTURA
DA EQUIPE DO CORREIO

Iniciando o ritual da cúpula do PT para convencer os radicais a aprovarem o salário mínimo de R\$ 260, o presidente do partido, José Genoíno, propôs um pacto de não-agressão até a votação da medida provisória. Em encontro ontem com 21 deputados, a senadora Serys Slhessarenko (MT) e o líder do PT na Câmara, Arlindo Chinaglia (SP), Genoíno pediu aos insatisfeitos que evitem discursos agressivos e de caráter pessoal. "Vamos tratar a questão sem sangrar", apelou.

Para o governo, o acerto de procedimentos garante um debate menos explosivo e desgastante. Para os deputados, o acordo pode salvá-los de uma futura punição. Nenhum dos dois lados está interessado em um novo processo de expulsão no partido. A direção do PT reconhece que o grupo rebelde não tem a mesma postura dos quatro parlamentares expulsos no ano passado, que já planejavam abandonar a legenda. Mas lembra que o discurso ácido, com ataques pessoais, dificultou ainda mais a si-

tuação dos ex-petistas.

Na conversa de ontem, os deputados também exigiram um encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Sabendo que serão derrotados na reunião da bancada na Câmara — marcada para a próxima quinta-feira —, querem levar as reivindicações diretamente ao governo. "Estamos pedindo um tempo para levar a nossa posição ao núcleo do governo. Discutir dentro da bancada não adianta. Nós já sabemos qual será a definição porque a Executiva do partido já indicou", justificou a deputada Maria José Maninha (DF).

Genoíno não gostou da idéia. Lembrou que a posição do governo está clara. Argumentou que uma reunião com os ministros não mudará o novo valor do mínimo. E avisou que o governo não aceitará que o debate descambe para uma discussão em torno da política econômica. "O rumo da política econômica é este", reafirmou. O líder Chinaglia, porém, está disposto a articular um encontro. Que não seja do grupo rebelde, mas de toda a bancada. Para o deputado, um encontro

com Palocci ou mesmo com o ministro do Planejamento, Guido Mantega, não alterará a posição do governo, mas será benéfico para a relação do governo com os parlamentares.

Ao contrário do que fizeram durante a votação da reforma da Previdência, os governistas estão dispostos a conversar. Não se fala, neste momento, por exemplo, em expulsões. Até porque eles acreditam que na hora da votação, o grupo de 21 deputados se restringirá a no máximo oito com a pressão do Palácio do Planalto. Com este grupo menor — que ainda insiste ser possível elevar o valor do salário mínimo — é que será necessário negociar uma punição, questão que só será discutida no futuro.

Por escrito

Os pré-candidatos do PT às prefeituras, por exemplo, já foram avisados: não terão ajuda do partido na campanha se não forem fiéis ao governo. O núcleo do grupo rebelde tem consciência do risco. Tanto que fez questão das assinaturas no documento "Pela Recuperação Significativa do Salário Mínimo", entregue ontem a Genoíno. "Acreditamos que quem

assinou, exige um aumento maior", analisa o deputado Walter Pinheiro (PT-BA).

No encontro, Genoíno propôs uma política de longo prazo para recuperar o poder de compra do mínimo, mas não convenceu os petistas. Eles pediram que o governo apresente uma proposta concreta, por escrito, antes de iniciar a negociação. Os deputados também voltaram a se queixar do distanciamento do governo. O deputado Chico Alencar (PT-RJ) lembrou que soube do reajuste do mínimo pelo pefelista Inocêncio Oliveira (PFL-PE), que leu a notícia na imprensa.

Mesmo com as dificuldades, o governo confia em que conseguirá aprovar na Câmara a MP que fixou o valor de R\$ 260. Conta com o quórum mínimo exigido (a maioria de 257 votos) e com a chamada base conservadora — PTB, PP e PL — que votará na medida em que forem atendidos seus pleitos pela liberação de verba orçamentária e nomeação para cargos.

O problema está no Senado. A maioria governista é apertada e no PMDB há um grupo de seis senadores que tradicionalmente votam contra o governo.

PFL vota por R\$ 275

A Comissão Executiva Nacional do PFL decidiu ontem fechar questão em torno da proposta de R\$ 275 para o salário mínimo. Esse é o valor previsto no parecer do deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ), relator da comissão especial que analisa a medida provisória do governo. A decisão pefelista foi unânime e, segundo o líder do partido na Câmara, José Carlos Aleluia (BA), a bancada de 63 deputados votará unida.

Ao defender a proposta, Aleluia citou como "superfluo" o gasto de aproximadamente R\$ 170 milhões com o novo avião presidencial, dinheiro que poderia ser canalizado para dar um aumento maior para o salário.

"Esperamos que o presidente Lula volte a se lembrar do tempo que ele diz ter passado sofrendo necessidade. A menos que o presidente comece a acreditar que as pessoas estão fingindo que estão com fome só para atrair o governo dele", declarou Aleluia.

Fogo amigo

Pelas contas do líder do PFL, certamente o valor de R\$ 260 fixado pelo governo será rejeitado também por parlamentares da base aliada. "Nós contamos com os votos de todos que enxergam a rua. Uma boa receita da política é ficar com um olho no rei e outro na rua. É evidente que a base do governo parece que está olhando mais o rei (Lula), mais o palácio (do Planalto) do que a rua. Se a base do governo for à rua vai ver que o povo não quer R\$ 260. A rua quer R\$ 275, se não puder ser mais", afirmou Aleluia.

Um dos raros pefelistas que apóiam o governo no Congresso, o senador Antônio Carlos Magalhães previu ontem que a medida provisória do salário mínimo não passará no Senado. "Não vejo a hipótese de o Senado aprovar R\$ 260, logo entendo que a Câmara deve procurar algo palatável, para depois não dizer que o Senado quer passar por bonzinho", avisou o senador.

CNBB cobra coragem

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Geraldo Majella, cobrou ontem mais "coragem" do governo para elevar o salário mínimo. Afirmando também que ficaria "contente" se o Congresso derrubasse a proposta de R\$ 260 e aprovasse valor superior.

O vice-presidente da entidade, dom Antonio Celso de Queirós, também criticou o piso salarial fixado pelo presidente Lula. Ele disse que faltou "jogo de cintura" para o governo conseguir fontes de receita para um mínimo acima de R\$ 260. "O mínimo é o mínimo do mínimo. Não vai ajudar na solução da pobreza, mal corrigiu a inflação, me surpreendeu", afirmou.

Miséria maior

As duas maiores autoridades da CNBB atacaram o governo Lula pelos resultados produzidos até aqui no combate aos problemas das populações

pobres. Na opinião de dom Geraldo Majella, a miséria continuou aumentando no atual governo e o programa Fome Zero ainda não atingiu seus objetivos. Ele citou a Argentina - que decretou a moratória da dívida externa ao final de 2001 - como exemplo do que deveria ser feito.

"A Argentina estava no fundo do poço e está saindo dessa situação porque o governo abriu um maior diálogo com a sociedade. (...) A eleição de Lula criou expectativas, mas depois de um ano e quatro meses de governo ainda estamos esperando que as medidas necessárias sejam postas em prática", afirmou.

Na mesma linha, dom Antonio de Queirós disse que o país "não pode parar simplesmente para pagar o serviço da dívida". "O desemprego está em alta. Falta investimento no setor produtivo. O Brasil está amarrado na armadilha da dívida", disse.

COISAS DA POLÍTICA

Dora Kramer

Lobby fora de hora

O defeito não é deste, do anterior ou de algum outro em particular. A informalidade das tratativas entre os Poderes – para o bem e para o mal – é prática consagrada que, não raro, dá margem a atritos e também a impropriedades institucionais.

Neste caso, agora, do lobby – ou pressão, há espaço para duas interpretações – do Poder Executivo junto ao Poder Judiciário para tentar influir na decisão sobre a constitucionalidade da cobrança de imposto contributivo da Previdência Social.

Que não do ministro Amir Lando, de aportar no Supremo Tribunal Federal para “explicar” ao presidente da Corte as circunstâncias que tornam a cobrança da cobrança um imperativo, já seria adequado mesmo se o processo de votação no STF não tivesse começado.

Logo o visita no interregno do julgamento suspenso pelo pedido de vistas, quando dois votos contra e um voto já haviam sido proclamados, configura-se um caso de interferência. E, pior, com a interferência do presidente do tribunal, ministro Celso de Figueiredo.

O que é grave é que, se Jobim não recebesse ou pelo menos não recebesse em receber Amir Lando, estaria havendo uma crise entre o Planalto e o Supremo, dependendo de qualquer forma, senão o resultado da decisão certamente as interpretações a respeito da decisão tomada pelos magistrados.

A política que se tem dá conta da programação de outras visitas de “autoridades” do Executivo aos ministros do Supremo ao longo da próxima semana, durante a qual estará suspenso o julgamento e retomado provavelmente em 10 ou 15 dias.

Além de imiscuir-se num processo de votação no Judiciário, o Executivo monta um calendário de visitas, numa atitude por tudo e em tudo altamente inadequada para os ministros do Supremo.

Isso porque eles sejam necessariamente influenciáveis, mas, sobretudo, devido à natureza da função da Corte e do tema em questão: uma decisão a respeito da observância ou não do Direito à luz da Constituição.

Como bem reza o lema, decisões da

Justiça não são para ser discutidas – e isso aplica-se, óbvio, ao processo de decisão –, mas para ser cumpridas. O debate é descabido também porque o

processo de votação é precedido pela ampla oportunidade de defesa.

No momento apropriado, o advogado-geral da União, Álvaro Augusto Ribeiro da Costa, defendeu as ações do Executivo, que por aí deveria dar por encerrada sua atuação.

Se a gente começar a admitir com naturalidade o lobby sobre os tribunais sob a argumentação de que a coisa é justa – como a cobertura de um rombo de bilhões na Previdência, por exemplo –, seremos levados a adotar o princípio como regra, já que todas as causas são justas a quem assim elas parecem.

Se não vejamos, sob essa ótica, as razões do presidente da República ao decidir cassar o visto do sindicalista americano ao arrepio do preceito constitucional da liberdade de expressão.

Tera ele, a causa era mais que justa – uma ofensa pessoal –, muito embora ferisse um direito coletivo. Foi por isso que o Judiciário, na ocasião, decidiu finalmente pela manutenção do visto.

Agora também está em jogo uma questão de estrita interpretação da Constituição. As circunstâncias que cercam o sujeito da ação não são objeto do julgamento.

Pertanto, além de inútil – pois não serve para alterar o essencial constitucional –, o lobby do Poder Executivo sobre o Poder Judiciário fere o conceito da impessoalidade inerente às coisas do Estado.

A indiferença a esse princípio é possível até que esteja em resolução de problemas; mas é ela também que às vezes autoriza autoridades a se darem ao deslize de emburrar umas com as outras, ficando de mal e trocando de bem ao sabor do grau de proximidade na satisfação das respectivas demandas.

Objetivo elucidado

O líder do governo na Câmara, professor Luizinho, afirmou que não pertence a ele a idéia de suspender as atividades do Ministério Público em períodos pré-eleitorais, conforme o publicado aqui na quinta-feira, sob o título “Professor aloprado”.

Quando o deputado, seu pensamento não foi entendido corretamente quando se referiu ao trabalho dos procuradores no contexto de uma crítica à atuação do MP de São Paulo na investigação do assassinato de Celso Daniel.

A afirmação correta, diz ele, foi a seguinte: “Se o MP puder ser respeitado, não pode permitir que seus membros tenham motivação política em períodos eleitorais.”

De fato, a frase não inclui proposta de suspensão das atividades dos procuradores, não obstante dê a entender conclusão de que a condenação às atividades políticas estariam limitadas aos períodos pré-eleitorais. Fora disso, seriam aceitáveis.

Paim garante que mínimo de R\$ 260 não passa no Senado

Senador petista calcula que 53 dos 81 parlamentares são contra a proposta

LUÍZ QUEIROZ

BRASÍLIA - Para desespero dos líderes da bancada governista, cresce a cada dia o número de parlamentares insatisfeitos com a proposta de reajuste de R\$ 260 para o salário mínimo. Ao ocupar a tribuna do Senado ontem, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que pelo menos 53 colegas, de um total de 81 senadores, deverão votar por um reajuste maior que o concedido pelo governo.

Acosado pela Executiva Nacional do PT, que fechou questão em favor da votação do mínimo estipulado pelo governo, o senador Paulo Paim (PT-RS) já antecipou que não votará pelo mínimo de R\$ 260 e que o partido pode expulsá-lo se considerar a atitude conveniente. Com esse comportamento, Paim vem ganhando apoio dentro da Câmara e do Senado desde que a líder do partido, Ideli Salvatti (SC), há três semanas o expulsou da comissão mista especial que

analisou o assunto e fixou uma proposta alternativa de reajuste do salário mínimo de R\$ 275.

O senador disse que o governo petista corre o perigo ao fechar questão sobre a forma de votação desta matéria.

- A decisão poderá gerar a desobediência de muitos deputados e senadores e a conseqüente expulsão desses parlamentares, o que representaria um sério desgaste político para o governo Lula - afirmou.

Dos 53 votos contrários ao mínimo estipulado pelo governo, o senador gaúcho estima que três virão do próprio PT: o dele e os votos dos senadores Flávio Arns (PR) e Serys Slhessarenko (MT). Outros 17 votos contrários virão do PFL; 12 do PSDB; três do PSB; cinco do PDT; três do PL e dois do PPS. Mesmo no PMDB, partido governista, serão sete votos (um terço da

bancada) contra o mínimo de R\$ 260. Soma-se aos demais, o voto da senadora Heloísa Helena (sem partido-AL), vítima justamente da política do PT de fechamento de questão em matérias de interesse do governo.

Ontem, Paulo Paim também recebeu o apoio de 21 deputados petistas, que manifestaram por meio de nota entregue pelo deputado Walter Pinheiro (BA) o descontentamento da bancada contra a decisão da Executiva de fechar o voto a favor do governo.

O senador gaúcho disse que tem procurado ajudar o governo, advertindo-o sobre determinadas posições que vem tomando. Lembrou que na reforma da Previdência chamou a atenção para a inconstitucionalidade da contribuição dos inativos. A matéria está sendo julgada no Supremo Tribunal Federal, que suspendeu a sessão quan-

do estava em dois votos a um, pela inconstitucionalidade.

Segundo Paulo Paim, para não amargar uma votação da qual pode não sair vitorioso e ainda ser obrigado a expulsar mais parlamentares do partido, o ideal é que o governo tente construir uma negociação sobre um outro valor para o salário mínimo que não seja a proposta sugerida pela comissão especial: R\$ 275.

Esse valor foi anunciado pelo relator da medida provisória, deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ), com base num excesso de arrecadação de R\$ 1,7 bilhão obtido pelo governo no primeiro trimestre deste ano. Maia também aponta como fonte de recursos para garantir o reajuste salarial um montante de R\$ 700 milhões que serão ganhos com a redução do superávit primário, pela queda do Produto Interno Bruto (PIB) e outro R\$ 1,8 bilhão de remanejamentos de verbas previstas no Orçamento da União de 2004.

**Paim
reafirmou
que votará
contra a
proposta
do governo**

PSDB prepara ataque à política econômica

Partido agenda reunião para discutir geração de emprego

PAULO DE TARSO LYRA

BRASÍLIA - O PSDB quer discutir o emprego e apontar as falhas do governo Lula na geração de novos postos de trabalho. O partido vai se reunir na próxima segunda-feira, no Rio, convidando os principais especialistas sobre o assunto, incluindo economistas ligados à legenda. Dentre as estrelas tucanas, estão confirmados os nomes do presidente nacional do PSDB e candidato à prefeitura de São Paulo, José Serra, além de senadores e deputados.

- Nosso objetivo é apontar todas as contradições do governo do PT - justificou o deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ).

A primeira delas, segundo

Eduardo, é o equívoco de se acreditar que apenas medidas microeconômicas, como a aprovação da Lei de Falências, são necessárias para a geração de empregos.

- A criação dos empregos passa por uma correção na política macroeconômica. Apesar do PSDB defender a austeridade fiscal e a meta de inflação, o governo está exagerando na dose - declarou Paes.

Os tucanos também vão explorar o que chamam de contradições internas do

PT. Paes contrapõe, por exemplo, o discurso econômico otimista adotado pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, com a postura complacente do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, perante as invasões de terra pro-

movidas pelo MST.

O deputado fluminense afirma que se reuniu com representantes do setor de celulose e papel, que começam a refrear o ímpeto de investir no Brasil após as invasões do MST às plantações de eucaliptos.

- Os empresários planejavam investir US 10 bilhões nos próximos anos e agora estão receosos - frisou.

O tucano afirmou que o anúncio do IBGE apontando um crescimento do PIB de 2,7% no primeiro trimestre deste ano não esvazia as críticas do PSDB. Paes também não acha que haja, por enquanto, motivos para comemorações.

- Crescemos em cima do nada, comparando com um ano de recessão. Qualquer pessoa que entenda um pouco de economia sabe disso - afirmou.

Calixto voltará ao Congresso

BRASÍLIA - O Tribunal Superior Eleitoral anulou o processo que impedia o suplente de senador Mário Calixto Filho (PMDB-RO) de assumir a vaga no Senado deixada pelo ministro da Previdência, Amir Lando (PMDB-RO). Os advogados de Calixto afirmam que ele já pode voltar ao Senado. O TSE anulou o processo ao considerar prescrito o crime eleitoral pelo qual Calixto havia sido condenado a um ano de prisão.

Esse era o único obstáculo ao retorno de Calixto ao Senado, segundo o advogado Raul Livino, que aguardará a publicação da decisão do TSE para pedir ao Congresso que seu cliente reassuma a cadeira. No julgamento, os ministros não chegaram a examinar essa questão.

Calixto foi condenado por não cumprir ordem judicial de concessão de direito de resposta a um adversário político em jornal de sua propriedade.

O mínimo na mão dos ministros

Governo pede que titulares das pastas pressionem líderes para aprovar os R\$ 260, mas não decretará novo aumento em novembro

PAULO DE TARSO LYRA E
ROMAULO DE SOUZA

BRASÍLIA – Disposto a fechar o cerco para aprovar a medida provisória que reajusta o salário mínimo para R\$ 260, o Planalto confiou aos ministros a missão de unir a bancada governista. A ordem é que os titulares das pastas conversem com os líderes de suas legendas para garantir a aprovação no Congresso. Apagar o incêndio não será tarefa fácil: PMDB, PPS e PCdoB defendem aumentos maiores. Ainda assim, o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, saiu otimista da reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na manhã de ontem.

– O governo está confiante de que o mínimo será aprovado, porque a unidade da base sempre foi obtida – afirmou Rebelo, mesmo depois das seguidas derrotas do Planalto em batalhas recentes no Congresso.

O ministro reafirmou a promessa de elaborar um plano a médio e longo prazo para a recuperação do poder de compra do salário mínimo. Os estudos estão sendo feitos pelo deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), que fará uma proposta amanhã ao presidente Lula. A idéia é aumentar o mínimo agora para R\$ 250 e conceder novo reajuste, para R\$ 268, em novembro. Seria uma forma de convencer a bancada a aprovar a medida provisória. O líder do governo na Câmara, Professor Luizinho (PT-SP), não descarta a sugestão, mas lembra que as

discussões ainda estão no terreno da teoria.

– Há várias hipóteses. Uma delas é dar mais de um reajuste no ano, mas é apenas hipótese. Realidade, só após os estudos – despistou.

O governo sabe que não adianta pensar no futuro se não houver preocupação com o presente. Lula garantiu a Luizinho e ao líder do PT na Câmara, Arlindo Chinaglia (SP), que os ministros da área econômica estarão à disposição para apresentar os dados, comprovando a impossibilidade de um reajuste maior. Coube à dupla de petistas sugerir que os demais ministros também entrem em campo.

– É uma decisão de governo dar os R\$ 260. Os ministros são da equipe, participaram dos debates, sabem que esse é o valor possível – defendeu Chinaglia.

O líder do PMDB na Câmara, José Borba (PR), não se entusiasma com a idéia. Garante que os ministros podem conversar com as bancadas, mas lembra que isso não significa enquadramento. Seu partido está disposto a manter a proposta de R\$ 300, apesar de a bancada de deputados ainda não ter se reunido para decidir o que fazer.

– Tudo é válido, mas existe uma série de pontos que precisam ser avaliados – ressaltou Borba.

O líder já sinalizou que tende a liberar os candidatos a prefeito – provavelmente 12 – para que não sofram o desgaste de defender um mínimo de R\$ 260

em ano eleitoral. A estratégia é concentrar o apoio à proposta do Planalto nos demais deputados.

Não é só o valor que inquieta os parlamentares. Todos os líderes demonstram desconforto perante a dúvidas sobre possíveis alteração do valor no Senado, caso o mínimo seja aprovado pela Câmara, a exemplo do que aconteceu nas votações das emendas da Previdência e tributária.

– Precisamos saber se não estaremos preparando a cama para o Senado deitar – admitiu Borba.

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), foi à tribuna ontem defender a existência de recursos suficientes para um reajuste do salário mínimo de R\$ 300. Apresentou um estudo mostrando que, desde 1999, R\$ 39 bilhões foram desviados da Previdência para outras áreas do governo e para os poderes Legislativo e Judiciário.

– O Congresso ainda aprova isso, já que a maior parte veio por medida provisória. São R\$ 39 bilhões jogados fora. Eles dizem que não têm dinheiro. Têm sim, é só garantir os recursos para a Seguridade – criticou Paim, que continua firme na posição de votar contra a MP do governo e garante que tem o apoio de 53 dos 81 senadores.

Professor Luizinho não poupou críticas a Paim:

– A esperteza, às vezes, é maior do que o esperto. Ele sabe que não tem números no Senado e quer jogar a intranquilidade para cá – acusou.

João Paulo está confiante

ADRIANA FREITAS

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), disse que é grande a probabilidade de o salário mínimo de R\$ 260 ser aprovado na Câmara. Durante o almoço na Associação Comercial do Rio de Janeiro, ele alfinetou o Banco Central, chamando a instituição de "conservadora".

Segundo João Paulo, os parlamentares estão se convencendo da importância de manter a proposta do salário mínimo sugerida pelo governo.

— Há uma compreensão majoritária na Casa de que a questão virou emblemática, do ponto de vista prático e simbólico, e pode provocar um desarranjo na economia geral — acredita.

As farpas do presidente da Câmara foram direcionadas ao Banco Central. Ele citou a dificuldade dos empresários ao enfrentarem uma taxa real de juros de referência em torno de 9% ao ano.

— Se a taxa Selic tivesse diminuído meio ponto percentual, o governo teria economizado US\$ 2 bilhões em juros.

João Paulo lamentou também o desemprego e a dívida total brasileira — somadas a interna e a externa, ultrapassa R\$ 1 trilhão.

— Os recursos orçamentários são instrumentos importantes para a superação dos gargalos. Não é nada razoável que seis meses se passem sem que praticamente um centavo tenha sido gasto em projetos setoriais. O governo poderia ter ajudado muito mais nosso povo e acertado muito mais com nossa economia, como tem conseguido fazer nas relações internacionais.

Carioca se decepçiona com proposta de Lula

O aumento de R\$ 20 do salário mínimo foi uma decepção para 78% dos cariocas, segundo dados da última pesquisa Gerp, realizada no mês de maio. Este é o percentual da população que acreditava na promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de aumentar substancialmente o valor do mínimo e dobrar o valor até o fim do mandato. No outro extremo da avaliação, 3% acreditavam que o salário anunciado seria ainda menor, enquanto 13% disseram ser exatamente esse o valor esperado. Seis por cento não souberam o que responder.

A importância do reajuste pode ser medida ainda através da análise de outro dado da pesquisa. Entre as medidas consideradas mais urgentes a serem tomadas pelo presidente da República, o aumento do mínimo só perde para a geração de empregos (32%), considerada por 12% dos cariocas a principal ação que deveria ter sido feita pelo governo federal.

— Na verdade são duas as grandes decepções do carioca em relação a Lula. A primeira diz respeito ao crescimento do desemprego em um governo que se elegeu prometendo gerar 10 milhões de empregos. A segunda é com o mínimo, cujo aumento substancial também foi uma das teclas em que Lula mais bateu durante a campanha — avalia o presidente do Instituto Gerp, Gabriel Pazos, lembrando a média de aprovação de Lula, de 2,85, abaixo da faixa de regular (3%), ou seja, classificada como ruim.

A memória das promessas de campanha de Lula, contudo, não ficou muito enraizada. Só um terço (34%) dos cariocas se lembra com exatidão do valor para o mínimo que o presidente anunciava durante a campanha: R\$ 300. Para 10%, a promessa era ainda mais ambiciosa, de R\$ 400. Mas o percentual dos que não fazem ideia de qual era este valor é o maior, 45%, enquanto 3% acreditavam que o compromisso do presidente era o de fixar o salário em R\$ 280.

O valor do mínimo proposto pelo presidente, contudo, é amplamente conhecido pela maioria da população, uma vez que 83% dos cariocas estão cientes de que a proposta foi de R\$ 260.

A justificativa da equipe econômica, de que esse é o mínimo possível, também não foi bem aceita pela maioria: 57% não consideraram acertado o fato de o presidente não ter dado um aumento maior para não comprometer a estabilidade econômica. E, pior, 64% não acreditam que valha a pena passar sacrifício em favor de uma estabilidade econômica. Mas 25% ainda entendem que o aperto é necessário, enquanto 14% não têm opinião formada sobre o assunto.

— As pessoas não estão compartilhando as perspectivas econômicas que o governo vem vendendo, de melhorias no futuro. Não estão acreditando nisso. Elas querem soluções imediatas — avalia Pazos.

A pesquisa do Instituto Gerp foi realizada com base em 400 entrevistas, na cidade do Rio de Janeiro, sendo 100 em cada área do Rio de Janeiro: zonas Sul, Norte e Oeste, e Região Suburbana. A margem de erro é de 5%.

População cobra promessa

DUILO VICTOR
ESPECIAL PARA O JB

Luciana Carvalho tem 28 anos e sustenta dois filhos com o salário mínimo que recebe sem carteira assinada, distribuindo panfletos, no Centro do Rio, para um salário de beleza. Cobra de Luiz Inácio Lula da Silva o cumprimento de promessas que, segundo a assalariada, o presidente não vem cumprindo.

— As pessoas votam errado e as coisas ficam como estão. Faz alguns anos que não trabalho com carteira assinada — diz Luciana.

Os 59 anos de Sérgio dos Santos atrapalham na hora de conseguir emprego. Hoje, ele trabalha como mecânico, contratado por uma empresa carioca, e tem seu veículo todo equipado com o mínimo. Somando os benefícios que recebe, o salário chega perto dos R\$ 300.

— Ganho só para mim, mas não dá para pagar as contas, aluguel e comida. Nem telefone tenho — lamenta.

Sérgio também reclama que o governo Lula não está cumprindo as promessas de campanha, inclusive a de gerar 10 milhões de empregos.

Conterrânea do presidente, a pernambucana Gerluce de Amorim trabalha, no Rio, com carteira assinada, como assistente geral, para uma loja.

— É um absurdo, para quem trabalha até dez horas por dia, ganhar um aumento de apenas R\$ 20 no salário. Moro perto do trabalho para não gastar o dinheiro do ônibus. Muita gente vem para as grandes cidades e nada consegue. Em vez de viajar para o exterior, o Lula tem de ficar aqui, resolvendo os problemas do país — desabafa Gerluce.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna nesse momento para aplaudir o Ministro Nelson Jobim, que no dia 03 de junho de 2004 tomou posse como presidente do Supremo Tribunal Federal. Além disso, cumpre-me comentar, em especial, o discurso do presidente da OAB, Roberto Busato, proferido nesta posse e na presença do Presidente Lula.

Nelson Jobim assumiu o STF defendendo a paz entre os três Poderes e a adoção de uma agenda comum de discussão pelo bem do País.

Por sua vez, o presidente da OAB, ao discursar, afirmou ser o salário-mínimo inconstitucional desde sua origem “porque não atende sequer às necessida-

des básicas de uma pessoa” e classificou o aumento como “reajuste da miséria”. Disse que Lula foi eleito para mudar, mas ainda aguardam o momento. Lula não respondeu, recusando a oferta de Nelson Jobim para discursar na cerimônia.

Para que constem dos Anais do Senado Federal, encaminho as cópias dos artigos que, publicados em diferentes jornais de grande circulação no Brasil, embasaram o presente pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Sexta-feira, 4 de junho de 2004 • 2ª edição **O GLOBO**

Jobim elogia governo ao tomar posse na presidência do STF

Carolina Brígido

• BRASÍLIA. O ministro Nelson Jobim tomou posse ontem na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) com um discurso recheado de elogios ao governo. De improviso, Jobim criticou quem ataca o Executivo sem perceber os esforços do Palácio do Planalto em promover a inclusão social. Diferentemente do antecessor Maurício Corrêa, Jobim defendeu o controle externo dos tribunais, principal bandeira do governo para a reforma do Judiciário, que tramita há 12 anos no Congresso. Jobim também propôs uma era de harmonia entre os poderes e anunciou que, enquanto for presidente do STF, haverá

diálogo com o governo em busca de entendimento.

— Não adianta fazer praça da nossa miséria e das nossas dificuldades. O que precisamos é ter a coragem de dominá-las. Só os desalentados é que abandonam o combate da vida, e se entregam ao discurso e à retórica e não querem enfrentar com lucidez o desenvolvimento da nação. As tentativas de avanço e de inclusão estão sendo feitas por esse governo.

O novo presidente do STF disse que o Conselho Nacional da Magistratura, que realizará a fiscalização das atividades dos tribunais, é composto apenas por representantes de entidades habilitadas e com autonomia. Para ele, a Ordem dos Advogados do

Brasil (OAB) e os procuradores, que integrarão o colegiado, são essenciais para o trabalho dos juizes. Jobim comprometeu-se a discutir com Executivo e Legislativo os pontos da reforma do Judiciário que ainda são alvo de discordância.

— Baixemos as armas. Vamos ao diálogo e ao debate democrático — afirmou.

No discurso, Jobim criticou, o número de recursos disponíveis hoje no Judiciário e o uso “indiscriminado e inconsequente” que se faz deles. Ele alertou para a importância de se modernizar os tribunais. O novo presidente do Supremo também afirmou que não é tarefa de juizes manifestar-se sobre fatos exteriores às decisões judiciais. ■

Na frente de Lula, presidente da OAB ataca mínimo e política econômica

Protocolo impede presidente de responder, mas ministros reagem

• BRASÍLIA. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, aproveitou a posse do ministro Nelson Jobim na presidência do Supremo Tribunal Federal para criticar o governo. Em um discurso contundente, que irritou os governistas presentes à cerimônia, Busato atacou o novo valor do salário-mínimo, a condução da política econômica e o excessivo número de medidas provisórias editadas recentemente.

Como o protocolo da cerimônia não previa a réplica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estava sentado à mesa principal ao lado de Jobim, a defesa do Executivo ficou a cargo de Jobim e de alguns ministros de Estado.

— O mínimo há muito é inconstitucional. O salário deve prover as necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família. E não provê. Ano a ano, o que se tem é o reajuste de uma ilegalidade, o reajuste da miséria, sob o mesmo e inefectível argumento: a camisa-de-força do modelo econômico-financeiro — disse Busato.

Em resposta, Jobim afirmou que o governo está avançando no campo da inclusão social. Na saída do STF, Lula não quis comentar as declarações de Busato. Disse apenas que o dia era do novo presidente do STF. Visivelmente cansado, Lula ficou com a expressão séria durante todo o discurso do presidente da OAB.

Para Mantega, salário “é o que se pode fazer no momento”

Já o ministro do Planejamento, Guido Mantega, ao rebater o presidente da OAB, acabou dizendo que as famílias que recebem salário-mínimo, além do salário-família, têm uma condição de vida “razoável e não excelente”.

— Esse salário-mínimo é o que se pode fazer no momento. Se adicionarmos também o salário-família, veremos que as famílias estão tendo uma condição razoável. Não vou dizer que seja excelente, mas é razoável. Estamos cumprindo nossa obrigação de favorecer a população de menos renda.

Já o ministro das Comunicações, Eunício Oliveira

(PMDB), reagiu com ironia: — O que a OAB tem a ver com salário-mínimo?

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, por sua vez, preferiu ser diplomático e disse que Busato é conhecido pelo uso de figuras de linguagem.

— Discordo de muitas coisas que ele disse e concordo com outras — disse Bastos.

O procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, discordou de Busato:

— O Brasil é constitucional. É uma democracia que se faz a cada dia. Todos têm o direito de criticar, mas acho que estamos num processo muito bonito.

A solenidade estava repleta de políticos entre os cerca de 1.500 convidados. Cumprimentaram Jobim os governadores Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul, e Luis Henrique, de Santa Catarina. Fernando Henrique, que indicou Jobim para a vaga no Supremo em 1997, não compareceu. ■

► **NO GLOBO ONLINE:**

Ouçá trecho do discurso de Nelson Jobim
www.oglobo.com.br/pais

Recife, 4 de junho de 2004 - Sexta-feira

JORNAL DO COMMERIO

POLÊMICA DO MÍNIMO

OAB ATACA GOVERNO NA CARA DE LULA

*Na posse de Nelson Jobim no STF, com a presença do presidente Lula,
o presidente da OAB afirma que o Brasil é um país "inconstitucional"*

BRASÍLIA - Durante a posse do ministro Nelson Jobim como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ontem à noite, e diante do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, atacou o governo, disse que o Brasil é um País "inconstitucional" e criticou o salário mínimo de R\$ 260. Lula, que abriu mão da oferta de Jobim de discursar na cerimônia, ouviu com fisionomia fechada.

Por sua vez, Jobim encerrou a cerimônia deixando claro que o presidente contará, nos próximos dois anos, com um aliado político no principal cargo do Judiciário. Ele pregou um acordo entre os Poderes, defendeu que os tribunais não interferem nas políticas públicas e respondeu às críticas da OAB ao governo. "Baixemos as armas, vamos ao diálogo e ao debate democrático", disse o ministro.

Antes dele, Busato havia dito que o salário mínimo - aprovado

pela Câmara em R\$ 260 - "é inconstitucional porque não atende sequer às necessidades básicas de uma pessoa". "Ano a ano, o que temos é o reajuste de uma ilegalidade, o reajuste da miséria, sob o mesmo e indefectível argumento: a camisa-de-força do modelo econômico-financeiro", disse.

O ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, manifestou ontem sua surpresa com o desempenho do PMDB na votação da medida provisória do salário mínimo. Apesar dos esforços do governo, metade da bancada do PMDB na Câmara apoiou a proposta do PFL, que fixava um salário mínimo de R\$ 275. A Executiva do PFL, por sua vez, decidiu abrir um processo disciplinar contra os dois deputados federais do partido que votaram contra a proposta. Os deputados mineiros Cleuber Carneiro e Lael Varella podem receber como punição desde uma advertência até a expulsão do partido.

Senado aprova PEC que prevê corte menor nas Câmaras

BRASÍLIA - O Senado deu ontem o primeiro passo para a aprovação definitiva da proposta de emenda constitucional que recupera 40% das 8.528 vagas de vereadores cortadas pela Justiça Eleitoral. Por 10 votos a 8, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o texto da Câmara Federal e derrubou o substitutivo de Jefferson Péres, que mantinha a decisão da Justiça Eleitoral.

Com a mesma celeridade demonstrada pelos deputados no exame da proposta, os líderes partidários do Senado pretendem fazer um acordo para suprimir prazos de tramitação, a fim de possibilitar as votações em primeiro e segundo turno na próxima semana.

Os parlamentares têm pressa na aprovação da emenda, porque as convenções partidárias para a escolha dos candidatos a vereador se-

rião realizadas de 10 a 30 de junho. Os partidos querem realizar as convenções sem a exigência de corte determinada pela Justiça Eleitoral.

Em abril, o Tribunal Superior Eleitoral definiu que nas próximas eleições o número de vereadores no país cairá 14,1%, ou seja, dos atuais 60.276 para 51.748, com base em novo cálculo, proporcional ao número de habitantes. A emenda que passou pela CCJ do Senado reduz o corte para 8,4%, ou seja, 5.062 vagas - totalizando 55.214 vereadores. Também reduz os repasses de recursos das prefeituras às câmaras de vereadores.

A notícia da aprovação da PEC na CCJ do Senado foi comemorada pelos participantes do 20º Congresso Nacional de Vereadores, que acontece no Recife. "A PEC não é a medida ideal, mas é a mais equilibrada possível. Cortamos um dedo para não cortarmos o braço", afirmou o diretor de comunicação da União dos Vereadores do Brasil (UVB), Denzilino Filho (PRP-CE).

Recife, 4 de junho de 2004 - Sexta-feira

JORNAL DO COMMERCIO

POLÊMICA DO MÍNIMO

OAB ATACA GOVERNO NA CARA DE LULA

Na posse de Nelson Jobim no STF, com a presença do presidente Lula, o presidente da OAB afirma que o Brasil é um país "inconstitucional"

BRASILIA - Durante a posse do ministro Nelson Jobim como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ontem à noite, e diante do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, atacou o governo, disse que o Brasil é um País "inconstitucional" e criticou o salário mínimo de R\$ 260. Lula, que abriu mão da oferta de Jobim de discursar na cerimônia, ouviu com fisionomia fechada.

Por sua vez, Jobim encerrou a cerimônia deixando claro que o presidente contará, nos próximos dois anos, com um aliado político no principal cargo do Judiciário. Ele pregou um acordo entre os Poderes, defendeu que os tribunais não interfiram nas políticas públicas e respondeu às críticas da OAB ao governo. "Baixemos as armas, vamos ao diálogo e ao debate democrático", disse o ministro.

Antes dele, Busato havia dito que o salário mínimo – aprovado

pela Câmara em R\$ 260 – "é inconstitucional porque não atende sequer às necessidades básicas de uma pessoa". "Ano a ano, o que temos é o reajuste de uma ilegalidade, o reajuste da miséria, sob o mesmo e indefectível argumento: a camisa-de-força do modelo econômico-financeiro", disse.

O ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, manifestou ontem sua surpresa com o desempenho do PMDB na votação da medida provisória do salário mínimo. Apesar dos esforços do governo, metade da bancada do PMDB na Câmara apoiou a proposta do PFL, que fixava um salário mínimo de R\$ 275. A Executiva do PFL, por sua vez, decidiu abrir um processo disciplinar contra os dois deputados federais do partido que votaram contra a proposta. Os deputados mineiros Cleuber Carneiro e Lael Varela podem receber como punição desde uma advertência até a expulsão do partido.

Senado aprova PEC que prevê corte menor nas Câmaras

BRASILIA - O Senado deu ontem o primeiro passo para a aprovação definitiva da proposta de emenda constitucional que recupera 40% das 8.528 vagas de vereadores cortadas pela Justiça Eleitoral. Por 10 votos a 8, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o texto da Câmara Federal e derrubou o substitutivo de Jefferson Péres, que mantinha a decisão da Justiça Eleitoral.

Com a mesma celeridade demonstrada pelos deputados no exame da proposta, os líderes partidários do Senado pretendem fazer um acordo para suprimir prazos de tramitação, a fim de possibilitar as votações em primeiro e segundo turno na próxima semana.

Os parlamentares têm pressa na aprovação da emenda, porque as convenções partidárias para a escolha dos candidatos a vereador se-

rião realizadas de 10 a 30 de junho. Os partidos querem realizar as convenções sem a exigência de corte determinada pela Justiça Eleitoral.

Em abril, o Tribunal Superior Eleitoral definiu que nas próximas eleições o número de vereadores no país cairá 14,1%, ou seja, dos atuais 60.276 para 51.748, com base em novo cálculo, proporcional ao número de habitantes. A emenda que passou pela CCJ do Senado reduz o corte para 8,4%, ou seja, 5.062 vagas – totalizando 55.214 vereadores. Também reduz os repasses de recursos das prefeituras às câmaras de vereadores.

A notícia da aprovação da PEC na CCJ do Senado foi comemorada pelos participantes do 20º Congresso Nacional de Vereadores, que acontece no Recife. "A PEC não é a medida ideal, mas é a mais equilibrada possível. Cortamos um dedo para não cortarmos o braço", afirmou o diretor de comunicação da União dos Vereadores do Brasil (UVB), Denzilho Filho (PRP-CE).

SEXTA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 2004

O ESTADO DE S. PAULO - A7

JUDICIÁRIO

Jobim assume STF pedindo paz entre os Poderes

No discurso aplaudido por Lula, ministro cobra "lucidez política e humildade"

MARIÂNGELA GALLUCCI

BRASÍLIA – O ministro Nelson Jobim tomou posse ontem como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) defendendo a paz entre os três Poderes, a adoção de um acordo e de uma agenda comum de discussão pelo bem do País e a reforma do Judiciário, com a criação de um órgão de controle externo. Jobim deu sinais de que administrará o STF, Corte que julgará em breve a reforma da Previdência, de forma completamente diferente a de seu antecessor, Maurício Corrêa, que, recentemente,

disse que "Lula fala bem, mas não governa".

"O momento exige, de todos nós, lucidez política e humildade", afirmou Jobim. "Advogados, juízes, promotores, acadêmicos, organizações sociais, o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Baixemos as armas. Vamos ao diálogo e ao debate democrático", disse o novo presidente do STF durante discurso aplaudido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Num demonstração de que pretende ter ótimas relações com o Executivo, Jobim respondeu a críticas feitas ao governo pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, que discursou antes dele.

O presidente do STF citou frase do avô, segundo a qual "não adianta fazer praça da nossa miséria e das nossas difi-

culdades; o que precisamos é ter a coragem de dominá-las. Só os desalentados é que abandonam o combate da vida". De improviso, Jobim acrescentou: "E se entregarmos o discurso e à retórica e não quisermos enfrentar com lucidez o desenvolvimento da nação e as tentativas que se fazem para o avanço e a inclusão, que estão sendo feitos por esse governo."

Jobim, que perdeu 15 quilos nos últimos tempos e exibiu nova silhueta na posse, defendeu a fixação de um acordo: "Façamos um acordo pelo bem do País e de seu futuro. De um Brasil que reclama a inclusão social e o bem-estar de todos. Que exige o desenvolvimento social e econômico. Que passa a enfrentar os seus obstáculos culturais, sociais e econômicos. Que discute e quer dar solução à exclusão

dos negros. Que sente o desafio deste século."

Sobre a reforma do Judiciário, Jobim disse que em nenhum momento se pensou em acabar com a autonomia do Poder. Ele afirmou que o Conselho Nacional de Justiça terá a função subsidiária de analisar condutas de juízes suspeitos de corrupção. Ele defendeu a modernização e a informatização dos tribunais, a redução no número de recursos e deu um recado para os juízes: "Não há espaço para biografias individuais."

Vários ministros de Lula, entre eles Antonio Palocci (Fazenda) e José Dirceu (Casa Civil), prestigiaram a posse de Jobim e de Ellen Gracie, a nova vice-presidente do STF. Estiveram ainda no tribunal os presidentes do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP).

Ministros brigam e criam clima de mal-estar na posse

Marco Aurélio e Joaquim Barbosa trocam acusações sobre liminar a advogado preso pela Anaconda

BRASÍLIA – Um mal-estar substituiu ontem o tradicional clima de confraternização entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) em solenidades como posses de presidentes da Corte. Os ministros Marco Aurélio Mello e Joaquim Barbosa desentenderam-se seriamente nesta semana por causa de uma limi-

nar concedida no início de maio pelo primeiro, libertando da prisão o advogado Carlos Alberto da Costa e Silva, investigado pela Operação Anaconda que estava preso desde 1.º de novembro de 2003. O caso pode resultar na abertura de um processo administrativo.

Segundo Marco Aurélio, Joaquim Barbosa acusou-o de substituí-lo irregularmente na análise da liminar. No entanto, Marco Aurélio sustenta que o processo foi enviado a seu gabinete porque havia a informação de que Barbosa estava na Europa e o decano do STF, Sepúlveda Pertence, que é o substituto imediato, também estava viajando. Barbosa alega que viajou na noite posterior ao envio do processo para Marco Aurélio.

Em 25 de maio, dias depois da concessão da liminar que garantiu a liberdade do advogado, ao retornar da Europa, Barbosa revogou o despacho do colega e, segundo Marco Aurélio, fez insinuações a respeito de supostas irregularidades na distribuição. Nesta semana, o advogado Costa e Silva protocolou novo habeas-corpus no STF, pedindo a revogação da preventiva.

"Falei com ele (Joaquim) ontem (quarta-feira) e disse que dei entrada no protocolo com um requerimento para abertura processo administrativo tendo em conta a decisão inconsequente de sua lavra", explicou Marco Aurélio. "Não vou admitir insinuações gratuitas."

O requerimento para aber-

tura do processo administrativo foi encaminhado ao presidente do STF, Nelson Jobim. Conforme apurou a reportagem do Estado, no eventual processo poderão ser investigadas as condutas de funcionários da distribuição de processos e dos próprios ministros.

No STF, o mal-estar provocado pelo episódio foi um dos principais comentários na posse de Jobim. Integrantes do tribunal comentavam ontem que, para evitar casos semelhantes, é necessário regulamentar melhor a distribuição de processos. Atualmente, por exemplo, a informação sobre viagens de ministros é transmitida verbalmente, conforme observações de assessores. A idéia é tornar os procedimentos mais formais. (M.G.)

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: a passagem de mais um aniversário da Batalha do Riachuelo, ocorrida no dia 11 de junho, nos motiva a este pronunciamento. Nessa data, comemora-se o Dia da Marinha Brasileira.

Se o mar foi um fator preponderante nos primeiros séculos da colonização do Brasil, Sr. Presidente, foi também através de suas águas que surgiram algumas das mais significativas ameaças à soberania portuguesa.

O desembarque dos dois navios comandados por Villegaignon na Baía da Guanabara, em 1555, deu início à tentativa de estabelecimento da França Antártica em terras luso-brasileiras. A derrota final dos franceses só ocorreu em 1567, após a batalha em que a esquadra portuguesa, sob o comando de Mem de Sá, contou com a colaboração dos morubixabas, liderados pelo famoso Araribóia, que se valeram de suas simples embarcações a remo. Essa aliança vitoriosa marca o nascedouro da Marinha brasileira.

Episódio semelhante iria repetir-se cerca de 40 anos depois na Ilha de São Luís, no Maranhão, retomada dos franceses pelas forças mestiças luso-brasileiras, em verdadeira epopéia naval.

Nos momentos indecisos que se seguiram à proclamação da Independência, a força naval brasileira, sob a condução do almirante inglês Lord Cochrane, teve papel destacado em garantir nossa soberania diante dos contingentes fiéis à Coroa Portuguesa, na Bahia, no Maranhão e no Pará.

Mas foi, sem dúvida, Sr. Presidente, no curso do maior conflito bélico da América do Sul que a Marinha brasileira mostrou todo o seu valor. A força comandada pelo Almirante Tamandaré teve que se valer da versatilidade ao adentrar os principais rios da Bacia do Prata, enfrentando com sucesso os inimigos posicionados tanto em navios como nas áreas ribeirinhas.

Nenhum dos vários embates navais teve, contudo, significação igual à da Batalha do Riachuelo para definir os rumos da Guerra do Paraguai. Travada a 11 de junho de 1865, nas águas do rio Paraná, o desfecho da batalha foi decidido pela coragem e lucidez estratégica do então Chefe-de-Divisão Francisco Manoel Barroso, que, escapando da emboscada dos paraguaios nas proximidades da foz do Riachuelo, arremeteu ousadamente a nau capitânia Amazonas contra as embarcações inimigas, pondo a pique quatro delas. Entre os nossos marinheiros que tombaram com bravura no embate, projetam-se para o futuro os nomes de Marcílio Dias e João Greenhalgh.

A Batalha Naval do Riachuelo, Sr. Presidente, garantiu o controle dos rios da bacia platina até a fronteira

do Paraguai, obstando a chegada de material bélico para os oponentes e permitindo que os aliados desencadeassem a ofensiva por terra. Pode-se afirmar que, nessa vitória, já se desenha o desfecho da guerra.

O comandante Barroso, cujo segundo centenário de nascimento comemora-se no próximo 29 de setembro, recebeu, no ano seguinte à sua inspirada atuação na Batalha do Riachuelo, o título de Barão do Amazonas, deixando o serviço ativo como Almirante da Marinha brasileira.

Entre outras páginas gloriosas, Sr^{as} e Srs. Senadores, não deixemos de registrar a atuação da Marinha brasileira na Segunda Guerra Mundial. Com enorme esforço para superar a precariedade de equipamentos e de contingentes militares, a força naval teve participação destacada nas ações brasileiras contra o poderio bélico do Eixo.

A recém-criada frota anti-submarinos recebeu a importante tarefa de proteger os navios mercantes que trafegavam no Atlântico. Dos mais de três mil navios escoltados, apenas três afundaram, enquanto 16 submarinos alemães foram destruídos pelas unidades de superfície ou por aviões. Ao cabo de quatro anos de intensos esforços, 500 homens, dos mais de 7 mil mantidos no mar, perderam sua vida lutando pelo Brasil.

Nos dias de hoje, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabemos que um País com as dimensões, com as riquezas e a importância do Brasil deve estar preparado para a indesejável contingência de um conflito armado. A capacidade de dissuasão, com base no poderio militar, é um fator relevante para impormos o respeito que nosso País merece nas negociações internacionais, garantindo a sua soberania e zelando por seus legítimos interesses.

Entre esses interesses, está a exploração e a preservação das fabulosas riquezas contidas na chamada Amazônia azul – os 4 milhões e meio de quilômetros quadrados das águas do Oceano Atlântico que compõem nosso mar territorial. Cabe à Marinha a vigilância e a proteção dessa faixa litorânea que se estende por 200 milhas marítimas, com riquíssima biodiversidade e imensas reservas de petróleo.

Fazendo valer nosso domínio sobre as águas territoriais, assegurando a presença naval no Oceano Atlântico e consolidando um poder naval de notável importância estratégica, a Marinha brasileira dedica-se, também, a ações de interesse social, econômico e científico-tecnológico.

Em um rápido apanhado, ressaltamos a participação da Marinha no Programa Nuclear, no Ensino Profissional Marítimo, na construção naval e na segurança de navegação. Muito importante para as distantes popula-

ções ribeirinhas da Amazônia é a assistência médico-hospitalar oferecida por seus navios-hospitais.

No último dia 6 de fevereiro, completou 20 anos a Estação Antártica Comandante Ferraz, administrada pela Marinha e baluarte da atuação brasileira no continente gelado. Torna-se, assim, quase redundante enfatizar a importância da Marinha no Programa Antártico, o qual desenvolve projetos científicos nas áreas físicas, químicas, biológicas e ambientais, com destaque para a pesquisa relacionada às mudanças climáticas da região, de sérias implicações para todo o clima do planeta.

Além do mais, com o desenvolvimento do programa e a instalação de uma unidade brasileira permanente na Antártida, passamos a contar com uma maior participação nas decisões atinentes ao futuro do vasto continente gelado.

Como ressaltou o Comandante Roberto Guimarães Carvalho, na Ordem do Dia relativa ao Dia da Marinha, o preparo da Marinha para a sua tarefa principal a capacita a bem desenvolver suas relevantes tarefas subsidiárias. “A recíproca, entretanto, não é verdadeira”.

Nítida se faz a necessidade de prestigiarmos a Marinha brasileira, garantindo a preservação e a renovação de seus meios operativos, o que implica, entre outras coisas, um esforço constante de aprimoramento tecnológico. Também o seu pessoal, tanto os civis como os militares, marinheiros ou oficiais, aguarda ansiosamente um reconhecimento mais efetivo da importância do seu trabalho. Essas ações urgentes devem traduzir-se concretamente pela disponibilidade de verbas, a ser assegurada pelo Presidente da República.

Não quero concluir essa modesta homenagem à Marinha brasileira sem comentar a sua participação na Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti. Quatro de seus navios partiram, no dia 28 de maio, do Rio de Janeiro, transportando o material e parte do efetivo da Brigada Haiti, com sua chegada à ilha caribenha prevista para o dia 15 de junho.

Esse fato do dia de hoje vem mostrar mais uma vez, Senhor Presidente, que a valorosa atuação da Marinha brasileira é fator importante para que nosso País assuma sua verdadeira dimensão no cenário internacional, contribuindo para um futuro de paz e de maior igualdade entre os povos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VANIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para externar mais uma das várias surpresas desagradáveis que o PT tem apresentado à Nação. Parece que além das trapalhadas recorrentes e da falta de compromisso

com a palavra empenhada (não podemos esquecer o caso das PEC's paralelas da previdência e da tributária), o Governo resolveu alterar as metodologias das pesquisas e fazer leituras equivocadas das estatísticas que não lhe são convenientes.

Já amplamente divulgada neste Plenário pelo nosso líder e nos meios de comunicação a comparação dos dados da Produção Industrial e do PIB no primeiro trimestre do ano feita pelo governo de forma a que os resultados sejam positivos. Teria sido um equívoco primário que qualquer estudante do primeiro ano de economia ou estatística sabe que não se deve fazer, ou má fé do governo comparar dados do PIB a partir de diferentes metodologias?

Para esclarecer esse fato ao Congresso o PSDB já apresentou Requerimento convocando para audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, o presidente do IBGE e o ex-presidente do BNDES o economista Mendonça de Barros, que afirmou em recente reportagem à Folha de São Paulo que o IBGE “cometeu um erro de cálculo”.

Hoje, ao ler a Revista Primeira Leitura, me deparei com outro disparate a la Governo do PT. A matéria de capa da revista é a seguinte: “A Farsa do Emprego: Governo Lula cria ficção estatística, sem critério científico, superestima a abertura de postos de trabalho no país para esconder o desemprego, produz mistificação e tenta desmoralizar o IBGE”. Trata-se da leitura realizada pelo Ministro Berzoini sobre os dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), realizado desde 1965 pelo Ministério do Trabalho. Este cadastro é considerado por especialistas da área e por técnicos do Ministério do Trabalho um “registro administrativo”, a partir do qual se pode conhecer o fluxo mensal de empregados contratados e desligados do setor formal do mercado de trabalho.

Embora existindo desde 1965 e passando por alterações metodológicas em 2002 o CAGED tornou-se a estrela maior das estatísticas do emprego para o Governo Lula. Tanto o Presidente Lula quanto o Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, usam sempre o CAGED para contrapor os dados apontados tanto pelo IBGE quanto pelo DIEESE quando indicam aumento do desemprego.

Questionado na China sobre o recorde histórico (13,1%) de desemprego no país, em abril, o presidente Lula disse que o que conta para ele não são os 2,8 milhões de desempregados apontados pelo IBGE, mas os 534 mil novos empregos criados de janeiro a abril, segundo o Presidente o “maior saldo positivo desde 1992”.

De acordo com a reportagem da Primeira Leitura o que ocorre é que o governo está usando o CAGED para medir o desemprego, o que, segundo especialistas

é um erro monumental, pois o mesmo não possui as variáveis necessárias para medir taxas de desemprego. Técnicos do Ministério do Trabalho afirmam que “o Caged só trabalha com o emprego formal e dos celetistas, trata, portanto, do mínimo do mínimo universo comum dos formais”, o que de forma nenhuma pode ser considerado como representativo do total de trabalhadores brasileiros, empregados e desempregados, dado o alto grau de informalidade da economia brasileira.

Finalmente, o grande problema existe no fato de o Ministro Berzoini realizar uma leitura entre dados do registro em 1992 com os dados de 2004, sem considerar a alteração metodológica realizada em 2002, que não permite esse tipo de comparação. Poderíamos neste caso, também usar a frase do economista Mendonça de Barros: o Ministério do Trabalho cometeu um erro monumental.

O PT faz a mágica que lhe convém e engana, ou pensa que engana, a todos, mostrando números recordes que na verdade não existem. A prova maior dessa mágica é que pela primeira vez na história do país e do CAGED, em um ano como o de 2003, que registrou queda do PIB de 0,2 pontos, o emprego cresceu em 2,85%.

Diante de mais essa aberração estatística, vou fazer um Requerimento solicitando que se apresentem a esta Casa o Secretário de Políticas Públicas de Emprego, o sr. Remígio Todeschini, e a Coordenadora de Estatísticas de Emprego, a Senhora Vera Marina, ambos subordinados ao Ministro Berzoini, para que prestem esclarecimentos sobre a manipulação das informações referentes ao emprego produzidas pelo Ministério do Trabalho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA Às 15:30 horas

1

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2003- COMPLEMENTAR

*(Em regime de urgência, nos termos
do Requerimento nº 786/2004 – art. 336, II)
(Votação Nominal)*

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2003-Complementar (nº 72/2003-Complementar, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 5.172, de 25

de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, e dá outras providências.

Parecer sob nº 545, de 2004, da Comissão Diretora, Relator: Senador Romeu Tuma, oferecendo a redação do vencido, para o turno suplementar.

Dependendo de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Ramez Tebet, e de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Fernando Bezerra, sobre as Emendas apresentadas em turno suplementar.

2

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2003 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 735/2004 – art. 336, II)

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003 (nº 4.376/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais, e dá outras providências (Lei de Falências).

Parecer sob nº 546, de 2004, da Comissão Diretora, Relator: Senador Romeu Tuma, oferecendo a redação do vencido, para o turno suplementar.

Dependendo de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Ramez Tebet, e de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Fernando Bezerra, sobre as Emendas apresentadas em turno suplementar.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, DE 2003 (Em regime de urgência, nos termos o Requerimento nº 698, de 2004, art. 336, II) (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2003, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das organizações não-governamentais e dá outras providências.

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, DE 2002

(Em regime de urgência, nos termos o Requerimento nº 698, de 2004, art. 336, II) (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *estabelece condições para o registro, funcionamento e fiscalização das organizações não-governamentais e dá outras providências.*

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

5

REQUERIMENTO Nº 557, DE 2004 *(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 340, III, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 557, de 2004, da Senadora Heloísa Helena e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2003, *que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.*

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55-A, DE 2001

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55-A, de 2001 (nº 574/2002, na Câmara dos Deputados), que *modifica a redação do art. 29A e acrescenta art. 29B à Constituição Federal para dispor sobre o limite de despesas e a composição das Câmaras de Vereadores e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 502, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, com votos contrários, em separado, do Senador Antero Paes de Barros, e vencido, do Senador Jefferson Péres.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, DE 2004

(Desmembrada da Proposta de Emenda à Constituição nº 228/2004, oriunda da PEC nº 41/2003, na Câmara dos Deputados, e nº 74-A/2003, no Senado Federal) (Votação Nominal se não houver emendas de redação)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2004 (nº 228/2004, na Câmara dos Deputados), que *altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências* (distribuição a Estados e ao Distrito Federal da CIDE).

Parecer favorável, sob nº 460, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2000

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81, 92, de 1999; 1, 5, 20, de 2000; e 15, de 2001) (Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000 (nº 96/92, na Câmara dos Deputados), que *introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário*, tendo

Pareceres sob:

- nºs 538 e 1.035, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Bernardo Cabral

1º pronunciamento: (sobre as Propostas): favorável, com as Emendas nºs 1 a 105-CCJ, que apresenta; encaminhando os Requerimentos de destaque nºs 340 a 356, de 2002; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81, 92, de 1999; 1, 5, 20, de 2000; e 15, de 2001, que tramitam em conjunto;

2º pronunciamento: (sobre as Emendas nºs 106 a 239, de Plenário, apresentadas durante a discussão em primeiro turno): favorável às Emendas nºs 106, 109, 111, 114, 117, 125, 133, 138, 139, 143, 146, 147, 149, 152, 159,

163, 166, 167, 194, 204, 211, 218 e 222, de Plenário; favorável, nos termos de subemendas, às Emendas nºs 54-CCJ, 177, 181, 197, 217 e 232, de Plenário; pela prejudicialidade das Emendas nºs 110, 124, 182 a 185, 189, 192, 193, 198 a 200, 202, 203, 205, 207 a 210, 212, 213, 215, 223, 228 a 231, 233, 235 a 237; e pela rejeição das Emendas nºs 107, 108, 112, 113, 115, 116, 118 a 123, 126 a 132, 134 a 137, 140 a 142, 144, 145, 148, 150, 151, 153 a 158, 160 a 162, 164, 165, 168 a 176, 178 a 180, 186 a 188, 190, 191, 195, 196, 201, 206, 214, 216, 219 a 221, 224 a 227, 234, 238 e 239, de Plenário; e

- nº 451, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em reexame), Relator: Senador José Jorge, 3º pronunciamento: favorável à Proposta na forma da Emenda nº 240-CCJ, concluindo por texto que vai à promulgação, por texto que retorna à Câmara dos Deputados, e pela apresentação, por desmembramento, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 26 e 27, de 2004; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81, 92, de 1999; 1, 5, 20, de 2000; e 15, de 2001, que tramitam em conjunto.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 21, DE 1995

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)

(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *altera dispositivos da Constituição Federal*.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 5, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)

(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador

Geraldo Althoff, que *acrescenta parágrafos aos artigos 27 e 168 e altera os artigos 28 e 29 da Constituição Federal, que tratam de relações jurídico-orçamentárias entre os Poderes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios*.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 7, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)

(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Ademir Andrade, que *altera o art. 101 da Constituição Federal e dá outras providências (alternância de nomeações entre pessoas do sexo masculino ou feminino para ministro do Supremo Tribunal Federal)*, tendo

Parecer sob nº 575, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, com votos contrários dos Senadores Álvaro Dias e Íris Rezende.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 16, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 7, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)

(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 1999, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que *altera a redação do § 1º do art. 99 e o art. 168 da Constituição Federal, a fim de estabelecer, para os poderes e órgãos que especifica, limites nas dotações das respectivas propostas orçamentárias*.

13**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 21, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)
(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *acrescenta parágrafo único ao art. 98 da Constituição Federal*.

14**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 23, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)
(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Requião, que *acrescenta parágrafo art. 109 da Constituição Federal, para atribuir ao Superior Tribunal de Justiça a iniciativa de lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas em processar e julgar os crimes financeiros*.

15**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 33, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)
(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Jefferson Péres, que *altera o art. 114 da Constituição Federal, para indicar as partes que têm legitimidade para instaurar dissídio coletivo e as hipóteses em que este pode ocorrer*.

16**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 54, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)
(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1999, tendo como primeira signatária a Senadora Luzia Toledo, que *acrescenta inciso ao art. 93 da Constituição Federal, para estabelecer princípio relativo à composição dos Tribunais Superiores*.

17**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 62, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)
(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que *altera a alínea a do inciso I do artigo 96 da Constituição Federal, para determinar eleições diretas para os órgãos diretivos dos tribunais*.

18**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 71, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)
(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *acrescenta parágrafo ao art. 18 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 132 da Constituição Federal*.

19**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 74, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)
(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera o § 1º do art. 128 da Constituição Federal, para autorizar os integrantes do Ministério Público a oferecer lista triplíce à escolha do Procurador-Geral da República.*

20**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 81, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)
(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Ney Suassuna, que *altera a competência do Superior Tribunal de Justiça.*

21**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 92, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74 e 81, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)
(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 92, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta alínea ao inciso I do art. 102 da Constituição, para conferir ao Supremo Tribunal Federal competência para julgar, originariamente, nos crimes de responsabilidade, os juízes de direito, juízes federais, desembargadores e membros dos Tribunais Regionais Federais.*

22**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 1, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 5, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)
(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *altera o artigo 104 da Constituição Federal e dá outras providências.*

23**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 5, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 20 e 29, de 2000; e 15, de 2001)
(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *dispõe sobre o recesso parlamentar e as férias forenses coletivas.*

24**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 20, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5 e 29, de 2000; e 15, de 2001)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Sebastião Rocha, que *altera o § 1º do art. 128 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que a escolha do candidato ao cargo de Procurador-Geral da República será feita mediante processo eletivo.*

25**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 15, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5, 20 e 29, de 2000)
(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador João Alberto Souza, que *altera o art. 128 da Constituição para determinar a indicação do Procurador-Geral da República dentre os integrantes de lista tríplice escolhida pelos membros do Ministério Público Federal, mediante eleição.*

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2001 (nº 352/95, na Casa de origem), que *dispõe sobre a conversão da união estável em casamento.*

Parecer sob nº 485, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora *ad hoc*: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2002 (nº 5.172/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (abandono urgente do lar).*

Parecer favorável, sob nº 486, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2003 (nº 2.087/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas.*

Parecer sob nº 343, de 2004, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

29**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2003 (nº 335/95, na Casa de origem), que *dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, que trata das penitenciárias de mulheres.*

Parecer sob nº 495, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ, que apresenta.

30**REQUERIMENTO Nº 378, DE 2004**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 378, de 2004, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2003, de sua autoria.

31**REQUERIMENTO Nº 719, DE 2004**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 719, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 52, 120 e 121, de 2004, por regularem a mesma matéria.

32**REQUERIMENTO Nº 739, DE 2004**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 739, de 2004, do Senador Paulo Paim, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2004, de sua autoria.

33**REQUERIMENTO Nº 743, DE 2004**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 743, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 26, de 2002, 90, de 2003 e 9, de 2004, com as de nºs 18 e 20, de 1999, e 3, de 2001, já apensadas, por regularem a mesma matéria.

34**REQUERIMENTO Nº 757, DE 2004**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 757, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 439, de 2003, e 170, de 2004, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 35 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR JEFFERSON PÉRES NA SESSÃO DO DIA 01/06/04, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Para discutir. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, votarei esta medida provisória ou este projeto de conversão, mais uma vez, sob protesto.

A matéria é, sem dúvida, relevante. Diria até, relevantíssima, em um País que já teve uma importante frota mercante, hoje reduzida a quase nada, e que participava, inclusive, das operações de longo curso. Já teve a segunda ou terceira indústria de construção naval do mundo. Só agora ressuscita. É claro que precisamos de uma fonte permanente de recursos para esses dois relevantes setores da economia do Brasil. Mas voto sob protesto, porque, embora muito relevante, a matéria não

é urgente. Não preenche o segundo requisito. É mais um exemplo do abuso legiferante do Poder Executivo.

Neste momento, cumprimento o Senador Antonio Carlos Magalhães pelo seu artigo de hoje no jornal **Folha de S.Paulo** a respeito deste assunto. Senador, eu dizia que voto esta MP sob protesto. Ela é relevante, mas não é urgente. Portanto, a rigor, esta medida provisória não deveria ter sido admitida e rejeitada, **in limine**, pelo Congresso. Parabéns pelo seu artigo de hoje.

Sr. Presidente, também não tive tempo de examiná-la em profundidade. Não sei o que contém tudo isso. Vi, no entanto, que mantém a isenção do adicional de frete na navegação fluvial e lacustre, o que beneficia os Estados interiores como o meu –, mantém a isenção na navegação de cabotagem e produtos destinados à Amazônia ocidental, leia-se Parque Industrial de Manaus; de forma que a minha região é razoavelmente atendida. Mas não sei, Senador José Agripino Maia, o que tem mais nesse meio, talvez, de inadequado para o País. Darei um voto de confiança ao Relator Senador Roberto Saturnino; entretanto, em face das objeções do Senador Osmar Dias, pessoalmente voto a favor e libero a Bancada do PDT.

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 080 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE: designar como membro, o servidor EDVAL FERREIRA SILVA, matrícula 4282, para integrar a Comissão Especial instituída pela Portaria nº 021/99-DGER. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de junho de 2004.

Senado Federal, 18 de junho de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1051 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores FRANCISCO FRANCO RIBEIRO NETO, matrícula nº 0330 e, TADEU IZIDRO PATROCÍNIO DE MORAES, matrícula nº 2577, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº **008.340/04-8** e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1052 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008831/04-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LINCOLN FERNANDES DE MELO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Demóstenes Torres.

Senado Federal, em 21 de junho de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1053 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008.839/04-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DEBORAH MÔNICA MACHADO PIMENTEL REBELLO DE MATTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Maria do Carmo Alves.

Senado Federal, em 21 de junho de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1054 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008830/04-5,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LARA KARINA BARROS FERREIRA**, matrícula n.º 33471, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Demóstenes Torres, a partir de 15/06/2004.

Senado Federal, em 21 de junho de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1055 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores MARIA CRISTINA PEDRINHA DE LIMA, matrícula nº 4911 e, VICTOR HUGO VIEIRA MOURA, matrícula nº 5513, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº **008.907/04-8** e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1056 , DE 2004**

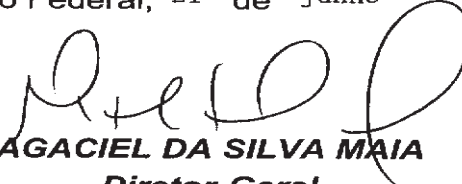
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **MARCELO BITTENCOURT BARREIROS**, matrícula nº 5019 e, **FABIO MELO DE SOUZA**, matrícula nº 3517, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº **008.908/04-4** e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2004.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1057 , de 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 26.027/95-0.

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 36, de 1996, que aposentou a servidora **ELEONORA RACHEL FALCONI DE CARVALHO**, para excluir o art. 1º da Resolução SF nº 76, de 1995 e incluir os arts. 1º, 2º e 3º da Resolução SF nº 74, de 1994 c/c o disposto na Decisão nº 481/97, do Tribunal de Contas da União.

Senado Federal, em 21 de junho de 2004.



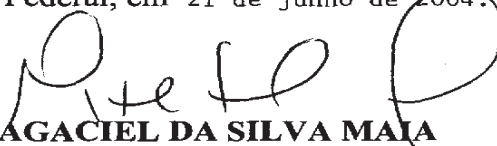
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1058 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008.987/04-1,

R E S O L V E exonerar **ARNALDO AUGUSTO SETTI**, matrícula n.º 33.068, do cargo de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Paulo Octávio e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 21 de junho de 2004.

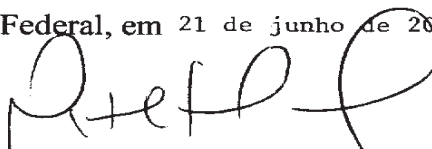

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1059 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008986/04-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CÉSAR HENRIQUE DA ROCHA ARRAIS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Octávio.

Senado Federal, em 21 de junho de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antônio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
	ESPÍRITO SANTO	PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PSDB	Marcos Guerra		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Moraes
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDELI SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2-DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2- PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2.Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2.Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral:

19.04.1995

2ª Eleição Geral:

30.06.1999

3ª Eleição Geral:

27.06.2001

4ª Eleição Geral:

13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)	DF	2285	3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago)			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB, PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 16.04.2004)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e
311-5256

sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Maurício Randes (PT-PE)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Carlos Melles (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPTÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

* Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador SÉRGIO GUERRA (PSDB -PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT -SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

Ug 020055
Gestão 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 4201-3 conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-X
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinatura dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3772 e (0xx61) 311-3803 – Ser viço de Anis-
tração Econômico-Financeira/Controle de Assinaturas, com Moução ou Solange Neto/Waldir



EDIÇÃO DE HOJE: 178 PÁGINAS